

**FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS**

**RELATÓRIO E BALANÇOS  
DO EXERCÍCIO DE 1948**

**VOLUME I**

**1949**

353.811  
7981h  
AD

BIBLIOTÉCA DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS	
DATA -0.12.1952	NÚMERO DE CLASSIFICAÇÃO 253.633
N.º DO VOLUME 1239	REGISTRADO POR E. M. L.

AB

# I N D I C E

	Págs.
1. INTRODUÇÃO .....	1
2. ORIENTAÇÃO DE RECURSOS PATRIMONIAIS .....	4
2.1 - Campanha para efetivação de doações compromissa- das .....	4
2.2 - Atualização de subvenções .....	4
2.3 - Movimento para <del>agregar</del> novas doações destinadas aos grandes empreendimentos previstos .....	5
2.4 - Resultados da política de obtenção de recursos pa- trimoniais .....	6
3. ORIENTAÇÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS .....	7
3.1 - Medidas para a correção do valor da subvenção do Governo Federal .....	7
3.2 - Desenvolvimento de atividades de cooperação com contribuições pecuniárias com outras entidades.....	8
3.3 - Resultados da política de obtenção de recursos or- çamentários .....	9
4. APLICAÇÃO DE RECURSOS PATRIMONIAIS .....	10
4.1 - Inversões Imobiliárias .....	10
4.2 - Aquisição e Adaptação de 2 pavimentos no Edifí- cio Darke de Mattos .....	10
4.3 - Compra de imóveis e execução de obras para o Co- légio de Nova Friburgo .....	11
5. APLICAÇÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS .....	15
5.1 - Inversões com dotações orçamentárias .....	15
5.2 - Aquisição de material permanente .....	15
5.3 - Liquidação do terreno adquirido, a prazo, à Cia City Improvements, em São Paulo .....	15
5.4 - Síntese das Aplicações Orçamentárias Patrimoniais.	16
5.5 - Síntese das Aplicações Orçamentárias de Custeio ..	16

	Págs.
5.6 - Obras novas e de melhoria .....	18
5.7 - Formação do Patrimônio .....	19
6. ATIVIDADES DE ENSINO .....	21
6.1 - Generalidades .....	21
6.2 - Atividades desenvolvidas em 1 948 .....	22
6.3 - Tendências atuais .....	27
7. ATIVIDADES DE PESQUISAS E DOCUMENTAÇÃO .....	31
7.1 - Generalidades .....	31
7.2 - Atividades desenvolvidas em 1 948 .....	32
7.3 - Tendências atuais .....	41
8. ATIVIDADES DE ORGANIZAÇÃO .....	44
8.1 - Generalidades .....	44
8.2 - Atividades desenvolvidas em 1 948 .....	45
8.3 - Tendências atuais .....	49
9. ATIVIDADES DE SELEÇÃO E ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL .	51
9.1 - Generalidades .....	51
9.2 - Atividades desenvolvidas em 1 948 .....	53
9.3 - Tendências atuais .....	55
10. ATIVIDADES DE ADMINISTRAÇÃO GERAL .....	56
10.1 - Generalidades .....	56
10.2 - Atividades desenvolvidas em 1 948 .....	57
10.3 - Tendências atuais .....	60
11. ATIVIDADES AUXILIARES E ASSISTENCIAIS .....	61
11.1 - Generalidades .....	61
11.2 - Atividades desenvolvidas em 1 948 .....	62
11.3 - Tendência atual .....	63
12. ATIVIDADES REGIONAIS .....	65
12.1 - Generalidades .....	65
12.2 - Atividades desenvolvidas em 1 948 .....	65
12.3 - Tendências atuais .....	66
13. BALANÇOS E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA .....	68
13.1 - Generalidades .....	68
13.2 - Balanço Patrimonial .....	68



	Págs.
13.3 - Balanço Econômico .....	69
13.4 - Balanço Financeiro .....	70
13.5 - Análise da Execução Orçamentária .....	71
14. CONCLUSÕES DO RELATÓRIO .....	77
14.1 - Apreciação geral sobre as atividades desenvolvidas em 1948 .....	77
14.2 - Síntese das tendências atuais .....	80
 ANEXO I - Quadro demonstrativo dos resultados da campanha realizada para a efetivação das doações compromissadas.	
 ANEXO II - Dados relativos à doação de terreno, feita pela Prefeitura do Distrito Federal, à Fundação Getúlio Vargas.	
 ANEXO III - Dados sobre a aquisição do imóvel denominado Hotel Cascata, em Nova Friburgo, Estado do Rio, para instalação de um Colégio Secundário <u>mo</u> <u>dêlo</u> .	
 ANEXO IV - Dados relativos às providências <u>en</u> <u>cetadas</u> , pela F.G.V., para a <u>cor</u> <u>reção</u> do valor da subvenção do <u>Go</u> <u>vêrno</u> Federal.	
 ANEXO V - Dados sobre a aquisição de dois pavimentos no Edifício Darke de Matos.	
 ANEXO VI - Dados sobre a execução de obras, <u>pa</u> <u>ra</u> a instalação do Colégio Secundário de Nova Friburgo.	
 ANEXO VII - Obras novas e de melhoria nos <u>imó</u> <u>veis</u> sítos à Praia de Botafogo nos. 184 a 192.	

ANEXO	VIII	-	Demonstrativo da evolução do patrimônio.
ANEXO	IX	-	Relatório do Diretor do Departamento de Ensino.
ANEXO	X	-	Planejamento dos Cursos.
ANEXO	XI	-	Quadros de controle dos Cursos.
ANEXO	XII	-	Organograma de reestruturação do Departamento de Ensino.
ANEXO	XIII	-	Relatório do Diretor do Departamento de Pesquisas e Documentação.
ANEXO	XIV	-	Organograma de Reestruturação Geral da Fundação.
ANEXO	XV	-	Reorganização proposta para o Departamento de Pesquisas e Documentação.
ANEXO	XVI	-	Quadro demonstrativo de seleção de pessoal.
ANEXO	XVII	-	Relatório do Diretor do Instituto de Seleção e Orientação Profissional.
ANEXO	XVIII	-	Plano de Contas.
ANEXO	XIX	-	Quadros sintetizando a estatística das atividades administrativas.
ANEXO	XX	-	Análise do Balanço Patrimonial.
ANEXO	XXI	-	Análise da Despesa Ordinária.
ANEXO	XXII	-	Execução Orçamentária <ul style="list-style-type: none"> <li>a) transferências orçamentárias</li> <li>b) análise orçamentária</li> <li>c) destaques das disponibilidades.</li> </ul>
ANEXO	XXIII	-	Relatório do Auditor.
ANEXO	XXIV	-	Proposta Orçamentária para 1949.

**FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS**

**RELATÓRIO E BALANÇOS  
DO EXERCÍCIO DE 1948**

**1949**

## 1) INTRODUÇÃO

1.1) A ação da Fundação Getúlio Vargas, no exercício de 1948, caracterizou-se pelos seguintes aspectos fundamentais:

1.11) Quanto à política de obtenção de recursos patrimoniais- por uma atuação intensa no sentido de ampliar as disponibilidades patrimoniais, através de:

1.111) Campanha para efetivação de doações compromissadas e atualização de subvenções em atraso.

1.112) Movimento para angariar novas doações destinadas aos grandes empreendimentos previstos.

1.12) Quanto à política de obtenção de recursos orçamentários- pela preocupação constante de expandir as correspondentes disponibilidades, por meio de:

1.121) Medidas junto ao Executivo e, principalmente, junto ao Legislativo, para enquadramento, no devido valor, da subvenção do Governo Federal, que vinha sendo reduzida, em virtude de um de feito de escrituração por parte dos órgãos competentes.

1.122) Desenvolvimento de atividades de cooperação, de modo que estas, embora se processando sob o contrôle da Fundação, tivessem a contribuição pecuniária de outras entidades.

1.13) Quanto à política de aplicação de recursos patrimoniais- por uma tendência acentuada ao emprêgo em bens imobiliários, contrariamente à orientação anterior, que fôra, principalmente, de compra de títulos do Govêrno Federal. A nova diretriz dá ensejo a que o incremento dos serviços se faça na menor dependência de

terceiros e favorecida com instalações adequadas além de diminuir o risco de desvalorização do patrimônio.

1.14) Quanto à política de aplicação de recursos orçamentários- pelo elevado grau de inversões, o que permite a proveitar o ensejo, enquanto as atividades da Fundação não atingem sua máxima expansão, para aparelhamento dos serviços e ampliação do patrimônio. Dentro das despesas de custeio, procurou-se restringir a um mínimo os gastos de administração geral.

1.15) Quanto à política de desenvolvimento das atividades fins- pela consolidação, sistematização e aperfeiçoamento dos trabalhos, nos diferentes campos específicos, cuja ação se iniciara, de modo geral, sem plano de conjunto, atendendo a certas prioridades estatutárias, a facilidades ocasionais e a solicitações de órgãos oficiais.

1.16) Quanto à política de desenvolvimento das atividades meios- por uma análise cada vez mais meticulosa dos serviços, para aumentar-lhes a economia e a eficiência, bem como, na parte de serviços auxiliares e assistenciais, por uma tentativa de auto-suficiência em vários setores, em muitos dos quais, posteriormente, verificou-se não ser a mesma conveniente.

1.2) No que se segue, adotaremos para plano expositivo o resultante da sub-divisão que acabamos de transcrever, apenas desdobrando o grupo do item 1.15 pelas diferentes finalidades específicas (ensino; pesquisas e documentação; organização racional; seleção e orientação profissional) e o grupo do item 1.16 em serviços de administração geral (pessoal, material, orçamento, contabilidade, tesouraria e comunicações) e serviços de administração auxiliar ou assistencial (mecnografia, restaurante, obras, zeladoria, transportes, ambulatório). Além disso, destacaremos a parte relativa a atividades regionais (São Paulo e Nova Friburgo).

1.3) Como síntese numérica da política geral adotada, apresentaremos os balanços patrimonial, econômico e financeiro, bem como o demonstrativo da execução orçamentária.

1.4) Finalizando, daremos as conclusões resumidas dos resultados obtidos e, em consequência, as providências que, de futuro, se tornam aconselháveis.

## 2) OBTENÇÃO DE RECURSOS PATRIMONIAIS

### 2.1) Campanha para efetivação de doações compromissadas

- 2.11) Foi bastante enérgica, envolvendo numerosos expedientes e entendimentos pessoais, de que resultou o recolhimento, em 1 948, da importância global de ..... CR\$1.995.000,00, contra CR\$720.500,00 em 1 947.
- 2.12) O quadro e o gráfico do Anexo I dão uma idéia dos esforços que têm sido desenvolvidos neste particular.
- 2.13) Muitos outros casos se acham em andamento, cabendo ressaltar o do Estado de Minas Gerais, que, em breve, deverá desobrigar-se, em apólices, do compromisso de CR\$200.000,00, que havia assumido.
- 2.14) No tocante às doações de terrenos, nada foi possível fazer com relação às prometidas pelo Estado de S. Paulo e pelo Município da respectiva capital. Já no que diz respeito à doação da Prefeitura do Distrito Federal, avançou-se alguma coisa, esclarecendo certas dúvidas jurídico-administrativas sobre a cessão recíproca de áreas entre a Municipalidade aludida e a empresa Edifício Vitória S/A., providência indispensável ao desimpedimento do lote a ser entregue à Fundação; todavia, a morosidade com que tem caminhado o assunto faz prever que sua solução não tenha lugar senão a partir do 2º semestre de 1 949. Alguns dados a respeito estão expostos no Anexo II.
- 2.15) Por outro lado, para conseguir a doação de ..... CR\$20.000.000,00 do Conde Francisco Matarazzo, muito se tentou para chegar a um acordo com este último, acerca da escritura de ratificação e retificação e do regimento da Escola Superior de Administração de Negócios (Instituto Matarazzo), sendo que sobre aquela já

houve uma concordância, em princípio, entre as partes, mas, quanto a este último, aguarda-se uma resposta há vários meses.

## 2.2) Atualização de subvenções

2.21) É o caso da subvenção do Banco do Brasil, traduzida no pagamento de juros, à taxa de 6% ao ano e em quotas mensais, de uma conta gráfica de CR\$ ..... 10.000.000,00, o que equivale a parcelas de ..... CR\$50.000,00 por mês.

2.22) Com a suspensão, em princípios de 1946, da subvenção do Governo Federal, o Banco do Brasil também deixou de efetuar o pagamento da sua, e, mais tarde, quando aquela foi restabelecida, pelo Decreto-lei nº 9 486, de 18 de julho de 1946, esta última continuou paralizada.

2.23) Os entendimentos feitos para revigoração da mesma foram coroados de pleno êxito, havendo a Fundação recebida em 14 de abril, não somente as quotas em atraso (CR\$1.150.000,00), mas também os juros correspondentes (CR\$16.769,60), perfazendo um total de .. CR\$1.166.769,60.

## 2.3) Movimento para angariar novas doações destinadas aos grandes empreendimentos previstos.

2.31) Tal somente ocorreu, com sucesso, relativamente ao futuro Colégio em Nova Friburgo.

2.32) Para ele se obteve:

2.321) CR\$1.075.000,00 em dinheiro, doados por um grupo de moradores da referida cidade.

2.322) CR\$2.000.000,00 em títulos, entregues pela Prefeitura respectiva.

2.323) CR\$100.000,00 em terrenos.

2.33) Além disso, a Municipalidade pôs à disposição da Fundação, uma área de 12 000 m<sup>2</sup>, equivalente a cerca de CR\$200.000,00.



2.34) Cumpre salientar que, no caso do Colégio em aprêço, outros favores foram conseguidos, como a aquisição, pelo custo histórico, do imóvel primitivamente destinado ao Hotel Cascata, bem como a transferência de um empréstimo, de pròximamente CR\$2.600.000,00, concedido pela Caixa Econômica do Estado do Rio de Janeiro.

2.35) Pormenores sôbre o assunto constam do Anexo III.

2.4) Resultados da política de obtenção de recursos patrimoniais.

2.41) Como síntese temos uma entrada global de:

2.411) CR\$4.236.769,60 em dinheiro.

2.412) CR\$2.000.000,00 em títulos.

2.413) CR\$ 100.000,00 em terrenos.

2.42) Nesses valores há a ponderar que:

2.421) CR\$3.161.769,60 traduzem a anulação de dívidas.

2.422) CR\$3.175.000,00 representam um amento de patrimônio.

### 3) OBTENÇÃO DE RECURSOS ORÇAMENTARIOS.

#### 3.1) Medidas para correção do valor da subvenção do Governo Federal.

3.11) Devido a um defeito de escrituração, a arrecadação da "taxa de educação e saúde" por "verba bancária" é lançada como imposto do selo, resultando, dessa evasão, um decréscimo na subvenção do Governo Federal a esta entidade.

3.12) O prejuízo em causa, que se vinha verificando desde 1 942, assumiu proporções bastantes maiores em 1 947, em virtude de regulamentação da "verba bancária", que estendeu sobretudo a aplicação desta última. Isso se refletiu na estimativa feita, em 1 948, para a arrecadação da "taxa de educação e saúde" em 1 949, a qual foi orçada apenas em CR\$115.000.000,00, quando seu valor anterior era CR\$125.600.000,00.

3.13) Movimentou-se então esta Fundação, procurando determinar as causas e o montante do erro havido, do que decorreu o memorial do Anexo IV.

3.14) A ação que se seguiu junto ao Executivo, não pôde mais impedir que fôsse remetida errada a proposta orçamentaria para 1 949, mas logrou alcançar uma determinação do Ministério da Fazenda para que se corrigisse, daí por diante, a escrituração da "verba bancária".

3.15) Atuando na Câmara Federal, conseguiu esta entidade unicamente uma elevação da estimativa para .....  
CR\$125.000.000,00.

3.16) Enfim, os entendimentos no Senado Federal, quando já se tinha os primeiros resultados da escrituração corrigida, confirmadores do memorial apresentado pela Fundação, permitiram a ampliação da estimativa para..  
CR\$150.000.000,00.

3.17) Embora esse valor estivesse abaixo do inferido através dos estudos desta entidade, já representou um acréscimo na subvenção para CR\$18.750.000,00, ou seja CR\$3.050.000,00 a mais sobre o cálculo do Executivo.

3.2) Desenvolvimento de atividades de cooperação, com contribuições pecuniárias de outras entidades.

3.21) Obtiveram êxito as seguintes:

3.211) Curso Básico e Cursos Práticos de Comércio, em cooperação com a Administração Regional do S.E. N.A.C. no Rio de Janeiro, que participará com CR\$350.000,00.

3.212) Cursos de Aperfeiçoamento em Comércio, em cooperação com a Administração Nacional do S.E.N.A.C., que contribuirá com CR\$200.000,00.

3.213) Curso de Economia Rural Doméstica (dependente ainda de muitos fatores), em cooperação com o Ministério da Agricultura, que, para isso, colocou no orçamento para 1949 a importância de .. CR\$1.000.000,00.

3.214) Tradução comentada do Relatório da Missão Cook, com a participação pecuniária da Administração Nacional do S.E.S.I., que já entregou a quantia de CR\$27.716,70, transferida para 1949 como doação vinculada.

3.22) Ficou ainda sem solução o programa de educação e pesquisa rural, de iniciativa e por colaboração do Ministério da Agricultura, que forneceria o montante de CR\$5.000.000,00.

3.23) Em entendimentos apenas esboçados ficaram:

3.231) O Instituto de Seleção e Orientação Profissional de São Paulo, em cooperação com as Administrações Regionais do S.E.N.A.I. e do S.E.S.I., com a Universidade de São Paulo e com o Institu

to de Organização Racional do Trabalho, que, em conjunto, ofereceram CR\$750.000,00.

3.232) O Instituto de Ensino e Pesquisas Sociais, em colaboração com a Administração Nacional do S. E.S.C., que, para isso, disporia de CR\$..... 600.000,00.

3.233) A Escola Normal Rural de Nova Friburgo, em co-  
operação com a Prefeitura desta localidade e o Ministério da Educação e Saúde, que poderia por à disposição do empreendimento .....  
CR\$2.000.000,00

### 3.3) Resultados da política de obtenção de recursos orçamen- tários.

3.31) Como consequência da ação desenvolvida, as disponi-  
bilidades orçamentárias, para o exercício de 1949,  
ficaram acrescidas de pouco mais de CR\$4.950.000,00.

3.32) Na hipótese de serem bem sucedidos todos os outros  
entendimentos iniciados, ao montante citado se adi-  
cionariam mais CR\$8.350.000,00, perfazendo um total  
de CR\$13.300.000,00.

## 4) APLICAÇÃO DE RECURSOS PATRIMONIAIS.

4.1) No exercício de 1 948 duas grandes inversões imobiliárias foram feitas à conta do Fundo Patrimonial, ambas tendo em vista atividades educacionais:

4.11) Aquisição e adaptação de 2 pavimentos (11º e 12º) do Edifício Darke de Matos, para instalação de cursos, com um desembolso total de Cr\$ 10.771.138,80.

4.12) Compra de imóveis e execução de obras, para a instalação de um Colégio Secundário modelo, em Nova Friburgo, perfazendo um total de Cr\$ 8.745.493,80.

4.2) Aquisição e adaptação de 2 pavimentos no Edifício Darke de Matos.

4.21) Decorreu da necessidade de expandir os cursos mantidos pelo Departamento de Ensino, instalá-los convenientemente e localizá-los em zona central, pois grande parte dos desistentes dos cursos que funcionavam à Praia de Botafogo, alegava a distância, como motivo principal do afastamento.

4.22) O preço de aquisição foi de Cr\$10.167.200,00 ao qual se tem de acrescentar diversas despesas adicionais, inclusive despesas de cartório e honorários de advogado, de modo a perfazer um total de Cr\$10.179.463,00.

4.23) Várias adaptações tiveram posteriormente de ser feitas, com um custo global de Cr\$ ..... 591.675,80, destacando-se:

4.231) Demolição de paredes, para ampliação de salas, acompanhada de trabalhos de taqueamento, retoques nas tubulações embutidas, revestimentos e pintura.

4.232) Correção de defeitos na instalação elétrica, que não puderam ser identificados nas inspeções anteriores à compra, por estarem situados em partes ocultas, não testáveis e decorrem de desobediência às especificações, as quais, nessas condições, nada podiam revelar; dêsse modo, somente com o uso, foram evidenciadas, aos poucos, as imperfeições existentes.

4.233) Correção de defeitos na instalação hidráulica e impermeabilizações, nas mesmas circunstâncias do item anterior.

4.234) Adaptações especiais de certas salas, como as da secretaria, quarto do zelador, etc.

4.235) Adaptações especiais da instalação elétrica, principalmente para o curso de desenho.

4.24) Dessa forma, a Fundação, com um desembolso de Cr\$10.771.138,80, obteve uma área de 2864,00m<sup>2</sup> para expansão de seus serviços, sendo 2218,42m<sup>2</sup> de área útil, convenientemente aparelhada e o restante de circulação, de condomínio e de paredes.

4.25) Aliás, as parcelas dos itens 4.232 e 4.233 estão sendo objeto de discussões com o incorporador e o construtor, para ressarcimento, o que reduzirá os gastos adicionais.

4.26) Maiores minúcias sobre o assunto encontram-se no Anexo V, inclusive uma planta demonstrativa da ocupação do imóvel em causa.

4.3) Compra de imóveis e execução de obras para o Colégio Secundário de Nova Friburgo.

4.31) A aquisição inicial decorreu de uma proposta

de moradores de Nova Friburgo e, em particular, de quotistas de Empresa Educacional Fluminense, encaminhada através do Prefeito da -  
quele Município, pela qual, se a Fundação com-  
prasse o imóvel que primitivamente se destina-  
ra ao Hotel Cascata, afim de nêle instalar um  
Colégio Secundário, seriam feitas doações, que  
se efetivaram a forma dos itens 2.321 a 2.323  
e 2.33, bem como facilitadas outras vantagens,  
como as do item 2.34.

4.32) Como sempre esteve nas cogitações da Funda -  
ção, embora sem grande prioridade, a constru-  
ção de um Ginásio e Colégio padrão, foi acei-  
ta a proposta, adquirindo-se o referido imó -  
vel, pelo custo histórico, no valor de Cr\$ ..  
6.550.652,80. Todavia, em virtude das doações  
e do empréstimo, o desembolso imediato atin -  
giu apenas Cr\$2.235.364,50.

4.33) O valor da compra assim se compôz:

4.331) Imóveis - Cr\$ 5.038.706,40

4.332) Móveis e uten -  
sÍlios - 1.511.946,40.

4.34) Sendo insuficiente a área, foi efetuada a a-  
quisição de terrenos adjacentes, em um total  
de Cr\$609.490,00.

4.35) Obras de vulto também eram necessárias, como  
se segue:

4.351) Adaptação e reforma do prédio princi -  
pal (estimada em Cr\$400.000,00, para re-  
gime de administração contratada).

4.352) Ampliação do prédio principal ( menor  
orçamento da concorrência de empreita-  
da - Cr\$1.740.000,00).

- 4.353) Casa do Diretor (idem - Cr\$170.000,00).
- 4.354) 4 casas de Professôres (idem - Cr\$ ....  
551.800,00).
- 4.355) 20 casas de Empregados (idem - Cr\$ ....  
670.930,00).
- 4.356) Movimento de terras, arborização e ajardinamento (idem - Cr\$455.000,00).
- 4.357) Campos de esporte, estradas de acesso, plantações, muros e pequenas obras (idem - Cr\$1.153.631,00).
- 4.358) Drenagem geral (idem - Cr\$450.000,00).
- 4.359) Ginásio e 5 Lares de 30 alunos ( ainda nao orçados).
- 4.36) Em 1 948, alem da quantia de Cr\$81.905,10, de compra direta de material, para barateamento das construções, conforme contratos de empreitada, foram pagas as seguintes parcelas:
- 4.361) Adaptação interna do prédio principal - Cr\$181.000,00.
- 4.362) Ampliação do prédio principal - Cr\$ ..  
110.695,70.
- 4.363) Casas de Professôres - Cr\$413.850,00.
- 4.364) Casas de Empregados - Cr\$ 392.492,90.
- 4.365) Movimento de terras, arborização e ajardinamento - Cr\$397.324,10.
- 4.366) Obras diversas - Cr\$43.437,20.
- 4.367) Total - Cr\$1.620.705,00.
- 4.37) Afora os gastos mencionados, houve os de projetos, administração e fiscalização, que atingiram Cr\$169.245,50.
- 4.38) Nessas condições, levando em conta ainda despesas gerais de cartório, advogado, perícia contábil, etc., bem como as de juros e laudêmio, que vêm gravar a aquisição dos imóveis na



importância de Cr\$404.890,50, dispendeu-se, no exercício passado, um total de Cr\$8.745.493,80 distribuído da forma abaixo:

4.381) Imóveis - Cr\$5.443.596,90.

4.382) Móveis e utensílios - Cr\$1.511.946,40.

4.383) Projetos, administração e fiscalização  
- Cr\$169.245,50.

4.39) Maiores esclarecimentos sobre a questão cons  
tam do Anexo VI.

## 5) APLICAÇÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

5.1) Foram dois os tipos das inversões feitas com as dotações orçamentárias previstas para 1948:

5.11) Material permanente adquirido para aparelhamento dos serviços da Fundação, em um total de Cr\$660.478,40.

5.12) Liquidação, pela importância de Cr\$ ..... 5.370.967,80, do terreno comprado a prazo, à Cia. City Improvements, em São Paulo, para a construção, por conta do Conde Francisco Matarazzo, de um prédio onde funcionará a Escola Superior de Administração de Negócios.

5.2) Aquisição de material permanente:

5.21) O total de Cr\$660.478,40 citado, assim se constitui :

5.211) Móveis, máquinas e utensílios - Cr\$.. 520.468,00.

5.212) Livros - Cr\$85.010,40.

5.213) Veículos - Cr\$55.000,00.

5.3) Liquidação do terreno adquirido, a prazo, à Cia. City Improvements, em São Paulo.

5.31) A transação, iniciada em 1947, já consta de relatórios anteriores.

5.32) Caso a Fundação não tivesse antecipado qualquer parcela do pagamento, a despesa a fazer montaria a Cr\$6.600.300,00, sendo:

5.321) Amortização - Cr\$6.000.000,00.

5.322) Juros - Cr\$ 600.300,00.

5.33) Com o adiantamento das últimas prestações, a aplicação orçamentária foi de Cr\$ ..... 6.370.967,80, abrangendo:

5.331) Amortização - Cr\$5.916.500,00.

5.332) Juros - Cr\$ 454.467,80.

5.34) Isso deu uma economia de Cr\$229.332,20.

5.4) Síntese das aplicações orçamentárias patrimoniais.

5.41) De acordo com o que foi visto, a inversão global à conta das dotações previstas no orçamento, atingiu o valor global de Cr\$6.031.446,20.

5.5) Síntese das aplicações orçamentárias de custeio.

5.51) As aplicações de custeio, em um total de Cr\$.  
11.251.205,60, assim se distribuem:

5.511) Direção Superior - Cr\$597.785,70 (5.3%)

5.512) Atividades específicas - Cr\$6.478.599,30 (57.6%)

5.513) Atividades de administração geral -  
Cr\$913.979,10 (8.1%)

5.514) Atividades auxiliares e assistenciais -  
Cr\$2.228.700,40 (19.8%)

5.515) Atividades regionais - Cr\$120.519,30 (1.1%)

5.516) Despesas de conjunto - Cr\$911.621,80 (8.1%)

5.52) Para uma apropriação dessa despesa segundo os dois grandes grupos - atividades fins e atividades meios -, notemos que:

5.521) A Direção Superior, nessa fase de implantação, intervem diretamente no mérito dos grandes problemas de administração específica, que lhe tomam muito mais tempo que os de administração geral; desse modo é razoável reparti-la proporcionalmente às despesas de cada uma destas duas últimas categorias. As atividades regionais têm, no âmbito que lhe é próprio, situação semelhante à Direção Geral.

5.522) As atividades assistenciais constituem certos "ônus" de caráter social, que, de certa forma, podem ser encarados como proventos em serviços ou utilidades o que torna aceitável distribuir os gastos correspondentes proporcionalmente às despesas de pessoal.

5.523) Entre as atividades auxiliares, as de mecanização, que atendem quase exclusivamente aos Departamentos de Ensino (apostilhas) e de Pesquisas e Documentação (boletim Conjuntura Econômica) substituindo serviços de terceiros que seriam carregados àqueles órgãos específicos, podem ser enquadradas, para efeitos de apropriação, como despesas de administração fim. Raciocínio análogo pode ser feito quanto aos trabalhos de desenho. As demais atividades devem ser incluídas entre as de administração meio.

5.53) Finalmente, para as despesas de conjunto, só se pode adotar como critério de apropriação o da proporcionalidade.

5.54) Com isso, os dois grandes grupos gerais ficarão:

5.541) Atividades fins - Cr\$  
9.212.473,95 (81.9%)

5.542) Atividades meios -  
Cr\$2.038.731,65 (18.1%)

5.55) Em percentagem dos gastos orçamentários, teríamos :

5.551) Atividades fins - Cr\$  
9.212.473,95 (53.3%)

5.552) Atividades meios -

Cr\$2.038.731,65 (11.8%)

5.553) Inversões orçamen-

tárias - Cr\$6.031.446,20 (34.9%)

5.56) Finalmente, em percentagem de todo o movimento financeiro:

5.561) Atividades fins -

Cr\$9.212.473,95 (23.7%)

5.562) Atividades meios-

Cr\$2.038.731,65 ( 5.3%)

5.563) Inversões orçamen-

tárias - Cr\$6.031.446,20 (15.5%)

5.564) Mutações patrimo-

niais - Cr\$21.532.280,00 (55.5%).

5.57) O número percentual do item 5.542 pode parecer excessivo, mas é preciso não esquecer que a Fundação, além de um horário de trabalho que vai das 7 às 23 horas, presta serviços de administração meio, graciosamente, à Faculdade Nacional de Ciências Econômicas, ao Colégio de Aplicação da Faculdade Nacional de Filosofia, aos Cursos do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, à Academia Brasileira de Ciências e a diversas menores (Centro de Estudos Econômicos Mauá, U.N.I.T.E.R., Congresso do Serviço Social), que ocupam áreas respectivamente de 540m<sup>2</sup>, 810m<sup>2</sup> (incluindo recreio), 160m<sup>2</sup>, 100m<sup>2</sup> e 110m<sup>2</sup>.

#### 5.6) Obras novas e de melhoria.

5.61) Além das inversões feitas à conta das dotações orçamentárias, houve outras, traduzidas por obras novas e de melhoria, e que teriam de ser custeadas pelo Fundo Patrimonial, não fôsse o excedente de receita verificado.

5.62) Montaram elas a Cr\$985.317,80, abrangendo prédios novos e respectivos equipamentos, melho-  
ria dos edifícios existentes e de suas instala-  
ções elétricas e hidráulicas, benfeitorias di-  
versas, etc., segundo demonstra o Anexo VII.

5.63) Todas as inversões desse grupo decorreram de  
que a demora da entrega do terreno na Esplana-  
da do Castelo e as dificuldades de financiamen-  
to do prédio a ser nele construído, que se a-  
gravarão no financiamento do futuro prédio em  
Botafogo, fazem prever uma ocupação, ainda por  
vários anos, dos imóveis neste último logradou-  
ro, o que tornara aconselhável, enquanto havia  
sobras nas disponibilidades orçamentárias, uma  
melhoria técnica e econômica das condições de  
funcionamento dos vários serviços ali sediados.

#### 5.7) Formação de patrimônio.

5.71) Com as inversões feitas através de dotações  
orçamentárias e o saldo obtido no exercício,  
o patrimônio efetivo da Fundação elevou-se a  
Cr\$89.820.811,20, sem incluir a parcela de  
Cr\$50.000.000,00 relativa ao terreno doado pe-  
la Prefeitura do Distrito Federal, pois ape-  
zar de ser um compromisso irretratável, até  
o presente não foi realizado, estando, por  
consequente, nas mesmas condições que os pro-  
metidos pelo Estado e pela Prefeitura de São  
Paulo.

5.72) Esse total, devido as mutações patrimoniais  
mencionadas no Capítulo 3, a constituição des-  
se patrimônio, em 31 de dezembro próximo pas-  
sado, era o seguinte:

5.721) Imóveis -	Cr\$	33.334.594,30
5.722) Moveis -	Cr\$	6.838.295,80

5.723) Títulos -	Cr\$	41.244.445,00
5.724) Caixas e Bancos-Cr\$		1.465.526,10
5.725) Diversos -	Cr\$	6.937.950,00.

5.73) A evolução do patrimônio pode ser acompanhada no Anexo VIII.

## 6) ATIVIDADES DE ENSINO

### 6.1) Generalidades

6.11) Foi de grande experiência para a Fundação o desenvolvimento das atividades de ensino no ano de 1948.

6.12) Excetuadas as pesquisas educacionais, que ainda não puderam ser iniciadas, bem como a parte de divulgação dos trabalhos documentários, todos os outros tipos de atividades do campo considerado foram levados a efeito:

6.121) Documentação.

6.122) Estudos, informações e pareceres.

6.123) Normatização.

6.124) Planejamento.

6.125) Implantação.

6.126) Execução

6.127) Orientação, coordenação e controle.

6.128) Apuração de resultados.

6.13) A distribuição dessas atividades foi a seguinte:

6.131) Direção Geral- as dos itens 6.121, 6.122, 6.123, 6.124, 6.125, 6.127 (na parte técnica) e 6.128.

6.132) Secretaria- as dos itens 6.126 (na parte administrativa) e 6.127 (idem).

6.133) Cursos- as do item 6.126 (na parte técnica).

6.14) Na fase presente, em que a documentação está crescendo pela constituição da base geral inicial, a normatização e o planejamento têm um papel preponderante e são freqüentes as tarefas de implantação, forçosamente a Direção Geral, dentro do Departamento de Ensino, apresenta um desenvolvimento acima do necessário em regime de funcionamento normal.



6.15) Futuramente, essa situação tenderá a um justo equilíbrio, pela criação e individualização das pesquisas educacionais, pela transferência de elementos da Direção para atividades executivas e pelo incremento destas até o máximo permitido pelas disponibilidades orçamentárias.

6.2) Atividades desenvolvidas em 1948

6.21) A enumeração completa das atividades do Departamento de Ensino pode ser vista no relatório do respectivo Diretor, constante do Anexo XI.

6.22) Limitar-nos-emos, portanto, a focalizar alguns aspectos principais.

6.23) Os planos de cursos, descritos na íntegra no Anexo X, perfizeram um total de 16, abrangendo 73 cursos, afora mais quatro planos ainda em andamento. Referiram-se êles aos assuntos abaixo:

6.231) Planos de reestruturação:

6.231,1) 2 Cursos de Desenho Técnico

6.231,2) 6 Cursos de Secretariado, Administração e Estatística.

6.231,3) Total: 2 planos; 8 cursos.

6.232) Planos novos:

6.232,1) Escola Técnica de Comércio, envolvendo 12 cursos: Comércio e Propaganda, Contabilidade, Administração, Secretariado, Estatística, Prático de Secretariado, Prático para Auxiliares de Administração, Prático para Auxiliares de Estatística, Aperfeiçoamento em Secretariado, Aperfeiçoamento para Administradores de Empresas Industriais e Comerciais, Aperfeiçoamento em Estatística, Aperfeiçoamento para Professores do Ensino Comercial.

- 6.232,2) Escola Agrotécnica, abrangendo, além de Cursos estruturados na Lei Orgânica do Ensino Agrícola, os seguintes: 4- Didática do Ensino Agrícola, Administração do Ensino Agrícola, Formação de Técnicos em Pesquisas Rurais e Magistério de Economia Rural Doméstica.
- 6.232,3) Curso de Orientação Pedagógica de Professores de Ensino Supletivo.
- 6.232,4) Curso sobre Arte de Falar em Público.
- 6.232,5) Seminário de Metodologia e Filosofia das Ciências.
- 6.232,6) 2 Séries de Cursos pelo Rádio
- 6.232,7) Cursos de Aperfeiçoamento de Servidores da Fundação, incluindo 2 inicialmente - Português e Datilografia.
- 6.232,8) Total: 7 planos; 23 cursos.
- 6.233) Planos de desenvolvimento de pré-planos do exercício anterior:
- 6.233,1) 5 Cursos de Aperfeiçoamento para realização em colaboração com o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, a saber : Seminário Pedagógico para Diretores de Escolas Normais, Seminário de Construção de Prédios Escolares, Curso de Especialização para Professores de Didática e Prática de Ensino, Curso de Aperfeiçoamento para Professores de Português de Escolas Normais e Curso de Aperfeiçoamento para Professores de Matemática de Escolas Normais.
- 6.233,2) 3 Cursos de Formação de Técnicos em Meteorologia: Curso de Formação de Observado

res Meteorológicos, Curso de Formação de Instrutores e Inspetores de Serviços Meteorológicos e Curso de Formação de Meteorologistas.

6.233,3) Total: 2 planos; 8 cursos.

6.234) Planos em colaboração com outros órgãos da Fundação;

6.234,1) Curso de Formação de Psicotécnicos (Instituto de Seleção e Orientação Profissional).

6.234,2) Curso de Observação Psicológica dos Escolares (idem).

6.234,3) Curso de Conferências sobre o Problema da Fadiga (idem).

6.234,4) Total: 3 planos; 3 cursos.

6.235) Planos em colaboração com órgãos estranhos à Fundação;

6.235,1) Curso de Introdução ao Serviço Social (Associação de Educação Familiar e Social).

6.235,2) 29 Cursos Práticos Agrícolas (Escola Wenceslau Belo), abrangendo as seguintes 14 especializações, com 15 repetições: Botânica Agrícola, Contabilidade Agrícola, Economia e Administração Rural, Enxertia, Floricultura, Organização de Herbários, Organização de Museu de Produtos Vegetais, Organização de Museu Zoológicos, Reflorestamento, Restauração de Pomares, Solos e Adubação, Viveirista e Zoologia Agrícola.

6.235,3) Total: 2 planos, 30 cursos.

6.236) Planos em andamento:

6.236,1) Colégio de Nova Friburgo.

res Meteorológicos, Curso de Formação de Instrutores e Inspetores de Serviços Meteorológicos e Curso de Formação de Meteorologistas.

6.233,3) Total: 2 planos; 8 cursos.

6.234) Planos em colaboração com outros órgãos da Fundação;

6.234,1) Curso de Formação de Psicotécnicos (Instituto de Seleção e Orientação Profissional).

6.234,2) Curso de Observação Psicológica dos Escolares (idem).

6.234,3) Curso de Conferências sobre o Problema da Fadiga (idem).

6.234,4) Total: 3 planos; 3 cursos.

6.235) Planos em colaboração com órgãos estranhos à Fundação:

6.235,1) Curso de Introdução ao Serviço Social (Associação de Educação Familiar e Social).

6.235,2) 29 Cursos Práticos Agrícolas (Escola Wenceslau Belo), abrangendo as seguintes especializações, com 15 repetições: Botânica Agrícola, Contabilidade Agrícola, Economia e Administração Rural, Enxertia, Floricultura, Organização de Herbários, Organização de Museu Zoológicos, Reflorestamento, Restauração de Pomares, Solos e Adubação, Viveirista e Zoologia Agrícola.

6.235,3) Total: 2 planos, 30 cursos.

6.236) Planos em andamento:

6.236,1) Colégio de Nova Friburgo

6.236,2) Escola Superior de Administração

6.236,3) Curso de Voluntárias e Auxiliares de En  
fermagem.

6.236,4) Cursos solicitados pelo Departamento Na  
cional de Previdência Social.

6.24) Dos cursos planejados, 8, que pertenciam à Funda -  
ção e já vinham sendo executados, sofreram apenas u-  
ma reestruturação (os dos itens 6.231,1 e 6.231,2, ao  
passo que 33 foram implantados, sendo 3 próprios( os  
dos itens 6.234,1; 6.234,2; e 6.234,3) e 30 de cola-  
boração (os dos itens 6.235,1 e 6.235,2); 14 deverão  
começar no início de 1 949 (os dos itens 6.232,1 e  
6.232,7); 10 provavelmente terão lugar em 1 949 ( os  
dos itens 6.232,2, 6.232,3 e 6.233,1); os restantes  
7 possivelmente não se realizarão (os dos itens  
6.232,4; 6.232,5; 6.232,6; e 6.233,2). Assim, o to-  
tal de cursos em funcionamento, em 1 948, foi de 41,  
com os característicos transcritos nos quadros de  
contrôle, que foram o Anexo XII, e que assim se re-  
sumem:

6.241) Cursos próprios (11)

6.241,1) Alunos matriculados no início 762.

6.241,2) Alunos matriculados no término- 528.

6.241,3) Frequência média de alunos- 79.1%

6.241,4) Alunos habilitados- 351.

6.241,5) Professôres- 118.

6.241,6) Aulas- 5 667.

6.241,7) Apostilhas originais- 2 843.

6.241,8) Total de apostilhas distribuídas  
145 904.

6.241,9) Receita - CR\$222.766,00

6.242) Cursos de colaboração (30)

6.242,1) Alunos matriculados no início 1 182.

- 6.242,2) Alunos matriculados no término - 738
- 6.242,3) Frequência média de alunos 75.1%
- 6.242,4) Alunos habilitados- 689
- 6.242,5) Professôres- 53
- 6.242,6) Aulas- 575
- 6.242,7) Apostilhas originais- 118
- 6.242,8) Total de apostilhas distribuídas- 6 297
- 6.242,9) Receita- CR\$11.209,00

6.25) Vê-se que ainda há uma forte desistência de alunos , pois, em média a relação do número dos que terminam para o dos que se matriculam foi, para os cursos próprios, de 30.7% e, para os cursos de colaboração, de 37.6%.

6.26) Esse inconveniente cairá de muito: quando forem feitos, sistematicamente, exames vestibulares, favorecendo a constituição de turmas mais fortes e homogêneas; quando se criar um serviço de emprêgo, o que , até o presente, não pode ser feito; e finalmente , quando os certificados de conclusão dos cursos tiverem significação oficial.

6.27) Quanto á qualidade do ensino, graças principalmente ao excelente planejamento, tem sido bastante satisfatória; cada ano que se passa, é ela melhorada, bem como o rendimento econômico de sua obtenção. Os aperfeiçoamentos introduzidos são traduzidos em normas de serviço, estando a consolidação destas consubstanciada em um projeto de Regulamentação dos Cursos.

### 6.3) Tendências atuais.

6.31) Conforme constou do plano de trabalhos para 1 949, que acompanhou a correspondente proposta orçamentária, a tendência atual é para acabar com os cursos isolados ou grupados e passar a uma fase de constituição de Escolas.

6.32) Isso permitirá organizar um sistema perfeitamente definido, sem perda da necessária flexibilidade, ao mesmo tempo que emprestará um valor oficial aos certificados insentivando a conclusão dos cursos, e reduzirá a um mínimo os pedidos de cursos fora dos campos de interesse da Fundação, os quais, além de tomarem muito tempo à Direção Geral, em poucos casos são levados a termo.

6.33) Com pequenas alterações ditadas por fatos posteriores, o plano a que alude o item 6.31 pode assim ser resumido:

6.331) Escolas de nível médio:

6.331,1) Colégio de Nova Friburgo (acôrdo com a Prefeitura Municipal de Nova Friburgo).

6.331,2) Escola Técnica de Comércio (ensino secundário dentro da Lei Orgânica de Ensino Comercial; iniciativa da Divisão do Ensino Comercial do Ministério da Educação e Saúde, aproveitando como núcleo os atuais cursos de administração, e que será auxiliada, mediante acôrdo, pelas Administrações Nacional e Regional do S.E.N.A.C.)

6.331,3) Escola Técnica Industrial (ensino secundário dentro da Lei Orgânica do Ensino Industrial; teria como base os atuais cursos de desenho e se estenderia a outros que não dissessem respeito à execução de técnicas operatórias industriais e, portanto, não exigissem equipamento específico; possivelmente se conseguiria ajuda das Administrações Nacional e Regional do S.E.N.A.I.).

6.331,4) Escola Agrotécnica (ensino secundário dentro da Lei Orgânica do Ensino Agrícola;

conteria o mínimo de cursos de formação específica permitido pela legislação vigente e se dedicaria, principalmente, ao preparo de professores, administradores e pesquisadores rurais; iniciativa do Ministério da Agricultura, que, se efetivada, contará com o apoio deste para 2/3 das despesas).

#### 6.332) Escolas de nível superior:

6.332,1) Escolas Superiores de Administração, com as especializações em Administração Pública e em Administração de Negócios (será uma no Rio de Janeiro e outra em São Paulo, dependendo ambas de reforma da legislação em vigor sobre o ensino superior, a ser estudada, em conjunto, pelo Ministério da Educação e Saúde e por esta Fundação; a de São Paulo conterà apenas o Curso de Administração de Negócios e só será criada quando se efetivar a doação do Conde Francisco Matarazzo).

6.332,2) Escola Superior de Economia (funcionando atualmente em regime de acordo, que aproveita a Faculdade Nacional de Ciências Econômicas).

6.332,3) Escola Superior de Sociologia (reservada a cogitações futuras e que, possivelmente, terá, em anexo, alguns cursos regulares de serviço social, em nível médio: formação de auxiliares, assistentes e superintendentes sociais).



- 6.34) Dentro dêsse esquema, que está sintetizado no quadro do Anexo XII, os cursos de aperfeiçoamento e especialização de servidores da Fundação, poderão surgir como cursos práticos, de extensão, aperfeiçoamento e especialização das Escolas citadas.
- 6.35) Como cúpola do sistema de estabelecimento de ensino em aprêço e para orientar, coordenar e controlar as atividades respectivas, haverá os seguintes órgãos:
- 6.351) Direção Geral.
  - 6.352) Secretaria.
  - 6.353) Serviço Escolar.
- 6.36) Para investigação, necessária à contínua melhoria dos trabalhos, bem como para disseminação dos resultados, seria oportunamente criado um Serviço de Pesquisas e Divulgação.
- 6.37) Finalmente, para mais rapidamente estender os benefícios da ação da Fundação a todo o território nacional, seria organizado um Serviço Rádio-Educativo.
- 6.38) Tais são as providências aconselhadas pela experiência anterior e, em particular, a do ano de 1948.

## 7) ATIVIDADES DE PESQUISAS E DOCUMENTAÇÃO.

### 7.1) Generalidades.

7.11) No ano de 1948 começou a apresentar unidade e homogeneidade o conjunto de órgãos constitutivos do Departamento em questão. A dificuldade de atingir esse ponto decorreu de vários fatores:

7.111) Início das atividades para atender programas restritos e em setores variados.

7.112) Autonomia inicial de certos órgãos que haviam começado seus trabalhos diretamente subordinados à Direção Executiva, por não estarem ainda constituídas as Direções Gerais respectivas.

7.113) Existência primitiva de dois Departamentos, ou melhor, de um Departamento (Pesquisas) e de duas Divisões independentes (Biblioteca e a de Coleta e Divulgação).

7.12) Entretanto, no exercício passado, os campos de ação foram sendo delimitados, as funções de cada órgão caracterizadas e, em consequência, estabelecidas as estruturas correspondentes; além disso, o que é mais importante, ficou delineado um programa geral de ação, dentro do qual cada unidade terá uma participação definida, em perfeita coordenação com os demais.

7.13) Para chegar a implantação geral desse sistema, todavia, muitos esforços ainda terão de ser dispendidos. Como, porém, as diretrizes para atingir esse objetivo estão fixadas, esperamos, em futuro próximo, alcançar os re -

sultados almejados.

7.14) No ano transato, os trabalhos, que se limitam aos campos das ciências sociais e econômicas, foram desenvolvidos por múltiplos órgãos:

7.141) Direção Geral, incluindo o "staff" de estudos de base.

7.142) Secretaria.

7.143) Núcleo de Economia, com a Equipe de Ren da Nacional.

7.144) Centro de Análise da Conjuntura Econômica.

7.145) Revista Brasileira de Economia.

7.146) Revista de Direito Administrativo.

7.147) Centro de Estudo de Problemas Brasileiros.

7.148) Biblioteca.

7.149) Catálogo Coletivo.

7.15) Além disso, em colaboração com o Departamento Administrativo do Serviço Público e a Im prensa Nacional, funcionou o Serviço de Intercâmbio de Catalogação, que passou ao controle desta Fundação.

7.16) As pesquisas e a documentação específicas dos Departamentos e Institutos da Fundação, ora ain da incipientes, ficaram descentralizadas, mantida a metodologia e a sistemática estabelecidas pelo Departamento de Pesquisas e Documentação, bem como um esquema de informações a êste último, que lhe permita ficar a par das atividades que, neste particular, se venham processando.

7.2) Atividades desenvolvidas em 1948.

7.21) A discriminação geral de atividades consta do Anexo XIII, por forma análoga à adotada para o

Departamento de Ensino.

7.22) Chamaremos atenção aqui, unicamente, para os pontos que nos parecem capitais.

7.23) Na parte de pesquisas, os trabalhos que se referem ao aspecto exclusivamente econômico tiveram um grande avanço em profundidade, com uma tendência à estabilização dos setores de atuação, ao passo que os problemas sócio-econômicos e sociais apresentaram um surto acentuado, tanto em intensidade, como em variedade de campos abordados.

7.24) Assim, os primeiros incluíram:

7.241) Trabalhos de análise da conjuntura econômica, compreendendo:

7.241.1) Evolução do índice mensal de negócios, seu deflacionamento e ajustamento sazonal.

7.241.2) Cálculo de 24 índices econômicos mensais, determinação de seu "trend" e ajustamento sazonal (o prestígio desses índices pode ser verificado pela proposta da direção dos serviços econômicos da ONU, de publicá-los em seu boletim mensal).

7.241.3) Conjuntura atual da economia brasileira nos domínios da agricultura, indústria, comércio, finanças e transporte.

7.241.4) Evolução da conjuntura brasileira desde 1822 até o presente, correlacionada à conjuntura internacional.

7.241.5) Evolução da conjuntura no es -

trangeiro.

7.241,6) Estudos especiais.

7.242) Verificação periódica, em mesas redondas, do andamento e resultados da determinação do Balanço de Pagamentos e dos Índices de Preços, a cargo, respectivamente, do Banco do Brasil e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

7.243) Estudo do método para estimativa da Renda Nacional, estabelecimento conseqüente de um plano de ação e organização de uma equipe para esse fim, cujos trabalhos começaram em novembro.

7.25) Enquanto isso, no campo sócio-econômico e em sua base demográfica, vários estudos foram levados a efeito, acompanhados de abundante documentação específica (trabalhos todos a ultimar em 1 949):

7.251) Dinâmica demográfica:

7.251,1) Evolução da população do país segundo a logística.

7.251,2) Óbitos, gerais específicos.

7.252) Economia Social:

7.252,1) Alimentação.

7.252,2) Habitação.

7.252,3) Valor Econômico do Homem.

7.252,4) Salários.

7.252,5) Custo de vida.

7.252,6) Mercado de trabalho.

7.252,7) Migrações.

7.253) Previdência Social:

7.253,1) Regime Financeiro.

7.253,2) Lei Orgânica .

7.26) No tocante à parte de documentação, vários tipos foram realizados em 1948:

7.261) Coleta e sistematização do material documentário geral necessário aos campos principais de atividades da Fundação: educação, organização, seleção e orientação profissional, economia, sociologia.

7.262) Coleta e sistematização do material documentário específico para os trabalhos de planejamento, normatização e pesquisas.

7.263) Divulgação do material documentário sistematizado, resultados de estudos e pesquisas, bem como trabalhos interessantes diversos, dentro dos seguintes setores:

7.263,1) Economia, abrangendo análise da conjuntura econômica (Boletim Conjuntura Econômica), doutrina e bibliografia (Revista Brasileira de Economia) e monografias (Avulsos).

7.263,2) Direito Administrativo, incluindo doutrina, jurisprudência, bibliografia, legislação e comentários diversos (Revista de Direito Administrativo).

7.263,3) Problemas brasileiros, compreendendo os aspectos social, econômico, demográfico, administrativo, educacional, de higiene, etc. ("Série Problemas Brasileiros" e trabalhos básicos

avulsos diversos, como a tradução comentada do Relatório da Missão Cook, a síntese do Relatório da Comissão Organizadora do Instituto de Serviços Sociais do Brasil, êstes últimos ambos em andamento, etc).

7.27) Além dessas atividades que se destinam ao apóio direto ou refôrço indireto dos programas específicos da Fundação, outras há de interesse geral, mas que demorarão algum tempo antes que seus efeitos se possam fazer sentir em tôda a plenitude:

7.271) Serviço de Intercâmbio de Catalogação, destinado a:

7.271,1) Aperfeicoar e baratear o trabalho de catalogação e classificação de publicações.

7.271,2) Difundir as técnicas correspondentes, tornando-as acessíveis a todos os interessados.

7.271,3) Melhorar os serviços de catalogação e classificação das bibliotecas, descongestionando as maiores, que não disponham de pessoal em quantidade suficiente, e propiciando a existência das menores, que não possuam pessoal qualitativamente habilitado.

7.271,4) Facilitar outras utilizações do material documentário, como catálogos coletivos, bibliografias, etc.

7.272) Catálogo Coletivo, objetivando facilitar aos estudiosos a localização de livros nas principais bibliotecas do país, com serviço de empréstimo.

7.273) Catalogação analítica, Bibliografia Corrente e Bibliografias Específicas, para ensejar uma organização adequada de referências bibliográficas.

7.28) A apresentação de dados quantitativos não tem grande significação, em se tratando de atividades de pesquisas, e só, , tem, em parte, no caso dos trabalhos de documentação "maxime" nos dos tipos dos itens 7.271 a 7.273, que exigem cuidadoso planejamento prévio e intensa ação preparatória inicial. Em todo o caso, para dar uma idéia do vulto dos serviços, apresentaremos alguns elementos nesse sentido:

7.281) Biblioteca:

7.281,1) Publicações obtidas por permuta ou doação -	7.800
7.281,2) Publicações adquiridas -	243
7.281,3) Publicações encomendadas -	1.012
7.281,4) Publicações registradas -	8.225
7.281,5) Publicações classificadas -	1.807
7.281,6) Publicações catalogadas -	1.126
7.281,7) Fichas datilografadas -	16.304



7.281,8) Cabeçalhos de as sunto datilografados -	3.103
7.282) Catálogo coletivo (abrangendo 41 bi - bliotecas).	
7.282,1) Fichas compila - das -	10.229
7.282,2) Fichas copiadas -	16.062
7.282,3) Fichas ordenadas -	32.027
7.282,4) Fichas identifi - cadas -	54.332
7.282,5) Fichas arquivadas -	38.667
7.282,6) Fichas pesquisa - das -	1.341
7.282,7) Fichas corrigi - das -	4.047
7.282,8) Fichas remissivas e referências -	1.403
7.282,9) Fichas datilogra - fadas -	9.080
7.282,10) Fichas de identi - dade -	6.618
7.282,11) Fichas caracteri - zadas -	27.558
7.282,12) Fichas guias -	60
7.283) Serviço de Intercâmbio de Cataloga - ção (com a cooperação de 43 bibliote - cas).	
7.283,1) Fichas produzidas -	4.700
7.283,2) Fichas principais enviadas à impressão	3.670
7.283,3) Fichas remissivas enviadas à impressão -	28

7.283,4) Fichas princi - pais recebidas da impressão .	2.826
7.283,5) Fichas remissi- vas recebidas da impressão -	205
7.283,6) Fichas impres - sas distribuídas por venda -	188.000
7.283,7) Fichas impressas distribuídas por cooperação -	42.234
7.283,8) Assinaturas no - vas -	33
7.283,9) Assinaturas reno vadas -	10
7.283,10) Venda de fichas-	35.479,10
7.284) Boletim Conjuntura Econômica:	
7.284,1) Números editados-	12
7.284,2) Média de páginas por número -	44
7.284,3) Média de exempla res por número -	7.000
7.284,4) Assinaturas novas-	751
	(Cr\$ 69.027,40)
7.284,5) Assinaturas reno - vadas -	73
	(Cr\$ 6.938,40)
7.284,6) Venda avulsa -	
	(Cr\$ 9.830,70)
7.284,7) Anúncios -	110
	(Cr\$ 51.070,50)
7.284,8) Receita anual to tal -	(Cr\$136.867,00)

## 7.285) Revista Brasileira de Economia

7.285,1) Número editados -	4
7.285,2) Média de páginas por número -	125
7.285,3) Média de exemplares por número -	2.000
7.285,4) Assinaturas novas -	547
(Cr\$ 17.554,10)	
7.285,5) Assinaturas renovadas -	55
(Cr\$ 1.993,60)	
7.285,6) Venda avulsa -	
(Cr\$ 3.660,00)	
7.285,7) Anúncios - 19	(Cr\$ 2:960,00)
7.285,8) Receita anual total -	(Cr\$ 26.167,70)

## 7.286) Revista de Direito Administrativo

7.286,1) Números editados -	5
7.286,2) Média de páginas por número -	450
7.286,3) Média de exemplares por número -	2.000
7.286,4) Assinaturas novas -	286
(Cr\$ 15.086,20)	
7.286,5) Assinaturas renovadas -	71
(Cr\$ 4.238,00)	
7.286,6) Venda avulsa	(Cr\$ 16.680,00)

7.286,7) Receita anual

total - Cr\$ 36.004,20

7.287) Série, "Summa" e Avulsos.

7.287,1) Nº dos edita -

dos - 14

7.287,2) Nº do prelo -

1

7.287,3) Receita anual

total - Cr\$ 12.466,60

### 7.3) Tendências atuais.

7.31) As atividades de pesquisas, no exercício de 1948 evidenciaram a necessidade de um controle centralizado dos programas parciais correspondentes, ou, então, a de uma reorganização estrutural, que restringisse a um mínimo as possibilidades de paralelismos, interferências e oposições. De fato, na organização presente, embora os setores de ação das unidades estejam teoricamente definidos, como sua caracterização decorre de critérios diversos, ora o da importância dos problemas ("staff" de estudos de base), ora o do campo científico (Núcleo de Economia, Centro de Análise da Conjuntura Econômica), ora, ainda, o da limitação geográfica (Centro de Estudos de Problemas Brasileiros), fica dificultada a tarefa de orientação e coordenação dos trabalhos. Não se trata, entretanto, propriamente, de erro de planejamento, mas de contingências ligadas à necessidade de um desenvolvimento rápido dos trabalhos, à oportunidade do aproveitamento de bons elementos especializados em de-

terminados assuntos, às facilidades conseguidas para certos estudos, à conveniência, para o país, do estudo de questões fundamentais, etc. O mal está, porém, localizado, de modo não somente a serem prevenidos seus efeitos prejudiciais, mas também de ser feita progressivamente a correção das causas que o determinam. A reorganização interna do Departamento, conquanto suscetível de melhorar as condições atuais, não significará a solução definitiva do assunto, pois esta dependerá de reestruturação geral da própria Fundação, conforme sugere o organograma do Anexo XIV.

7.32) Já na parte de documentação, a estrutura existente satisfaz perfeitamente, necessitando apenas: de algumas recomposições internas, dentro das unidades; de um melhor aparelhamento, para atender quantitativamente à solicitação crescente dos serviços; de medidas transitórias, para permitir a atualização de trabalhos acumulados; e, enfim, de um sistema de perfeito entrosamento com as atividades documentárias executadas diretamente por outros Departamentos e Institutos.

7.33) Pelo exposto verifica-se que, enquanto não fôr possível planejar uma reestruturação geral da Fundação, será suficiente para a melhoria dos serviços do Departamento de Pesquisas e Documentação, uma revisão na estrutura interna dos órgãos que o compõe e demais providências constantes do item 7.32, bem como uma centralização progressiva dos trabalhos de seminário, até atingir o seminário central de pesquisas, sugerido na reorganização que consta do Anexo XV.

7.34) De qualquer forma, porém, já com as condições atuais, os trabalhos do Departamento em causa têm sido sobremodo satisfatórios, como atestam a variedade e profundidade das pesquisas efetuadas, o início promissor do Catálogo Coletivo, as perspectivas favoráveis do Serviço de Intercâmbio de Catalogação, a excelência e sucesso das publicações, e a grande extensão assumida pelas atividades de intercâmbio, etc.

## 8) ATIVIDADES DE ORGANIZAÇÃO

### 8.1) Generalidades

8.11) Desde o início de sua administração, foi programa desta Direção Executiva, no campo da organização racional, dar prioridade máxima aos seguintes trabalhos:

8.111) Realização de atividades de base, que compreenderiam:

8.111,1) Seleção de Pessoal

8.111,2) Classificação de profissões e de funções dentro destas.

8.111,3) Estudos de ambientes de trabalho.

8.111,4) Racionalização de material.

8.111,5) Estudo de rotinas típicas de trabalho.

8.112) Reorganização, em moldes que pudessem ser - vir de exemplo à sua futura clientela, dos serviços desta Fundação.

8.12) Em 1948, ano em que assumiram uma feição sistemática os trabalhos de organização, não foi possível, ainda, agir na forma prevista, quanto aos trabalhos do primeiro grupo. Com efeito, se com a prioridade absoluta que lhes foi concedida, sempre foram tratados, com preferência e especial cuidado, os problemas de reorganização interna desta Fundação, fatos - res vários impediram um desenvolvimento em ritmo adequado das atividades fundamentais, como:

8.121) Dificuldades de obtenção de pessoal técnico.

8.122) Solicitações de trabalhos, por parte de entidades estranhas.

8.123) Tratamento de questões restritas isoladas, ensejadas por condições especiais favoráveis.

## 8.2) Atividades desenvolvidas em 1 948

8.21) Pelas circunstâncias expostas, resumiram-se os problemas de base ao tratamento de casos de seleção de pessoal, em colaboração com o Instituto de Seleção e Orientação Profissional, e a estudos de racionalização de material, em conjunto com a Associação Brasileira de Normas Técnicas, dos quais participou diretamente o Diretor Executivo.

8.22) Nessas condições, podemos distribuir os trabalhos realizados em 1 948, em 5 grupos:

8.221) Seleção de pessoal; abrangendo um conjunto de 1041 candidatos, de que foram habilitados 52 conforme indica o Anexo XVII, e que assim se distribuiu:

8.221,1) 3 Concursos para Datilógrafos (o último terminado em 1 949)

8.221,2) Prova de suficiência interna, para servidores administrativos.

8.221,3) Concurso para Auxiliar de Curso

8.221,4) Diversas provas de habilitação para mensageiros.

8.221,5) Prova de Seleção para auxiliares técnicos de Centro de Análise da Conjuntura Econômica.

8.221,6) Concurso para Contador do Banco Econômico da Bahia.

8.221,7) Concurso para Contador da Prolar SA.

8.222) Racionalização de Material, incluindo:

8.222,1) Padronização de Móveis escolares.

8.222,2) Padronização de material didático em geral.

8.223) Trabalhos de organização interna (normas de serviço e reestruturação de órgãos), compreendendo:



- 8.223,1) Instruções Gerais para Realização de Concursos.
- 8.223,2) Instruções sobre Funções de Chefia, Assistência e Secretariado.
- 8.223,3) Instruções sobre promoção e melhoria de salário.
- 8.223,4) Instruções sobre horário e apuração de frequência.
- 8.223,5) Instruções para aquisição de publicações.
- 8.223,6) Revisão dos Atos de estruturação dos Departamentos de Ensino, de Pesquisas e Documentação e de Organização e Superintendência Administrativa.
- 8.223,7) Projeto de reorganização do Instituto de Seleção e Orientação Profissional.
- 8.223,8) Reorganização da Mecanografia, Restaurante e Zeladoria.
- 8.223,9) Estudos de rotinas de trabalho para as Secções de Pessoal e de Comunicações, bem como para a Secretaria do Departamento de Ensino.
- 8.223,10) Projeto de Regimento para o Instituto Matarazzo (Escola Superior de Administração de Negócios), em colaboração com o Departamento de Ensino.
- 8.223,11) Início da elaboração de normas para correspondência.
- 8.223,12) Tabela para pagamento de trabalhos de desenho por tarefa.
- 8.224) Trabalhos de organização e planejamento para terceiros:
  - 8.224,1) Elaboração do Plano de Migração e Colonização.

8.225) Trabalhos especiais (ainda em comêço):

8.225,1) Tradução de uma monografia relativa ao

"Treinamento para Simplificação de Métodos de Trabalho".

8.225,2) Elaboração de um Caderno para "Treinamento Prático dos Mensageiros"

8.225,3) Estudo para o preparo de um filme documentário sobre organização.

8.225,4) Plano para organização de um boletim Interno da Fundação.

8.23) Além dessas atividades típicas de organização, resolveu esta Direção, no mês de agosto, subordinar administrativamente ao Departamento em aprêço a Divisão de Serviços Especiais, que abrangia os setores de Mecanização, Desenho, Zeladoria, Restaurante, Oficinas e Obras. Os objetivos colimados foram:

8.231) Favorecer u'a maior rapidez no conhecimento da situação existente, no planejamento das modificações a introduzir e na implantação destas.

8.232) Propiciar ao Departamento de Organização um completo entrosamento com serviços, em geral, do tipo industrial e assistencial, experiência de grande utilidade para quando forem feitos contratos de organização com terceiros.

8.233) Permitir uma tentativa de auto-suficiência nos setores considerados, assistida diretamente pelos órgãos técnicos competentes, de modo a verificar a possibilidade de obtenção, com serviços próprios, de condições mais vantajosas que as atualmente oferecidas com serviços de terceiros.

8.24) Entretanto, não obstante alguns resultados favoráveis em certos setores, a experiência, em seu conjun

to, não foi coroado de êxito, o que se pode atribuir, entre outros, aos seguintes fatores:

- 8.241) Deficiência de técnicos para secundar a ação do Diretor do Departamento.
  - 8.242) Dificuldade de obtenção de pessoal para as chefias.
  - 8.243) Restrição das possibilidades de crítica construtiva pela fusão das direções do organizador e do organizado.
  - 8.244) Diminuição do controle central, pela delegação necessária a facilitar a ação do Departamento.
  - 8.245) Carência de pessoas habilitadas à execução de apropriações o que prejudica um dos elementos básicos de apuração da eficiência dos resultados - o custo dos serviços.
- 8.25) Para agravar a situação, teve de se afastar de suas funções o Diretor do Departamento de Organização, convidado a trabalhar na UNESCO e não foi possível encontrar pessoa disponível para substituí-lo, à altura da responsabilidade.
- 8.26) Assim, foram tomadas imediatamente as seguintes soluções:
- 8.261) Reduzir progressivamente, até 1949, as atividades dos serviços especiais, eliminando algumas e passando a realizar outras por ajustes com terceiros.
  - 8.262) Enquadrar os serviços remanescentes na Divisão de Administração Geral.
- 8.27) Por outro lado, o próprio problema criado, dentro do Departamento de Organização, com o afastamento e impossibilidade de substituição do Diretor respectivo, tornou aconselhável as seguintes providências:
- 8.271) Restrição provisória dos trabalhos aos relati -

vos à seleção, racionalização de material e à re organização interna desta entidade.

8.272) Redução do quadro de pessoal e enquadramento do órgão dessa forma atrofiado, dentro do Departamento de Pesquisas e Documentação, como Centro de Estudos de Organização Racional.

8.28) As medidas consubstanciadas nos itens 8.26 e 8.27 e respectivas sub-divisões, as quais decorreram das contingências apontadas e da preocupação constante de não desperdiçar os recursos da Fundação, constituíram as tarefas do Departamento de Organização no último período de 1948.

### 8.3) Tendências atuais.

8.31) Na explicação dos trabalhos do Departamento de Organização, no último período de 1948, foram indicadas, sinteticamente, as tendências atuais das atividades respectivas.

8.32) Pouco resta, portanto, a acrescentar a respeito.

8.33) Evidentemente, voltou a ter prioridade absoluta o problema de reorganização interna.

8.34) Dos demais trabalhos, os de seleção, que certamente terão forte incremento, dadas as solicitações de várias entidades a essa Fundação, poderiam ser mantidos na situação atual, isto é, a parte de conhecimentos e o planejamento material dos concursos entregues ao Centro de Estudos de Organização Racional, ao passo que a parte de aptidão e nível mental a cargo do Instituto de Seleção e Orientação Profissional. Caso, porém, a reforma deste tornasse aconselhável, para ele seria transferida a incumbência global.

8.35) Quanto aos de racionalização de material, enquanto o referido Centro não dispusesse de pessoal especializado no assunto, ficariam na alçada do próprio Dire -

tor Executivo, colaborando com elementos da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

- 8.36) Finalmente, mais tarde, e só quando a reorganização geral de que trata o item 8.33 houver sido levada a efeito adequadamente, em extensão e profundidade, seriam atacados outros problemas de base, como os mencionados nos itens 8.111,2; 8.111,3; 8.111,5
- 8.37) Como atenuante às críticas e observações apresentadas no tocante às atividades de organização, cabe observar que, embora, de modo absoluto, não se possa considerar como favoráveis os resultados obtidos no setor em apreço, particularmente no tocante à quantidade, são eles bastante satisfatórios, ao menos de que temos conhecimento, em comparação com os trabalhos de outras entidades que se ocupam de organização em nosso país.

## 9) ATIVIDADES DE SELEÇÃO E ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL

### 9.1) Generalidades

9.11) O Instituto de Seleção e Orientação Profissional, cuja ação se havia iniciado em agosto de 1947, somente no ano findo teve suas atividades exercidas, sistematicamente nos campos em que se propoz atuar, excetuados apenas alguns setores restritos específicos, em que a deficiência de equipamentos ou de pessoal ainda não permitiram a expansão que seria desejável.

9.12) Assim, foram abrangidos os campos básicos de:

9.121) Seleção profissional, compreendendo:

9.121,1) Seleção "a priori" ou anterior à aprendizagem.

9.121,2) Seleção "a posteriori" ou posterior à aprendizagem.

9.122) Orientação profissional, aplicada:

9.122,1) Individualmente, sob as formas parcial, disjuntiva e global.

9.122,2) Coletivamente, através da orientação escolar.

9.123) Readaptação profissional.

9.13) A eles se ajuntaram as atividades correlatas indispensáveis de:

9.131) Serviço Social, com sua ação informativa, exercida mediante entrevistas com os interessados, bem como de investigações para controle das declarações destes últimos e verificação das condições do meio em que atuam.

9.132) Serviço médico, com os exames médico, fisiológico e somatotípico.

- 9.14) Além disso, iniciou-se, em órgão próprio, um tratamento estatístico de material coligido na aplicação de técnicos específicos, para fins de verificação de seus resultados, bem como de ajustamentos, avaliações e outras ações investigatórias, a cerca das mesmas.
- 9.15) Todavia, os trabalhos enumerados no que precede desenvolveram-se mais na base da aplicação de técnicas e do aproveitamento de especialistas, que dentro de uma estrutura funcionalmente planejada. Dessa forma, surgiram certas falhas de organização traduzidas, principalmente, na multiplicidade de contatos do Diretor do Instituto e na existência de serviços com chefia bipartida, na coexistência de órgãos individualizados por critérios diversos, como finalidade, técnica de trabalho, clientela, etc.
- 9.16) O acompanhamento constante das atividades de todos os órgãos da Fundação, permitiu, no caso, a verificação das condições atuais de funcionamento do Instituto, de modo a, ainda muito em tempo, facultar as medidas corretivas necessárias.
- 9.17) Daí resultou o plano de reorganização, já citado em lugar próprio, e que ainda precisa de revisões, para uma completa adequação.
- 9.18) Por outro lado, conveniente se torna, para que a reestruturação prevista possa dar todos os resultados desejados, que se faça um aparelhamento de certos órgãos, bem como um reforço de determinados setores com especialistas nos respectivos campos de ação.
- 9.19) Antes de terminar essa parte introdutória, cabe ainda não esquecer o papel marcante do Instituto na

formação de técnicos, seja através de cursos específicos, planejados e executados com a supervisão do Departamento de Ensino, seja mediante estágios regulamentados.

## 9.2) Atividades desenvolvidas em 1948

9.21) Por forma análoga à adotada para as atividades abordadas nos capítulos anteriores, a descrição minuciosa dos trabalhos foi transferida ao Anexo XVII.

9.22) Daremos, todavia, algumas indicações resumidas sobre o assunto:

### 9.221) Seleção "a priori"

9.221,1) Candidatos ao Instituto Rio Branco (18 candidatos)

9.221,2) Candidatos à bolsas de estudos da Faculdade Nacional de Ciências Econômicas (8 candidatos).

9.221,3) Total- 26 candidatos.

### 9.222) Seleção "a posteriori"

9.222,1) Mensageiro (18 candidatos)

9.222,2) Datilógrafo (126 candidatos)

9.222,3) Auxiliar Administrativo (40 candidatos)

9.222,4) Auxiliar de Curso (247 candidatos)

9.222,5) Auxiliares Técnicos de Pesquisas (55 candidatos)

9.222,6) Serventes de Obra (94 candidatos)

9.222,7) Carpinteiros (39 candidatos)

9.222,8) Técnico de Construção (7 candidatos).

9.222,9) Porteiro (2 candidatos)

9.222,10) Motorista (2 candidatos)

9.222,11) Operador de Máquinas de Endereçamento (9 candidatos)

9.222,12) Contador (9 candidatos)

9.222,13) Total- 648 candidatos.



9.223) Orientação individual:

9.223,1) Parcial- 40 candidatos e 384 provas.

9.223,2) Disjuntiva- 15 candidatos e 252 provas.

9.223,3) Global- 185 candidatos e 2.338 provas.

9.223,4) Total- 240 candidatos e 2.974 provas.

9.224) Orientação escolar (coletiva):

9.224,1) Alunos do Instituto Rabelo- 318 candida  
datos e 887 provas.

9.225) Orientação profissional de cegos:

9.225,1) Alunos do Instituto Benjamim Constant  
(7 candidatos)

9.226) Readaptação profissional:

9.226,1) Inválidos da F.E.B.- 6 candidatos.

9.226,2) Aviadores- 2 candidatos.

9.226,3) Tuberculosos com alta- 2 candidatos.

9.227) Exames de personalidade- 86 candidatos e 918  
provas.

9.228) Serviço Social- 307 entrevistas.

9.229) Serviço Médico:

9.229,1) Exames- 242

9.229,2) Entrevistas- 155.

9.23) No que diz respeito às pesquisas, foi feito:

9.231) Tratamento estatístico do seguinte material:

9.231,1) Psicodiagnóstico Miocinético.

9.231,2) Prova do Catálogo de Livros.

9.231,3) Prova de Classificação de Objetos.

9.231,4) Correlação do tipo somático (Sheldon )  
com os índices de vivência e personali-  
dade (Rorschach).

9.232) Estudo sobre a aprendizagem com perturbações  
estimulantes (prof. Mongruel).

9.233) Estudos para organização de baterias de tes-  
tes diversos e determinação de coeficiente de  
exercitabilidade.

9.24) Quanto às atividades docentes, estão incorporadas ao sistema geral supervisionado pelo Departamento de Ensino.

9.25) A receita anual de seleção e orientação profissional foi de CR\$84.027,60.

### 9.3) Tendências atuais.

9.31) A experiência do ano transato veio indicar uma série de medidas para a melhoria dos trabalhos do Instituto:

9.311) Reorganização interna, com diminuição dos contatos e atribuições executivas do Diretor, perfeita delimitação dos campos de ação das unidades e da responsabilidade de seus dirigentes, homogeneidade nos critérios de estruturação, etc.

9.312) Reforço da parte administrativa.

9.313) Criação do serviço de emprêgo.

9.314) Aparelhamento adequado, particularmente, no caso do serviço de seleção de transporte,, capaz de fornecer uma renda apreciável à Fundação.

9.315) Organização conveniente do serviço de orientação escolar, que, sôbre a vantagem de favorecer o encaminhamento adequado dos menores, anteriormente à sua aprendizagem profissional, apresenta a de constituir um grande setor de experimentação, propaganda e renda para a Fundação.

9.316) Introdução de um sistema regulamentado de estágios, ampliando as possibilidades de formação de pessoal e aumentando, economicamente, a capacidade dos serviços.

9.32) A adoção das providências aludidas facultará o melhor aproveitamento das disponibilidades do Instituto, em pessoal e material, ensejando, com pequenos acréscimos das mesmas, uma apreciável expansão das atividades.

## 10) ATIVIDADES DE ADMINISTRAÇÃO GERAL.

### 10.1) Generalidades.

10.11) No início do exercício, abrangiam o conjunto: Pessoal, Material, Comunicações, Orçamento, Contabilidade, Tesouraria, Zeladoria, Mecanização, Restaurante.

10.12) Após o começo das obras no Edifício Darke e sua extensão à Praia de Botafogo, a conveniência da fusão dos serventes de obras e de limpeza deu margem à primeira retirada de atribuições da Divisão de Administração Geral para o novo órgão, a que se seguiram as transferências da Mecanização, do Desenho e do Restaurante. Foi assim criada a Divisão de Serviços Especiais, dentro da qual surgiu depois a Oficina.

10.13) Com isso, a primeira das Divisões mencionadas ficou adstrita às atividades de Pessoal, Material, Comunicações, Orçamento, Contabilidade e Tesouraria, além das funções de publicidade e contatos externos a cargo do "staff" da chefia.

10.14) Tratando-se de unidades antigas, em geral satisfatoriamente organizadas e dispondo de pessoal, em média, convenientemente habilitado, o órgão de Administração Geral passou a atuar em condições bastante favoráveis.

10.15) Particularmente o grupo Orçamento, Contabilidade e Tesouraria, supervisionado pelo Auditor desta Direção Executiva, teve uma ação destacada, "maxime" após a adoção do novo "Plano de Contas (Anexo XVIII), que veio dar unidade a aperfeiçoar as escriturações contá-

bil e orçamentária desta entidade.

10.16) No fim do ano, voltaram as atividades de Mecanografia, Desenho, Restaurante e Zeladoria a ser incorporadas ao conjunto, mas já com uma reorganização interna, embora sumária.

10.2) Atividades desenvolvidas em 1948.

10.21) Podemos sintetizá-las como se segue:

10.211) Pessoal:

10.211,1)	Admissões	191
10.211,2)	Demissões	175
10.211,3)	Fôlhas de Pagamento	77
10.211,4)	Guias de Recolhimento	14
10.211,5)	Boletins de Alteração do IAPC.	5
10.211,6)	Levantamentos de débito do I. A.P.C.	2
10.211,7)	Anotações em Carteiras Profissionais	501
10.211,8)	Licenças	21
10.211,9)	Fichas de Registro de Empregado	382
10.211,10)	Contratos Especiais	2
10.211,11)	Concursos Internos (com 890 candidatos inscritos e 42 aprovados).	3

10.212) Material:

10.212,1)	Valor do material de consumo adquirido- CR\$	671.616,20
10.212,2)	Valor do material de consumo distribuído-CR\$	650.236,30
10.212,3)	Valor do material permanente adquirido- CR\$	520.468,00
10.212,4)	Valor do material permanente distribuído- CR\$	480.126,40
10.212,5)	Valor do material permanente em estoque- CR\$	71.501,60
10.212,6)	Valor do material de consumo em estoque- CR\$	154.551,90
10.212,7)	Nº de requisições atendidas-	1 205
10.213)	Comunicações.	
10.213,1)	Correspondência recebida-	8 148
10.213,2)	Correspondência expedida-	3 670
10.213,3)	Publicações recebidas	7 248
10.213,4)	Publicações expedidas	102 090
10.213,5)	Expediente arquivado	1 185

10.214) Orçamento

10.214,1) Fichas de registro-	3 450
10.214,2) Empenhos	427
10.214,3) Balancetes	12
10.214,4) Trabalhos especiais	2

10.215) Contabilidade

10.215,1) Fichas de registro-	3 450
10.215,2) Análises de Despesa	12
10.215,3) Balancetes	12
10.215,4) Contas movimentadas	1 185
10.215,5) Registros efetuados	38 000

10.216) Tesouraria

10.216,1) nº de pagamentos efetuados por caixa-	6 668
10.216,2) nº de pagamentos efetuados por cheque-	671
10.216,3) Valor de pagamentos efetuados por caixa-	CR\$8.540.927,80
10.216,4) Valor de pagamentos efetuados por cheque-	CR\$22.067.558,50
10.216,5) nº de recebimentos-	395
10.216,6) valor de recebimentos	CR\$ 8.683.844,60

10.22) Para maiores esclarecimentos pode ser visto o anexo XX.

10.3) Tendências atuais.

10.31) As tendências atuais no setor em questão são, quase que exclusivamente, no sentido de manter a estrutura existente e a composição de cada unidade, aperfeiçoando-se certas rotinas de trabalho.

10.32) Assim temos a considerar:

10.321) Pessoal-

10.321,1) Elaboração de um Regulamento Geral de Pessoal.

10.322) Material-

10.322,1) Estabelecimento de Calendário de Requisições.

10.322,2) Aperfeiçoamento da conservação e recuperação de material.

10.323) Comunicações-

10.323,1) Reexame de rotinas para tornar o serviço mais expedito.

10.324) Orçamento-

10.324,1) Normas para a elaboração orçamentária.

10.324,2) Normas para o controle orçamentário.

10.325) Mecanografia.

10.325,1) Aperfeiçoamento de rotinas.

10.326) Restaurante-

10.326,1) Melhoria técnica das refeições.

10.326,2) Melhoria econômica do funcionamento.

## 11) ATIVIDADES AUXILIARES E ASSISTENCIAIS

### 11.1) Generalidades

11.11) Compreenderam a Mecanografia, o Gabinete de Desenho, o Restaurante, a Zeladoria, a Oficina e as obras.

11.12) Os quatro primeiros estavam primitivamente incorporados à Divisão de Administração Geral, sendo destacados e fundidos com os últimos quando estes foram criados, após a adaptação dos pavimentos no Edifício Darke.

11.13) Mais tarde, ficou esse conjunto enquadrado no Departamento de Organização, conforme já foi acima referido, retornando, no fim do ano, à situação primitiva.

11.14) Além das atividades mencionadas, que, a não ser em pequenos períodos, funcionaram sob chefia única, há mais uma a considerar, a qual, embora não formalmente constituída, prestou relevante concurso: é o que poderíamos chamar de Serviço Médico, diretamente subordinado ao Diretor Executivo e orientado pelo Diretor do Departamento de Pesquisas e Documentação, que é médico. O referido Serviço ficou constituído pelo Diretor em aprêço, uma enfermeira e médicos trabalhando em regime de tarefa, além de contar, na parte da manhã, com o médico do Colégio de Aplicação da Faculdade Nacional de Filosofia. Seus Objetivos foram:

11.141) Fazer o exame prévio das pessoas que deviam ingressar na Fundação e, na medida do possível, das que se serviam sistematicamente do restaurante, a fim não só de evitar a admissão de servidores com contra indicações para as atividades a exercer ou com lesões que o transformassem em um peso morto para os serviços, mas também de impedir a propagação de moléstias infeto-conta-



giosas.

11.142) Iniciar exames periódicos dos servidores da entidade, para ficar de sôbre-aviso quanto à contração de moléstias ou o aparecimento de lesões, combatendo-os a tempo, com vantagens sociais para o grupo e econômicas para a instituição.

11.143) Atender a situações de emergência, como as originadas por acidentes de trabalho ou crises súbitas durante os serviços.

## 11.2) Atividades desenvolvidas em 1948.

11.21) Assim podem ser resumidas:

### 11.211) Mecanografia:

11.211,1)	Páginas datilografadas-	1 947
11.211,2)	"Stencils" datilografados-	7 380
11.211,3)	Chapas datilografadas-	3 280
11.211,4)	Apostilhas impressas-	152 201
11.211,5)	Conjuntura Econômica-	978 000
11.211,6)	Cartilhas impressas -	10 000
11.211,7)	Diversos-	3 101 573

### 11.212) Desenho

11.212,1)	Desenhos efetuados-	953
-----------	---------------------	-----

### 11.213) Restaurante

11.213,1)	Almôços servidos	27 550
11.213,2)	Jantares servidos	6 780
11.213,3)	Lunches servidos	57 774
11.213,4)	Receita-	CR\$291.577,20

### 11.214) Zeladoria:

11.214,1)	Área de tacos conserva	
	da-	5244,35 m2
11.214,2)	Área de ladrilhos e ci	
	mento-	1575,50 m2
11.214,3)	Área de azulejos-	765,00 m2
11.214,4)	Área de vidros -	1098,80 m2

11.214,5) Area de pátios	1370,00 m2
11.214,6) Número de aparelhos sanitários -	168

11.22) Quanto ao chamado Serviço Médico, teve como atividades principais:

11.221) Exames de clínica geral-	321
11.222) Exames de clínicas específicas, (cardiologia, metabólica, psiquiátrica, fisiológica, ginecológica, oftalmológica, etc.)	88
11.223) Exames radiológicos	304
11.224) Exames de laboratório	76
11.225) Aplicações de injeções (intramusculares, endovenosas e subcutâneas)	445
11.226) Curativos diversos	279

11.24) Além dessa assistência, o médico do Colégio de Aplicação da Faculdade Nacional de Filosofia prestou o seguinte:

11.241) Consultas-	20
11.242) Curativos	18
11.243) Pequenas intervenções	3
11.244) Injeções	34
11.245) Vacinas	3
11.246) Aplicações fisioterápicas	22

11.25) Maiores informes constam do Anexo XXI.

### 11.3) Tendência atual

11.31) A experiência de 1948 tornou aconselhável, nesse tipo de serviço, tanto quanto possível, a entrega de serviços a terceiros.

11.32) Os serviços próprios, quando apropriados corretamente, representavam um sério "ônus", pelas contribuições de previdência, seguros de acidentes de trabalho -

lho, avisos prévios, indenizações aos que saíam normalmente, pagamento de advogado quando havia dissídio, prejuízo no restaurante, etc.

- 11.33) Assim, para 1949 foi providenciado, mediante concorrência, o contrato de limpeza e conservação com firma especializada, bem como foram tomadas medidas para a paralização, em 31 de dezembro, das obras e trabalhos de oficina executados administrativamente.
- 11.34) Quanto à maquinária da oficina, será aproveitada ou na futura construção da sede, à Esplanada do Castelo, ou no Colégio Nova Friburgo.
- 11.35) Os três outros serviços- Mecanografia- Gabinete de Desenho e Restaurante- tiveram os quadros de pessoal reduzido e, juntamente com o remanescente da Zeladoria, foram incorporados à Superintendência Administrativa.
- 11.36) Finalmente, na parte de assistência médica, julga esta Direção Executiva conveniente, além dos serviços que já vêm sendo prestados, a existência de um médico em caráter permanente, 2 a 3 horas ao dia, no período em que não está presente o médico do Colégio de Aplicação da Faculdade Nacional de Filosofia. Só assim poderão ter andamento as tarefas sistemáticas do setor considerado e, em particular, os exames periódicos de saúde.

## 12) ATIVIDADES REGIONAIS.

### 12.1) Generalidades.

12.11) Em princípio, a Fundação somente desenvolverá atividades regionais sistemáticas onde dispuser de receita local para custear as despesas.

12.12) Entretanto, em alguns casos, ter-se-á de transigir com essa diretriz fundamental, como, por exemplo, quando houver uma concessão de favores especial à Fundação, bem como uma finalidade relevante a atingir, que justifiquem a aplicação de recursos na zona considerada.

12.13) Outrossim, a necessidade dos serviços de certos órgãos desta entidade, poderá determinar a existência de agentes regionais.

12.14) De qualquer forma, por muito tempo, ainda, ficarão assás limitadas, as possibilidades da Fundação nesse sentido.

### 12.2) Atividades desenvolvidas em 1948.

12.21) Restringiram-se aos seguintes casos:

12.211) São Paulo - manutenção de procuradoria para cuidar dos interesses da Fundação, representados: pela administração de duas casas e um terreno; pelos contatos com o Conde Francisco Matrazzo, para dar prosseguimento à efetivação da doação por este prometida; pelos entendimentos com o Estado e a Prefeitura Municipal, relativos às doações por eles compromissadas; pela pequena gerência sobre outras atividades. Além disso, há o cor

respondente local das publicações da Fundação, que também colige dados para o Boletim Conjuntura Econômica e o "staff" técnico do Departamento de Pesquisas e Documentação. Todas as correspondentes despesas são cobertas com o aluguel das duas casas mencionadas.

12.212) Recife, Salvador e Rio Grande do Sul - existência de elemento coletor de dados e divulgador de publicações.

12.213) Nova Friburgo - realização de obras novas e de adaptação, para transformar o imóvel destinado ao Hotel Cascata no Colégio Nova Friburgo.

### 12.3) Tendências atuais.

12.31) Excetuando-se Nova Friburgo, onde, em breve, terão lugar, atividades de vulto, bem como São Paulo, onde, uma vez inaugurado o Instituto Matarazzo, surgirão trabalhos de monta, não é de esperar que, tão cedo, se disponha de recursos para novos programas regionais.

12.32) Apenas as agências locais de disseminação de publicações e coleta de dados tenderão a se multiplicar, atingindo mesmo o estrangeiro; mas isso representará mais uma vantagem para esta entidade, que um benefício para as zonas correspondentes.

12.33) Nessas condições, para que a Fundação possa estender, em futuro próximo, sua ação a todo o território nacional, mister se faz: ou a adoção de ensino com sistema de bolsas, recrutando alunos em todas as Unidades Fe -

deradas, o que é muito oneroso, ou então a criação de cursos pelo rádio, de forma a poder atingir os pontos mais distantes do país.

### 13) BALANÇOS E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

#### 13.1) Generalidades

13.11) O exercício de 1 948 se caracterizou por uma grande movimentação financeira, tanto de recebimentos como de aplicação dos recursos.

13.12) Obedecendo a um plano estabelecido, pôde a Fundação, neste exercício, efetuar inversões de vulto que, se por um lado diminuíram as suas disponibilidades, por outro possibilitaram a execução de grande parte do programa educativo.

13.13) A compra de imóveis que, em face das circunstâncias atuais, ainda continua sendo o melhor meio de preservação do valor do patrimônio, toma aspecto todo particular em nossa instituição, já que principalmente visa atender em base econômica, aos reclamos de instalações para o funcionamento a dequado das atividades fins.

13.14) As peças exigidas pelo art. 31 dos Estatutos fornecem valiosos subsídios, tanto para o conhecimento dos elementos específicos constitutivos do patrimônio, como também dos recursos auferidos e da aplicação aos mesmos dada.

#### 13.2) Balanco Patrimonial.

13.21) A uma primeira análise, evidenciam-se os seguintes elementos:

13.211) Patrimônio lí -

quido - Cr\$ 139.820.811,20

13.212) Enriquecimento

do patrimônio lí

quido no exercício 10.747.590,80

13.213) Índice de solvên  
cia ou líquidês fi  
nanceira mediata 8,38

13.214) Índice de imobi-  
lização do Ativo 64,12%.

13.22) O Anexo XX apresenta a análise do Balanço Patrimonial, salientando os pormenores necessários ao seu completo estudo.

### 13.3) Balanço Econômico.

13.31) Como se discrimina no Balanço Econômico , a receita ascendeu a Cr\$24.436.649,50, clas  
sificada pelos seguintes elementos:

13.311) Subvenções 17.000.000,00

13.312) Rendimentos  
patrimoniais 3.318.932,20

13.313) Receitas de  
operação 820.137,90

13.314) Receita ex-  
traordinária 1.233.061,90

13.315) Receita vin  
culada 6.700,00

13.316) Receita ex-  
tra-financi  
ra 2.057.817,50

13.32) Por seu turno, a despesa só atingiu a Cr\$13.689.058,70, assim:

13.321) Despesa ordi  
nária 11.251.205,60

13.322) Despesa vin-  
culada 6.700,00

13.323) Despesa pa -  
trimonial 1.024.329,60

13.324) Despesa ex -  
tra-financeira 1.406.823,50



13.33) Da diferença desses elementos resulta um "superavit" econômico do valor de Cr\$ .... 10.747.590,80, que, de acordo com o disposto no art. 29 dos Estatutos, deverá ser incorporado ao Fundo Patrimonial ou ter outro destino que a Assembléia Geral houver por bem determinar. Até o presente, os resultados dos exercícios tem sido incorporados ao Fundo Patrimonial, evitando-se, destarte, a formação de fundos especiais.

13.14) A análise da Despesa Ordinária, Anexo XXI, permite melhores esclarecimentos sobre o assunto.

13.4) Balanco Financeiro.

13.41) A Fundação como se depreende da análise do Balanco Financeiro, recebeu, neste exercício, Cr\$25.381.759,10 e pagou Cr\$ ..... 35.797.227,00. O saldo em Caixa e em Bancos, transferido do exercício anterior, foi de Cr\$15.643.321,70 e o que passa ao futuro exercício soma Cr\$5.227.853,80.

13.42) A receita financeira se efetuou pelos seguintes grupos:

13.421) Receita própria -  
mente dita Cr\$ 21.414.921,20

13.422) Realização de ativo financeiro 3.966.837,90

13.43) Enquanto que a despesa financeira se processou pelos a seguir:

13.431) Despesa própria -  
mente dita 9.876.197,50

13.432) Aplicação financeira 476.101,90

13.433) Inversão permanente 24.178.675,70

13.434) Resgate de pas-

sivo

1.266.251,90

13.44) A diferença entre a receita constante do Balanço Econômico e do Balanço Financeiro é resultante da não arrecadada no exercício e contabilizada para seu recebimento futuro, e da receita em valores outros que não dinheiro. Do mesmo modo a diferença entre a desresa constante dos dois balanços é conseqüên-cia da não paga no exercício e registrada para futuro pagamento.

13.5) Análise da Execução Orçamentária.

13.51) A execução orçamentária se efetuou com uma aproximação da previsão bastante razoável, considerando-se os fatores atuantes no de - correr do período.

13.52) Algumas rubricas da receita não atingiram a cota prevista, outras igualaram-na e ou - tras ainda ultrapassaram-na, dando o conjun - to total um excesso da realização sobre a previsão da ordem de Cr\$3.372.132,00.

13.53) As verbas da despesa, considerando-se as dotações orçamentárias, as transposições e fetuadas - para atender o novo "Plano de Contas" e os destaques suplementares das disponibilidades, ofereceram tôdas saldo, em geral de pequeno porte, com um valor glo - bal de Cr\$1.567.348,20.

13.54) O Anexo XXII aprecia o problema em suas minúcias.

**BALANÇO PATRIMONIAL**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 1948**  
 (Alínea a do art. 31 do Estatutos)

**1- ATIVO**

**11- ATIVO FINANCEIRO**

**111- Ativo Disponível**

1111- Caixa Geral	171.598,10	
1112- Bancos	<u>5.056.255,70</u>	5.227.853,80

**112- Ativo Realizável a Curto Prazo**

1121- Devedores Diversos	53.772,70	
1122- Subvencionadores c/Receber	350.000,00	
1123- Doadores- c/Receber	<u>4.381.500,00</u>	
1124- Devedores p/Adiantamentos	354.201,10	
1125- Receita a Arrecadar	681.058,20	
1126- Valores Mobiliários	<u>41.244.445,00</u>	47.064.977,00

**113- Ativo Realizável a Longo Prazo**

1131- Devedores Diversos	1.260,00	
1132- Doadores c/Realizar	350.000,00	
1133- Almoarifado Geral	<u>419.085,00</u>	770.345,00
		53.063.175,80

**12- ATIVO PERMANENTE**

**121- Bens Tangíveis**

1211- Bens Imóveis	29.940.332,90	
1212- Bens Móveis	<u>7.312.134,90</u>	37.252.467,80

**122- Bens Intangíveis**

1221- Bens Imateriais		<u>180.000,00</u>	37.432.467,80
-----------------------	--	-------------------	---------------

**13- ATIVO EVENTUAL**

**131- Operações em Curso**

1311- Inversões em Curso	7.100.965,40	
1312- Imóveis Doados a Receber	<u>50.000.000,00</u>	57.100.965,40

**132- Contas de Resultado Pendente**

1321- Despesas de Recuperação Incerta	<u>167.073,00</u>	57.268.038,40
<b>TOTAL</b>		<b>147.763.682,00</b>

**14- ATIVO COMPENSADO**

**141- Contas de Ordem**

1411- Contratos Diversos	54.000,00	
1412- Depositários de Valores	50.085.073,00	
1413- Promitantes de Doações	<u>23.065.386,20</u>	
1414- Valores de Terceiros	465.324,40	
1415- Imóveis de Aquisição em Curso	6.609.490,00	
1416- Responsáveis Diversos	1.742.310,60	
1417- Imóveis Hipotecados	<u>5.038.706,40</u>	87.060.290,60
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>234.823.972,60</b>

  
 Jorge Oscar de Mello Flôres  
 Diretor Executivo

**2- PASSIVO**

**21- PASSIVO FINANCEIRO**

**211- Passivo Exigível a Curto Prazo**

2111- Credores Diversos	324.790,40	
2112- Credores Hipotecários	2.571.364,70	
2113- Contas a Pagar	535.703,60	
2114- Restos a Pagar	<u>2.901.771,90</u>	6.333.630,60

**22- PASSIVO PERMANENTE**

**221- Passivo Não Exigível**

2211- Fundo Patrimonial	129.073.220,40	
2212- Fundo Depreciação Bens Móveis	473.839,10	
2213- Fundo Desvalorização Bens Imóveis	1.135.339,30	
2214- Resultado do Exercício	<u>10.747.590,80</u>	141.429.989,60

**23- PASSIVO VINCULADO**

**231- Contas Vinculadas**

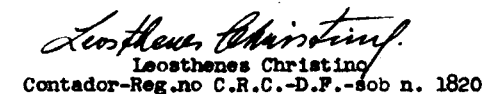
2311- Depósitos para Doações		61,80
------------------------------	--	-------

**TOTAL 147.763.682,00**

**24- PASSIVO COMPENSADO**

**241- Contas de Ordem**

2411- Obrigações Contratuais	54.000,00	
2412- Valores Depositados	50.085.073,00	
2413- Doações Prometidas	<u>23.065.386,20</u>	
2414- Depositantes de Valores	465.324,40	
2415- Compromissos de Aquisição de Imóveis	6.609.490,00	
2416- Responsabilidades Diversas	1.742.310,60	
2417- Garantias Hipotecárias	<u>5.038.706,40</u>	87.060.290,60
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>243.823.972,60</b>

  
 Leosthenes Christino  
 Contador-Reg.no C.R.C.-D.F.-sob n. 1820

**BALANÇO ECONÔMICO  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 1948**

(Alínea b do art. 31 dos Estatutos)

**4- RECEITA**

**411- RECEITA FINANCEIRA**

**4111- RECEITA ORDINÁRIA**

.1- Subvenções	
.11- Entidades de Direto Público	
.111- União Federal	16.250.000,00
.112- Estados	
.1121- Ceará	100.000,00
.113- Autarquias	
.1131- Instituto do Açúcar e do Alcool	50.000,00
.12- Sociedade de Economia Mista	
.121- Banco do Brasil	600.000,00
.2- Rendimentos Patrimoniais	
.21- Rendimentos de Bens Imobiliários	
.211- Aluguéis de Prédios	111.559,20
.22- Rendimentos de Bens Mobiliários	
.221- Juros de Títulos Federais	2.710.280,90
.222- Juros de Títulos Municipais	38.657,50
.23- Rendimentos do Capital	
.231- Juros Bancários	458.434,60
.3- Receita de Operação	
.31- Receita de Ensino	
.311- Cursos	209.872,50
.32- Receita de Organização	
.321- I.S.O.P.	84.027,60
.33- Receita de Pesquisas e Documentação	
.331- Publicações Especiais	234.660,60
.34- Receita de Serviços	
.341- Restaurante	291.577,20
	21.139.070,10

**4112- RECEITA EXTRAORDINÁRIA**

.1- Restituições	12.682,00
.2- Receita do Exercício Anterior	57.538,80
.3- Doações	1.075.811,00
.4- Receitas Eventuais	87.030,10
	1.233.061,90

**4113- RECEITA VINCULADA**

.1- Doações com Encargos	6.700,00	22.378.832,00
--------------------------	----------	---------------

**412- RECEITA EXTRA-FINANCEIRA**

4121- DOAÇÕES DE BENS	2.000.000,00	
4122- REVERSÕES PATRIMONIAIS	<u>57.817,50</u>	<u>2.057.817,50</u>
		24.436.649,50

*Jorge Oscar de Mello Flôres*  
Jorge Oscar de Mello Flôres  
Diretor Executivo

**3- DESPESA**

**311- DESPESA FINANCEIRA**

**3111- DESPESA ORDINÁRIA**

.1- Órgãos Direcionais	
..11- Assembléia Geral	4.413,50
..12- Conselho Curador	500,00
..13- Conselho Diretor	16.687,90
..14- Presidência	277.509,60
..15- Diretoria Executiva	298.674,70
.2- Órgãos Substantivos	
..21- Departamento de Ensino	2.271.943,50
..22- Departamento de Organização	523.417,00
..23- Departamento de Pesquisas e Documentação	2.704.035,70
..24- I.S.O.P.	979.203,10
.3- Órgãos Adjativos	
..31- Superintendência	67.719,40
..32- Divisão de Administração Ge- ral	846.259,70
..33- Divisão de Serviços Especiais	2.228.700,40
.4- Órgãos Regionais	
..41- Delegacia Regional de S.Paulo	120.519,30
.5- Despesa do Conjunto	911.621,80
	11.251.205,60

**3113- DESPESA VINCULADA**

.1- Encargos de Doações	6.700,00
-------------------------	----------

**3114- DESPESA PATRIMONIAL**

.1- Despesa de Bens Imobiliários	1.024.329,60	12.282.235,20
----------------------------------	--------------	---------------

**312- DESPESA EXTRA-FINANCEIRA**

3121- DESVALORIZAÇÃO E DEPRECIAÇÕES	1.406.823,50
RESULTADO DO EXERCÍCIO	10.747.590,80

24.436.649,50

*Leosthenes Christino*  
Leosthenes Christino  
Contador Reg.C.R.C.- D.F.- sob n. 1820

# BALANÇO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1948

(Alínea c do art. 31 do Estatutos)

## R E C E I T A

### RECEITA PRÓPRIAMENTE DITA

#### 4111- RECEITA ORDINÁRIA

.1- Subvenções	16.850.000,00	
.2- Rendimentos Patrimoniais	2.637.874,00	
.3- Receita de Operações	<u>693.985,30</u>	20.181.859,30

4112- RECEITA EXTRAORDINÁRIA 1.233.061,90 21.414.921,20

### REALIZAÇÃO DO ATIVO FINANCEIRO

1121-DEVEDORES DIVERSOS	3.512,80	
1122-SUBVENCIONADORES C/A RECEBER	1.000.000,00	
1123-DOADORES C/A RECEBER	1.995.000,00	
1124-DEVEDORES POR ADIANTAMENTOS	283.801,10	
1125-RECEITA A ARRECADAR	<u>684.524,00</u>	3.966.837,90

TOTAL 25.381.759,10

### SAÍDO DO EXERCÍCIO DE 1947

1111- CAIXA GERAL	28.681,30	
1112- BANCOS	<u>15.614.640,40</u>	<u>15.643.321,70</u>
		41.025.080,80

  
Jorge Oscar de Mello Flores  
Diretor Executivo

## D E S P E S A

### DESPESA PRÓPRIAMENTE DITA

#### 3111- DESPESA ORDINÁRIA

.1- Pessoal	6.735.391,40	
.2- Material	265.422,60	
.3- Serviços de Terceiros	1.170.596,70	
.4- Encargos	769.381,80	
.5- Despesas Gerais	<u>15.550,10</u>	8.956.342,60

3114- DESPESA PATRIMONIAL 919.854,90 9.876.197,50

### APLICAÇÃO FINANCEIRA

1121- DEVEDORES DIVERSOS	34.275,90	
1124- DEVEDORES POR ADIANTAMENTOS	20.000,00	
1133- ALMOXARIFADO GERAL	254.753,00	
1321- DESPESAS DE RECUPERAÇÃO INCERTA	<u>167.073,00</u>	476.101,90

### INVERSAO PERMANENTE

1211- BENS IMÓVEIS	16.234.665,10	
1213- BENS MÓVEIS	1.847.045,20	
1311- INVERSOES EM CURSO	<u>6.096.965,40</u>	24.178.675,70

### RESGATE DE PASSIVO

2111- CREDORES DIVERSOS	279.315,90	
2112- CREDORES HIPOTECÁRIOS	45.088,90	
2113- CONTAS A PAGAR	50.960,90	
2114- RESTOS A PAGAR	<u>890.886,20</u>	<u>1.266.251,90</u>

TOTAL 35.797.227,00

### SAÍDO PARA O EXERCÍCIO DE 1949

1111- CAIXA GERAL	171.598,10	
1112- BANCOS	<u>5.056.255,70</u>	<u>5.227.853,80</u>
		41.025.080,80

TOTAL GERAL

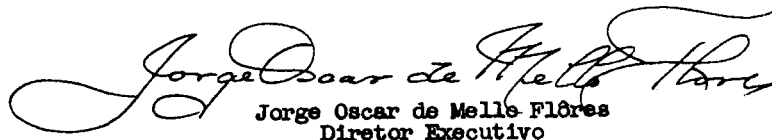
  
Leosthenes Christino  
Contador-Reg.C.R.C.-D.F.-sob n. 1820

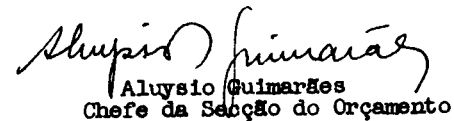
# QUADRO COMPARATIVO ENTRE A RECEITA ESTIMADA E A REALIZADA

(Alínea d do artigo 31 dos Estatutos)

DISCRIMINAÇÃO	RECEITA		ARRECADAÇÃO	
	Estimada	Realizada	A mais	A menos
1- SUBVENÇÕES				
11- Governo Federal	16.250.000,00	16.250.000,00	-	-
12- Estado do Ceará	100.000,00	-	-	100.000,00
13- Instituto do Açúcar e do Alcool	50.000,00	-	-	50.000,00
14- Banco do Brasil	600.000,00	600.000,00	-	-
2- RENDIMENTOS PATRIMONIAIS				
21- Rendimentos de Bens Imobiliários	-	111.559,20	111.559,20	-
22- Rendimentos de Bens Mobiliários	1.000.000,00	2.748.938,40	1.748.938,40	-
23- Rendimentos do Capital	200.000,00	458.434,60	258.434,60	-
3- RECEITAS FUNCIONAIS				
31- Restaurante	200.000,00	291.577,20	91.577,20	-
32- Ensino	300.000,00	209.872,50	-	90.127,50
33- Documentação	100.000,00	234.660,60	134.660,60	-
34- I.S.O.P.	50.000,00	84.027,60	34.027,60	-
4- RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS				
41- Receitas do Exercício Anterior	-	57.538,80	57.538,80	-
42- Doações	-	1.075.811,00	1.075.811,00	-
43- Restituições	-	12.682,00	12.682,00	-
44- Eventuais	-	87.030,10	87.030,10	-
TOTAL	18.850.000,00	22.222.132,00	3.612.259,50	240.127,50

RECEITA REALIZADA 22.222.132,00  
 RECEITA ESTIMADA 18.850.000,00  
 EXCESSO 3.372.132,00

  
 Jorge Oscar de Mello Flores  
 Diretor Executivo

  
 Aluysio Guimarães  
 Chefe da Seção do Orçamento

# QUADRO COMPARATIVO ENTRE A DESPESA FIXADA E A REALIZADA

(Alínea e, do artigo 31 dos Estatutos)

D I S C R I M I N A Ç Ã O	D E S P E S A		S A L D O
	Fixada	Realizada	
1- CUSTEIO			
11. Órgãos Direcionais	613.300,00	597.785,70	15.514,30
12. Superintendência Administrativa	3.181.700,00	3.142.679,50	39.020,50
13. Departamento de Pesquisas e Documentação	2.722.500,00	2.704.035,70	18.464,30
14. Departamento de Ensino	3.007.500,00	2.271.943,50	735.556,50
15. Departamento de Organização	540.000,00	523.417,00	16.583,00
16. Instituto de Seleção e Orientação Profissional	1.016.000,00	979.203,10	36.796,90
17. Delegacia Regional de São Paulo	135.000,00	120.519,30	14.480,70
18. Despesas do Conjunto	919.000,00	911.621,80	7.378,20
2- INVERSOES			
21. Bens Móveis	800.000,00	660.478,40	139.521,60
22. Bens Imóveis	5.915.000,00	5.370.967,80	544.032,20
	18.850.000,00	17.282.651,80	1.567.348,20

DESPESA FIXADA

18.850.000,00

DESPESA REALIZADA

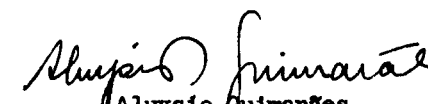
Custeio ..... 11.251.205,60  
Inversões .... 6.031.446,20

17.282.651,80

SALDO

1.567.348,20

  
Jorge Oscar de Mello Flores  
Diretor Executivo

  
Aluysio Guimarães  
Chefe da Secção do Orçamento

#### 14) CONCLUSÕES DO RELATÓRIO.

##### 14.1) Apreciação geral sôbre as atividades desenvolvidas em 1948.

14.11) Não obstante a forma, em geral, pouco entusiástica com que foram descritas as atividades desta Fundação, bem como as críticas com que comentamos algumas falhas do que, em última análise, é a nossa própria administração, cumpre observar que, dentro das condições vigorantes em nosso país, os resultados dos trabalhos desta entidade destacam-se sobre o modo e são devidamente apreciados e acatados.

14.12) Assim é que o Departamento de Ensino tem sido procurado com insistência para trabalhos de planejamento e inúmeras são as entidades que se interessam por desenvolver atividades educacionais em colaboração conosco. Internamente, os alunos em geral se mostram satisfeitos, apesar do maior rigor de nosso julgamento e do não significado oficial dos certificados da maioria de nossos cursos; ao passo que professores, em número crescente, candidatam-se aos nossos quadros, pois já começa a representar um título apreciável a ser admitido e mantido em nosso corpo docente.

14.13) As investigações econômicas e sociais do Departamento de Pesquisas e Documentação, pela responsabilidade dos que nelas atuam, a seleção da documentação empregada,



a metodologia seguida e a forma conscienciosa do desenvolvimento dos trabalhos, têm merecido louvores, que nos abrem um não pequeno crédito nesse campo tão falho em nosso meio. Nossas publicações são elogiadas com freqüência e dados seus são transcritos comumente; em particular o Boletim Conjuntura Econômica hoje é por todos conhecido, já tendo ultrapassado as fronteiras do país, sempre bem recebido, a ponto de seus índices serem reconhecidos pelo Boletim da O.N.U.

14.14) O Departamento de Organização foi inúmeras vezes assediado, por entidades várias, para trabalhos externos de organização, e, nada fez nesse particular, foi pelo modo pessimista com que esta Direção encarou nossas possibilidades nesse sentido, bem como, principalmente, por ter achado que só caberia enfrentar tarefas dessa natureza após estar a Fundação razoavelmente organizada em todos os setores, e ter solucionado determinados problemas básicos de racionalização.

14.15) O pessoal selecionado pelo referido Departamento em conjunto com o Instituto de Seleção e Orientação Profissional sempre foi muito bem aceito e as solicitações neste particular, são cada vez maiores.

14.16) Quanto ao citado Instituto, é frequente por quase todos que necessitam ou se interessam por trabalhos psicotécnicos de seleção e orientação. De vários Estados recebe ele pedidos de colaboração, como São Pau

lo, Minas Gerais, Bahia, Paraná e Rio Grande do Sul. Mesmo de fora do país vêm pessoas procurá-lo, para cursos (Argentina, Uruguai, Paraguai, Venezuela e Guatemala) ou para estágios (Argentina, Chile e Canadá).

14.17) Entretanto, conhecendo de perto nossas deficiências sabemos que nosso crédito é exagerado e que muito temos de aperfeiçoar nossos trabalhos. Se alguma virtude temos tido é a de reconhecer nossos erros e neles não insistir, corrigindo-os tão cedo surja a oportunidade, que eles se traduzam por uma estrutura defeituosa, um mau funcionamento de serviço, a ação falha de um chefe, etc. A autocrítica rigorosa e a constante insatisfação quanto aos resultados alcançados são a principal garantia contra a estagnação e fatores ponderáveis na melhoria dos serviços. Neles e, mais ainda, nos méritos da equipe que se vem firmando em funções de direção e "staff", nesta entidade, é que assentam os progressos obtidos por esta Direção Executiva.

14.18) Antes do término desta exposição, cumpre notar que o Relatório das atividades de 1947, apresentado em 1948, acaba concluindo pela necessidade de elaboração de um plano de trabalho e do aumento do patrimônio e fontes de receita. O plano, em linhas gerais, já existe, e tem sofrido, apenas, ligeiros ajustamentos, desde a apresentação no relatório em apreço até

a da proposta orçamentária para 1949 (ver Anexo XXIII). Quanto às demais medidas, referentes aos recursos patrimoniais e orçamentários, os capítulos 2 e 3 demonstram a preocupação que houve nesse sentido. Assim, têm sido mantidas as diretrizes a que se propoz seguir a atual Administração.

#### 14.2) Síntese das tendências atuais.

14.21) No que precede, ficou evidenciada a tendência geral para:

14.211) Concentração de atividades em determinados campos específicos (administração, organização racional, economia, sociologia, etc.), dando ênfase a alguns setores básicos (selecção e orientação profissional, conjuntura econômica, etc), bem como procurando sempre, atender aos aspectos de interesse nacional (problemas brasileiros).

14.212) Atendimento a essas atividades com uma estrutura que, embora não perdendo a necessária maleabilidade, ofereça u'a maior organicidade, u'a melhor delimitação de atribuições de cada unidade componente e um funcionamento de conjunto mais coordenado e harmônico (em particular, os cursos esparsos seriam substituídos por Escolas, com campo de ação definido aos Seminários de pesquisas, sem grande continuidade de trabalho, sucederiam os Centros permanentes, etc).

14.213) Para orientação e coordenação, de cada um dos dois grandes grupos de atividades de ensino e de pesquisas e documentação, haveria uma Direção Geral, assistida técnica-mente por um "staff", apoiada em suas diretrizes e planos gerais por trabalhos de seminário e auxiliada administrativamente por uma secretaria.

14.214) Para orientação e coordenação horizontais dos grupos de atividades de ensino e de pesquisas e documentação, em cada campo ou setor restrito específico, seria aconselhável a fusão dos órgãos correspondentes em Institutos (Instituto de Administração, Ins-tituto de Economia, Instituto de Seleção e Orientação Profissio-nal, etc).

14.215) De todo êsse conjunto, resultaria uma organização tipicamente universitária, como se depreende da sugestão contida no Anexo XIV.

14.216) Aceitas as bases aqui propostas, far-se-ia um plano, a longo pra-zo, de atingir, progressivamente, a estrutura final prevista, asse-gurando-se um funcionamento efi-ciente, em cada uma das fases intermediárias.

14.217) Paralelamente, procurar-se-ia ,

de forma sistemática, a racionalização e o aperfeiçoamento técnico dos serviços, bem como a melhoria das atividades meios.

14.218) Com o esquema acima, ficaria a Fundação apta a atender, em qualquer circunstância, às altas finalidades para que foi constituída.

QUADRO DEMONSTRATIVO DO RECOLHIMENTO DE DOAÇÕES  
DÉBITOS SOLUCIONADOS EM 1 948

DOADORES	Doação c/ a realizar re- clamada	Recolhimento efetivado em 1948		Saldo devedor c/pagamento a- justado para.. 1 949
		Data	Importância	
Est. do Rio de Janeiro	300.000,00	8/12/948	200.000,00	100.000,00
Est. do Espírito Santo	25.000,00	16/3/948	25.000,00	-
Cx.Econ.Fed. do Rio de Janeiro	1.000.000,00	31/12/48	1.000.000,00	-
Cx.Econ.do Est. de São Paulo	600.000,00	30/7/948	500.000,00	100.000,00
Cx.Econ.do Est. do Paraná	250.000,00	1/10/948	100.000,00	150.000,00
Inst.Bras.de Mec. Hollerith	110.000,00	16/12/48	61.111,50	48.888,50
Cia.Bras. de Máquinas S/A	80.000,00	12/12/48	44.444,50	35.555,50
Observador Econ. e Financeiro	20.000,00	16/12/48	11.111,00	8.889,00
Valentim Bouças	80.000,00	16/12/48	53.333,00	26.667,00
	2.465.000,00		1.995.000,00	470.000,00

QUADRO DEMONSTRATIVO DO RECOLHIMENTO DE SUBVENÇÕES

SUBVENCIONADORES	Subvenção C/ a realizar	Recolhimento efetuado em 1948	
		Data	Importância
União	16.250.000,00	17/2/948	16.250.000,00
Banco do Brasil S/A	1.600.000,00	31/12/948	1.600.000,00
	<u>17.850.000,00</u>		<u>17.850.000,00</u>

## ANEXO I - SITUAÇÃO GERAL DOS PAGAMENTOS DAS DOAÇÕES SUBSCRITAS

UNIDADE: MIL CRUZEIROS

( Pagamento \*

CONVENÇÃO ( Pagamento com atraso \*\*

( Falta de pagamento \*\*\*

D O A D O R E S	IMPORTÂNCIA SUBSCRITA	1 9 4 4		1 9 4 5		1 9 4 6		1 9 4 7		1 9 4 8		1 9 4 9	
		1ª	2ª	1ª	2ª	1ª	2ª	1ª	2ª	1ª	2ª	1ª	2ª
1 PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL  Donativo de um terreno de 3 000 m2 situado entre a Avenida Graça Aranha e o prolongamento da rua da Imprensa	50 000		*** 50 000										
2 ESTRADA DE FERRO CENTRAL DO BRASIL  Pagamento em 6 prestações de Cr\$500.000,00 por semestre, a partir de 1 945	3 000			* 500	*** 500	*** 500	*** 500	*** 500	*** 500				
3 CAIXA ECONÔMICA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  Pagamento em 8 prestações semestrais de ..... Cr\$250.000,00 a partir de 1945	2 000			* 250	* 250	** 250	** 250	** 250	** 250	** 250	* 250		
4 CAIXA ECONÔMICA FEDERAL DE SÃO PAULO  Pagamento em 10 prestações de Cr\$100.000,00 a partir de 1945	1 000			* 100	* 100	** 100	** 100	** 100	** 100	* 100	*** 100	100	100
5 ESTADO DO RIO DE JANEIRO  Pagamento em 5 prestações de Cr\$100.000,00 anuais a partir de 1 945	500				*** 100		* 100		** 100		* 100		100
6 CAIXA ECONÔMICA FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  Pagamento em 10 prestações semestrais de Cr\$... Cr\$50.000,00 cada uma	500		*** 50	*** 50	*** 50	*** 50	*** 50	*** 50	*** 50	*** 50	*** 50	50	
7 CAIXA ECONÔMICA FEDERAL DO PARANÁ  Pagamento em 2 prestações de Cr\$250.000,00 cada uma. 1ª em janeiro de 1 945; 2ª em janeiro de 1 946; ficou assente o pagamento do saldo em prestações anuais de Cr\$50.000,00 a partir de 1 947 encerrando-se em 1 951	500			* 250					** 50		** 50		*** 150



D O A D O R E S	IMPORTÂNCIA SUBSCRITA	1 9 4 4		1 9 4 5		1 9 4 6		1 9 4 7		1 9 4 8		1 9 4 9	
		1ª	2ª	1ª	2ª	1ª	2ª	1ª	2ª	1ª	2ª	1ª	2ª
8 COMPANHIA VALE DO RIO DOCE  Pagamento em 2 prestações de Cr\$150.000,00 em janeiro e julho de 1 945	300			*** 150	*** 150								
9 ESTADO DO CEARÁ  Pagamento em 2 prestações de Cr\$50.000,00 em janeiro e julho de 1 945. Comprometeu-se a fazer constar de seus orçamentos futuros, doações de quantia não inferior à obrigação ora assumida	100			*** 50	*** 50	*** 100		*** 100		*** 100		100	
10 ESTADO DE MINAS GERAIS  Pagamento total no dia em que fôr solicitado	200		*** 200										
11 ESTADO DO AMAZONAS  Subscreveu Cr\$100.000,00 para pagamento até .... 31/12/44. Comprometeu-se a contribuir com igual importância em 1 945	200		*** 100		*** 100								
12 ESTADO DE ALAGOAS  Subscreveu Cr\$50.000,00 para pagamento no ato da escritura. Assumiu igual compromisso para 1 945	100		** 50		*** 50								
13 ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  Pagamento no dia em que fôr solicitado	50		*** 50										
14 ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  Subscreveu Cr\$50.000,00 para pagamento quando solicitado	50			*** 25						** 25			
15 ESTADO DE MATO GROSSO  Pagamento logo seja adquirida a personalidade jurídica	50		*** 50										
16 INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ALCOOL  Fêz uma doação de Cr\$200.000,00 e subvenção de Cr\$50.000,00 anualmente a partir de 1946	200		** 200		* 50	* 50		* 50		*** 50		50	

D O A D O R E S		IMPORTÂNCIA SUBSCRITA	1 9 4 4		1 9 4 5		1 9 4 6		1 9 4 7		1 9 4 8		1 9 4 9	
			1*	2*	1*	2*	1*	2*	1*	2*	1*	2*	1*	2*
17	JOAO MARQUES DOS REIS  Consta da escritura que o pagamento será feito ao Dr. Luiz Simões Lopes	10		*** 10										
18	ALEXANDRE MARCONDES FILHO  Consta da escritura que a importância foi entregue pessoalmente	0,5		*** 0,5										
19	FRANCISCO CAMPOS  Consta da escritura que a importância foi entregue pessoalmente	0,5		*** 0,5										
20	FRANCISCO D'AURIA  Consta da escritura que a importância foi entregue pessoalmente	0,5		*** 0,5										
21	INSTITUTO BRAS. MEC. HOLERITH  Subscreveu Cr\$200.000,00 para pagamento quando solicitado	200			** 90						** 61,111	*** 48,889		
22	COMPANHIA BRAS. DE MÁQUINAS S.A.  Subscreveu Cr\$100.000,00 para pagamento quando solicitado	100			** 20						** 44,444	*** 35,556		
23	O OBSERVADOR ECONÔMICO E FINANCEIRO  Subscreveu Cr\$25.000,00 para pagamento quando solicitado	25			** 5						** 11,111	*** 8,889		
24	VALENTIM BOUÇAS  Subscreveu Cr\$100.000,00 para pagamento quando solicitado	100			** 20					** 20	** 33,333	*** 26,667		
25	BANCO DO BRASIL S.A.  Subscreveu Cr\$600.000,00 para pagamento imediato e Cr\$600.000,00 anuais com pagamentos mensais de Cr\$50.000,00 a partir de janeiro de 1946	600		** 600		** 300	** 300	** 300	** 300	300*	300*	300	300	

A "Fundação Getúlio Vargas" é donatária de um terreno sito à rua Santa Luzia, lado par, entre a avenida Graça Aranha e o prolongamento da rua da Imprensa, com área aproximada de 3 000 m<sup>2</sup>, terreno que lhe foi doado pela Prefeitura do Distrito Federal, em virtude do Decreto-lei federal nº 7 148, de 13 de dezembro de 1 944, do Decreto municipal nº 8 012, de 28 do mesmo mês, e da escritura pública de constituição desta Fundação, lavrada a 20 ainda do citado mês. Outrossim, a empresa "Edifício Vitória S.A." é proprietária do imóvel à rua Santa Luzia nº 576, com 1 684 m<sup>2</sup>, em cuja posse foi imitada, em consequência do Acórdão do Supremo Tribunal Federal, de 14 de novembro de 1 945. Assim, conjuntamente, e complementando entendimentos com a Superintendência do Financiamento Urbanístico e a Procuradoria Geral da Prefeitura, subscreveram uma petição ao titular do Governo Municipal.

Já anteriormente, para atender à situação criada com as aludidas doação e imissão de posse, houve entendimentos entre a Prefeitura e as peticionárias, de que resultou, de um lado, o projeto de reloteamento 4 507 do jardim fronteiro ao Ministério da Educação e Saúde, de outro lado, petições em que a "Fundação Getúlio Vargas" e a "Edifício Vitória S.A." aceitavam a redução da área de seus terrenos, respectivamente para 2 009,63 m<sup>2</sup> e 971,65 m<sup>2</sup>, bem como a obrigatoriedade de ficar vasada uma parte das futuras construções no pavimento térreo, uma vez que lhes fôra permitido elevar o gabarito para 18 pavimentos e estender o subsolo até próximo ao alinhamento da rua Santa Luzia, no mínimo segundo o prolongamento da face interna da galeria aprovada.

A partir dessa época, ou seja de novembro de 1 946, até o presente, entretanto, nada mais foi adiantado, praticamente, para a efetivação das providências decididas, o que se verificou, agora, ser devido a questões de forma, já que o mérito da questão não sofre

qualquer dúvida.

Assim, para sanar as dificuldades encontradas, as pe  
ticionárias propuzeram à Prefeitura, que fôsse adotada a mar  
cha processual abaixo:

1º) Em escritura assinada por essa Prefeitura (P.D.F.)

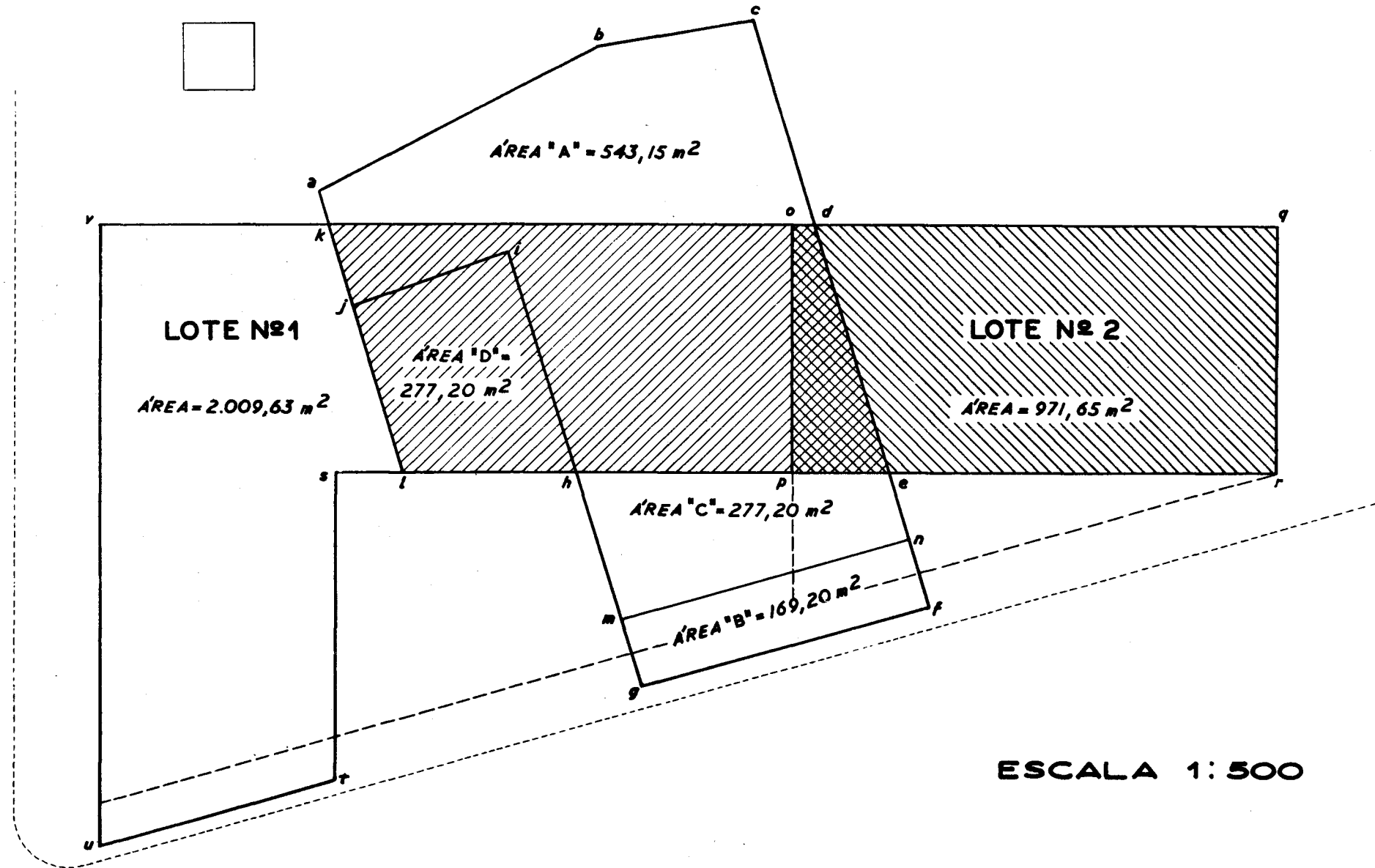
e a "Edifício Vitória S.A." (E.V.S.A.), tomar-se-  
iam as medidas:

- a) a E.V.S.A., possuidora do imóvel à rua Santa  
nº 576, com área de  $1\,684\text{ m}^2$ , renunciaria a  
 $712,35\text{ m}^2$  para logradouros públicos, em compen  
sação ao aumento do gabarito para 18 pavimen  
tos e à manutenção do subsolo em cêrca de  
 $1\,230\text{ m}^2$ , distribuindo-se êsses  $712,35\text{ m}^2$  em  
duas áreas, uma com  $543,15\text{ m}^2$ , que representa  
o excedente do lote primitivo sôbre o prolon  
gamento da testada ímpar da rua Pedro Lessa, e  
outra com  $169,20\text{ m}^2$ , que se traduz em um recuo  
na rua Santa Luzia, paralelo à direção desta;
- b) a P.D.F. e a E.V.S.A. fariam uma cessão recí  
proca de áreas, no valor de  $277,20\text{ m}^2$ , ficando  
a E.V.S.A. como condômina de conjunto, nessa  
fase indiviso, dos lotes 1 e 2 estabelecidos  
pelo projeto de reloteamento nº 4 507, com di  
reito à quota-parte correspondente à área de  
 $971,65\text{ m}^2$ , diferença entre os  $1\,684\text{ m}^2$  primi  
tivos e os  $712,35\text{ m}^2$  cedidos para logradouros  
públicos, além da extensão do subsolo a  $1\,230$   
 $\text{m}^2$ .

2º) Em escritura, de mesma data que a anterior, assi  
nada por essa Prefeitura (P.D.F.) e a "Fundação  
Getúlio Vargas" (F.G.V.) seriam consubstanciadas  
as providências:

- a) a F.G.V., donatária de um terreno de 3 000 m<sup>2</sup>, sito à rua Santa Luzia, lado par, entre a avenida Graça Aranha e o prolongamento da rua da Imprensa, renunciaria a 990,37 m<sup>2</sup> para logradouros públicos, em compensação ao aumento do gabarito para 18 pavimentos e à manutenção do subsolo em cêrca de 2 660 m<sup>2</sup>;
- b) a P.D.F. efetivaria a doação à F.G.V., dando-lhe direito à parcela de condomínio disponível, no conjunto dos lotes 1 e 2 estabelecidos pelo projeto de reloteamento nº 4 507, com direito à quota-parte correspondente à área de 2 009,63 m<sup>2</sup>, diferença entre os 3 000 m<sup>2</sup> e os 990,37 m<sup>2</sup> cedidos para logradouros, além de extensão do subsolo a 2 660 m<sup>2</sup>.
- 39) A F.G.V. e a E.V.S.A. requereriam a extinção e divisão do condomínio, ficando, respectivamente, com os lotes nº 1 e 2, estabelecidos pelo projeto de reloteamento nº 4 507, e limitando-se o subsolo com o prolongamento da linha divisória dos lotes aludidos.

# ADAPTAÇÃO AO PROJETO DE RELOTEAMENTO Nº 4 507



ATA DA 35ª SESSÃO ORDINÁRIA DO  
CONSELHO DIRETOR, REALIZADA EM 22  
DE ABRIL DE 1948.

.....  
ESTABELECIMENTO DE UM GINÁSIO SECUNDÁRIO EM FRIBURGO. A seguir, o Dr. Luiz Simões Lopes passou a historiar a solicitação que havia sido feita a esta Fundação para participar do estabelecimento de um Ginásio Secundário em Friburgo. Declarou que fôra procurado inicialmente pelos Drs. Cezar Guinle e José Eugênio Müller, os quais haviam relatado as transformações sucessivas porque havia passado o prédio primitivamente construído para o Hotel Cascata e que se destinara mais tarde a um sanatório e presentemente a um colégio secundário. Haviam, então, pedido a colaboração da Fundação, mas lhes fôra dito que essa somente poderia ser de ordem técnica. Mais tarde, porém, os referidos Drs. Cezar Guinle e Eugênio Müller, voltaram novamente à Fundação, declarando que se esta realizasse a escola secundária em questão, a Prefeitura Municipal de Friburgo contribuiria com CR\$2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros) em títulos e os particulares locais com CR\$1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros) em dinheiro. Diante das novas condições, o assunto passa a interessar, já que se trata de iniciativa de há muito nas cogitações da Fundação e que não fôra incluída na primeira fase de realização, pelos grandes "ônus" que acarreta. O Dr. Teixeira de Freitas indagou se o empreendimento estava dentro das atribuições da Fundação, havendo sido esclarecido que se enquadrava no art. 2º, inciso II, dos Estatutos. O Dr. Eugênio Gudim mostrou-se favorável à realização do Colégio Secundário, apresentando dúvidas no tocante à localização em Friburgo. Argumentou-se então que várias podiam ser as localizações, mas que em Friburgo, afora as doações prometidas, havia um prédio já construído e que seria vendido à Fundação pelo custo histórico; além disso já fôra concedido, para a construção do mesmo, um empréstimo de .....

CR\$2.500.000,00, pela Caixa Econômica do Estado do Rio de Janeiro, empréstimo cujo aproveitamento talvez conviesse à Fundação. Após alguns debates, foi julgada por todos digna de exame, em princípio, a proposta para a instalação de um Ginásio Modelo em Friburgo, tendo sido designado para relator o Dr. Rubens Pôrto, que ficou de estudar o assunto "in loco". Foi proposto e unanimemente aprovado.

.....



ATA DA 36ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CON-  
SELHO DIRETOR, REALIZADA EM 6 DE  
MAIO DE 1948.

.....  
ESTABELECIMENTO DE UM GINÁSIO MODELO- Passou então a usar da palavra o Dr. Rubens Pôrto, que procedeu à leitura do relatório contendo seus estudos preliminares sobre a organização de um colégio secundário modelo em Friburgo, aproveitando o prédio que se destinava ao Hotel Cascata, cuja compra seria facilitada por uma doação da Prefeitura local de dois milhões de cruzeiros e outra de particulares de um milhão de cruzeiros, bem como por um empréstimo da Caixa Econômica no montante aproximado de CR\$2.600.000,00. Esse colégio obedeceria os ditames mais recentes e mais progressistas da técnica educacional e serviria ou como exemplo para outros que viessem a se fundar no Brasil e campo experimental para a execução, no país, dos métodos mais adiantados de instrução secundária, ou então como meio de proporcionar uma educação aprimorada a alunos altamente selecionados, independentemente de suas condições sociais. O Dr. Rubens Pôrto forneceu, em seu trabalho, dados descritivos, técnicos e orçamentários, relativamente ao assunto, alguns colhidos em sua visita a Friburgo e outros em Minas Gerais e aqui no Rio. O orçamento, explicou, foi previsto com a necessária folga; nêle, entretanto, não estão computados os encargos de capital. Relativamente a certos itens do relatório e, principalmente do orçamento, foram feitas indagações, logo esclarecidos pelo relator. Em particular, o Senhor Presidente indagou quanto à possibilidade de ficarem terminadas as construções adicionais, dentro do prazo previsto e, também, se seria suficiente a soma de vinte e cinco mil cruzeiros, para a construção de cada casa de alojamento dos empregados. O Dr. Cezar Guinle respondeu afirmativamente, com base na experiência própria adquirida "in loco", explicando que isso ocorre pelas facilidades de mão de obra e materiais de construção em Friburgo.

O Senhor Presidente solicitou, então, que o Conselho resolvesse: 1) se, em tese, interessa à Fundação a compra da propriedade denomi-

nada Hotel Cascata, em Friburgo, para instalação do referido Colégio;2) até quanto poderá a Fundação inverter, na aquisição e aparelhamento da propriedade onde funcionará o ginásio-padrão. O Conselho resolveu: 1) autorizar o Senhor Presidente a ultimar os estudos relativamente à aquisição do Hotel Cascata, em Friburgo, e resolver, em definitivo, independentemente de nova reunião do Conselho para esse fim. 2) autorizar a inversão, até seis milhões de cruzeiros, na aquisição de tal propriedade e respectivo aparelhamento. O Senhor Prefeito de Friburgo pede vênias para dar alguns esclarecimentos: está sendo assediado pelos proprietários do Hotel Cascata, para uma resposta definitiva. Esse Hotel, que havia sido transformado em sanatório para tuberculosos, até o programa de adaptação para colégio, será novamente convertido em hospital, se não for vendido à Fundação, e isso não é visto com bons olhos pela cidade, devido à localização da propriedade muito perto de seu centro- o que explica a doação da Prefeitura de Friburgo e de particulares ali residentes.

.....

.....

ATA DA 38ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CON-  
SELHO DIRETOR, REALIZADA EM 9 DE JU-  
LHO DE 1948.

.....  
GINÁSIO MODELO DE FRIBURGO- Continuando, o Presidente comunicou estar, o-  
ficialmente, resolvido o caso do Ginásio de Friburgo. O Acôrdo com a Pre-  
feitura já fôra assentado e a Fundação está em condições de elaborar o  
contrato definitivo. O Dr. Rubens Pôrto e o Dr. Cezar Guinle já entraram  
em contato com os proprietários, bem como o Doutor Iberê Gilson já exa-  
minou a escrituração da Empresa Educacional Fluminense Limitada, a fim  
de, pela análise dos documentos, verificar a sua exatidão, apurar o Pas-  
sivo da Empresa, bem como separar a parte dêsse Passivo, relativa ao Gi-  
násio Nova Friburgo (Antigo Cêfel), que não será incorporado à Fundação.  
Do Relatório por êle apresentado, conclue-se estar a contabilidade em  
condições satisfatórias.  
.....

ATA DA DÉCIMA NONA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DIRETOR, REALIZADA EM DEZ DE SETEMBRO DE MIL NOVECENTOS E QUARENTA E OITO.

.....  
COLÉGIO SECUNDÁRIO MODELO DE FRIBURGO - Concedendo, o Senhor Presidente, a palavra ao Doutor Rubens Pôrto, este passou a explicar, minuciosamente, os planos de ampliação e adaptação das obras do Colégio em questão, para o que trouxera diversas plantas, a fim de melhor poder elucidar os senhores Conselheiros a respeito das necessárias modificações. Em seguida, passou a ler a relação das obras a serem feitas (terraplenagem, ampliação e adaptação do edifício principal e residências de professores e empregados), que comportariam uma despesa aproximada de quatro milhões de cruzeiros e a das instalações (carteiras, biblioteca, oficina, material para educação física, etc.) em um montante de cerca de um milhão e duzentos mil cruzeiros. Declarou ainda o Doutor Rubens Pôrto ser necessária a aquisição de sete lotes de terreno não pertencentes ao Colégio, que poderia ser efetivada pela importância de trezentos e cinquenta mil cruzeiros. Com esta despesa a mais, atingir-se-ia um total de cinco milhões e quinhentos mil cruzeiros. Declarou o Senhor Presidente que lhe fôra prometido, pelo Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, do Ministério da Educação, um auxílio de dois milhões de cruzeiros, que seria concedido em duas prestações. Acrescentou ainda, que, aproveitando a estadia, nos Estados Unidos, do Doutor Murilo Braga de Carvalho, contava restabelecer o contato com Mr. Patterson, para obter uma doação daquele país para o Colégio de Friburgo. Informou, por outro lado, estar pleiteando isenção definitiva de todos os impostos para a Fundação, no Estado do Rio, já havendo sido concedida a isenção para a transmissão do antigo Hotel Cascata. Todos os conselheiros aprovaram os orçamentos das obras de terraplenagem, ampliação e adaptação do prédio e construções correlatas.

ATA DA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA  
SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO  
DIRETOR, REALIZADA EM DEZOI-  
TO DE NOVEMBRO DE MIL NOVE -  
CENTOS E QUARENTA E OITO.

.....

GINÁSIO NOVA-FRIBURGO - Passando a tratar dêste assunto, o Senhor Presidente comunicou aos Senhores Conselheiros que, juntamente com o Doutor Rubens Pôrto, estivera em Friburgo visitando as obras do Ginásio. Declarou ter tido das mesmas excelente impressão, já pelo adiantamento em que se encontravam, já pelo baixo custo com que estavam sendo feitas. Lembrou, porém, que havia algumas novas obras, como a piscina, cuja construção ainda deveria ser examinada, pois, as achara de custo mui dispendioso. Após isso, declarou existirem, ainda, deliberações importantes relativas ao Ginásio. Assim, a conveniência da compra de uma área anexa ao mesmo, considerando que a mesma poderia ser adquirida por preço vantajoso, e ter possibilidades de constante valorização. Acrescia, além do mais, ficar o terreno em frente ao do Ginásio, e, com a continuação, quando nêle se fizessem construções, estas devassariam as dependências daquele e vice-versa, em virtude da pequena distância existente entre os mesmos. O Conselheiro Teixeira de Freitas foi favorável à compra, mormente se tratando de dinheiro aplicado em imóvel de valor. Os mesmos pontos de vista tiveram os Conselheiros Guilherme Guinle e Eugênio Gudín. Diante disso, o Doutor Simões Lopes declarou que a Fundação iria entrar em negociações, a fim de obter o terreno, o mais barato possível, inclusive iniciar uma campanha hábil para obter doação de alguma parte do mesmo, tendo sido aprovada a autorização. Ainda com a palavra, o Doutor Simões Lopes falou da aquisição de outro terreno pertencente às Irmãs de Caridade de São Vicente de Paula, com a área aproximada de um milhão de metros quadrados. O preço pedido originariamente pelas freiras fôra de duzentos mil cruzeiros, mas as representantes da Congregação, no

Rio, pediram quatrocentos mil cruzeiros. O Prefeito de Friburgo, nessa idônea e conhecedora dos preços locais, achara muito baixo o preço primitivo. Declarou o Doutor Simões Lopes que achava justo pagar-se pelo terreno até trezentos mil cruzeiros. o que foi aprovado. Nesse lote a Fundação poderia fazer uma horta para o Ginásio e talvez, posteriormente, construir uma seção feminina, visto ter saída independente. Em seguida, para falar sobre o Ginásio, o Doutor Simões Lopes deu a palavra ao Doutor Rubens Porto. Começou este chamando especial atenção dos Senhores Conselheiros para se aperceberem do vulto das obras do Ginásio. Declarou que eram os seguintes os gastos: despesas decorrentes da passagem do edifício do antigo proprietário para a Fundação e ampliação do mesmo; construção de quatro casas para os professores, vinte casas para empregados; estradas e campos, tudo isto num total de três milhões quatrocentos e dezoito mil cruzeiros. Aliás esta despesa fôra já aprovada anteriormente pelo Conselho, o qual havia feito uma previsão para três milhões e quinhentos mil cruzeiros. Continuando a especificação, acrescentou: sete lotes de terreno adquiridos à Empresa Cascata e outras despesas de adaptação do edifício do antigo Hotel, num total de cinco milhões, setecentos e vinte mil trezentos e setenta cruzeiros. O já previsto atingia um total de seis milhões de cruzeiros. Havia, ainda, outras despesas a fazer com a construção de campos de esporte, concha acústica, duas piscinas, portaria e muros, as quais perfaziam o montante de um milhão, cento e trinta e dois mil cruzeiros. Além disso, existiam outros gastos que ainda não haviam sido autorizados. Eles se referiam ao seguinte: aquisição de uma área de terreno, instalação de escoamento das águas pluviais, casa do Diretor, capela, ajardinamento e gramado que, de acordo com estudos já realizados, atingiriam um máximo de um milhão cento e sessenta e três mil cruzeiros. Falou, enfim, o Doutor Simões Lopes, declarando ser aconselhável que os Senhores Conselheiros visitassem as obras nos próximos vinte dias, a fim de terem visão completa dos trabalhos que se estavam realizando; externou, ainda, o desejo de que se es-

tudasse a possibilidade de redução das despesas a se realizarem .  
Essa medida teve aprovação unânime dos Conselheiros, os quais decidiram que se examinasse mais detidamente a construção da piscina, capela, concha acústica e ajardinamento, ao mesmo tempo que autorizaram o Presidente a verificação da possibilidade da diminuição das despesas já referidas, ficando, porém, aprovadas as verbas com a sugestão supra.

ATA DA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA SES-  
SÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DIRE-  
TOR, REALIZADA EM DOIS DE DEZEM-  
BRO DE MIL NOVECENTOS E QUAREN-  
TA E OITO.

.....  
GINÁSIO NOVA-FRIBURGO - Passou, em seguida, o Senhor Presidente a  
informar ao Conselho a questão relativa a autorização dada sôbre  
as obras da piscina e campos de esporte do Ginásio. Declarou que  
fizera investigações, pedindo orçamento a firma idônea. Achava que  
êste fôra razoável, dentro dos preços atuais. Acrescentou, toda -  
via, que deixava ao encargo dos Doutores Flôres e Rubens Pôrto o  
conseguirem diminuição dos preços através de alterações de espe-  
cificações. Também declarou que a Fundação, através do Doutor Ru-  
bens Pôrto, havia entrado em entendimento com os proprietários  
dos terrenos próximos aos já adquiridos, a fim de comprá-los. As-  
sim, com um montante aproximado de cem mil cruzeiros seria adqui-  
rida tôda a parte restante, em frente do Ginásio, composta de cin-  
co lotes, conforme autorizara o Conselho.



Ata da Décima Sessão Ordinária do  
Conselho Curador, realizada em -  
trinta de julho de mil novecentos  
e quarenta e oito.

.....

Aos trinta dias do mês de julho do ano de mil novecentos e quarenta e oito, na sala de sessões da Fundação Getúlio Vargas, à Praia de Botafogo número cento e oitenta e seis, teve lugar a décima - sessão ordinária do Conselho Curador, correspondente ao segundo trimestre do ano em curso, com a presença dos Senhores Manoel Bergstron Lourenço Filho - Presidente, Alberto Sá Souza de Brito Pereira - Vice-Presidente, Adroaldo Junqueira Ayres, Carlos Alberto Lúcio Bittencourt, Felinto Epitácio Maia, João Daudt de Oliveira, Jorge Felipe Kafuri, Moacir Veloso Cardoso de Oliveira, Murilo Braga de Carvalho, Odilon Braga, Plínio Reis de Cantanhede e Almeida, Themistocles Brandão Cavalcanti - membros convocados, Luiz Simões Lopes e Jorge Oscar de Mello Flôres, respectivamente, Presidente e Diretor-Executivo da Fundação. Com a palavra, o Presidente do Conselho deu por aberta a sessão, às vinte e uma horas e quarenta minutos, comunicando que a reunião tinha em vista, além da informação aos membros do Conselho sobre o desenvolvimento dos trabalhos da Fundação no último trimestre, também e, especificamente, o exame e aprovação do empréstimo hipotecário a ser feito com a Caixa Econômica do Estado do Rio de Janeiro, em um total de dois milhões, seiscentos e dezesseis mil quatrocentos e cinquenta e seis cruzeiros e sessenta centavos; acrescentou que essa operação de crédito tem em vista a compra do imóvel destinado ao antigo Hotel Cascata, em Friburgo e que será aproveitado para a instalação de um Ginásio Secundário Modelo. Vários Conselheiros usaram da palavra, indagando sobre as atividades da Fundação, bem como sobre questões patrimoniais e financeiras, no que foram prontamente esclarecidos pelo Presidente da Fundação e pelo Diretor Executivo. Em particular, tratou-se das providências desenvolvidas com relação à efetivação de doações compromissadas e ao restabelecimento do montante da subvenção anualmente concedida pelo

Govêrno Federal. Terminada essa parte dos trabalhos, o Presidente da Fundação fez uma síntese dos entendimentos, programas e medidas referentes ao Colégio Secundário Modelo de Friburgo, fornecendo o Diretor Executivo esclarecimentos complementares, inclusive apresentando relatórios escritos a respeito. Debatida então a questão do empréstimo hipotecário, a ser feito com a Caixa Econômica do Estado do Rio - de Janeiro, foi sua efetivação unanimemente aprovada por todos os presentes. Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho deu por encerrada a sessão às vinte e três horas e dez minutos.

.....

RELATÓRIO APRESENTADO PELO DOUTOR ALAIM  
DE ALMEIDA CARNEIRO, RELATIVO À OPERA -  
ÇÃO DE COMPRA DO IMÓVEL DENOMINADO HO-  
TEL CASCATA, EM NOVA FRIBURGO.

OS IMÓVEIS DE NOVA FRIBURGO

Com o objetivo da aquisição do HOTEL CASCATA em NOVA FRIBURGO foram levadas a efeito as seguintes operações:

- I) Escritura de doação de JOSÉ EUGÊNIO MULLER e outros ;
- II) Escritura de doação de um terreno feita pelo Dr. TUFFY JOSÉ EL-JAICK e sua mulher;
- III) Escritura de doação de Cr\$2.000.000,00 em apólices de sua emissão, feita pela Prefeitura Municipal de Nova Friburgo;
- IV) Escritura de promessa de venda do imóvel denominado Hotel Cascata, feita pela Empresa Educacional Fluminense Ltda.;
- V) Escritura de promessa de venda de uma área de terras adjacentes ao Hotel Cascata, feita por TUFFY JOSÉ EL-JAICK, sua mulher e outros;
- VI) Pedido de isenção de imposto de transmissão inter-vivos.

Examinemos separadamente essas operações.

- I) ESCRITURA DE DOAÇÃO DE JOSÉ EUGÊNIO MULLER E OUTROS A FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS.

Por escritura pública de 16 de julho de 1948, lavrada em Notas do 1º Ofício da Comarca de Nova Friburgo, Livro 51, fls. 76v (Doc. I) setenta e cinco outorgantes fizeram doação à FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS da importância total de Cr\$1.075.000,00 (um milhão e setenta e cinco mil cruzeiros).

Embora a escritura não faça nenhuma referência, a pedido dos doadores, parte dessa importância, isto é, Cr\$869.182,50 (o1

tocentos e sessenta e nove mil cento e oitenta e dois cruzeiros e cinquenta centavos) foi representada em créditos contra a EMPRESA EDUCACIONAL FLUMINENSE LTDA. que, na mesma data, outorgou à Fundação Getúlio Vargas escritura de promessa de venda do Hotel Cascata, reconhecendo expressamente a existência desse débito e aceitando a compensação em pagamento.

No ato da doação, portanto, foi recebida a importância de Cr\$205.817,50 (duzentos e cinco mil, oitocentos e dezessete cruzeiros e cinquenta centavos) sendo Cr\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil cruzeiros) em títulos de emissão da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo e o restante em moeda corrente do país.

Tal doação ficou condicionada, na forma da escritura, à efetiva realização da obra educacional prevista.

## II) ESCRITURA DE DOAÇÃO DE TERRENO FEITA POR TUFFY JOSÉ EL-JAICK E SUA MULHER

Por escritura pública de 15 de julho de 1948, lavrada em Notas do Cartório do 1º Ofício da Comarca de Nova Friburgo, Livro 51, fls. 68 (Doc. II), o Dr. Tuffy José El-Jaick e sua mulher, D. Aracy Florim El-Jaick se comprometeram, irretratavelmente, a doar à FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS um terreno medindo 60 120 metros quadrados, no Parque da Cascata, naquela cidade.

O referido terreno foi adquirido à ASSOCIAÇÃO SÃO VICENTE DE PAULA, por escritura pública lavrada em notas do mesmo Ofício, Livro 43, fls. 121, devidamente transcrita no Registro de Imóveis da Comarca, Cartório do 2º Ofício, sob número 2 669, Livro 3JJ, fls. 72 (Doc. III).

A Associação São Vicente de Paula, por sua vez, adquiriu o referido imóvel da Association Saint Bernard, com sede em Paris, por escritura pública de 6 de novembro de 1936, devidamente transcrita no Cartório do 2º Ofício de Registro, da mesma Comarca, no Livro 3HH, fls. 19, sob número de ordem 4 850 (Doc. IV)

A Associação São Bernardo, por sua vez, havia adquirido o dito imóvel de D. Josephina Serpa de Figueiredo, por escritura pública

de 4 de novembro de 1921, em Notas do Cartório do 4º Ofício do Rio de Janeiro, devidamente transcrita no Cartório de Registros da Comarca de Nova Friburgo, Livro 3DD, fls. 24, sob número 4 850 (Doc. V).

Os outorgantes promitentes vendedores apresentaram as certidões negativas de praxe (Doc. VI a X) e o termo de traspasse de Aforamento nº 6 054 da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo (Doc. XI).

### III) ESCRITURA DE DOAÇÃO DE CR\$2.000.000,00 FEITA PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

Por escritura pública de 16 de julho de 1948, lavrada em Notas do 3º Ofício da Comarca de Nova Friburgo, Livro 16, fls. 128v., a PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO, representada pelo seu Prefeito, ex-vi do disposto na resolução nº 27, de 23 de junho de 1928, doou à FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS a importância de Cr\$2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros) em apólices de sua emissão, no valor nominal de ..... Cr\$200,00 (duzentos cruzeiros) cada uma, autorizada pela resolução nº 12, de 28 de dezembro de 1947 (Doc. XII).

A referida doação foi condicionada à efetiva realização dos planos educacionais da Fundação Getúlio Vargas naquela cidade, cujas cláusulas estão expressas na mesma escritura, tendo sido antes examinadas e aprovadas pelo Conselho da Fundação.

Pela referida escritura a Prefeitura Municipal de Nova Friburgo também concedeu isenção plena de todos os impostos e taxas municipais que incidam, ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o contrato ou o seu objeto.

### IV) ESCRITURA DE PROMESSA DE VENDA DO IMÓVEL DENOMINADO HOTEL CASCATA

Por escritura pública de 16 de julho de 1948, lavrada em Notas do Cartório do 2º Ofício, no Livro nº 62, fls. 119, da Comarca de Nova Friburgo (Doc. XIII) a EMPRESA EDUCACIONAL FLUMINENSE LTDA. prometeu vender, irretratavelmente, à FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, o imóvel denominado HOTEL CASCATA, situado no Parque da Cascata, naquela cidade.

Foi feita escritura de promessa de venda com quitação de pre-

ço, ficando a escritura definitiva para ser lavrada quando a FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS obtivesse isenção do imposto de transmissão inter-vivos. Para maior facilidade e segurança, os Promitentes vendedores outorgaram, no mesmo instrumento, procuração irrevogável ao Dr. ALAIM DE ALMEIDA CARNEIRO para que pudesse, em nome deles, outorgantes, assinar, quando exigida, a escritura definitiva.

### Titulação

I) Por escrituras públicas de 13 de agosto de 1943 e 3 de abril de 1944 (Doc. XIV e XV), lavradas em Notas do Cartório do 3º Ofício da Comarca de Nova Friburgo, respectivamente a fls. 191/193, do Livro 11, e fls. 99/101 do Livro 12, devidamente transcritas no Registro de Imóveis da Comarca, Livros 3II e 3JJ, a fls. 115 e 8, sob números de ordem 2 175 e 2 362, TUFYY JOSÉ EL-JAICK e seus irmãos venderam a EMPRESA GRANDES HOTÉIS (de quem é sucessora a Empresa Educacional Fluminense Ltda.) o domínio útil de um terreno foreiro à Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, representado pelos lotes, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 67, 68, 69, 70 e 71 todos da planta aprovada pela referida Prefeitura e aí arquivada, referentes ao loteamento do Parque da Cascata.

II) Esse terreno foi havido pelos outorgantes em legítima parte no inventário dos bens deixados por JOSÉ EL-JAICK, conforme escritura de divisão e partilha amigável, lavrada em Notas do Cartório do 1º Ofício da mesma Comarca, Livro 36, fls. 194, a 5 de outubro de 1942 (Doc. XVI). O título em questão foi devidamente transcrito no Registro de Imóveis da Comarca sob número de ordem 1962, a fls. 66 do Livro 3II (Doc. XVII).

III) JOSÉ EL-JAICK, por sua vez, houvera o referido imóvel por compra feita a THOMAZ AFFONSO MADURO e sua mulher, conforme escritura pública de 29 de março de 1932, lavrada em Notas do Cartório do 3º Ofício da Comarca de Nova Friburgo, no Livro 5, fls. 88 (Doc. XVIII), devidamente transcrita no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca, Livro 3Y, fls. 123, sob número de ordem 4 693 (Doc. XIX).

IV) THOMAZ AFFONSO MADURO houve o imóvel vendido a José El-Jaick por compra feita a ELIAS JOSÉ CAETANO DE AZEVEDO, ELIAS OTTO D'AZEVEDO e sua mulher, conforme escritura pública de 28 de julho de 1920, lavrada em Notas do Cartório do 1º Ofício da Comarca de Nova Friburgo, no Livro 10, fls. 45 (Doc.XX), devidamente transcrita no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca, Livro 3GG, fls. 89, nº 367 (Doc. XXI);

V) No referido terreno foi construído o prédio ora denominado HOTEL CASCATA, descrito na escritura, cuja planta e construção foram devidamente aprovadas e averbadas (Docs. XXII e XXIII).

VI) A outorgante vendedora apresentou prova de traspasse de aforamento para o seu nome, conforme 'cartas' números 6 030 e 6 031, devidamente averbadas na Prefeitura Municipal, Livro 4, nº 4 (Docs. XXIV e XXV).

#### Capacidade dos outorgantes

A compra do imóvel, como assinalamos, foi feita em nome da EMPRESA GRANDES HOTÉIS LIMITADA, a quem, todavia, por escritura particular de alteração do contrato social, registrada no Registro do Comércio da Comarca de Nova Friburgo, Livro 4, fls. 54 e 55 sucedeu a SOCIEDADE SANATÓRIO NOVA FRIBURGO LIMITADA, a qual, por sua vez, foi sucedida pela outorgante, EMPRESA EDUCACIONAL FLUMINENSE LIMITADA, conforme escritura particular de alteração de contrato, igualmente registrada no registro de Comércio da Comarca de Nova Friburgo, Livro 4, fls. 68v, sob nº 374.

Na escritura de promessa de venda foi a outorgante representada pelos Drs. DEMERVAL BARBOSA MOREIRA e ÁLVARO TASSARA, na qualidade de gerentes da empresa, conforme contrato social examinado e ainda como sócios, por si, e representando todos os demais sócios quotistas, segundo procurações que apresentaram e ficaram arquivadas em cartório.

#### Certidões Negativas

Foram oferecidas as certidões negativas de praxe, (Docs. ..



XXVI a XXXIII) pelas quais se verifica que nenhum ônus grava o imóvel, salvo as hipotecas feitas a favor da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL do Estado do Rio de Janeiro, conforme escrituras públicas de 14 de dezembro de 1944 e 27 de agosto de 1946, ratificadas a 31 de maio de 1948 (Docs. . XXXIV e XXXV) devidamente averbadas sob nº 20 a fls. 8 e 9 do Livro 2 do Cartório do 4º Ofício e registradas no Livro 2F sob nº 497, a fls. 67.

#### Escritura de Promessa

Assim, devidamente verificados os documentos e pagos os foros devidos (Docs. XXXVI a XXXIX) foi passada a escritura de promessa irretratável de venda, devidamente registrada a fls. 6 do Livro 4 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Nova Friburgo, sob nº 14.

#### Pagamento

Para pagamento da importância da compra, isto é, ..... Cr\$6.550.652,80 (seis milhões, quinhentos e cinquenta mil, seiscentos e cinquenta e dois cruzeiros e oitenta centavos) a FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS comprometeu-se a assumir a dívida hipotecária no valor de ..... Cr\$2.616.456,60 (dois milhões, seiscentos e dezesseis mil, quatrocentos e cinquenta e seis cruzeiros e sessenta centavos) a favor da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO e ainda outros débitos, num total de Cr\$3 934 196,20 (três milhões, novecentos e trinta e quatro mil cento e noventa e seis cruzeiros e vinte centavos) conforme relação assinada pela Outorgante e que ficou fazendo parte integrante da escritura de promessa de venda (Doc. XL).

Para pagamento desses últimos débitos a FUNDAÇÃO depositou na Agência da Caixa Econômica Federal do Estado do Rio de Janeiro, em Nova Friburgo, a importância de Cr\$2 235 364,50 (dois milhões, duzentos e trinta e cinco mil, trezentos e sessenta e quatro cruzeiros e cinquenta centavos) em dinheiro e ainda Cr\$825 000,00 (oitocentos e vinte e cinco mil cruzeiros) em títulos de emissão da Prefeitura de Nova Friburgo, conforme recibo fornecido pela referida Agência (Doc. 41).

Com essas importâncias, e tendo em vista os créditos que lhe foram cedidos, num total de Cr\$869 182,50 (oitocentos e sessenta e no-

ve mil, cento e oitenta e dois cruzeiros e cinquenta centavos), conforme escritura de doação já referida (Doc. I), a FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS autorizou a Agência Local da Caixa Econômica a pagar todos os credores da EMPRESA EDUCACIONAL FLUMINENSE LIMITADA, de acordo com suas expressas instruções (Doc. XLII).

#### Móveis e Utensílios

No total convencionado para a compra do HOTEL CASCATA estava incluído o valor dos móveis e utensílios que o guarnecem, fixado em .. Cr\$1.511.946,40 (um milhão, quinhentos e onze mil, novecentos e quarenta e seis cruzeiros e quarenta centavos), conforme relação que também ficou fazendo parte integrante da escritura, embora sujeita a posterior verificação da outorgada (Doc. XLIII).

#### V - ESCRITURA DE PROMESSA DE VENDA DE TERRAS ADJACENTES AO HOTEL CASCATA POR TUFFY JOSÉ EL-JAICK, SUA MULHER E OUTROS.

Por escritura pública de 16 de junho de 1948, lavrada a fls. 70v do Livro 51 do Cartório do 1º Ofício da Comarca de Nova Friburgo (Doc. XLIV), TUFFY JOSÉ EL-JAICK, sua mulher e outros prometeram vender à FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS os lotes 64, 65 e 66 do loteamento existente no PARQUE DA CASCATA e ainda a área contígua ao lote 66, tudo medindo, aproximadamente, 19 370 metros quadrados, conforme planta arquivada em cartório e na Prefeitura Municipal, pela importância de .. Cr\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil cruzeiros), que no ato lhe foi pago e de que deram plena quitação, fazendo a promessa irretratável.

#### Titulação

Sendo a área vendida desmembrada da maior havida no inventário de José El-Jaick, tem a mesma origem do imóvel Hotel Cascata, cuja titulação foi longamente examinada no capítulo anterior deste relatório.

VI - ISENÇÃO DE TRIBUTOS

Na cláusula XVI da Escritura de promessa de venda do Hotel Cascata ficou estabelecido que a Outorgante, EMPRESA EDUCACIONAL FLUMINENSE LIMITADA providenciaria a isenção do imposto de vendas e consignação que incidiriam sobre a venda de móveis e utensílios, assim como a FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS providenciaria a obtenção de isenção referente ao imposto de transmissão inter-vivos.

Com a intenção de obter a referida isenção, foi enviado ao Governador do Estado do Rio o memorial anexo (Doc. XIV).

Rio de Janeiro, 31 de agosto de 1948.

a) Alaim de Almeida Carneiro.

Em 9 de Julho de 1948

Sr. Diretor Executivo

Cumpro o dever de transmitir a V.S. o RELATÓRIO que me  
hei permitido elaborar, sôbre a missão que me foi confiada, relativa -  
mente à EMPRESA EDUCACIONAL FLUMINENSE LIMITADA.

Respeitosamente

as) Iberê Gilson  
Auditor

## 1 - PROLEGÔMENOS

1.1 Por determinação de V.S., viajei a Nova Friburgo, a fim de analisar os elementos constitutivos do PASSIVO da EMPRESA EDUCACIONAL FLUMINENSE LTDA., para efeito de compra, por esta Fundação, do imóvel de propriedade da referida empresa, denominado CASCATA.

1.2 A viagem se fez dia 7 no automóvel do Dr. Cesar Guinle, prefeito de Nova Friburgo, por sua especial deferência.

1.3 Chegando à cidade fui apresentado pelo Dr. Cesar Guinle aos Srs. José Eugênio Müller, Spinelli, Dr. Jamil El-Jaick e Dr. Tufi El-Jaick.

1.4 A seguir os ditos Srs. me conduziram ao escritório da CONTABILIZADORA E REVISORA TÉCNICA, ORGANIZADORA LTDA., onde fui apresentado ao Sr. João Evangelista Mayer, contador da Empresa Educacional Fluminense Ltda.

1.5 No escritório aludido e com a assistência dos citados - Srs., pude dar execução à tarefa que me foi confiada.

## 2 - FONTES DE INFORMAÇÃO

2.1 Os elementos que tenho a honra de apresentar no presente trabalho foram obtidos pela análise da documentação, pela revisão da escrituração e por informações verbais que me foram sollicitamente prestadas pelos Drs. Cesar Guinle, Jamil El-Jaick e Tufi El-Jaick e pelos Srs. José Eugênio Müller, Spinelli e João Evangelista Mayer.

### 3 - SITUAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

- 3.1 A escrituração contábil do DIÁRIO é feita pelo processo copiativo, estando os lançamentos em ordem.
- 3.2 A escrituração oficializada, isto é, com DIÁRIO registrado na forma da legislação vigente, teve início a 31 de julho de 1947, em nome de SANATÓRIO FRIBURGO LTDA.
- 3.3 O início da escrituração se fez pelo processo técnico do registro do patrimônio existente na data do início. Para tal efeito, consta do DIÁRIO o registro do patrimônio em 31 de julho de 1947 (Anexo nº 1).
- 3.4 Em data de 30 de novembro de 1947, foi feita no DIÁRIO a seguinte nota:
- "Conforme contrato de 14 de novembro de 1947, registrado no REGISTRO COMERCIAL em 24 de novembro de 1947, sob o nº 374, no livro 4-A, o Sanatório Friburgo Ltda. mudou a sua denominação e finalidade, passando a denominar-se EMPRESA EDUCACIONAL FLUMINENSE LIMITADA, destinando-se à criação e manutenção de estabelecimentos de ensino".
- 3.5 O DIÁRIO está escriturado até 30 de junho de 1947, não estando, todavia, registrado o Balanço Geral a que se procedeu naquela data.
- 3.6 A escrituração é feita por partidas mensais, com históricos não muito discriminativos.

### 4 - ANÁLISE DO PASSIVO

#### 4.1 - Generalidades

- 4.1.1 O Balanço Geral levantado em 30 de junho de 1948 apresenta os elementos constantes do Anexo nº 2, pelo qual se pode verificar que o Passivo escritural soma Cr\$ 8.442.863,00, a saber:

Capital.....	2.000.000,00
Contas Correntes.....	349.249,40
Depósitos para Aquisição de Quotas.	919.000,00
Subscrição Anterior.....	74.800,00
Fornecedores .....	1.545.447,10
I. A. P. I. ....	35.000,00
Caixa Econômica Federal do Estado do Rio de Janeiro .....	2.616.456,60
Obrigações a Pagar .....	668.524,70

Ginásio Nova Friburgo (Antigo Cêfel)	102.010,20
Juros a Pagar .....	61.760,40
Eventuais .....	70.614,60

4.1.2 Permite-me, a seguir, analisar cada conta de per si.

#### 4.2 - Análise das Contas

##### 4.201 CAPITAL

4.201.1 O Capital registrado é de Cr\$ 2.000.000,00. No Balanço levantado em 31 de julho de 1947, para início de escrituração, consta, todavia, no Ativo, um débito dos Quotistas de Cr\$ 992.682,00. Tal débito foi elevado a Cr\$ 1.526.252,00 pelas seguintes operações realizadas e registradas no DIÁRIO:

9 de agosto de 1947

Pagamento feito aos Quotistas..... Cr\$ 300.000,00

1º de outubro de 1947

Idem, idem ..... Cr\$ 100.000,00

31 de dezembro de 1947

Assunção, por parte da Empresa Educacional Fluminense Ltda., de obrigações dos Quotistas para com a Casa Domingos Joaquim da Silva S.A., mediante aceite de 26 promissórias de Cr\$ 5.588,50, com vencimentos mensais.

Cr\$ 133.570,00

Total.....Cr\$ 533.570,00

4.201.2 Consta ainda o registro do seguinte:

30 de junho de 1948

Juros de 6% ao ano, creditados aos Quotistas e relativos ao período de 1º de agosto de 1947 a 30 de junho de 1948, sobre Cr\$..

1.734.381,10.....Cr\$ 95.390,90

que reduz o débito a Cr\$ 1.430.861,10, assim demonstrado:

Débito constante do Balanço de Abertura.Cr\$ 992.682,00

Pagamentos feitos.....Cr\$ 400.000,00

Assunção de obrigações.....Cr\$ 133.570,00

Total.....Cr\$1.526.252,00

Menos:

Juros creditados.....Cr\$ 95.390,90

Saldo.....Cr\$ 1.430.861,10

4.201.3 O saldo a pagar, portanto, de restituição é de:

4.201.3.1 - Cr\$ 569.138,90, se forem considerados os juros creditados, como se demonstra:

Capital.....	Cr\$ 2.000.000,00
Saldo devedor dos Quotistas.....	Cr\$ 1.430.861,10
	<u>Cr\$ 569.138,90</u>

4.201.32 - Cr\$ 473.748,00 se não forem considerados os aludidos juros, como se demonstra:

Capital.....	Cr\$ 2.000.000,00
Saldo devedor dos Quotistas.....	Cr\$ 1.526.252,00
	<u>Cr\$ 473.748,00</u>

4.201.4 A quantia de Cr\$ 1.734.381,10, sobre a qual se calculam os juros de que se cuida é assim demonstrada:

Valor que deveria ter sido levantado pelos Quotistas, nos termos do acôrdo feito com os novos Quotistas, e que não o foi...Cr\$. 500.000,00

Móveis do CANAVIAL, pagos pelos Quotistas  
..Cr\$.1.129.000,00

Colchões pagos pelos Quotistas, a Indústria de Colchões Tamoyo.....Cr\$ 97.448,00

Móveis, idem, a Theodoro Heuberger....Cr\$ 16.933,00

Total.....Cr\$ 1.743.381,00

4.201.5 Como se vê, o capital sobre o qual deveriam ser calculados os juros é de Cr\$ 1.743.381,00.

4.201.6 Cumpre esclarecer que, como informou o Sr. João Evangelista Mayer, os pagamentos citados foram feitos, e como tal contabilizados, à conta da integralização do Capital.

4.201.7 Não consegui apurar pela escrituração a distribuição do débito dos Quotistas, havendo-me sido informado que o mesmo é indivisível, constituindo um bloco único. O Capital de Cr\$ 2.000.000,00 é constituído de quotas iguais de Cr\$ 250.000,00, pertinentes aos seguintes: Álvaro Tassara, Dr. Demerval Barbosa Moreira, Dr. Francisco Benedetti, Ondino Victor Vieira, Dr. Antônio Vieira Cordeiro Junior, Dr. Léo Dib Meanovich Rafih Abud, João Manoel de Castro e Dr. Hermes Curry Carneiro.

#### 4.202 - CONTAS CORRENTES

4.202.1 Esta conta representa débito para com os seguintes:

Augusto Luiz Spinelli.....	Cr\$ 16.000,00
Viação Friburgo S.A. ....	Cr\$ 1.050,00
João E. Mayer .....	Cr\$ 4.400,00
Dr. Jamil El-Jaick .....	Cr\$ 20.000,00
Dr. Tufi El-Jaick .....	Cr\$ 250.000,00
Amélio, Irmãos e Cia.Ltda. ....	Cr\$ 20.000,00
Moisés Amélio .....	Cr\$ 8.572,50
Cesar Guinle e outros .....	<u>Cr\$ 29.226,90</u>

Total ..... Cr\$ 349.249,40

4.202.2 Os débitos para com os Srs. Augusto Spinelli, Dr. Jamil El-Jaick, Moisés Amélio, Dr. Cesar Guinle e outros e para com a firma Amélio,



Irmãos e Cia. Ltda. se referem a suprimentos feitos. A Viação Friburguen se S.A. é credora por fornecimento de passagens, o Sr. João Evangelista Mayer por serviços técnicos de contabilidade e o Dr. Tufi El-Jaick por venda do terreno.

#### 4.203 - DEPÓSITOS PARA AQUISIÇÃO DE QUOTAS

4.203.1

São os seguintes os credores:

Dr. Manlio A. Silva .....	Cr\$	50.000,00
José Eugênio Muller .....	Cr\$	100.000,00
Spinelli .....	Cr\$	100.000,00
Empresa Progresso de N. Friburgo S.A. Cr\$		100.000,00
Raul Sertã .....	Cr\$	20.000,00
Cecília Maria Falk .....	Cr\$	30.000,00
Antônio E. Pockstaller .....	Cr\$	30.000,00
Richard Hugo Otto Ihns .....	Cr\$	30.000,00
Castro Moreira & Cia. Ltda. ....	Cr\$	10.000,00
Domingos Castro Moreira .....	Cr\$	10.000,00
Ferreira Canto & Cia. Ltda. ....	Cr\$	15.000,00
Terezinha Silva Ramos .....	Cr\$	10.000,00
Folly & Cia. ....	Cr\$	10.000,00
Aristão Pinto .....	Cr\$	30.000,00
Max Cleff .....	Cr\$	35.000,00
Chafic Sallum .....	Cr\$	4.000,00
Alberto Magno Teixeira de Mello...	Cr\$	5.000,00
José Mastrangelo .....	Cr\$	5.000,00
Pedro Knust .....	Cr\$	5.000,00
Gloria Mary Knust .....	Cr\$	5.000,00
João Serpa .....	Cr\$	5.000,00
Nader Youssef Ben Nader .....	Cr\$	5.000,00
José Cordoeira Netto .....	Cr\$	5.000,00
Ernesto Bizzotto Filho .....	Cr\$	10.000,00
J. Monteiro Fernandes .....	Cr\$	15.000,00
Brenha & Irmão .....	Cr\$	10.000,00
Ernesto Tessarolo .....	Cr\$	5.000,00
Argeu Tessarollo .....	Cr\$	5.000,00
Francisco Leite Pinheiro .....	Cr\$	5.000,00
Elias Jabour & Cia. Ltda. ....	Cr\$	7.000,00
Azevedo Filhos & Cia. Ltda. ....	Cr\$	5.000,00
Januario Caputo .....	Cr\$	5.000,00
José Pereira de Castro Brito.....	Cr\$	10.000,00
Luiz Gonzaga Caputo .....	Cr\$	5.000,00
Valenzuela Belmonte & Cia. Ltda...	Cr\$	5.000,00
Humberto Gomes .....	Cr\$	5.000,00
Augusto Loureiro Pinto .....	Cr\$	10.000,00
José Ruiz Bolea .....	Cr\$	5.000,00
Antonio Joaquim de Oliveira.....	Cr\$	5.000,00
Gil José Salomão .....	Cr\$	5.000,00
Horácio Cunha Muniz .....	Cr\$	5.000,00
Francisco Antônio Mastrangelo.....	Cr\$	5.000,00
Joaquim S. Cunha .....	Cr\$	10.000,00
A. Polo & Cia. ....	Cr\$	5.000,00
Ângelo Merecci .....	Cr\$	10.000,00
Longo & Cia. ....	Cr\$	10.000,00
Antônio Silverio de Souza .....	Cr\$	5.000,00
Dr. Guilherme Guinle.....	Cr\$	50.000,00
Conde Ernesto Pereira Carneiro ...	Cr\$	5.000,00
H. Gaiser.....	Cr\$	20.000,00
Dr. Euvaldo Lodi.....	Cr\$	45.000,00
Moisés Amélio .....	Cr\$	13.000,00
Total .....	Cr\$	919.000,00

4.204 - SUBSCRIÇÃO ANTERIOR

4.204.1 Trata-se de credores por subscrições de Capital feitas anteriormente e não concretizadas. Do Balanço de Abertura, levantado em 31 de julho de 1947, consta o valor de Cr\$ 121.600,00. Não havendo na escrituração a evidenciação dos nomes dos credores, solicitei a dita relação, havendo-me sido apresentada uma de soma superior àquela cifra.

4.204.2 Deduzindo que o ocorrido se explicava pelo fato de alguns dos credores já terem sido reembolsados, combinou-se que a Empresa Educacional Fluminense Ltda. fornecerá, após entendimentos com o Dr. Dermeval Barbosa Moreira, a dita relação reajustada àquele valor.

4.205 - FORNECEDORES

4.205.1 Esta conta representa a dívida da Empresa, por fornecimentos vários, para com os seguintes:

Theodoro Heuberger.....	Cr\$	111.264,70
Jorge Alves Peixôto.....	Cr\$	1.041.999,90
Miele & Cia.....	Cr\$	68.795,70
Amélio, Irmãos & Cia.Ltda. ....	Cr\$	54.649,20
A.Mário de Azevedo .....	Cr\$	16.929,80
J.Bizzotto & Irmãos .....	Cr\$	28.332,20
Ferreira Canto & Cia. Ltda. ....	Cr\$	14.541,40
Frutuoso da Silva Netto .....	Cr\$	35.368,70
Ernani Rodrigues & Cia. ....	Cr\$	2.486,00
Transportadora Spinelli Ltda. ....	Cr\$	22.547,60
Brasileira Fornecedora Escolar S.A.,	Cr\$	122.440,80
Propriedades Reunidas E.Guinle Ltda.	Cr\$	18.993,70
Cerâmica São Clemente Ltda. ....	Cr\$	728,00
Prefeitura Municipal de Nova Friburgo	Cr\$	1.485,00
Construtora Parque São Clemente Ltda.	Cr\$	961,90
Castro Moreira & Cia. Ltda. ....	Cr\$	3.922,50

Total ..... Cr\$ 1.545.447,10

4.205.2 Da parcela de Cr\$ 122.440,80, a favor de Brasileira Fornecedora Escolar S.A., há a deduzir a parcela de Cr\$ 53.302,00, relativa a móveis adquiridos para o Ginásio Nova Friburgo e um laboratório, segundo esclarecimentos que me foram prestados.

4.205.3 Assim sendo, o valor do crédito de Brasileira Fornecedora Escolar S.A. é de

Valor registrado ..... Cr\$ 122.440,80

Menos:

Valor dos móveis e laboratórios adquiridos para o Ginásio Nova Friburgo e pelo qual responderá a Empresa..... Cr\$ 53.302,00

Saldo ..... Cr\$ 69.138,80

4.205.4 A vista do exposto, o compromisso da Fundação, no tocante a FORNECEDORES, é de

Saldo da conta ..... Cr\$ 1.545.447,10

Parcela glosada ..... Cr\$ 53.302,00

Saldo ..... Cr\$ 1.492.145,10

4.205.5 Analisando, contudo, a conta em lide encontrei dois lançamentos, em 20 de fevereiro e em 30 de abril de 1948, em que a firma Brasi-

III,28

leira Fornecedora Escolar S.A. é creditada por Cr\$ 60.660,80 e Cr\$. .... 97.780,00, em um total de Cr\$ 158.440,80, por compras feitas de mobiliário escolar.

4.205.6 Em 26 de janeiro, consta o lançamento de registro do sinal dado para as referidas compras, no valor de Cr\$ 36.000,00.

4.205.7 Isto pôsto, o valor a ser deduzido do crédito de Brasileira Fornecedora Escolar S.A., deve ser de Cr\$ 122.440,80, que se demonstra a seguir:

Compras feitas de mobiliário escolar ....	Cr\$ 158.440,80
Sinal dado.....	<u>Cr\$ 36.000,00</u>

Saldo ..... Cr\$ 122.440,80,

o que reduz o seu saldo credor a zero e o saldo da conta FORNECEDORES a Cr\$ 1.423.006,30.

4.205.8 Esclareceu-se, no entanto, que o mobiliário comprado e que somou Cr\$ 158.440,80, será dividido, ficando parte com a Empresa Educacional Fluminense Ltda. e parte com a Fundação. Assim sendo, ficarão com a Empresa Educacional Fluminense Ltda. o seguinte, constante do pedido nº .. 15.448, do fornecedor:

1 Poltrona para professor	
mod. C-2 .....	Cr\$ 450,00
4 Mesas para professor	
mod. 193 - 1/ Cr\$ 850,00 .....	Cr\$ 3.400,00
4 Poltronas de braço para professor	
mod. C-2 - 1/Cr\$ 450,00 .....	Cr\$ 1.800,00
4 Estrados para mesa de professor	
mod. 183 - 1/Cr\$ 350,00 .....	Cr\$ 1.400,00
108 Carteiras duplas de peroba	
mod. BB90 - 1/Cr\$ 244,00 .....	Cr\$ 26.352,00
22 Deanteiros duplos de peroba	
mod. DD 90 - 1/Cr\$ 236,00 .....	Cr\$ 5.192,00
22 Trazeiros duplos de peroba	
mod. TT 90 - 1/Cr\$ 214,40 .....	<u>Cr\$ 4.708,00</u>
Soma .....	Cr\$ 43.302,00
1 Laboratório .....	<u>Cr\$ 10.000,00</u>
Total .....	<u>Cr\$ 53.302,00</u>

#### 4.206 - I. A. P. I.

4.206.1 Trata-se de dívida para com o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, relativa a contribuições vencidas. Em 30 de julho de 1947, a dívida era de Cr\$ 59.000,00, tendo sofrido uma amortização no período decorrido daquela data até 30 de junho de 1948, de Cr\$ 24.000,00.

#### 4.207 - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

4.207.1. O saldo desta conta, de Cr\$ 2.616.456,60, representa o dé-

bito da Empresa para com aquêlê estabelecimento de crédito, conforme escritura de 31 de maio de 1948, em notas do Cartório do 10º Ofício de Niterói.

4.207.2 Deve-se evidenciar, para govêrno, que o empréstimo é amortizável pela Tabela Price, em 180 prestações mensais de Cr\$ 28.116,60, vencida a primeira no mês de junho próximo passado.

4.207.3 A aludida prestação se distribui como a seguir:

Juros de 10% ao ano, sôbre Cr\$ 2.616.456,60,	
em junho .....	Cr\$ 21.803,80
Amortização do capital.....	Cr\$ 6.312,80

Total.... Cr\$ 28.116,60

4.207.4 O anexo nº 3 demonstra o desenvolvimento do empréstimo em estudo, até o fim do corrente exercício.

#### 4.208 - OBRIGAÇÕES A PAGAR

4.208.1 São os seguintes os credores por obrigações:

Banco Comércio Ind.M.Gerais S.A.,....	Cr\$ 126.000,00
Banco Industrial Brasileiro S.A.,....	Cr\$ 119.400,70
Acácio Borges .....	Cr\$ 100.000,00
Julio Thurler .....	Cr\$ 50.000,00
Joaquim Teixeira .....	Cr\$ 30.000,00
Abelardo Schuenk .....	Cr\$ 36.000,00
Moisés Amélio .....	Cr\$ 23.000,00
João Amélio .....	Cr\$ 22.000,00
Angelina Veronese .....	Cr\$ 18.000,00
Jorge José Pedro .....	Cr\$ 10.000,00
SA. Casa Domingos Joaquim da Silva..	Cr\$ 134.124,00

Total ... Cr\$ 668.524,70

4.208.2 O crédito de CASA DOMINGOS JOAQUIM DA SILVA S.A. se demonstra como segue:

Títulos assinados pela Empresa, como  
assunção de dívida dos Quotistas, a  
que se refere o item ..... Cr\$ 133.570,00

Juros e descontos dos títulos acima  
referidos ..... Cr\$ 11.731,00

Total ....Cr\$ 145.301,00

4.208.3 Os créditos dos demais são relativos a títulos assinados e juros.

#### 4.209 - GINÁSIO NOVA FRIBURGO (ANTIGO CEFEL)

4.209.1 O saldo de Cr\$ 102.010,20 deverá ficar à responsabilidade da Empresa, motivo pelo qual deve ser glosado.

#### 4.210 - JUROS A PAGAR

4.210.1 Esta conta representa os juros de 7% ao ano, creditados aos seguintes:

#### Credores por "Obrigações a Pagar"

Acácio Borges .....	Cr\$ 6.417,30
Julio Thurler .....	Cr\$ 208,60
A Transportar...	Cr\$ 6.625,90

Transporte .....	Cr\$	6.625,90
Joaquim Teixeira .....	Cr\$	1.925,00
Abelardo Achuenk .....	Cr\$	2.310,30
Moisés Amélio .....	Cr\$	1.475,90
João Amélio .....	Cr\$	1.411,70
Angelina Veronese .....	Cr\$	1.155,00
Jorge José Pedro .....	Cr\$	641,70

Total ..... Cr\$ 15.545,50

Credores por "Depósitos para Aquisição de Quotas"

Dr. Mânlio A. Silva .....	Cr\$	3.111,10
José Eugênio Müller .....	Cr\$	3.111,10
Spinelli S.A. ....	Cr\$	6.222,20
Emp. Progresso de Nova Friburgo....	Cr\$	6.222,20
Raul Sertã .....	Cr\$	1.244,40
Cecília Maria Falk .....	Cr\$	1.866,70
Antônio E. Pockstaller .....	Cr\$	1.866,70
Richard Hugo Otto Ihns.....	Cr\$	1.866,70
Castro Moreira & Cia. ....	Cr\$	622,20
Domingos Castro Moreira .....	Cr\$	622,20
Ferreira Canto & Cia. Ltda. ....	Cr\$	933,30
Terezinha Silva Ramos .....	Cr\$	622,20
Folly & Cia. ....	Cr\$	622,20
Aristão Pinto .....	Cr\$	1.866,70
Max Cleff .....	Cr\$	2.109,70
Chafic Sallum .....	Cr\$	237,20
Alberto Magno Teixeira de Mello...	Cr\$	296,50
José Mastrangelo .....	Cr\$	295,50
Pedro Knust .....	Cr\$	295,50
Glória Mary Knust .....	Cr\$	295,50
João Serpa .....	Cr\$	295,50
Nader Youssef Ben Nader .....	Cr\$	293,60
José Cordoeira Netto .....	Cr\$	293,60
Antônio Silvério de Souza .....	Cr\$	293,60
Ernesto Bizzotto Filho .....	Cr\$	587,20
J. Monteiro Fernandes .....	Cr\$	875,00
Brenha & Irmão .....	Cr\$	567,80
Ernesto Tessarollo .....	Cr\$	281,00
Argeu Tessarollo .....	Cr\$	281,00
Francisco Leite Pinheiro .....	Cr\$	269,30
Elias Jabour & Cia. ....	Cr\$	377,00
Azevedo Filhos & Cia. Ltda. ....	Cr\$	269,30
Januário Caputo .....	Cr\$	269,30
José Pereira de Castro Brito.....	Cr\$	525,00
Luiz Gonzaga Caputo .....	Cr\$	262,50
Valenzuela Belmonte & Cia. Ltda. .	Cr\$	262,50
Humberto Gomes .....	Cr\$	262,50
Augusto Loureiro Pinto .....	Cr\$	525,00
José Ruiz Bolea .....	Cr\$	262,50
Antônio Joaquim de Oliveira .....	Cr\$	258,60
Gil. José Salomão .....	Cr\$	247,90
Horácio Cunha Muniz .....	Cr\$	242,10
Francisco Antônio Mastrangelo.....	Cr\$	239,20
Joaquim S. Cunha .....	Cr\$	478,30
A. Polo & Cia. ....	Cr\$	234,30
Ângelo Merecci .....	Cr\$	443,30
Longo & Cia. ....	Cr\$	408,50
Dr. Guilherme Guinle .....	Cr\$	1.333,30
Conde Ernesto Pereira Carneiro....	Cr\$	138,10
Luiz Simões Lopes .....	Cr\$	27,60
Dr. Euvaldo Lodi .....	Cr\$	127,40
H. Gaiser .....	Cr\$	245,00
H. Gaiser .....	Cr\$	136,10
Dr. Euvaldo Lodi .....	Cr\$	272,20

46.214,90

4.210.2 Cumpre esclarecer, outrossim, que aos FORNECEDORES foi feito um crédito de juros de 7% ao ano, no período de 1º de julho, de 1947 a 30 de junho de 1948, de Cr\$ 14.144,80, conforme registro no DIÁRIO e assim demonstrado:

Miele & Cia .....	Cr\$	4.148,10
Amélio, Irmãos & Cia.Ltda. ....	Cr\$	3.295,20
A. Mário e Azevedo .....	Cr\$	1.020,80
J. Bizzotto & Irmãos .....	Cr\$	3.025,70
Ferreira Canto & Cia. Ltda. ....	Cr\$	522,30
Frutuoso da Silva Netto .....	Cr\$	2.132,70
Total .....	Cr\$	14.144,80

#### 4.211 - EVENTUAIS

4.211.1 O saldo desta conta resulta do lançamento feito em 30 de abril de 1948, do seguinte teor:

#### "MÓVEIS, UTENSÍLIOS E ROUPARIA"

Diferença no valor dos móveis, encontrada no Inventário

#### A EVENTUAIS

Pelo débito à conta acima

Cr\$ 70.614,60"

4.211.2 O Dr. Jamil El-Jaick esclareceu que tal diferença foi proveniente de móveis existentes e não computados no Inventário.

#### 5 - CONCLUSÕES

5.1 Do exposto se infere que devem ser abatidos do Passivo, imediatamente, os seguintes valores:

5.11 - na conta "CAPITAL"	- Cr\$ 1.430.861,10
5.12 - na conta "FORNECEDORES"	- Cr\$ 43.302,00
5.13 - na conta "GINÁSIO NOVA FRIBURGO"(ANTIGO CEFEL)	- Cr\$ 102.010,20

5.2 Com as glosas acima, os valores do Passivo, a que se refere o item 4.1, ficam reduzidos de Cr\$ 8.442.863,00 para Cr\$ 6.866.687,70, assim demonstrado:

Capital .....	2.000.000,00	
<u>Menos</u>		
Débito dos Quotistas	<u>1.430.861,10</u>	569.138,90

### III,32

Contas Correntes.....	349.249,40
Depósitos p/Aquisição de Quotas	919.000,00
Subscrição anterior.....	74.800,00
Fornecedores.....	1.545.447,10
<u>Menos</u>	
Glosas.....	<u>53.302,00</u>
	1.492.145,10
I. A. P. I. ....	35.000,00
Caixa Econômica Federal do Esta do do Rio de Janeiro.....	2.616.456,60
Obrigações a Pagar .....	668.524,70
Juros a Pagar.....	61.760,40
Eventuais.....	<u>70.614,60</u>
Total.....	6.856.689,70

5.3

Para a determinação do valor final, torna-se mister:

5.31 - a manifestação de V.Sª sobre:

5.311 - relativamente à conta CAPITAL:

5.311.1 - o valor de Cr\$ 95.390,90, perti  
nente aos juros creditados;

5.312 - relativamente à conta FORNECEDORES:

5.312.1 - o valor de Cr\$ 14.144,80, perti  
nente a juros creditados;

5.313 - relativamente à conta JUROS A PAGAR:

5.313.1 - o valor de Cr\$ 61.760,40, perti  
nente a juros creditados aos  
credores por Obrigações a Pagar  
e por Depósitos para Aquisição  
de Quotas

5.314 - relativamente à conta EVENTUAIS:

5.314.1 - o valor de Cr\$ 70.614,60, saldo  
da conta, pertinente a reajusta  
mento do valor de registro con  
tábil dos móveis e referente às  
despesas feitas com o transpor  
te, etc.

5.32 - a verificação inventarial do mobiliário escolar -  
adquirido a Brasileira Escolar S.A. e que ficará  
pertencendo à Fundação, e

5.33 - a fixação de uma data, para efeito de pagamento:  
para o que proponho a de 30 de junho próximo pas  
sado, reembolsando a Fundação as despesas pagas  
posteriormente.

SANATÓRIO FRIBURGO LTDA.

Balanço realizado em 31 de julho de 1947.  
para início da escrituração

ATIVO

IMÓVEIS		
Construção e terreno		4.300.000,00
MÓVEIS, UTENSÍLIOS E ROUPARIA		
Fornecimento das seguintes firmas:		
Theodoro Heuberger	263.663,50	
Ind. de Móveis Guellmann	350.000,00	
Jorge Alves Peixôto	1.129.000,00	
Colchões Tamoyo	97.448,00	1.840.111,50
QUOTISTAS		
s/débito n/data		992.682,00
		<hr/>
TOTAL		7.132.793,50
		<hr/> <hr/>

PASSIVO

CAPITAL		
Registrado		2.000.000,00
OBRIGAÇÕES A PAGAR		
Pelos seguintes credores:		
Banco Com. e Ind. M. Gerais S/A	179.000,00	
Banco Industrial Brasileiro	155.000,00	
Emp. Progresso Friburgo S/A	24.000,00	
Acácio Borges	100.000,00	
Júlio Thurler	50.000,00	
Joaquim Teixeira	30.000,00	
Abelardo Schuenck	36.000,00	
Moysés Amélio	23.000,00	
João Amélio	22.000,00	
Angelina Veronese	18.000,00	
Jorge José Pedro	10.000,00	647.000,00
	<hr/>	
FORNECEDORES		
Pelos seguintes credores:		
Theodoro Heuberger	246.730,30	
Ind. de Móveis Guellmann	350.000,00	
Jorge Alves Peixôto	1.129.000,00	
Miele & Cia.	64.647,60	
Amélio Irmãos & Cia.Ltda.	51.354,00	
A. Mário de Azevedo	15.909,00	
J. Bizzoto & Irmãos	62.433,70	
Ferreira Canto & Cia.Ltda.	8.141,00	
Frutuoso da Silva Neto	33.236,00	
Spinelli S/A	31.666,80	
Ernani Rodrigues & Cia.	11.486,00	
J. Monteiro Fernandes	5.152,00	2.009.756,40
	<hr/>	
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL DO E. DO RIO		
Empréstimo hipotecário	2.150.000,00	
Juros até esta data	145.437,10	
	<hr/>	
INSTITUTO APOSENT. E PENSÕES INDUSTR.		
Saldo devedor		59.000,00
SUBSCRIÇÃO ANTERIOR		
Conforme relação		121.600,00
		<hr/>
TOTAL		7.132.793,50
		<hr/> <hr/>



EMPRESA EDUCACIONAL FLUMINENSE LTDA.Balanco Geral, provisório, realizado em 30 de junho de 1948ATIVO

Móveis, Utensílios e Rouparia		1.396.807,60
Caixa		638,00
Imóveis		
Imóveis	5.025.152,10	
Despesas Gerais	55.385,40	
Ordenados	3.600,00	
Impostos e Taxas	2.862,00	
Juros e Descontos	173.721,90	
Frete e Carretos	5.878,10	
Comissões	6.465,00	
Propaganda	<u>11.544,00</u>	5.284.608,50
Bancos		2.707,00
Quotistas		1.430.861,10
Letras a Receber		7.300,00
Incorporação-Ginásio		
Incorporação	111.000,00	
Ordenados Professorado	39.000,00	
Taxa de Inspeção	<u>1.500,00</u>	151.500,00
Mobiliário Escolar		158.440,80
Laboratório Escolar		<u>10.000,00</u>
TOTAL		<u>8.442.863,00</u>

PASSIVO

Capital	2.000.000,00
Contas Correntes	349.249,40
Depósitos para Aquisição de Quotas	919.000,00
Subscrição Anterior	74.800,00
Fornecedores	1.545.447,10
Inst? Aposent.e Pensões dos Industriários	35.000,00
Caixa Econômica Federal do Estado do Rio	2.616.456,60
Obrigações a Pagar	668.524,70
Ginásio Nova Friburgo (Antigo Céfel)	102.010,20
Juros a Pagar - até 30.6.48	61.760,40
Eventuais	<u>70.614,60</u>
TOTAL	<u>8.442.863,00</u>

## TABELA PRICE

Juros: 10% ao ano. Data do pagto: Ao fim de cada mês. Período do desenvolvimento: de 1/6/48 a 31/12/48.

DATA 1948	HISTÓRICO	PRESTAÇÃO MENSAL	CAPITAL			J U R O S		
			Débito	Crédito	Saldo	Débito	Crédito	Saldo
Jun.1º	Valor do empréstimo			2.616.456,60	2.616.456,60			
	Juros em junho 1948						21.803,80	21.803,80
30	Pago junho 1948	28.116,60	6.312,80		2.610.143,80	21.803,80		
Jul.1º	Juros em julho 1948						21.751,20	21.751,20
31	Pago julho 1948	28.116,60	6.365,40		2.603.778,40	21.751,20		-
Ago.1º	Juros em agosto 1948						21.698,20	21.698,20
31	Pago agosto 1948	28.116,60	6.418,40		2.597.360,00	21.698,20		
Set.1º	Juros em Setembro 1948						21.644,70	21.644,70
30	Pago Setembro 1948	28.116,60	6.471,90		2.590.888,10	21.644,70		-
Out.1º	Juros em Outubro 1948						21.590,70	21.590,70
31	Pago Outubro 1948	28.116,60	6.525,90		2.584.362,20	21.590,70		-
Nov.1º	Juros em Novembro 1948						21.536,40	21.536,40
30	Pago Novembro 1948	28.116,60	6.580,20		2.577.782,00	21.536,40		-
Dez.1º	Juros em Dezembro 1948						21.481,50	21.481,50
31	Pago Dezembro 1948	28.116,60	6.635,10		2.571.146,90	21.481,50		-
	TOTAL	196.816,20	45.309,70	2.616.456,60	2.571.146,90	151.506,50	151.506,50	-
		--	--	--	--	--	--	--

Em 19 de julho de 1 948

Sr. Diretor Executivo

Cumpro o dever de transmitir a V.Sª o RELATÓRIO que me permiti elaborar, sôbre a missão que me foi confiada em Nova Friburgo, nos dias 15 e 16 do corrente, relativamente à Empresa Educacional Fluminense Limitada.

Respeitosamente

as) Iberê Gilson  
Auditor

## 1 - PROLEGÔMENOS

1.1 A viagem de ida foi feita no dia 15 e a de volta no dia 17 do corrente. A ida se fez em automóvel de aluguel de Niterói e a volta no do Dr. Cesar Guinle.

1.2 No dia 15 à tarde, conferi com o Sr. Levy dos Santos Simões, no CASCATA, parte da relação de móveis, utensílios e rouparia.

1.3 A noite, no Edifício da Prefeitura Municipal, tivemos entendimentos, sob a chefia do Dr. Rubens Pôrto, com os dirigentes e o contador da Empresa Educacional Fluminense Limitada, em reunião que se prolongou pela noite a dentro.

1.4 No dia 16, ocupei-me em levantar a exata situação dos credores e em preparar as apurações, as relações e os expedientes necessários à conclusão da transação; além de prestar assistência aos Drs. Rubens Pôrto e Alaim de Almeida Carneiro.

1.5 Cumpre-me salientar, para os devidos efeitos, que a relação de móveis, utensílios e rouparia não foi conferida totalmente, por falta de tempo; constando da mesma, todavia, uma nota nesse sentido.

1.6 Cabe-me ainda esclarecer que os depósitos nos bancos, bem como os saques e as ordens de pagamento à conta dos mesmos foram feitas diretamente, sem que dos mesmos tenha tomado conhecimento; motivo pelo qual nada posso dizer a respeito.

## 2 - ALTERAÇÕES NO PASSIVO

2.1 Recebi do Dr. Rubens Pôrto ordem no sentido de manter as importâncias a que se reportam os itens 5.311.1 e 5.312.1 de meu RELATÓRIO de 9 do corrente, bem como de glosar as importâncias de CR\$ 41.036,90 e CR\$ 15.000,00, pertinentes aos itens 5.313.1 e 5.314.1, respectivamente, do aludido RELATÓRIO.

2.2 A quantia de CR\$ 41.036,90 glosada e a que se reporta o

### III,38

item 5.313.1 de meu RELATÓRIO de 9 do corrente se refere aos juros creditados aos credores por "Depósitos para Aquisição de Quotas", com exceção dos seguintes:

Dr. Mênlio A.Silva	3.111,10
Ferreira Canto e Cia.Ltda.	933,30
J.Monteiro Fernandes	875,00
Antônio Joaquim de Oliveira	<u>258,60</u>
Total	<u>5.178,00</u>

2.3 A referida importância assim se demonstra:

Valor creditado	46.214,90
Valor não glosado	<u>5.178,00</u>
Glosa	<u>41.036,90</u>

2.4 A quantia de Cr\$ 15.000,00, glosada, se refere a desconto feito no valor dos móveis, utensílios e rouparias, constantes do Inventário.

2.5 Além do exposto, foram feitas as seguintes alterações:

2.51 - na conta Capital

2.511 - modificação dos quotistas da Empresa Educacional Fluminense Ltda. para:

Sanatório São Jorge Ltda.	494.138,90
Drs. Dermeval Barbosa Monteiro e Álvaro Tassá	<u>75.000,00</u>
	<u>569.138,90</u>

2.52 - na conta Fornecedores

2.521 - transferência do crédito de "Jorge Alves Peixoto" para Sanatório São Jorge Ltda.

2.53 - na conta "Contas Correntes"

2.531 - eliminação do crédito do Dr. Jamil El-Jaick, que passou a constar de escritura especial.

### 3 - DOAÇÕES

3.1 As Doações montaram a CR\$ 1.075.000,00 conforme discriminação nas colunas próprias do "Quadro Demonstrativo".

3.2 As em dinheiro somaram CR\$ 1.000.000,00 e as em títulos da

Prefeitura de Nova Friburgo CR\$ 75.000,00.

3.3 A liquidação do valor total foi processada para se efetuar assim:

3.31 - encontro de contas (dedução dos créditos)	Cr\$ 873.831,70
3.32 - a receber em dinheiro	<u>Cr\$ 201.168,30</u>
Total	<u><u>Cr\$ 1.075.000,00</u></u>

#### 4 - DEMONSTRAÇÃO DO VALOR FINAL

4.1 O valor final para liquidação se demonstra como a seguir:

Valor do Passivo Cr\$ 6.856.689,70

Menos:

Glosas:

Juros	Cr\$ 41.036,90	
Desconto	Cr\$ <u>15.000,00</u>	Cr\$ <u>56.036,90</u>
Líquido		Cr\$ 6.800.652,80

Menos:

Crédito do Dr. Tuffi El-Jaick (escritura especial)	Cr\$ <u>250.000,00</u>
Líquido	Cr\$ 6.550.652,80

Menos:

Crédito da Caixa Econômica	Cr\$ <u>2.616.456,60</u>
Líquido	<u><u>Cr\$ 3.934.196,20</u></u>

4.2 O pagamento do referido valor assim se demonstra:

Encontro de contas (dedução das Doações)	Cr\$ 873.831,70
Em Títulos	Cr\$ 825.000,00
Em dinheiro	<u>Cr\$ 2.235.364,50</u>
Total	<u><u>Cr\$ 3.934.196,20</u></u>

4.3 O Quadro Demonstrativo, constitutivo da parte 5, apresenta os detalhes necessários ao esclarecimento total do assunto.

Em 19 de julho del 948

ESTIMATIVA DA ARRECADAÇÃO DA "TAXA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE"PARA O EXERCÍCIO DE 1 9491) INTRODUÇÃO

1.01) Pelo Decreto-lei nº 4 274, de 17 de abril de 1942, foi instituída a "verba bancária". Na base desse preceito legal, a Diretoria das Rendas Internas, órgão supervisor das rendas não alfandegárias, expediu a Circular nº 10, de 30 do mesmo mês, regulando a matéria.

1.02) A confusão que então teve lugar, demonstrando a necessidade de dispositivos legais mais precisos, determinou a revogação do citado Decreto-lei, bem como, implicitamente, a da Circular expedida, após menos de cinco meses de vigoração.

1.03) O Decreto-lei nº 4 655, de 3 de setembro de 1 942 (Lei do Sêlo), produto dos estudos feitos sobre a tributação, em geral, veio regularizar o assunto, disciplinando, em seus artigos 28 a 31 (Anexo I), a parte referente à "verba bancária".

1.04) Na conformidade destes últimos textos, a arrecadação se veio processando, até que o Ministro da Fazenda, na Circular nº 61, de 30 de setembro de 1 946 (Anexo II), regulamentou, em definitivo, a questão, do que resultou um incremento considerável na aplicação da "verba bancária", já pela confiança criada, já pela ampliação estabelecida.

1.05) Analisando-se o quadro comparativo junto ( Anexo III ), verifica-se, de início, que a arrecadação do "imposto do sêlo e a da "taxa de educação e saúde" acompanhavam, de um modo geral, a previsão. Assim, em 1 940 houve uma menor arrecadação no "imposto do sêlo", de 6,99% e um excesso na da "taxa de educação e saúde", de 2,08%; em 1 941 houve deficiência de arrecadação no "imposto do sêlo", de 2,51% e um excedente na "taxa de educação e saúde", de 13,53%.

1.06) Todavia, em 1 942, as conseqüências do citado Decreto-lei nº 4 655, já começaram a se fazer sentir. E, por uma falha no modo por que foi contabilizada a arrecadação, os efeitos se



tornaram acentuados no "impôsto do sêlo" e imperceptíveis na "taxa de educação saúde". De fato, enquanto nesta última o excesso da arrecadação sobre a previsão baixava de 13,53% para 2,68%, no primeiro êle crescia de 2,51% para 22,70%. Tal situação continuou mais intensamente em 1943, período em que, ao passo que a "taxa de educação e saúde" passava a uma menor arrecadação, de 4,04%, o "impôsto do sêlo", elevava o seu índice de excesso de arrecadação, de ... 22,70% para 34,07%.

1.07) A explicação disso é dada, claramente, por uma evasão na arrecadação da "taxa de educação e saúde", decorrente de impropriedade de classificação de parte recolhida por "verba bancária", que ficava escriturada, integralmente, na rubrica de "impôsto do sêlo".

1.08) Em 1944, êsses efeitos não só ficaram atenuados para o "impôsto do sêlo", pois, em sua previsão já haviam sido incluídos os primeiros resultados da "verba bancária", mas também ficaram encobertos para a "taxa de educação e saúde", em virtude do Decreto-lei nº 6.694, de 14 de julho dêsse ano (Anexo IV), que elevou o tributo de Cr\$ 20 a Cr\$ 40 por unidade. Assim, para o primeiro, o excesso da arrecadação caiu para 13,69%, enquanto que, para a última, passou-se de um deficit a um superavit de 34,83%.

1.09) Em 1945, a estimativa da receita, realizada com muito maiores elementos de arrecadação, incluindo a "verba bancária", permitia uma previsão assás mais precisa. E, de fato, ela o foi para o "impôsto do sêlo", dentro do esquema de lançamento, neste último, de tôda a "verba bancária": a arrecadação igualou praticamente a previsão, dando um excesso desprezível de 0,26%. Para a "taxa de educação e saúde", entretanto, embora tenha havido, outrossim, um equilíbrio quase integral entre a arrecadação e a previsão, já que o déficit montou apenas em 1,76%, êsse resultado decorreu de duas causas antagônicas, que se anularam: a subestimativa da receita, diminuindo a última, e a evasão da "verba bancária" para o "impôsto do sêlo", reduzindo a primeira.

1.10) Em 1946, dois fatos influíram decisivamente no as-

sunto: o Decreto-lei nº 9 486, de 18 de julho (Anexo V), vigente a partir de meados de agosto, que elevou a "taxa de educação e saúde", de Cr\$ 0,40 para 0,80 por unidade, e a Circular nº 61, do Ministro da Fazenda, de 30 de setembro, que regulamentou a arrecadação por "verba bancária", dando maior amplitude a essa forma de arrecadação. O primeiro acarretou como consequência um excesso de arrecadação, para a "taxa de educação e saúde", da ordem de 36,85%, ao passo que o segundo determinou um superavit na arrecadação do "impôsto do sêlo", em torno de 25,34%, representando um acréscimo sobre o ano anterior, de mais de Cr\$ 320.000.000,00, ou seja quase 40%. O primeiro desses excedentes sobre a previsão está plenamente justificado pelo fato de a taxa haver sido dobrada, mas o do "impôsto do sêlo", sem ampliação do valor unitário, mas apenas com extensão na forma de coleta, vem ratificar a suspeita de impropriedade de classificação, com desvio parcial de arrecadação, em prejuízo da rubrica "taxa de educação e saúde".

1.11) Em 1 947, com os efeitos da Circular nº 61 se fazendo sentir em toda a plenitude, a situação atingiu seu "clímax", continuando o "impôsto do sêlo" com um excesso de arrecadação de 20,52% e a "taxa de educação e saúde" sofrendo um deficit de arrecadação de ... 13,52%.

1.12) A análise fria e serena dos números em aprêço, bem como dos quadros em anexo, leva à conclusão, portanto, de que se verifica de há muito, uma impropriedade de classificação, como foi de início ressaltado; devido a ela, toda a arrecadação de "verba bancária" é lançada no "impôsto do sêlo", dando um prejuízo na "taxa de educação e saúde", tanto maior, quanto mais se estende a aplicação da verba referida. É o que precisa ser corrigido.

## 2) CORREÇÃO DA "TAXA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE"

2.01) Para fazê-lo, torna-se mister estimar qual a parcela da arrecadação por "verba bancária" que corresponde à "taxa de educação e saúde".

2.02) O primeiro processo de cálculo adotado consistiu em ad

mitir que as percentagens do "impôsto do sêlo" e da "taxa de educação e saúde" na "verba bancária" seriam as mesmas que nos demais tipos de arrecadação dos tributos em aprêço. Agindo dessa forma, para os exercícios de 1 945, 1 946 e 1 947, com dados fornecidos pela Contadoria Geral da República (Anexo VI), chega-se aos déficits abaixo:

1 942	Cr\$ 2.688.902,80
1 943	Cr\$ 5.408.309,40
1 944	Cr\$ 8.936.606,00
1 945	Cr\$ 14.199.889,60
1 946	Cr\$ 21.659.342,00
1 947	Cr\$ 56.179.834,60
<b>Total</b>	<b>Cr\$ 109.072.884,40</b>

2.03) O segundo processo de cálculo resumiu-se a subtrair, do total de arrecadação por "verba bancária", determinado pela Contadoria Geral da República, a parcela referente ao "impôsto do sêlo", inferida pela Diretoria de Rendas Internas. Os resultados, para os mesmos exercícios (Anexo VII), são os seguintes:

1 942	Cr\$ 686.572,00
1 943	Cr\$ 5.374.880,60
1 944	Cr\$ 11.491.281,40
1 945	Cr\$ 8.495.226,80
1 946	Cr\$ 12.910.101,80
1 947	Cr\$ 70.497.226,40
<b>Total</b>	<b>Cr\$ 109.455.289,00</b>

2.04) O terceiro processo, finalmente, resultou da aplicação retroativa da percentagem entre a "taxa de educação e saúde" e o "impôsto do sêlo", determinada através de dados da Diretoria de Rendas Internas, relativos à arrecadação por "verba bancária", no 1º trimestre de 1 948 ( Anexo VIII ). O valor obtido foi de 5,039% e aplicado aos globais da Contadoria Geral da República, forneceu, para a "taxa de educação e saúde" por "verba bancária", os montantes abaixo:

1 942	Cr\$ 2.171.902,40
1 943	Cr\$ 5.017.749,00

1 944	Cr\$ 7.103.408,40
1 945	Cr\$ 8.793.202,20
1 946	Cr\$ 12.370.138,80
<u>1 947</u>	<u>Cr\$ 26.365.068,40</u>
Total	Cr\$ 61.821.469,20

2.05) Há uma discordância entre os números inferidos, que pode ser explicada, ao menos parcialmente, pelos seguintes fatos: o 1º processo fornece resultados acima dos verdadeiros, de vez que, na realidade, a percentagem da "taxa de educação e saúde" sobre o "impôsto do sêlo" é menor na "verba bancária" que nos demais tipos de arrecadação pelo maior vulto médio das transações correspondentes. O 2º processo tende, também, a elevar os valores obtidos, se bem que não sistematicamente, pois os possíveis erros, de influência mais acentuada no cálculo respectivo, consistiriam em omissões no registro do "impôsto do sêlo", que, automaticamente, acarretariam incrementos na "taxa de educação e saúde". Enfim, o 3º processo, quanto ao cálculo da taxa, dá maior oportunidade à ocorrência de erros para menos, já que, embora no exercício fluente tenha começado a ser feita a separação nos registros do "impôsto do sêlo" e da "taxa de educação e saúde", ainda se verifica uma evasão desta última para o primeiro; entretanto, no tocante à extrapolação retroativa, há margem para erros por excesso, no começo do período, devido ao menor vulto médio das transações tributadas. Dessa forma, pode-se admitir, em resumo, que: todos os dados relativos ao período 1 942, 1 943 e 1 944 estão acima da realidade, com exceção do de 1 942, no 2º processo; os de 1 945 e .. 1 946, concernentes ao 2º e 3º processos, estão de ordem de grandeza aceitável, enquanto que os do 1º processo estão excessivos; e os elementos de 1 947 estão elevados no 1º e 2º processos e reduzidos no 3º.

2.06) Fazendo-se as correções necessárias, concilia-se aproximadamente os três cálculos (Anexo IX), unificando os valores:

1 942	Cr\$ 1.250.000,00
1 943	Cr\$ 3.100.000,00

1 944	Cr\$ 5.200.000,00
1 945	Cr\$ 8.600.000,00
1 946	Cr\$ 12.800.000,00
<u>1 947</u>	<u>Cr\$ 47.700.000,00</u>
Total	Cr\$ 78.650.000,00

2.07) Não há dúvida que as correções introduzidas podem ser contestadas, porquanto se basearam em suposições e estimativas várias, passíveis de discussão. Em todo o caso, poderão elas ser confirmadas pela análise cuidadosa dos registros do Banco do Brasil, da Contadoria Geral da República e da Diretoria de Rendas Internas, tendo em vista separar, na "verba bancária", a arrecadação da "taxa de educação e saúde" da do "impôsto do sêlo". Desde já, porém, depreende-se que os resultados obtidos são satisfatórios e coerentes, impondo-se a aceitação de sua ordem de grandeza, à medida que são comparados com maior número de elementos, particularmente através do exame dos índices de evolução (Anexo X).

2.08) O prejuízo total, até o ano findo, avizinha-se, por conseguinte, de Cr\$ 80.000.000,00. E como, durante o mesmo período, de 1 942 a 1 947, o excesso das subestimativas da receita sobre as hiperestimativas foi da ordem de Cr\$ 15.000.000,00, o prejuízo global, dos que têm os respectivos orçamentos baseados na arrecadação da "taxa de educação e saúde", atingiu cerca de Cr\$ 95.000.000,00 - (Anexo X).

2.09) Esse prejuízo, no corrente exercício, deve ser próximo de Cr\$ 30.000.000,00, e, no exercício vindouro, se não houver correção a tempo, andará em torno de Cr\$ 50.000.000,00.

2.10) Assim, os interessados terão, em conjunto e no período 1 942 a 1 949, sofrido uma redução em suas disponibilidades de cerca de Cr\$ 175.000.000,00.

### 3) CONCLUSÃO FINAL

3.01) Resumindo as considerações contidas no que precede, - chega-se à conclusão de ser necessário classificar convenientemente

a arrecadação por "verba bancária", bem como corrigir a previsão da "taxa de educação e saúde".

3.02) Em consequência, para o exercício de 1949, seria a estimativa da receita da taxa em aprêço ampliada para Cr\$ ..... 160.000.000,00 (Anexo X).

- LEI DO SÊLO -

Capítulo IV

Do pagamento da verba

Art. 26 - Pagamento sêlo por verba, ainda que prevista outra forma na tabela:

1º - os papéis decorrentes das operações de compra e venda do câmbio;

2º - os saques (letras de câmbio, cheques ou outros papéis equivalentes) girados do exterior, para cobrança a cargo de bancos, e de casas bancárias, quando estas estejam autorizadas a operar em câmbio;

3º - quaisquer contratos por escrito particular e suas alterações, firmados pelos estabelecimentos aludidos no inciso anterior;

4º - os papéis em que o sêlo devido exceder a importância de 2:000\$000;

5º - os papéis a que se refere o art. 47, quando se tratar de repetição anual do imposto.

Parágrafo único - O disposto nos incisos 1º, 2º e 3º não tem aplicação nas localidades onde não existir agência do Banco do Brasil.

Art. 27 - Fora das indicações da tabela e do art. anterior, a cobrança do sêlo por verba só será permitida:

1º - quando na repartição arrecadadora local não existir estampilha, ocorrência que se mencionará na verba;

2º - quando o sêlo devido exceder de 100\$000.

Seção X

Da verba bancária

Art. 28 - Denominar-se-á "verba bancária" a que fôr feita -

em estabelecimento bancário, obedecendo às normas desta secção.

Art. 29 - Ao entregarem as listas das operações cambiais de compra e de venda, os estabelecimentos bancários nelas mencionarão a importância do selo referido no inciso 1º do art. 26.

Art. 30 - A arrecadação da importância do selo indicado nos incisos 2º e 3º, do art. 26, será feita pelo respectivo estabelecimento bancário, mediante registro em livro especial, para recolhimento ao Banco do Brasil, a crédito da conta "Receita da União".

§ 1º - O recolhimento da importância total arrecadada em cada quinzena do mês se fará nos oito primeiros dias da quinzena seguinte.

§ 2º - A Diretoria das Rendas Internas expedirá modelo do livro, que terá as indicações indispensáveis à identificação dos papéis.

§ 3º - Poderão ser adotados livros auxiliares, correspondentes às várias secções do estabelecimento arrecadador.

§ 4º - Nesse último caso, o livro principal registrará, diariamente, apenas as importâncias totais, discriminadas por secções.

Art. 31 - O estabelecimento bancário que fizer a cobrança prevista no art. 30, declarará, nas diversas vias dos papéis respectivos, e das fichas ou registros em seu poder, a importância do selo pago.



VERBA BANCÁRIA

CIRCULAR Nº 61 - O Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda, atendendo ao disposto no parágrafo único do art. 4º e no art. 26 das "Normas Gerais" da Lei do Sêlo, cuja redação foi alterada pelo Decreto-lei nº 9.409, de 27 de junho de 1946 e, considerando ainda a necessidade de fixar as normas relativas ao pagamento do sêlo por Verba Bancária, resolve determinar a observância das seguintes "Instruções":

Primeira ParteOperações de Câmbio

## I

Pagam sêlo por Verba Bancária, quando os estabelecimentos bancários forem compradores:

- a) os contratos de compra e venda de câmbio;
- b) as listas diárias das operações de compra de moeda estrangeira, no câmbio manual;
- c) os saques de exportação, pelo valor F.O.B. das mercadorias a que dizem respeito (Portaria deste Ministério - nº 391, de 25.7.46), entregues aos ditos estabelecimentos;
- d) os papéis (saques, cheques, ordens e outros equivalentes), não incluídos na letra c precedente, entregues pelos vendedores de câmbio;
- e) as fichas de contabilidade relativas a lançamentos que acarretam a liquidação de compra de câmbio, nos casos de liquidação não discriminados nestas Instruções. Para fins de fiscalização, essas fichas deverão ser numeradas e colecionadas pelos estabelecimentos bancários.

Observações:

1ª - No cumprimento deste item I deve-se ter em vista as isenções legais, atendendo-se também, a que ditas isenções prevalecem, nos casos das letras c e d, quando os papéis nelas compreendi-

dos forem emitidos por entidades isentas do imposto.

2ª - Para efeito de fiscalização da isenção declarada na Portaria dêste Ministério nº 391, de 25.7.46, os estabelecimentos bancários devem conservar em seus arquivos, junto à última via do saque, a carta de entrega em que estejam discriminadas as parcelas relativas a frete, seguro e comissão.

3ª - Nas fichas de lançamento relativas às despesas mencionadas na "Observação" anterior, os estabelecimentos bancários declararão, que as mesmas fichas estão isentas de sêlo, nos termos da citada Portaria nº 391.

## II

Pagam sêlo por Verba Bancária, quando os estabelecimentos bancários forem vendedores:

- a) os contratos de compra e venda de câmbio;
- b) os papéis (saques, cheques, ordens e mais documentos), emitidos ou expedidos pelos vendedores, em cumprimento aos respectivos contratos;
- c) os saques girados do exterior contra os importadores;
- d) as listas diárias das operações de venda de moeda estrangeira, no câmbio manual;
- d) os saques (letras de câmbio, cheques ou outros papéis equivalentes), não compreendidos na letra c dêste item, girados do exterior, para cobrança a cargo dos estabelecimentos bancários;
- f) os pedidos de câmbio, ou as faturas ou documentos que declarem o valor a cobrar, aos casos de importação sem saque;
- g) as fichas de contabilidade relativas a lançamentos que acarretem a liquidação da venda de câmbio, nos casos de liquidação não discriminados nestas Instruções. Para fins de fiscalização, essas fichas deverão ser numeradas e colecionadas pelos referidos estabelecimentos.

Observações:

1ª - No cumprimento dêste item II deve-se ter em vista as isenções legais, atendendo-se também a que ditas isenções prevalecem nos casos da letra f, quando as entidades compradoras gozarem de isenção.

2ª - Para efeito de fiscalização, devem os estabelecimentos bancários declarar, nas vias dos papéis relativos a transferências, de que trata a Portaria dêste Ministério nº 391, de 25 de julho de 1946, que êsses papéis estão isentos de sêlo.

3ª - Quando se tratar de importação sem saque (letra f supra) o sêlo incidirá:

a) sôbre os pedidos de câmbio nos casos de importação sem saque propriamente dito, isto é, nos casos em que os importadores adquirem a estabelecimentos bancários do país cheques (ou documentos equivalentes) sôbre o exterior, remetem-nos aos exportadores estrangeiros e recebem as mercadorias ou os documentos que as representam sem interferência (a não ser para simples entrega de tais documentos) de quaisquer estabelecimentos bancários; e,

b) sôbre as faturas, ou outros documentos recebidos do exterior, que declarem o valor a cobrar dos importadores, nos demais casos, inclusive quando o câmbio tiver sido fechado para entrega futura.

4ª - Os pedidos de câmbio estão isentos de sêlo, salvo aos casos da letra a da Observação 3ª dêste item II.

## III

Estão isentos de sêlo os contratos de compra e venda de câmbio, inclusive as respectivas prorrogações, efetuados entre estabelecimentos bancários, bem como os papéis relativos a essas operações (art. 9º, parágrafo único, do Decreto-lei nº 9.025, de 27 de fevereiro de 1946).

## IV

Na arrecadação do sêlo por Verba Bancária, será observado o seguinte:

- a) nas listas de compra ou de venda de câmbio serão lançados os contratos realizados (letras a dos itens I e II destas Instruções), anotando-se, logo a seguir, em colunas apropriadas o imposto que incide sobre cada contrato e o que fôr devido pelos papéis emitidos ou por emitir em cumprimento desses contratos (letras c, d e e do item I e b e g do item II);
- b) nas listas de compra e venda de câmbio manual (letras b do item I e d do item II), onde são lançadas as operações realizadas no dia, será discriminado o imposto devido em cada operação;
- c) nos livros de registro de Verba Bancária, serão lançados, diariamente, os totais do imposto do sêlo e da taxa de Educação e Saúde, constantes das listas referidas nas duas alíneas precedentes;
- d) os papéis referidos nas letras a, e e f, do item II, deverão ser lançados um por um, no livro de Verba Bancária, pela importância do imposto devido.

Observação: Nos papéis a que se refere a letra a não será mais devido imposto algum, inclusive sobre frações resultantes da emissão de vários papéis em liquidação parcelada de um mesmo contrato.

## V

O sêlo de Educação e Saúde é devido em cada um dos papéis referidos nas letras a, c, d e e do item I e nas letras a, c, e e f do item II destas instruções.

É também devido um sêlo de Educação e Saúde em cada uma das listas diárias de compra e venda de câmbio manual (letras b, do item I e d do item II), e em cada uma das listas diárias de venda -

de câmbio mencionadas na letra a do item IV.

Quanto ao pagamento do sêlo de Educação e Saúde por Verba Bancária, deve ser observado o seguinte: feito no livro de Verba Bancária, o registro de qualquer papel, na linha imediatamente abaixo ou em outra coluna, deverá ser lançada a importância da taxa de Educação e Saúde que sobre ele incide, ou o total dessas taxas, no caso de registro das listas de compra e de venda de câmbio (letras a e b do item IV destas Instruções).

## VI

Os estabelecimentos bancários deverão declarar - "O sêlo de Cr\$ .... inclusive o de Educação e Saúde, foi pago por Verba Bancária" nos documentos seguintes:

- a) nos diversos exemplares ou vias dos papéis referidos - nas letras a, b, c e d, do item I e nas letras a, c, d e e do item II;
- b) nas fichas de contabilidade referidas na letra e do item I;
- c) nos papéis referidos na letra f do item VI.

### Observações:

1ª - A última via dos saques de exportação referidos na letra c do item I será arquivada pelo estabelecimento bancário negociador, para efeito de fiscalização;

2ª - A declaração referida neste item poderá ser impressa nos documentos, ou feita a carimbo, sendo os claros respectivos preenchidos a mão.

## VII

Os estabelecimentos bancários deverão declarar, no encerramento diário da escrituração das listas de compra e venda de câmbio, referidas na letra a do item IV destas Instruções: "Os totais do imposto do sêlo e da taxa de Educação e Saúde, constantes desta lista, foram pagos por verba bancária".

## VIII

Nas diversas vias ou exemplares dos papéis nas letras b e g do item II, deverão os estabelecimentos bancários declarar: "O sêlo de Cr\$ .... lançado na lista diária, foi pago por verba bancária", ficando dispensados dessa declaração os "Traveler's checks".

Observação: A declaração referida neste item poderá ser impressa nos documentos, ou feita a carimbo, sendo os claros respectivos preenchidos a mão.

## IX

É devido, pelo estabelecimento bancário vendedor, o sêlo-de recebimento da moeda nacional correspondente ao câmbio vendido - (Tabela, art. 99).

## X

Quanto aos recibos passados pelos vendedores de câmbio, relativos à importância em moeda nacional que lhes é paga pelos estabelecimentos bancários compradores, deve ser observado o seguinte:

- a) se o recibo não fôr passado por estabelecimento bancário, o sêlo é de recibo, pago nesse documento, por estampilha (Tabela, art. 100);
- b) se a importância em moeda nacional, ao invés de ser paga, fôr creditada pelos estabelecimentos bancários compradores do câmbio, o sêlo devido será o de recebimento (Tabela, art. 99).

## XI

A prorrogação, antes ou depois do respectivo vencimento, dos contratos de compra e venda de câmbio, obriga a lavratura de novo instrumento, relativo à prorrogação, o qual será escriturado na lista diária de compra ou venda de câmbio, conforme o caso, sob a rubrica "Prorrogações", com indicação, nas colunas adequadas, do imposto do sêlo e da taxa de Educação e Saúde devidos pela prorrogação.

## XII

Para que os contratantes e o corretor se eximam da penalidade indicada na nota 2ª ao art. 39, da Tabela, quando não fôr possível efetuar a prorrogação do contrato, qualquer deles deverá apresentar à repartição arrecadadora local, antes do procedimento fiscal, o contrato vencido, para pagamento, por verba fiscal, do sêlo que fôr devido.

## XIII

Nos contratos de compra e venda de câmbio é devido apenas uma vez o sêlo do art. 39, da Tabela, ainda que o câmbio negociado se destina ao pagamento de dois ou mais saques de importação.

## XIV

Antes do registro nos livros de verba bancária dos totais constantes das listas de compra e venda de câmbio, inclusive do câmbio manual, os estabelecimentos interessados poderão retificar, nas mesmas listas, quaisquer enganos que hajam cometido no cálculo do imposto ou da taxa de Educação e Saúde devidos.

Depois de registrados aquêles totais nos livros de Verba Bancária e antes do recolhimento à conta Receita da União, ditas retificações poderão ser feitas nos mesmos livros, mas apenas para anular quantias (do imposto ou da taxa de Educação e Saúde) arrecadadas a maior.

Segunda PartePapéis Diversos

## XV

Além dos contratos por escrito particular e suas alterações dos títulos referidos no § 4º do art. 45, das Normas Gerais, pagam sêlo por Verba Bancária os papéis aludidos no item XVI, quando se tratar de retiradas feitas em estabelecimentos bancários, e no item XVII, quando se tratar de papéis firmados ou emitidos pelos ditos estabelecimentos.

## XVI

Tabela, art. 19, Notas 1ª e 3ª - Nos oito primeiros dias posteriores ao término de cada semestre, os estabelecimentos bancários organizarão uma relação, que conservarão em seu arquivo para fins de fiscalização da qual constará o nome do titular de cada uma das contas em que tenham verificado retiradas sujeitas ao imposto, com indicação:

- a) do maior saldo devedor, ou do maior excesso sobre o limite contratual, correspondente a cada conta;
- b) dos juros e comissões relativos ao maior saldo ou maior excesso referidos na letra anterior;
- c) do imposto devido, inclusive a taxa de Educação e Saúde.

Observações:

1a. - A relação será registrada no livro de Verba Bancária, pelos totais do imposto e da taxa de Educação e Saúde, anotando-se nessa relação a data em que fôr feito o registro.

2a. - Os estabelecimentos bancários ficam autorizados a organizar tantas relações quantas forem convenientes aos seus serviços.

## XVII

Tabela, art. 4º, Nota 2ª.; art. 38, Nota 4ª.; art. 86, Nota 2ª; art. 99 e art. 104, alínea a - As fichas de caixa ou diário, relativas aos papéis discriminados, neste item, devem ser numeradas e, no dia seguinte ao em que forem utilizadas, anexadas a uma ficha global, que , deverá conter as seguintes indicações:

- a) nome do estabelecimento;
- b) dia a cujo movimento se reporta;
- c) número das fichas (de caixa ou de diário) a que se refere (quando a numeração fôr seguida, é suficiente a designação do número da primeira e da última);
- d) total do imposto devido (simples ou proporcional) nas ditas fichas;
- e) idem, quanto à taxa de Educação e Saúde; e
- f) data e assinatura.

Observações:

1ª - A ficha global será registrada, no dia em que fôr feita, no livro de Verba Bancária, pelos totais do imposto e da Taxa de Educação e Saúde, devendo ser nela declarado que o sêlo foi pago por Verba Bancária.

2ª - Uma vez pagos o sêlo (simples ou proporcional) e a taxa de Educação e Saúde, pela forma estabelecida neste item, o sêlo e a taxa não serão mais devidos nos recibos, quitações, avisos de crédito - ou de débito, notas de cobrança etc., firmados ou emitidos pelos estabelecimentos bancários e destinados à comprovação dos recebimentos ou lan



çamentos por estes efetuados. Quando tais documentos forem enviados ou entregues aos interessados, neles deverá ser declarado que o sêlo, inclusive a taxa de Educação e Saúde, foi pago por Verba Bancária, declaração esta que os estabelecimentos ficam dispensados de fazer nas próprias fichas de caixa ou de diário.

3ª - Fica facultado aos estabelecimentos bancários a utilização diária de tantas fichas globais quantas forem convenientes aos seus serviços.

#### XVIII

Antes do registro nos livros de Verba Bancária das relações aludidas no item XVI, e das fichas globais de que trata o item XVII, os estabelecimentos bancários poderão retificar, nas mesmas relações ou fichas globais, quaisquer enganos que hajam cometido no cálculo do imposto ou da taxa de Educação e Saúde. Depois de registrados os totais constantes dessas relações e fichas globais nos livros de Verba Bancária, e antes do recolhimento à conta Receita da União, ditas retificações poderão ser feitas, aos mesmos livros, apenas para anular quantias (do imposto ou da taxa de Educação e Saúde) arrecadadas a maior.

#### XIX

Pelo prazo de trinta (30) dias, a contar da publicação destas Instruções, nenhuma penalidade será aplicada aos contribuintes que, dentro do aludido prazo, regularizem, mediante pagamento do imposto ou diferença devidos, faltas em que tenham incorrido em virtude das alterações introduzidas na Lei do Sêlo, pelos Decretos-leis nºs 9.409, 9.525 e 9.590, de 27 de junho, 26 de julho e 16 de agosto últimos, respectivamente.

#### XX

Estas Instruções, salvo o disposto no item precedente, entrarão em vigor trinta (30) dias depois de sua publicação.

Em 30 de setembro de 1946

Ass. Gastão Vidigal

EVOLUÇÃO DA "TAXA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE"

NO DECÊNIO 1940 - 1949

ANOS	ARRECADAÇÃO CONTABILIZADA	INDICES AUXILIARES		INDICES DE CRESCIMENTO				ARRECADAÇÃO CORRIGIDA E PREVISÃO	EXCESSO EM RELAÇÃO À PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
		Do valor unitário	Da omissão da "Verba bancária"	DO VALOR		DA APLICAÇÃO			
				Sem corre ção da o- missão	Com corre ção da o- missão	Sem corre ção da o- missão	Com corre ção da o- missão		
1940	20.417.258,60	100,0	-	100,0	100,0	100,0	100,0	20.417.358,60	417.258,60
1941	22.706.930,10	100,0	-	111,2	111,2	111,2	111,2	22.706.930,00	2.706.930,00
1942	25.670.382,80	100,0	105,0	125,7	131,8	125,7	131,8	226.920.382,80	1.920.382,80
1943	27.348.087,40	100,0	111,5	133,9	149,1	133,9	149,1	30.448.087,40	1.948.087,40
1944	40.451.107,40	137,5	113,0	198,1	223,6	144,1	162,5	45.651.107,40	15.651.107,40
1945	60.904.915,70	200,0	114,0	298,3	340,4	149,1	170,2	69.504.905,70	7.504.915,60
1946	91.417.801,40	275,0	114,5	447,7	510,4	162,8	185,1	104.217.801,40	37.417.801,40
1947	108.095.417,40	400,0	144,0	529,4	763,0	132,4	190,8	155.795.417,40	30.795.417,40
Total parcial	397.012.000,80	-	-	-	-	-	-	475.662.000,60	98.362.000,60
1948	-	400,0	-	-	773,8	-	193,5	158.000.000,00	28.000.000,00
1949	-	400,0	-	-	783,6	-	196,0	160.000.000,00	50.000.000,00
Total do decênio	-	-	-	-	-	-	-	793.662.000,60	176.362.000,60

DECRETO-LEI Nº 6 694, DE 14.7.1944

Eleva a Taxa de Educação e Saúde de Cr\$0,20 para Cr\$0,40 e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica elevada de Cr\$0,20 para Cr\$0,40 a taxa de Educação e Saúde, criada pelo Decreto nº 21 335, de 29 de abril de 1932.

Art. 2º - O Governo Federal contribuirá anualmente com uma quantia não inferior a 50% da arrecadação da Taxa de Educação e Saúde para a entidade a que se refere o Decreto-lei nº 6 693, de 14 de julho de 1944 e para a organização que tiver a seu cargo a assistência médica hospitalar e social dos servidores do Estado.

§ 1º - No corrente exercício será aberto crédito especial para atender à despesa, tomando-se por base a estimativa orçamentária.

§ 2º - Nos exercícios subsequentes, o orçamento consignará verba própria, calculada na base da estimativa orçamentária e discriminada para cada uma das entidades acima referidas.

Art. 3º - Este decreto-lei entrará em vigor trinta dias após a sua publicação, cabendo ao Ministério da Fazenda transmitir seu texto para todos os Estados por via telegráfica.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 14 de julho de 1944,  
1239 da Independência e 569 da República.

DECRETO-LEI Nº 9 486, DE 18 DE JULHO DE 1946

Eleva a Taxa de Educação e Saúde para Cr\$0,80 e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição,

**D E C R E T A:**

Art. 1º - Fica elevada de Cr\$0,40 para Cr\$0,80 a taxa de Educação e Saúde, criada pelo Decreto nº 21 335, de 29 de abril de 1932 e alterada pelo Decreto-lei nº 6 694, de 14 de julho de 1944.

Art. 2º - O Governo Federal consignará, a partir do exercício de 1947, no Orçamento Geral da República:

- a) ao Fundo Nacional de Ensino Primário e às campanhas extraordinárias de educação e saúde quantia equivalente a 75% da arrecadação da taxa de Educação e Saúde, que será adicionada à estimativa dos recursos para esse fim especialmente criados pela legislação vigente;
- b) às atividades educacionais da entidade de que trata o Decreto lei nº 6 693, de 14 de julho de 1944 e à organização que tiver a seu cargo a assistência médico-hospitalar e social dos servidores do Estado, subvenções anuais calculadas, para cada uma, em valor correspondente a 12,5% da arrecadação da referida taxa.

Art. 3º - Fica aberto ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros) para atender, no corrente exercício, ao pagamento das subvenções de que trata a alínea b do artigo anterior, crédito esse que será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído à Tesouraria do Departamento de Administração do Ministério da Educação e Saúde.

Art. 4º - Este decreto-lei entrará em vigor trinta dias após a publicação, cabendo ao Ministério da Fazenda transmitir seu texto a todos os Estados por via telegráfica.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de julho de 1946, 125ª da Independência e 58ª da República.

aa) EURICO GASPAR DUTRA  
Ernesto de Souza Campos  
Gastão Vidigal

ESTIMATIVA DA ARRECAÇÃO DA "TAXA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE", CORRIGIDA A OMISSÃO DA "VERBA BANCÁRIA"

1º CÁLCULO - FONTE: CONTADORIA GERAL DA REPÚBLICA

EXERCÍCIOS DE 1942, 1943, 1944, 1945, 1946 E 1947

TRIBUTOS E FORMA DE ARRECAÇÃO	1942	1943	1944	1945	1946	1947
<b>1. - IMPOSTO DO SÊLO</b>	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$
Taxa	255.439.446,60	293.353.085,50	352.353.495,30	387.660.422,80	506.904.061,20	499.400.296,80
Verba	124.495.527,10	177.000.264,70	238.901.849,40	290.733.757,20	426.477.841,80	393.510.642,60
Selagem mecânica	-	2.618.080,40	4.858.000,00	7.746.994,20	8.993.427,80	3.945.300,00
Papel selado	5.878.871,40	3.215.875,00	1.523.652,50	1.416.475,00	2.340.401,00	1.774.540,00
1º Total parcial (excluídas a "Selo especial" e a "Verba bancária")	385.813.845,10	476.187.305,60	597.636.397,20	687.557.649,20	944.715.731,80	898.630.779,40
Selo especial	561.141,80	739.271,60	396.632,70	163.815,80	549.489,40	289.054,00
2º Total parcial (excluída a "Verba bancária")	386.374.986,90	476.926.577,20	598.033.029,90	687.721.465,00	945.265.221,20	898.919.833,40
<b>2. - TAXA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE</b>						
Taxa	25.115.130,10	26.150.452,90	38.943.302,30	58.340.228,60	87.436.607,10	99.425.001,40
Verba	223.640,30	405.336,10	514.502,10	747.094,90	1.173.246,90	7.870.085,20
Selagem mecânica	-	352.400,00	885.000,00	1.609.000,00	2.275.000,00	295.700,00
Papel selado	331.612,40	439.898,40	108.303,00	208.592,20	532.947,40	504.630,80
1º Total parcial (excluída a "Verba bancária")	25.670.382,80	27.348.087,40	40.451.107,40	60.904.915,70	91.417.801,40	108.095.417,40
<b>3. - TOTAL</b>						
Taxa	280.554.576,70	319.503.538,40	391.296.797,60	446.000.651,40	594.340.668,30	598.825.298,20
Verba	124.719.167,40	177.405.600,80	239.415.751,50	291.480.852,10	427.651.088,70	401.380.727,80
Selagem mecânica	-	2.970.480,40	5.743.000,00	9.355.994,20	11.268.427,80	4.241.000,00
Papel selado	6.210.483,80	3.655.773,40	1.631.955,50	1.625.067,20	2.873.348,40	2.279.170,80
1º Total parcial	411.484.227,90	503.535.393,00	638.087.504,60	748.462.564,90	1.036.133.533,20	1.006.726.196,80
Verba bancária	43.101.855,00	99.578.268,90	140.968.614,90	174.502.921,30	245.487.972,70	523.220.249,50
2º Total parcial	454.586.082,90	603.113.661,90	779.056.119,50	922.965.486,20	1.281.621.505,90	1.529.946.446,30
Selo especial	561.141,80	739.271,60	396.632,70	163.815,80	549.489,40	289.054,00
<b>T O T A L</b>	455.147.224,70	603.852.933,50	779.452.752,20	923.129.302,00	1.282.170.995,30	1.530.235.500,30
<b>4. - Percentagens para distribuição proporcional do do importe de "Verba bancária", em função dos primeiros totais parciais:</b>	%	%	%	%	%	%
Imposto do Selo	93,7615147	94,5687854	93,6605705	91,8626637	91,17702513	89,26267957
Taxa de Educação e Saúde	6,2384853	5,4312146	6,3394295	8,1373363	8,82297488	10,73732040
<b>5. - Distribuição do importe de "Verba bancária", segundo as percentagens do item nº 4:</b>	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$
Imposto do Selo	40.412.952,10	94.169.959,40	132.032.008,90	160.303.031,70	223.828.630,60	467.040.414,80
Taxa de Educação e Saúde	2.688.902,90	5.408.309,50	8.936.606,00	14.199.889,60	21.659.342,10	56.179.834,70
<b>T O T A L</b>	43.101.855,00	99.578.268,90	140.968.614,90	174.502.921,30	245.487.972,70	523.220.249,50

ESTIMATIVA DA ARRECADACÃO DA "TAXA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE"

CORRIGIDA A OMISSÃO DA "VERBA BANCÁRIA"

2º CALCULO - FONTE: DIRETORIA DAS RENDAS INTERNAS

EXERCÍCIOS DE 1942, 1943, 1944, 1945, 1946 E 1947

DISCRIMINAÇÃO	1942	1943	1944	1945	1946	1947
Total da "Verba Bancária" (C.G.R.)	43.101.855,00	99.578.268,90	140.968.614,90	174.502.921,30	245.487.972,70	523.220.249,50
Parcela relativa ao Imposto do Sêlo" (D. R.I.)	42.415.282,90	94.203.388,30	129.477.333,50	166.007.694,50	232.577.870,80	452.723.023,10
Parcela relativa à Taxa de Educação e Saúde"	686.572,10	5.374.880,60	11.491.281,40	8.495.226,80	12.910.101,90	70.497.226,40

ESTIMATIVA DA ARRECAÇÃO DA "TAXA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE"CORRIGIDA DA OMISSÃO DA "VERBA BANCÁRIA"3º CÁLCULO - FONTE: DIRETORIA DE RENDAS INTERNASE CONTADORIA GERAL DA REPÚBLICAEXERCÍCIOS DE 1942, 1943, 1944, 1945, 1946 E 1947

## DADOS DE 1948 (D.R.I.)

M E S E S	Arrecadação por "Verba Bancária"		
	Imposto do Se- lo Cr\$	"Taxa de Educação e Saúde"	
		Cr\$	%
Janeiro	39.316.845,10	1.870.999,40	4,76
Fevereiro	26.523.420,80	1.587.765,00	5,99
Março	38.614.973,20	1.798.782,20	4,66
1º Trimestre	104.455.239,10	5.257.546,60	5,039

APLICAÇÃO AO PERÍODO 1942-1947  
(C.G.R. e D.R.I.)

A N O S	Arrecadação por "Verba Bancária"	
	Total Cr\$	Taxa de Educação e Saúde Cr\$
1942	43.101.855,00	2.171.902,40
1943	99.578.268,90	5.017.749,00
1944	140.968.614,90	7.103.408,40
1945	174.502.921,30	8.793.202,20
1946	245.487.972,70	12.370.138,80
1947	523.220.249,50	26.365.068,40

ESTIMATIVA DA ARRECAÇÃO DA "TAXA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE"

CORRIGIDA A OMISSÃO DA "VERBA BANCÁRIA"

4º CÁLCULO - CONCILIAÇÃO DOS CÁLCULOS ANTERIORES

EXERCÍCIOS DE 1942, 1943, 1944, 1945, 1946 E 1947

ANOS	ALTERAÇÕES DO 1º CÁLCULO		ALTERAÇÕES DO 2º CÁLCULO		ALTERAÇÕES DO 3º CÁLCULO		VALORES ADOTADOS	
	Valores primitivos	Valores corrigidos (x)	Valores primitivos	Valores corrigidos (xx)	Valores primitivos	Valores corrigidos (xxx)	Absolutos	Em percentagem da arrecadação
	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	%
1942	2.688.902,80	1.613.341,60	686,572,00	686.572,00	2.171.902,40	1.085.951,20	1.250.000,00	105,0
1943	5.408.309,40	3.244.985,60	5.374.880,60	3.019.795,80	5.017.749,00	3.010.649,40	3.100.000,00	111,5
1944	8.936.606,00	5.361.963,60	11.491.281,40	5.017.414,70	7.103.408,40	5.072.384,80	5.200.000,00	113,0
1945	14.199.889,60	8.519.933,80	8.495.226,80	8.495.226,80	8.793.202,20	8.793.202,20	8.600.000,00	114,0
1946	21.659.342,00	12.995.605,20	12.910.101,80	12.910.101,80	12.370.138,80	12.370.138,80	12.800.000,00	114,5
1947	56.179.834,60	47.752,859,40	70.497.226,40	47.861.075,20	26.365.068,40	47.457.123,00	47.700.000,00	144,0

(x) Admitindo que a percentagem da "taxa de educação e saúde" sobre o "imposto do selo" na "verba bancária" seja 60% da geral, exceto em 1947, em que foi fixada entre 80% e 90%, pelo vulto das transações.

(xx) Admitindo uma omissão de 5% no cálculo do "imposto do selo" nos 2 anos de maiores discrepâncias e a metade disso no ano de pequena divergência.

(xxx) Admitindo um excesso nos 3 primeiros anos e um descesso no último ano.



EVOLUÇÃO DA "TAXA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE"

NO DECÊNIO 1940 - 1949

ANOS	ARRECADAÇÃO CONTABILIZADA	ÍNDICES AUXILIARES		ÍNDICES DE CRESCIMENTO				ARRECADAÇÃO CORRIGIDA E PREVISÃO	EXCESSO EM RELAÇÃO À PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
		Do valor unitário	Da omissão da "Verba bancária"	DO VALOR		DA APLICAÇÃO			
				Sem corre- ção da o- missão	Com corre- ção da o- missão	Sem corre- ção da o- missão	Com corre- ção da o- missão		
1940	20.417.358,60	100,0	-	100,0	100,0	100,0	100,0	20.417.358,60	417.358,60
1941	22.706.930,10	100,0	-	111,2	111,2	111,2	111,2	22.706.930,00	2.706.930,00
1942	25.670.382,80	100,0	105,0	125,7	131,8	125,7	131,8	226.920.382,80	1.920.382,80
1943	27.348.087,40	100,0	111,5	133,9	149,1	133,9	149,1	30.448.087,40	1.948.087,40
1944	40.451.107,40	137,5	113,0	198,1	223,6	144,1	162,5	45.651.107,40	15.651.107,40
1945	60.904.915,70	200,0	114,0	298,3	340,4	149,1	170,2	69.504.905,70	7.504.915,60
1946	91.417.801,40	275,0	114,5	447,7	510,4	162,8	185,1	104.217.801,40	37.417.801,40
1947	108.095.417,40	400,0	144,0	529,4	763,0	132,4	190,8	155.795.417,40	30.795.417,40
Total parcial	397.012.000,80	-	-	-	-	-	-	475.662.000,60	98.362.000,60
1948	-	400,0	-	-	773,8	-	193,5	158.000.000,00	28.000.000,00
1949	-	400,0	-	-	783,6	-	196,0	160.000.000,00	50.000.000,00
Total do decênio	-	-	-	-	-	-	-	793.662.000,60	176.362.000,60

COMPARAÇÃO ENTRE A EVOLUÇÃO DO "IMPOSTO DO SELLO" E DA "TAXA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE"

NO PERÍODO 1940 - 1947

ANOS	I M P O S T O   D O   S E L L O				TAXA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE				DISPOSITIVOS LEGAIS E REGULAMENTARES INFLUEN- CIANDO A ARRECADAÇÃO				
	PREVISÃO	ARRECADAÇÃO	DIFERENÇA		PREVISÃO	ARRECADAÇÃO	DIFERENÇA						
	Gr\$	Gr\$	Gr\$	%	Gr\$	Gr\$	Gr\$	%					
1940	300.000.000,00	279.000.598,50	+	20.999.401,50	+	6,99	20.000.000,00	20.417.358,60	-	417.358,60	-	2,08	-
1941	325.000.000,00	333.165.376,30	-	8.165.376,30	+	2,51	20.000.000,00	22.706.930,10	-	2.706.930,10	-	13,53	-
1942	350.000.000,00	429.476.841,90	-	79.476.841,90	-	22,70	25.000.000,00	25.670.382,80	-	670.382,80	-	2,68	Decreto-lei nº 4.655, de 3/9/12
1943	430.000.000,00	576.504.846,10	-	146.504.846,10	-	34,07	28.500.000,00	27.348.087,40	+	1.151.912,60	+	4,04	-
1944	650.000.000,00	739.001.644,80	-	89.001.644,80	-	13,69	30.000.000,00	40.451.107,40	-	10.451.107,40	-	34,83	Decreto-lei nº 6.694, de 14/7/44
1945	860.000.000,00	862.224.386,30	-	2.224.386,30	-	0,26	62.000.000,00	60.904.915,70	+	1.095.084,30	+	1,76	-
1946	950.000.000,00	1.190.753.193,90	-	240.753.193,90	-	25,34	66.800.000,00	91.417.801,40	-	24.617.801,40	-	36,85	Decreto-lei nº 9.486, de 18/7/46 Circular nº 61, de M.F., de 30/9/46
1947	1.180.000.000,00	1.422.140.082,90	-	242.140.082,90	-	20,52	125.000.000,00	108.095.417,40	+	16.904.582,60	+	13,52	-

RELATÓRIO APRESENTADO PELO DR. ALAIM DE ALMEIDA CARNEIRO  
SÔBRE A COMPRA DOS 11º e 12º PAVIMENTOS DO EDIFÍCIO DAR  
KE.

Os andares 11º e 12º do Edifício DARKE fo  
ram adquiridos em 28 de janeiro de 1948, pela importân  
cia de Cr\$ 10.167.200,00 (dez milhões cento e sessenta  
e sete mil e duzentos cruzeiros) da Sociedade Anônima Mar  
tinelli, conforme escritura dessa data, lavrada em notas  
do Cartório do 7º Ofício, desta Capital, Livro 686, fls .  
66.

REPRESENTAÇÃO

A Fundação Getúlio Vargas foi representada  
na escritura pelo seu Presidente, Dr. Luis Simões Lopes,  
e a Sociedade Martinelli pelo seu diretor Presidente, Ma  
rio d Almeida e pelo seu procurador estatutário, Marinus  
Pereira da Motta.

DESCRIÇÃO DO IMÓVEL

O Edifício, cujos andares 11º e 12º foram ad  
quiridos pela Fundação Getúlio Vargas, foi construído por  
Santiago & Kiritchenco, conforme escritura de contrato de  
empreitada, firmada em 8 de maio de 1943 e lavrada nas no  
tas do Cartório do 23º Ofício desta Capital, livro 48, fls  
1, em terreno da rua 13 de maio, onde existiu o prédio 23,  
antigo 19 e antes 22 e 28, no distrito da Ajuda, fregue  
zia de São José, nesta Cidade.

O terreno é alodial e tem uma área de .....  
1.517,40 metros quadrados, na forma de polígono irregular,  
com 37,10 metros de testada, pela rua 13 de maio; 39,95  
metros pelo lado esquerdo, dando para uma galeria que o  
separa do prédio 33/35 da mesma rua, de propriedade da Ca  
xa Econômica do Rio de Janeiro; nos fundos mede 40,80 me  
tros, confrontando com o prédio nº 48 da rua Senador Dan  
tas, de propriedade da Sociedade Civil de Administração  
Geral; pelo lado direito mede 40,80 metros e confronta  
com o prédio nº 17 da rua 13 de maio, de propriedade da  
Municipalidade, ora em demolição, e com o prédio nº 10,  
da rua Evaristo da Veiga, onde está localizada a Igreja  
dos Ingleses.

Conforme a escritura de compra, ficou a Fundação Getúlio Vargas como condômina, proprietária da fração ideal de 373/10.000 do aludido terreno.

#### ORIGEM DA PROPRIEDADE

O terreno acima descrito foi adquirido pela Sociedade Anônima Martinelli e outros à Imobiliária Darke S/A, conforme escritura de 11 de maio de 1943, lavrada nas notas do Cartório do 23º Ofício, Livro nº 49, fls. 1, devidamente transcrita no Registro de Imóveis do 7º Ofício, Livro 3-P, fls.243, sob nº 8.348.

A outorgante vendedora, Imobiliária Darke S/A, havia adquirido o domínio útil do terreno acima descrito por ocasião de sua constituição e em virtude da incorporação ou conferência feita por Darke David Bhering de Oliveira Mattos, conforme escrituras de 24 e 28 de dezembro de 1943, lavradas, respectivamente, a fls. 23 e 25 verso do livro 200 do Cartório do 18º Ofício, desta cidade, registradas em 31 de dezembro do mesmo ano, sob nº219, a fls 115, livro 3, do 7º Ofício de Registro.

Quanto ao domínio direto, obteve-o a referida outorgante vendedora pelo título de remissão de foro nº 123, expedido em 9 de fevereiro de 1942, pela antiga senhoria direta, a Prefeitura do Distrito Federal, título esse devidamente transcrito em 27 de março 1942, sob nº 8.133, a fls 92 do Livro 3 P do referido Ofício de Registro de Imóveis desta Capital.

#### ONUS

O imóvel foi vendido livre e desembaraçado de quaisquer onus diretos ou indiretos, tendo sido examinadas, além das escrituras referidas, a transcrição trintenária.

A outorgante vendedora ofereceu certidões negativas de onus pessoais e reais de todos os distribuidores, nada constando que pudesse ou devesse obstar a transação.

#### CONVENÇÃO

Na qualidade de condômino, a Fundação Getúlio Vargas é obrigada a cumprir e fazer cumprir, em todos os seus termos, a convenção estabelecida e que foi ob

jeto de escritura pública de 11 de maio de 1943, lavrada a fls 1 do livro 50 do Cartório do 23 Ofício de Notas desta Capital.

TRANSCRIÇÃO

A escritura pela qual a Fundação Getúlio Vargas adquiriu os 11º e 12º andares do Edifício Darke foi devidamente transcrita no cartório do 7º Ofício de Registro de Imóveis, sob nº        a fls        do Livro        , sem que nenhuma dúvida fôsse levantada.

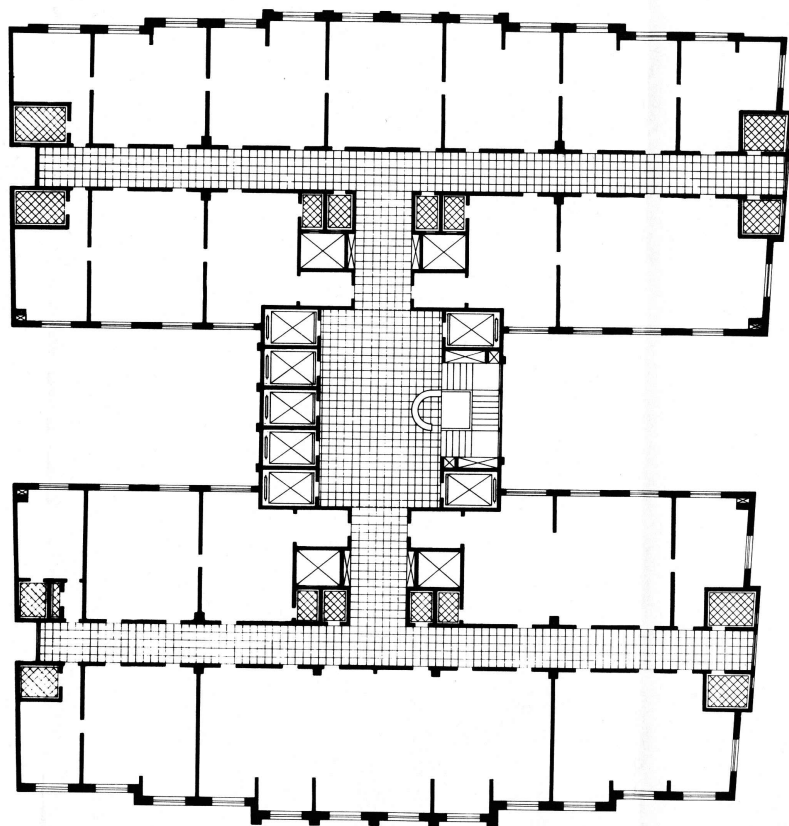
Rio de Janeiro, 14 de março de 1948.

a) Alaim de Almeida Carneiro

# FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

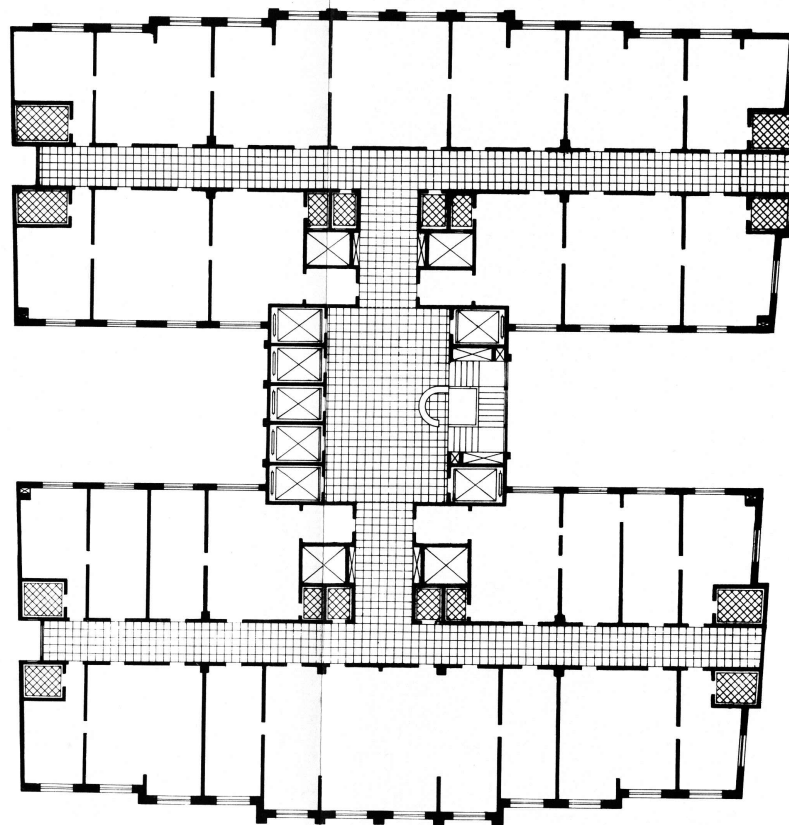
AVENIDA TREZE DE MAIO NÚMERO 23 - EDIFÍCIO DARKE

ESCALA 1:100



11º

PAVIMENTO



12º

PAVIMENTO

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS CONCORRÊNCIAS

ITEM	ETAP	COPASC	H.GAISER	H.LEAL	SPINELLI	P.MÍNIMO	F.VENCEDORA
1 Piscina e trampolim	--	392.050,70	631.300,00	564.800,00	570.000,00	392.050,70	COPASC
2 Portaria Principal	--	60.285,10	170.600,00	76.380,00	83.625,00	60.285,10	COPASC
3 Portão Secundário	--	2.810,00	4.000,00	3.000,00	2.950,00	2.810,00	COPASC
4 Muro divisório (100 m)	--	43.000,00	60.000,00	24.960,00	30.600,00	24.960,00	H. LEAL
5 Sanitários do recreio	--	101.894,80	136.000,00	118.000,00	145.000,00	101.894,80	COPASC
6 Concha acústica	178.488,30	109.551,60	170.500,00	169.280,00	154.000,00	109.551,60	COPASC
7 Caminho do auditório	91.553,50	--	--	--	50.000,00	50.000,00	SPINELLI
8 Ruas de paralelepípedos	--	--	--	--	145.560,00	145.560,00	SPINELLI
9 Passeios de saibro	31.881,50	--	--	--	23.266,00	23.266,00	SPINELLI
10 Campo de "basket"	102.268,30	62.666,50	139.000,00	--	--	62.666,50	COPASC
11 Campo de "volley"	65.623,20	42.638,70	55.000,00	--	--	42.638,70	COPASC
12 C. "paddle-tennis"	75.887,40	44.779,20	98.600,00	--	--	44.779,20	COPASC
13 C. "shuffle-board"	55.828,00	52.068,40	64.000,00	--	--	52.068,40	COPASC
14 Salto com vara	--	--	18.500,00	--	--	18.500,00	H. GAISER
15 Salto extensão	--	--	18.600,00	--	--	18.600,00	H. GAISER
16 Salto em altura	--	--	4.000,00	--	--	4.000,00	H. GAISER
		T o t a l	.....			1.153.631,00	

## ATA DE CONCORRÊNCIA DAS OBRAS DO GINÁSIO NOVA FRIBURGO

Aos seis dias de novembro do ano de mil novecentos e quarenta e oito do nascimento de N.S. Jesus Cristo, no edifício do Ginásio Nova Friburgo, propriedade da Fundação Getúlio Vargas, na cidade de Nova Friburgo no Estado do Rio de Janeiro, foram recebidas e abertas as propostas das concorrências para as obras do mesmo, assim discriminadas:

- |                           |                           |
|---------------------------|---------------------------|
| 1º Piscina                | 14º Campo salto com vara  |
| 2º Trampolim              | 15º Campo salto extensão  |
| 3º Portaria               | 16º Campo salto em altura |
| 4º Muros                  |                           |
| 5º Sanitários             |                           |
| 6º Concha acústica        |                           |
| 7º Caminho auditório      |                           |
| 8º Ruas Paralelepípedos   |                           |
| 9º Passeios Saibro        |                           |
| 10º Campo de Basket       |                           |
| 11º Campo de Volley Ball  |                           |
| 12º Campo de Paddletennis |                           |
| 13º Campo de Shuffleboard |                           |

Compareceram as seguintes firmas: Companhia Construtora Parque São Clemente, Ltda., H. Gaiser & Cia. Ltda., Spinelli S.A., Henrique Leal, José Alv, digo, Escritório Técnico de Arquitetura Paisagista Ltda.

Para a primeira concorrência compareceram e deram - preços as firmas abaixo relacionadas:

COPASC - Cr\$ 370.815,60 (trezentos e setenta mil oitocentos e quinze cruzeiros e sessenta centavos)

H.GAISER- " 589.000,00 (quinhentos e oitenta e nove mil cruzeiros)

SPINELLI S. A. " 545.000,00 (quinhentos e quarenta e cinco mil cruzeiros)

H. LEAL " 548.000,00 (quinhentos e quarenta e oito mil cruzeiros)



Para a segunda concorrência foi o seguinte resultado:

COPASC - CR\$ 21.235,10 (vinte e um mil duzentos e trinta e cinco-cruzeiros e dez centavos)

H.GAISER " 42.300,00 (quarenta e dois mil e trezentos cruzeiros)

SPINELLI S. A. " 25.000,00 (vinte e cinco mil cruzeiros)

H. LEAL " 16.800,00 (dezesseis mil e oitocentos cruzeiros)

Para a terceira concorrência foi o seguinte resultado:

COPASC - CR\$ 60.285,20 (sessenta mil duzentos e oitenta e cinco - cruzeiros e vinte centavos) Para portão - secundário:

" 2.810,00 (dois mil oitocentos e dez cruzeiros)

H.GAISER " 170.600,00 (cento e setenta mil e seiscentos cruzeiros)

Para portão secundário:

" 4.000,00 (quatro mil cruzeiros)

SPINELLI S. A. " 83.625,00 (oitenta e treis mil seiscentos e vinte e cinco cruzeiros) Para o portão secundário:

" 2.950,00 (dois mil novecentos e cinqüenta cruzeiros)

H. LEAL " 79.380,00 (setenta e nove mil trezentos e oitenta - cruzeiros)

Inclusive portão secundário.

Para a quarta concorrência foi o seguinte resultado:

COPASC Cr\$ 430,00 (quatrocentos e trinta cruzeiros)

H.GAISER " 600,00 (seiscentos cruzeiros)

SPINELLI S. A. " 306,00 (trezentos e seis cruzeiros)

H. LEAL " 249,60 (duzentos e quarenta e nove cruzeiros e - sessenta centavos)

Para a quinta concorrência foi o seguinte resultado:

COPASC CR\$ 101.894,80 (cento e um mil oitocentos e noventa e quatro cruzeiros e oitenta centavos)

H. GAISER Cr\$ 136.000,00 (cento e trinta e seis mil cruzeiros)

SPINELLI S.A. " 145.000,00 (cento e quarenta e cinco mil cruzeiros)

H. LEAL " 118.000,00 (cento e dezoito mil cruzeiros)

Para a sexta concorrência foi o seguinte resultado:

COPASC	CR\$ 109.551,60	(cento e nove mil quinhentos e cinquenta e um cruzeiros e sessenta centavos)
H. GAISER	* 170.500,00	(cento e setenta mil e quinhentos cruzeiros)
SPINELLI S.A.	" 154.524,00	(cento e cinquenta e quatro mil quinhentos e vinte e quatro cruzeiros)
H. LEAL	* 169.280,00	(cento e sessenta e nove mil duzentos e oitenta cruzeiros)
ETAP	" 178.488,30	(cento e setenta e oito mil quatrocentos e oitenta e oito cruzeiros e trinta centavos)

Para a sétima concorrência foi o seguinte resultado:

SPINELLI S. A.	CR\$ 50.000,00	(cinquenta mil cruzeiros)
ETAP	* 91.553,50	(noventa e um mil quinhentos e cinquenta e treis cruzeiros e cinquenta centavos)

Para a oitava concorrência foi o seguinte resultado:

SPINELLI S.A.	CR\$ 145.560,00	(cento e quarenta e cinco mil quinhentos e sessenta cruzeiros)
---------------	-----------------	--

Para a nona concorrência foi o seguinte resultado:

SPINELLI S.A.	CR\$ 23.266,00	(vinte e treis mil duzentos e sessenta e seis cruzeiros)
ETAP	" 31.881,50	(trinta e um mil oitocentos e oitenta e um cruzeiros e cinquenta centavos)

Para a décima concorrência foi o seguinte resultado:

COPASC	CR\$ 62.666,50	(sessenta e dois mil seiscentos e sessenta e seis cruzeiros e cinquenta centavos)
H. GAISER	" 139.000,00	(cento e trinta e nove mil cruzeiros)
ETAP	" 102.268,30	(cento e dois mil duzentos e sessenta e oito cruzeiros e trinta centavos)

Para a undécima concorrência foi o seguinte resultado:

COPASC	CR\$ 42.638,70	(quarenta e dois mil seiscentos e trinta e oito cruzeiros e setenta centavos)
--------	----------------	---

H. GAISER CR\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil cruzeiros)  
 ETAP " 65.623,20 (sessenta e cinco mil seiscentos e vinte e treis cruzeiros e vinte centavos)

Para a duodécima concorrência foi o seguinte resultado:

COPASC Cr\$ 22.389,60 (vinte e dois mil trezentos e oitenta e nove cruzeiros e sessenta centavos)(cada um)

H. GAISER " 98.600,00 (noventa e oito mil e seiscentos cruzeiros)

ETAP " 75.887,40 (setenta e cinco mil oitocentos e oitenta e sete cruzeiros e quarenta centavos)

Para a décima terceira concorrência foi o seguinte resultado:

COPASC CR\$ 13.017,10 (treze mil e dezesete cruzeiros e dez centavos)(cada um)

H. GAISER " 64.000,00 (sessenta e quatro mil cruzeiros)

ETAP " 55.828,00 (cinquenta e cinco mil oitocentos e vinte e oito cruzeiros)

Para a concorrência dos campos de salto com vara, salto em extensão, e salto em altura, a firma H. Gaiser apresentou os seguintes preços:

CR\$ 18.500,00 (dezoito mil e quinhentos), CR\$18.600,00 (dezoito mil e seiscentos cruzeiros) e CR\$ 4.000,00 (quatro mil cruzeiros) respectivamente.

Compareceram ao ato as firmas relacionadas, representadas pelos Diretores respectivamente pela ordem enunciada: Eurico de Souza Pereira, Gorge Henze, Victorio Luiz Spinelli, Henrique Leal e Geraldo Freitas de Araujo, tendo presidido a mesa o Engenheiro Rubens Porto, membro do Conselho Diretor da Fundação e encarregado da instalação do Ginásio. Pelo mesmo ficou dito que iriam ser estudadas as propostas, e, se aceitas, dadas as empreitadas respectivas. Nada mais havendo, foi lavrada esta ata e por todos assinada.

OBRAS NOVAS E DE MELHORIA DOS IMÓVEIS  
SITOS À PRAIA DE BOTAFOGO Nos. 184 a 192

Material e mão de obra	Cr\$	891.785,60
Despesas administrativas	Cr\$	62.630,30
Despesas de projetos, desenhos, etc.	Cr\$	<u>30.901,90</u>
T O T A L	Cr\$	985.317,80

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO - 1

Demonstração da formação do Fundo Patrimonial

DISCRIMINAÇÃO	Exos. 1944/45	Exº 1946	Exº 1947	Exº 1948
Saldo do crédito aberto pelo decreto-lei nº 6,908, de 1944, incorporado ao Fundo Patrimonial, ex-vi do artº 4º	4.764.311,90	-	-	-
Doações feitas para a formação do Fundo Patrimonial - escritura de constituição	100.600.470,00	-	-	-
Superavit econômico-excesso da receita econômica sobre a despesa econômica	-	13.680.054,10	10.028.384,40	10.747.590,80
TOTAL	105.364.781,90	13.680.054,10	10.028.384,40	10.747.590,80

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO - 2

Demonstração dos bens constitutivos do Fundo Patrimonial

D I S C R I M I N A Ç Ã O	Em 31/12/1945	Em 31/12/46	Em 31/12/47	Em 31/12/48
Bens Imóveis	10.983.713,00	10.930.328,90	11.930.328,90	33.334.594,30
Bens Móveis	454.809,40	1.290.341,20	4.797.172,80	6.838.295,80
Valores Mobiliários	6.421,00	40.058.045,00	40.069.445,00	41.244.445,00
Caixa e Bancos	34.506.616,70	6.643.445,60	12.943.132,80	1.465.587,90
Doações e Subvenções a Receber	7.461.313,60	7.478.000,00	7.926.500,00	5.081.500,00
Outros bens	1.951.908,20	2.644.675,90	1.406.640,90	1.856.388,20
T O T A L	55.364.781,90	69.044.836,60	79.073.220,40	89.820.811,20
Terreno Prefeitura D. Federal	50.000.000,00	50.000.000,00	50.000.000,00	50.000.000,00
T O T A L	105.364.781,90	119.044.836,00	129.073.220,40	139.820.811,20

A N E X O    IX

RELATÓRIO DO DIRETOR DO DEPARTAMENTO  
DE ENSINO

RELATÓRIO FINAL DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE ENSINO DA F.G.V.DURANTE O EXERCÍCIO DE1948

0. - De acordo com o Regulamento da F.G.V., uma de suas finalidades básicas consiste no "preparo do pessoal qualificado para a administração pública ou privada, particularmente nos setores de atividades em que o país mais se ressinta de elemento humano capaz, em qualidade e quantidade". (Regulamento de 1947, 110.2)

0.1 - Na decorrência dessa finalidade incumbe ao Departamento do Ensino: "Prover à formação, ao aperfeiçoamento e à especialização de pessoal, em nível superior e médio, a fim de suprir as entidades públicas e privadas, de elemento humano qualificado para o desempenho de funções para as quais haja manifesta insuficiência de pessoal no país, quer em qualidade, quer em quantidade" (ibid. 620.1).

0.2 - Em obediência às diretrizes traçadas pelo citado Regulamento, o Departamento de Ensino desenvolveu seu plano de atividades nos seguintes setores:

0.21 - Documentação e estudos;

0.22 - Planejamento de escolas e cursos;

0.23 - Implantação, direção, coordenação e controle de cursos;

0.24 - Trabalhos em colaboração com outras entidades de ensino;

0.25 - Informações e pareceres;

0.26 - Serviços administrativos auxiliares;

0.27 - Programação de novas atividades para 1949.

1. - DOCUMENTAÇÃO E ESTUDOS

1.0 - No afã de desempenhar suas funções técnicas e adminis-



trativas com proficiência e acerto, o Departamento de Ensino procedeu a trabalhos de documentação e estudos, visando coligir e sistematizar os elementos informativos indispensáveis e traçar diretrizes e normas seguras à sua atuação no campo do ensino.

1.1 - Documentação:

foram os seguintes os trabalhos de documentação realizados em 1948:

1.11 - Organização de uma lista seletiva de obras e monografias especializadas, bem como de revistas técnicas sobre os principais aspectos e problemas do ensino moderno e das técnicas fundamentais da pesquisa em educação.

1.111 - Essa lista constou de:

1.111,1 - livros e monografias - 509;

1.111,2 - revistas e periódicos - 120.

1.112 - A fim de atender às limitações orçamentárias, tal lista foi subdividida em 3 ordens de prioridade, para efeitos de aquisição em 3 anos sucessivos.

1.12 - Plano para a documentação a ser conseguida nos Estados Unidos pelo Dr. Murilo Braga de Carvalho sobre:

1.121 - ensino secundário e regime de internatos;

1.122 - ensino de desenho técnico;

1.123 - ensino superior de administração pública e privada;

1.124 - educação rural;

1.125 - escolas normais rurais;

1.126 - escolas domésticas rurais.

1.13 - Levantamento de dados referentes a provas de aptidão intelectual e maturidade escolar nas seguintes instituições:

- 1.131 - Instituto de Pesquisa Educacional da P.D.F.;
- 1.132 - Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos do M.E.S.;
- 1.133 - Divisão de Proteção Social do Departamento Nacional da Criança;
- 1.134 - Instituto de Seleção e Orientação Profissional da F.G.V.
- 1.14 - Levantamento de informações e material didático referentes às classes de educação de adultos e adolescentes analfabetos da respectiva Campanha Nacional (M.E.S.).
- 1.15 - Levantamento de dados relativos à "École des Roches" (França), com vistas ao planejamento do "Ginásio de Nova Friburgo" (Estado do Rio de Janeiro) a ser criado pela F.G.V., abrangendo:
  - 1.151 - horário;
  - 1.152 - educação física;
  - 1.153 - serviço médico-escolar;
  - 1.154 - trabalhos manuais;
  - 1.155 - educação artística;
  - 1.156 - educação intelectual;
  - 1.157 - ensino de línguas estrangeiras;
  - 1.158 - educação moral e social;
  - 1.159 - educação religiosa.
- 1.16 - Levantamento e apresentação de dados informativos para o "Relatório de Verificação Prévia da Escola Técnica de Comércio da F.G.V.", referentes a:
  - 1.161 - edifício e instalações;
  - 1.162 - material didático;
  - 1.163 - práticas educativas;
  - 1.164 - corpo docente;

- 1.165 - propriedade e direção;
- 1.166 - patrimônio;
- 1.167 - organização didática e regime escolar.
- 1.17 - Levantamento de dados na Biblioteca Nacional relativos a direitos autorais, como base para circular aos professores sobre o registro de suas apostilhas.
- 1.18 - Levantamento de instituições públicas e particulares e organização das listas correspondentes para a propaganda dos cursos da F.G.V.
- 1.2 - Estudos.
  - 1.21 - Estudos sobre instalações escolares e equipamento didático.
    - 1.211 - Estudo sobre salas e demais dependências necessárias ao Curso Primário, abrangendo:
      - 1.211,1 - tipos;
        - 1.211,11 - Escola Isolada (E.I.);
        - 1.211,12 - Escolas Reunidas (E.R.);
        - 1.211,13 - Grupo Escolar (G.E.) incluindo classe maternal e jardim de infância;
      - 1.211,2 - orientação geral;
      - 1.211,3 - quadros indicativos das soluções propostas: aconselhada e mínima.
    - 1.212 - Estudo sobre salas, ambientes e demais dependências necessárias ao Curso Secundário Ginasial:
      - 1.212,1 - quadro indicativo das soluções propostas: aconselhada

e mínima;

1.212,2 - comentário sobre a discriminação feita.

1.213 - Estudo sobre salas ambientes e demais dependências necessárias aos cursos de formação do magistério primário, abrangendo:

1.213,1 - Modalidades:

1.213,11 - Curso "Normal Regional"(regentes);

1.213,12 - demais combinações previstas pela Lei Orgânica do Ensino Normal (professores primários):

1.213,121 - Curso Ginásial seguido do Curso Normal (própriamente dito);

1.213,122 - Curso Ginásial seguido do Curso Normal Intensivo;

1.213,123 - Curso Normal Regional seguindo do Curso Normal (própriamente dito);

1.213,124 - Curso Normal Regional seguindo do Curso Normal Intensivo;

1.213,13 - quadros indicati -  
vos das soluções  
propostas: aconse-  
lhada e mínima;

1.213,14 - explicações comple-  
mentares.

1.214 - Estudo sôbre a ocupação atual das salas  
do Edifício Darke e previsão de sua ocu-  
pação para os anos de 1949, 1950 e 1951.

1.22 - Estudo e Sugestões para o Ginásio de Nova Fri-  
burgo.

1.221 - Sugestões apresentadas ao Dt. E. sôbre o  
Ginásio de Nova Friburgo, quanto a:

1.221,1 - regime de vida a ser estabele-  
cido;

1.221,2 - horários e distribuição das a-  
tividades dos alunos;

1.221,3 - regime alimentar;

1.221,4 - aulas e períodos de estudo di-  
rigido;

1.221,5 - orientação didática;

1.221,6 - orientação educacional;

1.221,7 - serviços médico e dentário;

1.221,8 - educação física: recreação e  
desportos;

1.221,9 - atividades extra-classe ( cul-  
turais, sociais e recreati -  
vas.

1.222 - Sugestões apresentadas pelo Dp. E. ao  
Conselho Diretor da F.G.V. para o fun-  
cionamento do Ginásio de Nova Friburgo -  
quanto a:

1.222,1 - início das atividades do Gi-  
násio;

1.222,2 - tipo das atividades a serem iniciadas;

1.222,3 - seleção;

1.222,31 - da direção;

1.222,32 - do corpo técnico;

1.222,33 - do corpo docente;

1.222,34 - do corpo discente;

1.222,4 - vencimentos:

1.222,41 - do diretor;

1.222,42 - do corpo técnico;

1.222,43 - do corpo docente;

1.222,5 - publicidade.

1.23 - Estudos relativos ao controle dos cursos e organização dos quadros correspondentes:

1.231 - quadro geral de informações dos cursos:  
fases de previsão e implantação;

1.232 - boletim mensal de informações dos cur-  
sos;

1.233 - mapa geral de controle dos resultados  
dos cursos;

1.234 - mapa de controle dos resultados especí-  
ficos de cada curso.

1.24 - Elaboração da Regulamentação dos Cursos da F.G.  
V., abrangendo:

1.241 - estruturação;

1.242 - planejamento;

1.243 - implantação;

1.244 - execução;

1.245 - controle;

1.246 - apuração dos resultados.

1.25 - Elaboração do ante-projeto dos Estatutos do  
Grêmio Esportivo da F.G.V., compreendendo os se  
guintes capítulos:

1.251 - do grêmio e seus fins;

- 1.252 - dos sócios;
- 1.253 - dos direitos e deveres dos sócios;
- 1.254 - da admissão dos sócios;
- 1.255 - da presidência, da assembléia geral e da diretoria;
- 1.256 - do orçamento.
- 1.26 - Elaboração de uma nova ficha para os professores e candidatos a professores da F.G.V.
- 1.27 - Estudo relativo à "Educação Rural" para a palestra sobre o mesmo tema realizada no Instituto de Economia da Fundação Mauá.
- 1.28 - Minutas de contratos e acordos elaborados:
  - 1.281 - Minuta padrão para o contrato de professores da F.G.V.
  - 1.282 - Minuta do acordo celebrado entre a F.G.V. e a Sociedade Nacional de Agricultura para a ampliação e desenvolvimento dos cursos regulares da "Escola Wenceslau Bello" e para a criação, nessa mesma escola, de outros cursos práticos.
  - 1.283 - Minuta do acordo celebrado entre o Conselho Nacional de Imigração e Colonização e a F.G.V. para a organização e funcionamento dos Cursos de Imigração e Colonização.
- 1.29 - Colaboração em trabalhos de outros órgãos da F.G.V.
  - 1.291 - Sugestões para a ficha de classificação de pessoal - elaboração de modelo.
  - 1.292 - Sugestões para o panfleto "O que é a Fundação Getúlio Vargas".

## 2. - PLANEJAMENTO DE ESCOLAS E CURSOS

2.0 - Em 1948 intenso foi o trabalho de planejamento realizado pelos técnicos do Departamento de Ensino para atender tanto às resoluções tomadas pela direção superior da F.G.V. como às solicitações de órgãos oficiais e instituições particulares.

2.01 - Nada menos de 17 planos, correspondentes a 67 cursos, foram elaborados ou reestruturados, dos quais:

2.011 - sete planos, correspondentes a 36 cursos, foram efetivados em 1948;

2.012 - quatro planos, correspondentes a 15 cursos, aguardam sua efetivação no exercício de 1949;

2.013 - seis planos, correspondentes a 16 cursos, deixaram de ser efetivados por motivos que fogem à alçada deste Dp. E.;

2.014 - além destes, encontram-se em elaboração 4 outros planos, correspondentes a novos cursos em perspectiva.

### 2.1 - Planos de cursos efetivados em 1948:

2.11 - Plano reestruturado dos 2 cursos de Desenho Técnico, abrangendo:

2.111 - discriminação dos cursos;

2.112 - organização curricular;

2.113 - regulamentação dos cursos

2.114 - programas.

2.12 - Plano reestruturado dos 6 cursos de Secretariado, Administração e Estatística, compreendendo:

2.121 - exposição de motivos;

2.122 - finalidades e objetivos dos cursos de Secretariado;

2.123 - currículo dos cursos de Secretariado;



- 2.124 - finalidades e objetivos dos cursos de Administração;
- 2.125 - currículos dos cursos de Administração;
- 2.126 - finalidades e objetivos dos cursos de Estatística;
- 2.127 - currículos dos cursos de Estatística;
- 2.128 - regulamentação dos cursos;
- 2.129 - previsão orçamentária.
- 2.13 - Reestruturação do plano do Curso de Formação de Psicotécnicos remetido pelo Prof. Emílio Mira y Lopez, compreendendo:
  - 2.131 - exposição de motivos;
  - 2.132 - objetivos e diretrizes gerais;
  - 2.133 - organização e regulamentação;
  - 2.134 - previsão orçamentária;
  - 2.135 - quadro da distribuição do pagamento por aulas, apostilhas e sessões de trabalho prático, bem como da apropriação das sessões de trabalho prático dirigidas por pessoal técnico do I.S.O.P.;
  - 2.136 - folheto e cartões de propaganda.
- 2.14 - Plano dos cursos de Serviço Social:
  - 2.140 - Nota: os trabalhos indicados nos itens 2.141 e 2.142, foram iniciados em 1947.

Figuram, contudo, no presente relatório por constituírem, com o item 2.143, uma unidade de conjunto.
  - 2.141 - Estudo prévio, compreendendo:
    - 2.141.1 - introdução: estruturação da carreira do trabalhador social;
    - 2.141,2 - exposição de motivos;

2.141,3 - organização dos cursos - Anexo I - Condições básicas para a admissão à Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (A.B.E.S.S.).

2.142 - Sugestões relativas aos cursos de Serviço Social da F.G.V.

2.143 - Plano do curso de "Introdução ao Serviço Social" organizado em colaboração com a Associação de Educação Familiar e Social, abrangendo:

2.143,1 - exposição de motivos;

2.143,2 - finalidades e objetivos;

2.143,3 - organização: quadros anexos;

2.143,4 - regulamentação;

2.143,5 - previsão orçamentária;

2.143,6 - justificação da previsão orçamentária;

2.143,7 - minuta do termo de acordo e do ofício remetido pelo Diretor Executivo da F.G.V. ao Presidente da Associação de Educação Familiar e Social, em substituição ao termo de acordo inicialmente projetado;

2.143,8 - folheto de propaganda;

2.15 - Plano dos 24 cursos Práticos Agrícolas, abrangendo:

2.151 - desenvolvimento e ampliação dos cursos regulares da Escola Wenceslau Bello, através de:

2.151,1 - auxílio para a manutenção de 25 alunos internos;

- 2.151,2 - realização da Semana do Hortelão;
- 2.151,3 - admissão de 5 novos assistentes;
- 2.151,4 - material e instalação;
- 2.152 - realização de 24 Cursos Práticos.
- 2.16 - Plano do Curso sobre "A Observação Psicológica dos Escolares", contendo:
  - 2.161 - exposição de motivos;
  - 2.162 - finalidades;
  - 2.163 - organização e regulamentação;
  - 2.164 - previsão orçamentária;
  - 2.165 - programa elaborado pela professora do curso.
- 2.17 - Plano de uma série de conferências sobre "O problema da Fadiga".
  - 2.171 - Exposição de motivos;
  - 2.172 - diretrizes gerais;
  - 2.173 - programa elaborado pela conferencista, Dr.<sup>a</sup> Regine Cloche e traduzido no Dp. E.
- 2.2 - Planos de cursos que aguardam sua efetivação em 1949.
  - 2.21 - Plano dos 12 cursos da Escola Técnica de Comércio da F.G.V., compreendendo:
    - 2.211 - exposição de motivos;
    - 2.212 - cursos da Escola Técnica de Comércio;
    - 2.213 - currículos dos cursos para o ano letivo de 1949;
    - 2.214 - condições para o pedido de concessão de Inspeção Preliminar para os cursos técnicos de Comércio;
    - 2.215 - requisitos materiais indispensáveis ao funcionamento da Escola Técnica de Comércio;

- 2.216 - regimento interno;
- 2.217 - indicação do corpo docente;
- 2.218 - indicação do diretor-coordenador;
- 2.219 - previsão orçamentária.

2.22 - Plano do Curso de "Orientação Pedagógica de Professores de Ensino Supletivo", colaboração da F.G.V. à Campanha Nacional de Educação de Adultos e Adolescentes, organizada pelo M. E. S.:

- 2.221 - exposição de motivos;
- 2.222 - objetivos;
- 2.223 - organização e regulamentação;
  - 2.223,1 - quadro anexo: distribuição das aulas;
- 2.224 - previsão orçamentária e justificação da mesma.

2.23 - Plano dos Cursos de Português e Dactilografia para servidores da F.G.V., abrangendo:

- 2.231 - exposição de motivos;
- 2.232 - finalidades dos cursos;
- 2.233 - organização e regulamentação dos cursos;
- 2.234 - previsão orçamentária;
- 2.235 - justificação da previsão orçamentária.

2.3 - Planos de cursos que deixaram de ser efetivados por motivos que fogem à alçada deste Dp. E.

2.31 - Plano dos 4 cursos solicitados pela Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura, incluindo:

- 2.311 - Cursos de Didática do Ensino Agrícola; de Administração do Ensino Agrícola; de Formação de Técnicos em Pesquisas Rurais; de Magistério de Economia Rural-Doméstica, compreendendo:

- 2.311,1 - introdução;
- 2.311,2 - exposição de motivos;
- 2.311,3 - finalidades dos cursos e objetivos específicos de cada um dos mesmos;
- 2.311,4 - organização e regulamentação dos cursos;
  - 2.311,41 - normas gerais;
  - 2.311,42 - normas específicas (quadros anexos).
- 2.312 - Centro de Pesquisas Rurais, anexo aos cursos- plano - abrangendo:
  - 2.312,1 - exposição de motivos;
  - 2.312,2 - finalidades;
  - 2.312,3 - organização e regulamentação.
- 2.313 - Regulamentação das Bôlsas de Estudos.
- 2.314 - Previsão Orçamentária e respectiva justificação.
- 2.315 - Minuta do acôrdo entre o Ministério da Agricultura e a Fundação Getúlio Vargas.
- 2.32 - Plano dos 5 cursos em colaboração com o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos do Ministério da Educação e Saúde:
  - 2.321 - exposição de motivos;
  - 2.322 - finalidades e objetivos;
  - 2.323 - organização e regulamentação:
    - 2.323,1 - normas gerais;
    - 2.323,2 - normas específicas;
      - 2.323,21 - Seminário Pedagógico para Diretores de Escolas Normais de Estados e Territórios;

- 2.323,22 - Seminário de Construção de Prédios Escolares;
- 2.323,23 - Curso de Especialização para Professores de Didática e Prática de Ensino;
- 2.323,24 - Curso de Aperfeiçoamento para Professores de Português das Escolas Normais dos Estados e Territórios;
- 2.323,25 - Curso de Aperfeiçoamento para Professores de Matemática das Escolas Normais dos Estados e Territórios.
- 2.324 - Previsão orçamentária e respectiva justificação.
- 2.33 - Pré-plano do "Seminário de Metodologia e Filosofia das Ciências":
  - 2.331 - exposição de motivos;
  - 2.332 - objetivos;
  - 2.333 - organização e regulamentação;
  - 2.334 - previsão orçamentária e sua justificação.
- 2.34 - Plano dos 3 cursos de Formação de Técnicos em Meteorologia:
  - 2.341 - exposição de motivos;
  - 2.342 - finalidades;
  - 2.343 - organização e regulamentação;

- 2.343,1 - Curso de Formação de Observadores Meteorológicos;
- 2.343,2 - Curso de Formação de Instrutores Inspetores de Serviços Meteorológicos;
- 2.343,3 - Curso de Formação de Meteorologistas (quadros anexos);
- 2.343,4 - Previsão orçamentária.
- 2.35 - Plano das 2 séries de cursos pelo Rádio, abrangendo:
  - 2.351 - apresentação;
  - 2.352 - estrutura dos programas;
  - 2.353 - discriminação das séries de cursos a serem irradiadas;
  - 2.354 - regulamentação dos cursos;
  - 2.355 - previsão orçamentária.
- 2.36 - Plano do curso sobre "Arte de Falar em Público", compreendendo:
  - 2.361 - exposição de motivos;
  - 2.362 - finalidade e objetivos do curso;
  - 2.363 - currículo e distribuição das atividades curriculares;
  - 2.364 - regulamentação do curso;
  - 2.365 - previsão orçamentária.
- 2.4 - Além dos planos acima, encontram-se ainda em elaboração os seguintes planos:
  - 2.41 - Plano do Ginásio de Nova Friburgo.
  - 2.42 - Plano da Escola Superior de Administração.
  - 2.43 - Plano do Curso de Voluntárias e Auxiliares de Enfermagem.
  - 2.44 - Plano dos cursos solicitados pelo Departamento Nacional de Previdência Social do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

### 3. - IMPLANTAÇÃO, DIREÇÃO, COORDENAÇÃO E CONTRÔLE DOS CURSOS

3.0 - Durante o exercício de 1948, o Departamento de Ensino, no desempenho de suas funções, se incumbiu da:

3.01 - implantação de 28 novos cursos, sendo:

3.011 - três cursos próprios;

3.012 - vinte e cinco cursos em colaboração;

3.02 - direção, coordenação e controle de 36 cursos, sendo:

3.021 - onze cursos próprios;

3.022 - vinte e cinco cursos em colaboração.

3.1 - A Implantação efetuou-se mediante:

3.11 - Organização, supervisão e distribuição da propaganda dos 28 cursos implantados em 1948, abrangendo:

3.111 - elaboração de folhetos explicativos;

3.112 - elaboração de cartazes de propaganda;

3.113 - expedição de circulares a instituições - públicas e privadas;

3.114 - redação de notas para a imprensa e para as Rádio-Emissoras que estão colaborando com a F.G.V., a saber:

3.114,1 - Rádio Nacional;

3.114,2 - Rádio Ministério da Educação;

3.114,3 - Rádio Mauá;

3.114,4 - Rádio Guanabara;

3.114,5 - Rádio Roquette Pinto;

3.114,6 - Rádio Jornal do Brasil.

NOTA: a colaboração dessas Rádio-Emissoras foi conseguida através de entendimentos diretos entre este Departamento e os dirigentes das citadas empresas radiofônicas, e refere-se à irradiação diária de no-



tas enviadas semanalmente pelo Departamento de Ensino.

3.115 - Palestra realizada na Rádio Ministério da Educação sobre os Cursos de Imigração e Colonização.

3.12 - Informação pela Secretaria Geral dos Cursos aos interessados e candidatos à matrícula, relativa à natureza e funcionamento dos cursos e exigências de inscrição, mediante:

3.121 - comunicações verbais diretas;

3.122 - comunicações telefônicas;

3.123 - remessa de ofícios e folhetos explicativos;

3.124 - comunicações telegráficas.

3.13 - Efetivação de inscrições e matrículas e recolhimento das respectivas taxas.

3.14 - Organização dos programas dos exames vestibulares e do respectivo corpo de examinadores.

3.15 - Medidas relativas às provas vestibulares:

3.151 - organização, supervisão e controle de provas vestibulares para os seguintes cursos:

3.151,1 - Desenho Técnico Básico;

3.151,2 - Secretariado: Básico e de Aperfeiçoamento;

3.151,3 - Estatística: Básico e de Aperfeiçoamento;

3.151,4 - Administração: para Auxiliares de Administração e para Administradores de Empresas Comerciais e Industriais.

3.16 - Medidas relativas ao funcionamento inicial dos cursos:

3.161 - organização de horários dos trabalhos leti

vos e demais atividades correlatas;

3.162 - plano de distribuição de salas de aula em função dos horários estabelecidos;

3.163 - providências para aquisição de material - didático para os diversos cursos;

3.164 - supervisão da mudança dos cursos para o Edifício Darke.

3.17 - Organização das sessões inaugurais de todos os cursos implantados.

3.2 - A Direção efetuou-se mediante:

3.21 - Expedição de circular aos coordenadores e orientadores dos diversos cursos, contendo as diretrizes básicas, o âmbito de suas atribuições e as condições específicas de sua atuação.

3.22 - Entrevistas individuais com os coordenadores, orientadores e professores dos diversos cursos, visando firmar a orientação adotada.

3.23 - Reuniões dos coordenadores, orientadores e professores de um ou mais cursos, para a discussão dos problemas surgidos e respectivas soluções.

3.24 - Quando as circunstâncias o exigiram foram reajustadas medidas relativas a:

3.241 - horários;

3.242 - programas;

3.243 - salas e equipamento das mesmas;

3.244 - material didático;

3.245 - constituição de turmas;

3.246 - substituição de professores;

3.247 - transferências e cancelamentos de matrículas.

3.25 - Através das seguintes circulares, foram orientados os trabalhos docentes e discentes:

3.251 - Instruções aos professores dos cursos de Secretariado, Administração e Estatística,

compreendendo:

- 3.251,1 - aula inaugural;
- 3.251,2 - períodos letivos;
- 3.251,3 - calendário escolar;
- 3.251,4 - aulas;
- 3.251,5 - apostilhas;
- 3.251,6 - provas mensais;
- 3.251,7 - relatórios.

3.252 - Circular aos alunos dos cursos de Secretariado, Administração e Estatística sobre as características fundamentais da regulamentação daqueles cursos.

3.253 - Inquérito realizado entre os alunos dos cursos de Desenho, Secretariado, Administração e Estatística sobre a forma mais conveniente de pagamento das apostilhas, considerando 3 hipóteses:

- 3.253,1 - manutenção do sistema estabelecido (pagamento por exemplar);
- 3.253,2 - pagamento dos exemplares recebidos efetuados no fim do mês a que corresponde;
- 3.253,3 - acréscimo de Cr\$ 30,00 no preço das mensalidades.

NOTA: a 3ª hipótese obteve a preferência de grande maioria dos alunos.

3.254 - Circular aos alunos que não frequentaram as aulas durante mais de um mês, a fim de indagar os motivos de tal ausência.

### 3.3 - Coordenação:

3.31 - Os trabalhos de coordenação dos cursos constam dos relatórios dos coordenadores e orientadores, refe

rindo-se a:

- 3.311 - Crítica e articulação dos programas das diversas disciplinas;
- 3.312 - Planejamento, supervisão e controle das provas vestibulares;
- 3.313 - Orientação didática aos professores, através de reuniões e de assistência a aulas;
- 3.314 - Apreciação crítica das apostilhas e dos pedidos de material didático;
- 3.315 - Encaminhamento dos pedidos e controle da distribuição de apostilhas e material didático;
- 3.316 - Planejamento, supervisão e controle das atividades extra-classe;
- 3.317 - Planejamento, supervisão e controle das provas de verificação e aprendizagem;
- 3.318 - Planejamento, supervisão e controle das exposições de trabalhos;
- 3.319 - Análise crítica dos relatórios dos professores.

#### 3.4 - Controle:

- 3.41 - Para efeitos de controle foram elaborados e levantados os seguintes quadros, que seguem em anexo:
  - 3.411 - Quadro geral de informações dos cursos - Fases de Previsão e Implantação.
  - 3.412 - Boletins mensais de informações dos cursos.
  - 3.413 - Mapa geral de controle dos resultados dos cursos.
  - 3.414 - Quadros de controle dos resultados de cada curso.
  - 3.415 - Gráficos do aproveitamento dos alunos por curso.

3.42 - Ainda para efeitos de controle, o Departamento de Ensino procedeu a:

3.421 - reuniões e entrevistas com os coordenadores e orientadores para verificação do andamento dos cursos e estudo de medidas tendentes a melhorá-los em qualidade e eficiência;

3.422 - entrevistas com professores e alunos com a mesma finalidade;

3.423 - estudo dos relatórios mensais e de fim de período remetidos pelos Coordenadores ou Orientadores dos cursos.

3.424 - levantamento e conferência de dados relativos a aulas e apostilhas de professores do Curso de Formação de Psicotécnicos.

3.43 - Ao encerrar-se o 1º período dos cursos de Desenho, organizou-se uma exposição dos trabalhos práticos efetuados pelos alunos; franqueada ao público durante 10 dias.

#### 4. - TRABALHOS EM COLABORAÇÃO COM OUTRAS ENTIDADES DE ENSINO

4.0 - De conformidade com o estabelecido nos itens 621.1 e 622.1 do Regulamento da F.G.V., o Departamento de Ensino desenvolveu diversos planos de trabalho em colaboração com outras entidades de ensino, proporcionando-lhes assistência, quer de ordem técnica, quer de ordem financeira e material.

4.01 - Foram as seguintes as entidades ou órgãos com os quais o Departamento de Ensino atuou em bases de colaboração e assistência:

##### 4.1 - Colaboração com a Universidade do Brasil:

4.11 - Faculdade Nacional de Ciências Econômicas:

4.111 - Cessão, a título precário, conservação e limpeza do prédio em que funciona;

4.112 - assistência financeira de Cr\$ 750.000,00 (acôrdo da F.G.V. com a Fundação Mauá) para efeitos de:

4.112,1 - aquisição de material;

4.112,2 - pagamento suplementar de professores;

4.112,3 - contrato de professores estrangeiros;

4.112,4 - concessão de seis bolsas de estudo, no valor de ..... Cr\$ 10.000,00 cada uma, a alunos, regularmente inscritos na F.N.C.E., que preencheram as condições exigidas;

4.113 - seleção dos candidatos às referidas bolsas de estudo, de acôrdo com a regulamentação organizada pelo Dp. E. para esse fim.

4.12 - Colégio de Aplicação da Faculdade Nacional de Filosofia:

- 4.121 - cessão, a título precário, conservação e limpeza do prédio em que funciona;
- 4.122 - equipamento das salas de aula, secretaria, gabinete médico e pátio de educação física;
- 4.123 - adiantamento, a título de empréstimo, do material de consumo e de expediente, durante sua fase de implantação;
- 4.124 - colaboração técnica na campanha de propaganda pela imprensa e pelas rádio-emissoras, em sua fase de implantação;
- 4.125 - organização do serviço de merenda aos escolares, durante o intervalo das aulas;
- 4.126 - serviço mimeográfico de circulares, horários, regulamentos e apostilhas de aula.

4.13 - Diretoria dos Cursos de Férias (extensão universitária) da Faculdade Nacional de Filosofia:

- 4.131 - Colaboração técnica na campanha de propaganda pela imprensa e pelas rádio-emissoras, durante o período de inscrições;
- 4.132 - serviço mimeográfico de regulamentos, circulares e horários.

4.2 - Colaboração com o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos do Ministério de Educação e Saúde:

- 4.21 - assistência material: cessão, a título precário, de cinco salas de aula e uma sala de coordenação, no edifício Darke, à Av. 13 de Maio nº 23, 11º andar.
- 4.22 - assistência técnica:
  - 4.221 - estudos sobre instalações escolares e equipamento didático das salas de aula,

referidos no item 1.2 e incisos do presente relatório;

4.222 - planejamento dos cinco cursos pedagógicos intensivos, especificados no item 2.32 e incisos do presente relatório.

4.3 - Colaboração com a Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura:

4.31 - planejamento dos 4 cursos de magistério rural a que se refere o item 2.31 e incisos do presente relatório.

4.4 - Colaboração com o Conselho Nacional de Imigração e Colonização, da Presidência da República:

4.41 - propaganda dos cursos e inscrição de alunos;

4.42 - Organização, supervisão e controle de provas - vestibulares para os cursos de Imigração e Colonização, planejados por este Dp.E. e realizados pelo D.A.S.P.

4.43 - Após os exames vestibulares, Sua Excelência, o Senhor Presidente da República, mandou cancelar o acordo entre o Conselho de Imigração e Colonização e a Fundação Getúlio Vargas, em despacho dado a uma representação, nesse sentido, do D.A.S.P.

4.5 - Colaboração com a Sociedade Nacional de Agricultura:

4.51 - assistência financeira de Cr\$ 150.000,00 para:

4.511 - manutenção de 25 alunos internos;

4.512 - realização da Semana do Hortelão;

4.513 - admissão de 5 novos assistentes;

4.514 - aquisição de material, instrumental agrícola e melhoria de instalações;

4.515 - realização de 24 Cursos Práticos.

4.6 - Colaboração com a Associação Familiar e Social:

4.61 - assistência técnica:



4.611 - planejamento e propaganda do "Curso de Introdução ao Serviço Social" (item ... 2.143 supra);

4.612 - implantação, execução e controle do mesmo curso.

4.62 - assistência financeira de Cr\$ 75.000,00 para a realização do mesmo curso.

4.7 - Colaboração com a Associação das Voluntárias de Enfermagem:

4.71 - Colaboração financeira de Cr\$ 48.000,00 para a realização do Curso de Voluntárias e Auxiliares de Enfermagem.

4.8 - Colaboração com a Campanha Nacional da Criança:

4.81 - Organização da série de conferências sobre a "Psicologia da Vida Emocional", compreendendo:

4.811 - propaganda;

4.812 - tradução do respectivo programa;

4.813 - entendimentos com o conferencista, Dr. Emilio Mira y Lopes, e com os dirigentes da Campanha;

4.814 - confecção dos certificados de frequência.

4.9 - Entendimentos com o Serviço Nacional de Cinema Educativo e com a "Casa Byington" sobre as possibilidades de organizar sessões semanais de Cinema Educativo para os auxiliares da F.G.V.

## 5. - INFORMAÇÕES E PARECERES.

### 5.1 - Informações.

5.11 - Informação ao D.E. sobre os entendimentos havidos entre o Dp.E. e o D.N.P.S., acompanhada das indicações sobre os currículos organizados como base de trabalho;

5.12 - Informação à S.E.A.V. sobre os alunos que terminaram o curso de Professores e Orientadores do Ensino Agrícola;

5.13 - Informação ao I.B.G.E. sobre a organização e movimento dos cursos da F.G.V. no exercício de 1947.

### 5.2 - Pareceres.

5.21 - Pareceres sobre questões relacionadas com os diversos cursos próprios:

5.211 - Cursos de Desenho:

5.211,1 - Parecer sobre a concessão de gratuidade ao primeiro colocado no exame de admissão aos cursos de Desenho;

5.211,2 - Parecer sobre o pagamento dos professores dos cursos de Desenho.

5.212 - Cursos de Secretariado, Administração e Estatística:

5.212,1 - Parecer sobre a possibilidade de alteração do horário do Curso de Aperfeiçoamento em Secretariado estabelecido para o próximo ano;

5.212,2 - Parecer sobre reestruturação curricular do Curso de Aperfeiçoamento em Secretariado;

5.212,3 - Parecer sobre a remuneração das

súmulas de Dactilografia, elaboradas pela professora Isaura Braga;

5.212,4 - Parecer sobre a distribuição - das apostilhas da cadeira de Legislação Aplicada aos alunos dos cursos para Administradores de Empresas Comerciais e Industriais;

5.212,5 - Parecer sobre as provas mensais no Curso para Administradores de Empresas Comerciais e Industriais;

5.212,6 - Parecer sobre o número de aulas da cadeira de Complementos de Matemática para o curso Básico de Estatística;

5.212,7 - Parecer sobre o funcionamento da cadeira facultativa do Curso Básico de Estatística;

5.212,8 - Parecer sobre as possibilidades de transformar matrículas avulsas em regulares;

5.212,9 - Parecer sobre o critério da a puração das médias em cursos que exigem trabalhos semanais.

5.213 - Curso de Formação de Psicotécnicos:

5.213,1 - Parecer sobre a concessão de matrícula no C.F.P.T. fora do prazo estipulado;

5.213,2 - Parecer sobre a modificação - do horário de aulas e trabalhos práticos do C.F.P.T.

5.22 - Pareceres sobre questões relacionadas com os diversos cursos em colaboração e com atividades de instituições com as quais a F.G.V. coopera:

5.221 - Parecer sobre isenção de vestibular para alguns candidatos aos cursos de Imigração e Colonização;

5.222 - Parecer sobre o pedido de revisão de prova feito pelo prof. João Emiliano do Lago, aluno do Curso para Educadores de Cegos e Amblíopes;

5.223 - Parecer sobre a concessão de Bolsas de Estudos a alunos da Faculdade Nacional de Ciências Econômicas;

5.224 - Parecer sobre o curso de Voluntárias e Auxiliares de Enfermagem mantido pela Associação de Enfermeiras Voluntárias da Escola Ana Nery e subvencionado pela F. G.V.;

5.225 - Parecer sobre o relatório do Curso de Auxiliares de Enfermagem e sua reestruturação em novas bases.

5.23 - Pareceres sobre criação de novos cargos e início de novas atividades:

5.231 - Parecer sobre a conveniência de manter uma inspetora de alunas junto aos cursos em funcionamento no Edifício Darke, acompanhado da respectiva proposta;

5.232 - Parecer sobre a efetivação de D. Edith Ferreira no exercício da função de inspetora de alunos, acompanhado de documentação sobre sua atuação durante o período probatório e sobre as provas a que se submeteu;

- 5.233 - Parecer sobre a conveniência de serem organizadas as bibliotecas especializadas junto aos cursos;
- 5.234 - Parecer sobre a proposta de criação do Grêmio Esportivo da Fundação Getúlio Vargas;
- 5.235 - Parecer sobre a organização de uma "Escola de Arte", com fins culturais e psico-terápicos, proposta pela professora Ma-ria Estrela Bandeira Duarte;
- 5.236 - Parecer sobre a oportunidade da F.G.V. - publicar 2 manuais acêrca da aplicação do Plano Dalton ao ensino de Bacteriologia;
- 5.237 - Parecer sobre a proposta de propaganda da revista "Humanidades".
- 5.24 - Pareceres sobre questões apresentadas ao Dp. E. por outros órgãos da F.G.V.
- 5.241 - Parecer sobre o estudo do Dp.O. relativo ao "quadro de Pessoal" do Departamento - do Ensino;
- 5.242 - Parecer sobre as provas do concurso para "Auxiliares de Curso" organizadas pelo Dp.O.;
- 5.243 - Parecer sobre a regulamentação do concuso para Desenhistas, elaborada pelo Dp.O.;
- 5.244 - Parecer sobre o plano do relatório anual do Departamento de Ensino elaborado pelo Departamento de Organização e sugestões correspondentes;
- 5.245 - Parecer sobre renovação de assinaturas de revistas pedagógicas, a pedido do Dp.E.

6. - SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS AUXILIARES.

6.1 - Documentos recebidos e emitidos pela Direção Geral do Dp.E.

6.11 - Comunicações Internas (C.C. I.I.):

6.111 - Recebidas - 287;

6.112 - Emitidas - 184.

6.12 - Cartas:

6.121 - Recebidas - 43;

6.122 - Emitidas - 29.

6.13 - Ofícios:

6.131 - Recebidos - 246;

6.132 - Emitidos - 100.

6.14 - Ofícios circulares:

6.141 - Emitidos - 188.

6.15 - Requerimentos:

Recebidos - 323.

6.2 - Documentos recebidos e emitidos pela Secretaria Geral dos Cursos:

6.21 - Comunicações internas (CC. II.):

6.211 - Recebidas - 110;

6.212 - Emitidas - 146.

6.22 - Cartas:

6.221 - Recebidas - 25;

6.222 - Emitidas - 13.

6.23 - Ofícios:

6.231 - Recebidos - 30;

6.232 - Emitidos - 3.

6.24 - Ofícios-circulares:

6.241 - Recebidos - 2;

6.242 - Emitidos - 13.

6.25 - Requerimentos:

6.251 - Recebidos - 220.

6.26 - Telegramas:

6.261 - Recebidos - 5;

6.262 - Emitidos - 629.

6.27 - Atestados:

6.271 - Emitidos - 56.

6.28 - Avisos:

6.281 - Emitidos - 35.

6.29 - Cartões de Matrícula:

6.291 - Emitidos - 555.

6.3 - Arquivo da Direção Geral do Dp.E.

6.31 - Organização das pastas referentes a cursos já realizados e concluídos:

6.311 - Curso de Arquivologia e Administração de Documentos - C.A.D.:

Documentos (1947) - 6 docs.

Relatórios (1947) - 1 rel.

6.312 - Curso de Geomorfologia - C.G.M.:

Documentos (1947) - 21 docs.

6.313 - Curso de Inglês - C.I.N.:

Documentos (1947) - 8 docs.

6.314 - Curso de Psicoterapia Menor - C.P.M.:

Documentos (1947) - 16 docs.

Frequência (1947) - 7 mapas;

Relatórios (1947) - 5 rel.

6.315 - Curso de Conferências sobre a Fadiga - C.S.P.F.:

Planejamentos (1948) - 1 plano;

Documentos (1948) - 10 docs.

6.316 - Curso de Observação Psicológica dos Escolares - C.O.P.E.:

Planejamentos (1948) - 1 plano;

Documentos (1948) - 5 docs.

6.317 - Curso de Formação Pedagógica de Professores

res e Orientadores do Ensino Agrícola -

C.P.A.:

Documentos (1947) - 82 docs.

Metodologia Geral (1947) - 1 plano;

Frequência (1947) - 6 mapas;

Planejamentos (1948) - 1 plano;

Documentos (1948) - 10 docs.

Exame Vestibular (1948) - 14 docs.

6.318 - Curso para Educadores de Cegos e Amblíopes - C.E.C.A.:

Pesquisas (1947) - 1 plano;

Documentos (1947) - 61 docs.

Frequência (1947) - 2 mapas.

## 6.32 - Organização das pastas referentes a cursos em funcionamento:

## 6.321 - cursos próprios:

6.321,1 - Curso de Desenho - R.J./E.N.D.:

Documentos - Sta. Rosa (1946) - 4 docs.

Reestruturação (1948) - 1 plano;

Documentos (1948) - 35 docs.

Relatórios (1947) - 11 rel.

6.321,2 - Curso de Formação de Psicotécnicos - C.F.P.T.:

Planejamentos (1948) - 1 plano;

Documentos (1948) - 26 docs.

6.321,3 - Cursos de Administração:

6.321,31 - Cursos para Auxiliares de Administração

de Empresas -

C.A.A.E.:

Documentos (1947) - 17 docs.



Frequência (1947) -

4 mapas;

Documentos (1948) -

1 doc.

6.321,32 - Curso para Adminis-  
tradores de Empré-  
sas Comerciais -

C.A.E.C.:

Documentos (1947) -

16 docs.

Frequência (1947) -

5 mapas;

Documentos (1948) -

1 doc.

6.321,33 - Curso para Adminis-  
tradores de Empré-  
sas Industriais -

C.A.E.I.:

Documentos (1947) -

31 docs.

Frequência (1947) -

5 mapas;

Documentos (1948) -

1 doc.

6.321,4 - Cursos de Secretariado:

6.321,41 - Curso Básico de Se-  
cretariado -C.B.S.C.:

Documentos (1947) -

67 docs.

Relatórios (1947) -

1 rel.;

Frequência (1947) -

13 mapas;

Documentos (1948) -  
doc.

6.321,42 - Curso de Aperfeiçoamento em Secretaria do - C.A.S.C.

Documentos (1947) -  
19 docs.

Frequência (1947) -  
4 mapas.

6.321,5 - Cursos de Estatística:

6.321,51 - Curso Básico de Estatística - C.B.E.T.:

Documentos (1947) -  
14 docs.

Inquéritos (1947) -  
1 inq.;

Relatórios (1947) -  
1 rel.;

Frequência (1947) -  
8 mapas;

Documentos (1948) -  
2 docs.

6.321,52 - Curso de Aperfeiçoamento em Estatística - C.A.E.T.:

Documentos (1947) -  
11 docs.

Frequência (1947) -  
5 mapas;

Documentos (1948) -  
1 doc.

6.321,6 - Cursos de Administração, Secretariado e Estatística - C.A.S.E.:

- 6.332,1 - Cursos pedagógicos em colaboração com o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos-I.N.E.P.:  
Planejamentos (1948)- 1 plano.
- 6.332,2 - Curso de Orientação Pedagógica de Professores de Adultos e Adolescentes em colaboração - com a Campanha Nacional de Educação:  
Planejamento (1948) - 1 plano.
- 6.332,3 - Cursos de Imigração e Colonização:  
Planejamentos (1948) - 1 plano;  
Documentos (1948) - 31 docs.
- 6.332,4 - Curso da Escola Agro-Técnica:  
Planejamentos (1948)- 1 plano.
- 6.332,5 - Curso de Previdência Social:  
Documentos (1948) - 7 docs.
- 6.332,6 - Curso de Enfermagem:  
Documentos (1948) - 15 docs.
- 6.332,7 - Cursos de Meteorologia:  
Planejamentos (1947) - 1 plano;  
Documentos (1947) - 6 docs.
- 6.34 - Organização das pastas relativas a assuntos diversos, abrangendo:
  - 6.341 - Escolas ou cursos:
    - 6.341,1 - documentação geral - 17 docs.
    - 6.341,2 - acordos - 7 acordos;
    - 6.341,3 - bolsas de estudo - 3 processos;
    - 6.341,4 - currículos e programas - 16 folhetos;
    - 6.341,5 - apostilhas em atraso - 46 comunicações;

Planejamentos (1947) - 1 plano;  
Documentos (1947) - 13 docs.  
Relatórios (1947) - 12 rel.;  
Planejamentos (1948) - 1 plano;  
Documentos (1948) - 1 doc.

6.322 - Cursos em colaboração:

6.322,1 - Curso de Introdução ao Serviço Social - C.I.S.S.

Planejamentos (1948) - 1 plano;  
Documentos (1948) - 18 docs.

6.322,2 - Cursos Práticos Agrícolas -C.A.P.:

Documentos (1947) - 32 docs.  
Relatórios (1947) - 4 rel.;  
Relatórios (1948) - 15 rel.

6.33 - Organização das pastas referentes a cursos planejados, mas ainda não implantados:

6.331 - Cursos próprios:

6.331,1 - Curso de Português e Dactilografia para Servidores da F.G.V.:

Planejamento (1948) - 1 plano.

6.331,2 - Cursos da Escola Técnica de Comércio:

Planejamentos (1948) - 1 plano;  
Documentos (1948) - 8 docs.

6.331,3 - Curso da Arte de Falar em Público:

Planejamentos (1948) - 1 plano;  
Documentos (1948) - 2 docs.

6.331,4 - Seminário de Metodologia e Filosofia das Ciências:

Planejamento (1948) - 1 plano.

6.332 - Cursos em colaboração:

6.346,3 - Ensino Secundário na França:  
École des Roches - 1 estudo.

6.347 - Atividades diversas:

- 6.347,1 - Cinema educativo - 40 folhetos;
- 6.347,2 - Rádio Educativo - 1 plano;
- 6.347,3 - Serviço de propaganda: folhetos e textos radiofônicos - 11 folhetos e 22 textos;
- 6.347,4 - Grêmio Sportivo - 3 docs.;
- 6.347,5 - Natal de 1947 - 5 listas;
- 6.347,6 - Publicações em geral - 18 listas;
- 6.347,7 - Publicações Pedagógicas - 6 listas;
- 6.347,8 - Inquéritos sobre desistências - (1947) - 101 respostas;
- 6.347,9 - Inquéritos sobre venda de apostilhas (1948) - 70 respostas.

6.4 - Arquivo da Secretaria Geral dos Cursos.

6.41 - A organização das pastas da S.G.C. é a seguinte:

- 6.411 - Seção dos cursos - pastas com a documentação referente a cada aluno matriculado, separadas por curso, turma e ano.
- 6.412 - Seção das atividades escolares - pastas de notas e de frequência dos alunos.
- 6.413 - Seção das atividades administrativas - pastas diversas, correspondendo a atividades da S.G.C., como sejam: fôlhas de pagamento, avisos, correspondência, relatórios, etc.

6.42 - A organização dos fichários é a seguinte:

- 6.421 - Fichário dos alunos, por curso e turma, de acôrdo com o número de matrícula.

- 6.341,6 - testes e provas - 1 estudo;
- 6.341,7 - modelos de diplomas - 7 modelos;
- 6.341,8 - folhas de pagamento - 24 folhas.
- 6.342 - Cadastro de professores:
  - 6.342,1 - professores em exercício na F.G.V. - 56 fichas;
  - 6.342,2 - candidatos ao magistério em escolas e cursos da F.G.V. - 85 fichas.
- 6.343 - Entidades que colaboram com a F.G.V.
  - 6.343,1 - Ministério das Relações Exteriores - 1 doc.;
  - 6.343,2 - D.A.S.P. - 4 docs.;
  - 6.343,3 - Universidade Rural - 1 doc.;
  - 6.343,4 - Faculdade Nacional de Ciências Econômicas - 1 plano;
  - 6.343,5 - Conselho Nacional de Geografia - 3 docs.;
  - 6.343,6 - C.B.A.R. - 2 docs.;
  - 6.343,7 - S.E.N.A.C. - 11 docs.
- 6.344 - Legislação Educacional Brasileira:
  - 6.344,1 - Decretos - 3 dec.
- 6.345 - Serviços Administrativos:
  - 6.345,1 - Atos - 3 atos;
  - 6.345,2 - Ordens de Serviço - 4 ordens;
  - 6.345,3 - Endereços - 14 listas;
  - 6.345,4 - Circulares e Ofícios - 9 cir.;
  - 6.345,5 - Pareceres - 13 pareceres.
- 6.346 - Estudos feitos ou em andamento:
  - 6.346,1 - Administração - 3 planos;
  - 6.346,2 - Escolas de ensino secundário - 2 planos

6.422 - Fichário geral dos alunos de acôrdo com o sobrenome do aluno.

6.423 - Fichário dos professores dos cursos.

6.424 - Fichário dos funcionários da S.G.C.

6.5 - Atividades suplementares da Secretaria Geral dos Cursos.

6.51 - Serviço de cobrança de taxas de matrícula, de mensalidades e de apostilhas.

6.511 - O serviço de cobrança de taxas de matrícula, de mensalidades e de apostilhas é realizado pela Secretaria Geral dos Cursos e a renda proveniente consta do Mapa Geral de Contrôles dos Resultados dos Cursos, que inclui o controle financeiro.

6.52 - Serviço de encaminhamento de originais de apostilhas e de recebimento, distribuição, venda e arquivamento de apostilhas.

6.521 - Este serviço é também efetuado pela S.G.C. O recebimento de originais e a distribuição e venda de apostilhas constam do Mapa Geral de Controle mencionado no item anterior.

6.53 - Confecção de fôlhas de pagamento de aulas e apostilhas.

6.531 - Mensalmente a S.G.C. prepara 6 fôlhas de pagamento dos professores dos cursos, sendo 3 de aulas e 3 de apostilhas, distribuídas por curso e período, de acôrdo com o seguinte critério:

6.531,1 - C.F.P.T. - Período de 21 de um mês a 20 do mês seguinte;

6.531,2 - C.D.Ba. e C.I.S.S. - Período de 1 a 31 de cada mês;

6.531,3 - C.B.S.C., C.A.S.C., C.B.E.T.,

C.A.E.T., C.A.A.E. e C.A.E.C./I

Período de 26 de um mês a 25 do  
mês seguinte.

6.54 - Confecção de mapas de notas de freqüência dos alunos; certificados de conclusão de cursos e de vida escolar.

6.541 - A S.G.C. apura os graus obtidos pelos alunos, em provas mensais ou parciais, bem como a freqüência dos alunos, organizando tais dados em mapas mensais.

6.542 - A S.G.C. expediu este ano 277 certificados de conclusão de curso, sendo:

34 do C.B.S.C.;

1 do C.A.S.C.;

17 do C.B.E.T.;

3 do C.A.E.I.;

2 do C.A.A.E.;

2 do C.A.E.C.;

20 do C.A.E.I.;

40 do C.P.A.;

30 do C.C.A.;

72 do C.P.M.;

20 do C.O.P.E.;

36 do C.A.D.

120 da série de conferências da Campanha Nacional da Criança;

6.543 - A S.G.C. expediu, ainda, 166 certificados de vida escolar, sendo:

34 do C.B.S.C.;

1 do C.A.S.C.;

17 do C.B.E.T.;

3 do C.A.E.T.;

2 do C.A.A.E.;



2 do C.A.E.C.;

20 do C.A.E.I.;

30 do C.C.A.;

57 do C.P.A.

7. - PROGRAMAÇÃO DE NOVAS ATIVIDADES PARA 1949

7.1 - Elaboração da proposta orçamentária do Dp.E. para 1949.

7.2 - Planejamento de uma seção de "Pesquisas e Publicações Pedagógicas do Dp.E.", compreendendo:

7.21 - introdução;

7.22 - pesquisas;

7.221 - exposição de motivos;

7.222 - diretrizes gerais;

7.223 - previsão orçamentária;

7.23 - publicações pedagógicas:

7.231 - exposição de motivos;

7.232 - diretrizes gerais;

7.233 - previsão orçamentária.

7.3 - Elaboração de um ante-projeto para a organização do "Serviço de Rádio Educativo da F.G.V.", compreendendo:

7.31 - estruturação do órgão;

7.32 - pessoal:

7.321 - corpo técnico;

7.322 - corpo de auxiliares;

7.33 - indicação de atividades;

7.34 - previsão orçamentária.

Rio de Janeiro, 24 de janeiro de 1949.

Luiz Alves de Mattos  
Diretor do Departamento de Ensino

A P Ê N D I C ERELAÇÃO DOS ANEXOS QUE ACOMPANHAM O PRESENTE RELATÓRIO

Anexo I - Relação nominal do Pessoal Técnico, Docente e Administrativo do Departamento de Ensino.

Anexo II - Relação nominal do corpo Discente.

Anexo III - Planos elaborados em 1948:

- Plano dos Cursos de "Serviço Social";
- Plano do Curso sobre a "Observação Psicológica dos Escolares";
- Plano da série de Conferências sobre "O Problema da Fadiga";
- Plano da "Escola Técnica de Comércio da F.G.V.";
- Plano do Curso de "Orientação Pedagógica de Professores de Ensino Supletivo";
- Plano dos Cursos de "Português e Dactilografia para Servidores da F.G.V.";
- Plano dos Cursos solicitados pela Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura;
- Plano dos Cursos em colaboração com o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos do Ministério da Educação e Saúde;
- Pré-plano do Seminário de "Metodologia e Filosofia das Ciências";
- Plano dos Cursos de Formação de "Técnicos em Meteorologia";
- Pré-plano dos "Cursos pelo Rádio";
- Plano do Curso sobre a "Arte de Falar em Público".
- Plano da Seção de Pesquisas e Publicações Pedagógicas do Dp.E.

Anexo IV - Quadros de Contrôles dos Cursos.

Anexo V - Relatórios de órgãos subordinados e colaboradores.

A N E X O      X

P L A N E J A M E N T O      D O S      C U R S O S

Plano dos Cursos de Serviço Social .....	X,01
Curso de Introdução ao Serviço Social.....	X,20
Curso sobre a Observação Psicológica dos <u>Es</u> colares .....	X,34
Plano da Série de Conferências sobre o "Pro blema da Fadiga".....	X,47
Plano de criação da Escola Técnica de Comér cio .....	X,49
Cursos de Português e Datilografia para os servidores da F.G.V. ....	X,98
Planos elaborados pelo Dp.E. da F.G.V., por solicitação da Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário .....	X,107
Planos dos Cursos em colaboração com o Ins- tituto Nacional de Estudos Pedagógicos ..	X,174
Pré-plano do Seminário de Metodologia e Fi- losofia das Ciências .....	X,194
Pré-plano de cursos pelo rádio .....	X,231
Plano do Curso da Arte de Falar em Público	X,239

PLANO DOS CURSOS

DE

SERVIÇO SOCIAL

Estudo para o planejamento dos cursos de  
Serviço Social

Índice

	Páginas
1. - Introdução.....	1
2. - Exposição de Motivos.....	4
3. - Organização dos Cursos.....	8
3.1 - Organização básica dos cursos de formação de trabalhadores sociais..	8
3.2 - Formação Especializada: setores de especialização.....	15

## 1. - I N T R O D U Ç Ã O

- 1.1 - Superpondo-se ao sentido caritativo e filantrópico que lhe deu origem, o serviço social assumiu, na atualidade, um caráter científico e técnico. Essa transformação surgiu, praticamente, em fins do sé<sup>co</sup>culo passado, como consequência da revolução indus<sup>trial</sup>trial nêle iniciada.
- 1.2 - Visando promover o bem estar social pela melhoria dos elementos espirituais e materiais que o condicionam, o serviço social deve atender, também, aos problemas de prevenção dos males sociais.
- 1.3 - A fim de garantir, com segurança, a colimação de suas finalidades, torna-se-lhe necessário partir de uma diagnóse social objetiva; planejar e desenvolver suas atividades, tendo em conta os mais variados e complexos fatores de equilíbrio e bem estar sociais.
- 1.4 - Ora, tôda essa atuação exige uma nítida perspectiva de valores; o conhecimento científico dos problemas em consideração e implica, também, numa sistematização de trabalho, que só pode ser conseguida através de técnicas especiais.
- 1.5 - Portanto, todos aquêles que se queiram dedicar ao serviço social necessitam de um preparo prévio, que corresponda, efetivamente, às funções que deverão desempenhar.
- 1.6 - No Serviço Social, tècnicamente organizado, essas funções se estruturam em três graus, de acôrdo com



os objetivos específicos que as determinam. A cada grau deve corresponder o preparo cultural e profissional requerido para a execução das tarefas que compreende e que é exigido pela complexidade e âmbito de responsabilidade dos serviços que lhes são peculiares.

1.7 - Assim sendo, a carreira do trabalhador social apresenta-se em três níveis, a saber:

1.71 - Auxiliares Sociais: As atribuições desses trabalhadores sociais resumem-se na execução de tarefas simples, sob as ordens e responsabilidade de assistentes sociais.

Embora de natureza essencialmente ancilar, a função dos auxiliares é de grande importância no conjunto dos serviços sociais.

1.72 - Assistentes Sociais: Em escala ascendente, encontram-se os assistentes sociais, cujas funções específicas revelam-se nos diversos setores de trabalho enquadrados no programa assistencial em realização.

1.721 - Compete-lhes administrar, dirigir e efetuar os serviços de assistência social propriamente ditos, de caráter executivo.

Quer orientando e fiscalizando os auxiliares sociais, quer executando pessoalmente as tarefas que exigem a intervenção direta de um técnico de maior responsabilidade, os assistentes sociais representam, de fato, os "trabalhadores sociais", por excelência.

1.73 - Superintendentes Sociais: No grau mais elevado da carreira vamos encontrar os superintendentes sociais, que constituem, por assim dizer, o "estado maior" do serviço social. São eles denominados "social engineers" pelos americanos, tal a importância que êstes conferem à sua atuação.

1.731 - Os Superintendentes são os responsáveis pelo planejamento, organização, supervisão, coordenação e controle, em nível superior, dos serviços sociais; pela direção de serviços de caráter normativo e por estudos, pesquisas e realizações de natureza altamente especializada.

1.732 - A atuação do Superintendente pode desenvolver-se numa só empresa ou instituição, ou compreender um conjunto de empresas ou instituições, de acordo com a organização adotada e com as necessidades locais ou do próprio serviço social.

1.8 - Resumindo o que acabamos de expor, temos que: a carreira do trabalhador social, distribuída por três grupos de funções, progressivamente mais complexas e de responsabilidade cada vez maior, exige uma formação técnica correspondente, estruturada em vista do escalonamento profissional acima mencionado e do qual depende, em grande parte, a organicidade e perfeita integração dos serviços sociais.

## 2. - EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

2.1 - O Serviço Social no Brasil, considerado do ponto de vista técnico-científico, encontra-se ainda ensaiando os primeiros passos, apesar do louvável e meritório esforço de várias entidades, notadamente das escolas de serviço social que se erigiram como pioneiras nesse sentido.

2.2 - As diferentes realizações no setor do "Serviço Social", efetivadas até agora, não obedeciam a planos de conjunto e, sobretudo, não cobriam todo o imenso e inexplorado campo de atividades - que se oferece ao trabalhador social. Por outro lado, sua localização era adstrita aos grandes centros, não se estendendo aos pequenos, tão falhos e necessitados de assistência social.

2.3 - Entretanto, com a organização do Serviço Social da Indústria (S.E.S.I.) e do Serviço Social do Comércio (S.E.S.C.), em franca atividade; com a criação do Serviço Social Rural, Serviço Social Escolar e outros, toma vulto o movimento em prol do serviço social, abrindo novos horizontes e perspectivas para o mesmo.

2.4 - A implantação de todos os serviços requeridos pelas organizações citadas exige, contudo um contingente de profissionais habilitados, cuja formação técnica venha realmente corresponder às - funções que irão desempenhar.

Acresce que, sendo todos êsses serviços de âmbito nacional, a exigência de técnicos que por êles se responsabilizem, em todos os seus núcleos de irradiação, impõe a necessidade de for

mação de um grande número de trabalhadores sociais.

5 - Existem no Brasil, presentemente, cêrca de 18 escolas ou cursos de serviço social, sendo 6 localizados nesta Capital, um em Niterói e os demais distribuídos pelos outros Estados da União, notadamente em São Paulo.

2.6 - Ainda assim o número de centros de formação de trabalhadores sociais não é suficiente para atender às necessidades, e a prova disto encontra-se nos cursos intensivos que se vêm realizando em quase tôdas as escolas de serviço social, para a tender aos pedidos dos interessados.

2.61 - Ora, tais cursos intensivos, embora úteis, são quase sempre precários e, por isso mesmo, só resolvem situações de emergência.

2.7 - Assim sendo, seria de todo útil e oportuno a criação de uma Escola de Serviço Social pela Fundação Getúlio Vargas que incluísse no currículo regular de seus cursos as especializações requeridas pelos serviços do S.E.S.I.; S.E.S.C.; de assistência social rural; escolar e outros, com opção regulamentada dos candidatos aos mesmos.

2.8 - Acresce que, os cursos de Serviço Social da Fundação Getúlio Vargas, embora análogos a outros já existentes, não seriam idênticos aos mesmos. Se não vejamos:

2.81 - Sua organização seria inédita quanto a estruturação funcional de suas fases, já que obedeceria à discriminação de funções relatada na introdução ao presente estudo e que corresponde, efetivamente, às e-

xigências do serviço social, tecnicamente planejado e executada.

2.82 - Sua realização seria completa:

2.821 - em primeiro lugar, porque partiria da seleção e orientação profissional dos candidatos ao Serviço Social efetuada através do .. I.S.O.P. ( Instituto de Seleção e Orientação Profissional, órgão da F.G.V. dirigido pelo técnico de renome internacional Professor Mira y López ).

2.821,1 - Nesse particular, cumpre lembrar que uma das maiores falhas do recrutamento de trabalhadores sociais é a falta de seleção técnica. Efetivamente, tratando-se de trabalho árduo e difícil, compreendendo por vezes missões extremamente delicadas, não é um serviço para pessoas apenas de "boa vontade"; mas sim para indivíduos dotados de qualidades pessoais que os credenciam para as funções requeridas.

2.822 - Em segundo lugar, porque, englobando os diferentes níveis da car

reira profissional do trabalhador social, em todos os seus aspectos, incluiria em seu currículo tôdas as possibilidades de formação teórica e de aplicação prática nos setores assistenciais da Indústria (S.E.S.I.), do Comércio (S.E.S.C.), da Agricultura (Serviço Social Rural) e de outros serviços de assistência e previdência social, públicos ou privados.

- 2.823 - Por último, porque, a F.G.V. se encontra aparelhada para promover estudos, pesquisas e cursos correlatos que possam contribuir, para o aperfeiçoamento dos alunos e trabalhadores sociais em exercício, ampliando, dêste modo, suas possibilidades de formação e de eficiência no trabalho.

ooo000ooo

### 3. - ORGANIZAÇÃO DOS CURSOS

#### 3.1 - Organização básica dos cursos de formação de trabalhadores sociais.

NOTA: Tendo em vista a organização dos cursos de trabalhadores sociais que apresentamos a seguir, torna-se necessário estabelecer que, as condições básicas de sua estruturação, incluem as determinações estabelecidas pela Associação Brasileira de Escola de Serviço Social (A.B.E.S.S.).

#### 3.11 - Curso de Auxiliares Sociais

3.111 - Duração: 1 ano letivo

3.112 - Condições de inscrição:

3.112,1 - curso primário completo;

3.112,2 - idade: 18 a 25 anos.

3.113 - Condições de matrícula:

3.113,1 - ser aprovado nas provas de seleção organizadas e avaliadas pelo ..... I.S.O.P. (Instituto de Seleção e Orientação Profissional).

3.113,2 - Ser aprovado nos exames de admissão organizados pelo Departamento de Ensino da Fundação Getúlio Vargas.

3.114 - Currículo:

3.114,1 - Estudo teórico das noções fundamentais requeridas para o exercício

da função de auxilia -  
res sociais.

3.114.2 - Estágio de observação  
e prática das diversas  
tarefas peculiares a  
esses trabalhadores so  
ciais, nos diversos se  
tores assistenciais da  
Indústria, do Comércio,  
do Serviço Social Ru-  
ral e dos serviços de  
assistência e previdên  
cia social, públicos  
e privados.

3.115 - Certificado de Conclusão de Cur-  
so:

3.115,1 - Aos alunos que obtive-  
rem aprovação nos exa-  
mes das disciplinas  
teóricas, nos traba-  
lhos práticos e está  
gios realizados, na for  
ma da regulamentação  
específica aprovada pa  
ra este curso, será con  
cedido um certificado  
de "auxiliar social".

3.12 - Curso de Assistentes Sociais

3.121 - Duração: 3 anos letivos.

3.121,1 - Aos auxiliares soci-  
ais com o preparo cul-



tural requerido e com 2 (dois) anos ou mais de exercício, será permitido realizar o curso de assistente em 2 (dois) anos apenas, submetido cada caso individual à decisão do Dp.E. da Fundação Getúlio Vargas.

3.122 - Condições de inscrição: curso secundário completo.

3.122,1 - Equivalentes: normal, técnico profissional.

3.122,2 - Idade: 21 a 35 anos.

3.123 - Condições de matrícula:

3.123,1 - Ser aprovado nas provas de seleção organizadas, realizadas e avaliadas pelo I.S.O.P.

3.123,2 - Ser aprovados nos exames de admissão organizados pelo Dp.E. da Fundação Getúlio Vargas.

3.124 - Currículo:

3.124,1 - Estudo teórico das disciplinas cujo conhecimento é necessário para o bom desempenho das funções de assistente social.

3.124,2 - Observação e estágio

prático de "execução", -  
"direção" e "administra  
ção" dos diversos servi  
ços assistenciais, abran  
gendo: pesquisa social  
instituições, comunida-  
des, grupos e casos in  
dividuais nos setores  
da Indústria, do Comér-  
cio, da Agricultura e  
de outros serviços pú-  
blicos e privados.

3.125 - Certificado de Conclusão de Curso:

3.125,1 - Aos alunos que obtive-  
rem aprovação nos exa-  
mes das disciplinas teó-  
ricas; nos trabalhos  
práticos e estágios rea-  
lizados na forma da re-  
gulamentação específica  
aprovada para este cur-  
so, será concedido um  
certificado de "assis -  
tente social".

3.125,2 - Não será exigida elabo-  
ração e defesa de tese  
dos alunos do referido  
curso, mas sim relató-  
rios minuciosos e docu-  
mentados dos estágios  
ou pesquisas realizadas.

3.13 - Curso de Superintendentes Sociais

3.131 - Duração: 2 anos letivos.

3.132 - Condições de inscrição:

3.132,1 - curso de assistente social completo; curso superior.

3.132,2 - quando o número de assistentes sociais no país fôr suficientemente elevado, a inscrição no curso acima deverá estar subordinada à exigência de pelo menos 5 (cinco) anos de exercício comprovado, como assistente social.

3.132,3 - Idade 28 aos 48 anos.

3.133 - Condições de matrícula:

3.133,1 - Ser aprovado nas provas de seleção profissional, organizadas, realizadas e avaliadas pelo I.S.O.P.

3.133,2 - Ser aprovado nos exames de admissão organizados pelo Dp.E. da Fundação Getúlio Vargas.

3.134 - Currículo:

3.134,1 - Estudo das disciplinas requeridas para o perfeito desempenho das funções de "planejamento", "organização", "supervisão", "coordenação" e

contrôle" dos serviços sociais, assim como da realização de tarefas - que requerem grande especialização.

3.134,2 - Realização de estágios práticos correspondentes às funções acima enumeradas.

3.134,3 - De acôrdo com os interesses pessoais de cada candidato ser-lhe-á facultado realizar estudos e pesquisas altamente especializadas sobre assuntos de serviço social.

Essa possibilidade será proporcionada através do sistema de disciplinas obrigatórias, optativas e facultativas.

3.135 - Certificado de Conclusão de Curso:

3.135,1 - Aos alunos aprovados nos exames das disciplinas que integram o currículo dêste curso, será exigida a elaboração de uma tese original e defesa da mesma, na forma da regulamentação prevista para o caso.

3.135,2 - A aprovação da tese e de sua defesa dará direito ao certificado de "superintendente social", mencionando-se, quando fôr o caso, a especializações colhida.

### 3.14 - Especializações.

3.141 - Setores especializados de assistência social, grupados por atividades afins, para os quais poderão ser preparados os trabalhadores sociais dos três tipos previstos:

3.141,1 - Assistência Geral, compreendendo serviços de: visitação familiar e tratamento de casos individuais (case work).

3.141,2 - Assistência Médica, compreendendo serviços de: enfermagem; médicos e odontológicos.

3.141,3 - Assistência educacional normal

3.141,31 - a crianças

3.141,32 - a adolescentes

3.141,33 - a adultos

compreendendo serviços de: nutrição; escolares; recreação e desportos.

3.141,4 - Assistência educacional especial

3.141,41 - a deficientes físicos

3.141,42 - a anormais de inteligência

3.141,43 - a anormais de caráter

3.141,44 - a menores abandonados

nados

compreendendo ser-  
viços de: psicote-  
rapia; ortofrenia;  
ensino; atividades  
profissionais es-  
pecíficas.

3.141,5 - Assistência profissional

compreendendo serviços de:  
orientação e readaptação pro-  
fissional; agências de emprê-  
go, etc.

3.141,6 - Assistência jurídica e econô-

mica, compreendendo serviços  
ligados à: justiça do traba-  
lho; instituições de prévi-  
dência social, cooperativas  
de crédito e consumo, etc.

3.142 - Como os setores especializados que aca-  
bamos de ver requerem estudos e está-  
gios específicos será permitida aos a-  
lunos a escolha do grupo de sua prefe-  
rência.

Para a aprovação dessa escolha levar-  
se-á em consideração o resultado das  
provas de seleção e orientação profis-  
sional assim como cursos anteriormente  
realizados e atividades exercidas.

3.2 - Formação especializada dos trabalhadores sociais requeridos pelo S.E.S.I.

3.21 - De acôrdo com a organização adotada pelo S.E.S.I. os trabalhadores sociais atualmente requeridos por esta entidade, distribuem-se nas seguintes categorias:

- 3.211 - auxiliares sociais;
- 3.212 - visitantes sociais;
- 3.213 - assistentes sociais;
- 3.214 - educadores sociais.

3.22 - As duas primeiras categorias incluem-se no mesmo nível de funções, sendo apenas necessário prever as adaptações específicas requeridas pelo S.E.S.I.

3.23 - Da mesma forma as duas segundas categorias classificam-se num mesmo nível, sendo igualmente preciso estabelecer no currículo as adaptações necessárias.

3.24 - Tanto para o primeiro caso (visitadores sociais), como para o segundo (educadores sociais), qualquer adaptação torna-se extremamente fácil num curso regular, adotando-se o sistema de disciplinas obrigatórias (indispensáveis à formação básica), optativas e facultativas (requeridas pela especialização escolhida).

ooo000ooo000ooo

Em 25 de março de 1.948

as) Dora A. Mattos  
Técnico de Ensino  
Assistente do Diretor

Visto e aprovado

as) Luiz Alves de Mattos  
Diretor do Dp. E.



PLANO DO

CURSO DE INTRODUÇÃO AO SERVIÇO SOCIAL

A SER REALIZADO PELA

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

EM COLABORAÇÃO COM A

ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO FAMILIAR E SOCIAL

P L A N O   D O   T R A B A L H O

1. -	Exposição de Motivos .....	1
2. -	Finalidades e Objetivos do Curso .....	3
3. -	Organização do Curso .....	4
4. -	Regulamentação do Curso .....	6
5. -	Proposta Orçamentária .....	10
6. -	Justificação da Previsão Orçamentária .....	11
	Quadros	
	Térmo do Acôrdo .....	13

ooo000ooo

## 1. - EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

- 1.1 - O desenvolvimento dos serviços de assistência social no Brasil está exigindo cada dia um maior contingente de trabalhadores sociais tènicamente selecionados e preparados para exercer, com probidade e eficiência, os misteres que lhes forem confiados.
- 1.2 - A formação regular dêsses profissionais requer, entretanto, bastante tempo disponível, já que, no caso dos "assistentes sociais", os "trabalhadores sociais por excelência" os cursos de formação distribuem-se por três anos de estudo e treinamento.
- 1.3 - Acham-se, assim, impossibilitadas de seguir êsses cursos muitas pessoas que, por necessidade de trabalhar, não dispõem de tempo para atender às obrigações que os mesmos encerram.
- 1.4 - Acresce que, nem tôdas as instituições que requerem serviços assistenciais próprios, estão em condições de comissionar servidores seus, por longo prazo e, praticamente, em regime de tempo integral, para seguir os cursos regulares atualmente existentes.
- 1.5 - Procurando resolver essa situação a Escola de Serviço Social do Instituto Social da Associação de Educação Familiar e Social, está organizando cursos especiais, distribuindo as atividades curriculares dos cursos regulares de três anos por quatro anos letivos e em horários acessíveis às funcionárias de entidades públicas e particulares.
- 1.6 - Essa medida vem atender às necessidades de várias instituições e às aspirações de inúmeras candidatas que, de outra forma, difficilmente poderiam concretizá-las. Tornar-se-á, possível, assim, dotar o serviço social de maior número de assistentes sociais, contribuindo, pois, para maior desenvolvimento e eficiência do mesmo.
- 1.7 - Dos quatro anos previstos para a realização dêsses cursos, o primeiro viria constituir, pròpriamente, um "Curso de Intro

dução ao Serviço Social". Nesse primeiro ano letivo, além de ministrados conhecimentos básicos e oferecidas oportunidades de estágios práticos iniciais, seria efetuada a seleção e orientação técnica das alunas matriculadas, possibilitando dessa forma seu aproveitamento ou afastamento, de acôrdo com a personalidade de cada uma.

1.71 - Cumpre lembrar aqui que, uma das maiores falhas da formação de trabalhadores sociais entre nós, é a falta de seleção técnica dos mesmos. Tendo êles que se dedicar a um trabalho árduo e difícil, compreendendo por vêzes missões extremamente delicadas, não é êsse um serviço para pessoas apenas de "boa vontade" e sim para indivíduos dotados de qualidades pessoais que os credenciem para as funções que deverão desempenhar.

1.8 - A Fundação Getúlio Vargas encontra-se aparelhada para prestar inteira colaboração ao Instituto Social, através de seu Departamento de Ensino, bem como de seu Instituto de Seleção e Orientação Profissional (I.S.O.P.). Essa colaboração só seria necessária no primeiro ano do curso, já que, as demais atividades curriculares previstas nos três anos restantes, se deverão entrosar com as dos cursos regulares, para maior unidade de formação e aproveitamento dos alunos.

1.9 - Dessa forma, a colaboração da Fundação Getúlio Vargas se consubstanciaria na assistência técnica e financeira ao "Curso de Introdução ao Serviço Social", cuja orientação técnica e doutrinária caberia ao Instituto Social e viria constituir mais um serviço prestado pela Fundação Getúlio Vargas à coletividade brasileira.

## 2 - Finalidades e Objetivos

2.1 - O Curso de Introdução ao Serviço Social destina-se à funcio  
nárias de entidades públicas e particulares, visando propor  
cionar um preparo básico fundamental à sua formação como as  
sistentes sociais:

2.11 - levando-as a adquirir novos conhecimentos, consoli-  
dar e ampliar outros que se fazem necessários para  
melhor compreensão e domínio das técnicas assisten-  
ciais; familiarizando-as com as práticas assistenci-  
ais elementares e iniciando-as nas técnicas específi-  
cas de tratamento de casos individuais.

### 3 - Organização

3.1 - A seleção, agrupamento e seriação das disciplinas do curso em aprêço, bem como o número de horas de aula, seminários, círculos de estudo e estágios relativos a cada disciplina, são de exclusiva responsabilidade das dirigentes do Instituto Social, não tendo tido, o técnico do Departamento de Ensino encarregado dêste planejamento, nenhuma interferência neste particular.

#### 3.2 - Atividades Curriculares.

3.21 - As atividades curriculares compreenderão aulas, seminários, círculos de estudo, estágios de observação e de prática, visitas e demais atividades extra-classe decorrentes ou complementares dos trabalhos letivos.

3.22 - As disciplinas lecionadas no curso serão distribuídas como segue:

##### 3.221 - 1º período:

- 1.00,00 - Noções de Anatomia e Fisiologia.
- 2.00,00 - Higiene.
- 6.00,00 - Direito Usual.
- 7.00,00 - Introdução à Filosofia.
- 8.00,00 - Introdução à Sociologia.
- 9.00,00 - Serviço Social.

##### 3.222 - 2º período:

- 3.00,00 - Puericultura.
- 4.00,00 - Enfermagem.
- 5.00,00 - Nutrição.
- 6.00,00 - Higiene Escolar.
- 7.00,00 - Direito Usual.
- 8.00,00 - Introdução à Filosofia.
- 9.00,00 - Introdução à Sociologia.
- 10.00,00 - Serviço Social.

3.23 - Nota: As cadeiras 5.00,00 e 6.00,00 serão dadas em prosseguimento uma à outra no mesmo período.

3.24 - O quadro relativo ao número de horas de trabalho, por disciplina, figura em anexo.

3.3 - Orientação do Curso.

3.31 - A supervisão direta do curso será confiada a um técnico, de preferência o professor da disciplina ...

9.00,00 - Serviço Social - que funcionará como orientador.

3.32 - A responsabilidade imediata dos estágios de observação e de prática caberá a uma monitora, especialmente designada para esse fim.

#### 4 - Regulamentação.

##### 4.1 - Normas Gerais

- 4.11 - Consoante determina a didática moderna, os professores deverão evitar as aulas simplesmente expositivas, ministrando-as de modo a que incluam o maior número possível de atividades realizadas pelos alunos.
- 4.12 - As aulas teóricas deverão geralmente ser acompanhadas de apostilhas, contendo a súmula das mesmas, material documentário suplementar, gráficos, esquemas, quadros, etc., em função de cada aula.
- 4.13 - As aulas práticas serão acompanhadas de apostilhas todas as vezes que se fizer necessário fornecer aos alunos normas ou instruções de trabalho.
- 4.14 - Os professores contratados para o curso estarão sujeitos às exigências regulamentares estatuídas pelo Departamento de Ensino da F.G.V. e estabelecidas em contrato.
- 4.15 - Os horários de estágios de observação e prática serão estabelecidos, por equipe ou individualmente, pela monitora do curso e submetidos à aprovação do respectivo orientador.
- 4.16 - A monitora deverá apresentar, mensalmente, ao orientador do curso, um relatório das atividades a ela confiadas.
- 4.17 - O orientador apresentará ao Dp.E. da F.G.V. um relatório sucinto das ocorrências mensais, de acordo com as fórmulas adotadas pelo mesmo.
- 4.171 - As atribuições discriminadas do orientador do curso serão estabelecidas em contrato de acordo com as normas adotadas pelo Dp.E. da F.G.V. para os orientadores de todos os seus cursos.

##### 4.2 - Normas específicas

###### 4.21 - Duração do Curso:



4.211 - O Curso terá a duração de 9 meses, distribuídos em 2 períodos letivos e incluindo aulas, provas e férias entre os dois períodos.

4.22 - Calendário.

4.221 - O curso iniciar-se-á em 5 de abril, encerrando-se em 31 de dezembro de 1948, compreendendo:

4.221,1 - 1º período: de 5 de abril a 15 de agosto, incluindo aulas, primeiras provas e férias regulamentares;

4.221,2 - 2º período: de 16 de agosto a 31 de dezembro, incluindo aulas e provas finais.

4.23 - Condições de Admissão.

4.231 - Ter 18 anos completos.

4.232 - Ter concluído o curso secundário ginásial ou curso equivalente.

4.24 - Matrícula.

4.241 - Preenchidas as condições de admissão, as candidatas poderão requerer sua matrícula mediante apresentação dos seguintes documentos:

4.241,1 - Certidão de idade;

4.241,2 - prova de sanidade física e mental.

4.241,3 - atestado de idoneidade moral ou carta de recomendação de pessoa idônea, a juízo da direção do curso;

4.241,4 - 3 retratos de 3 x 4.

4.242 - A matrícula efetivar-se-á mediante o pagamento da taxa determinada e do preenchimento da ficha respectiva.

4.25 - Taxas:

4.251 - de Matrícula - CR\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros)

4.252 - de Frequência - CR\$ 80,00 (oitenta cruzeiros)

#### 4-26 - Frequência

4.261 - A frequência será obrigatória, tanto nas aulas teóricas e práticas, como nas demais atividades complementares.

4.262 - Será exigido um mínimo de 80% de presenças em cada disciplina.

#### 4.27 - Provas e médias de aprovação

##### 4.271 - Graduação das notas.

4.271,1 - As notas atribuídas a todos os exercícios e provas serão graduadas de 0 (zero) a 100 (cem).

##### 4.272 - Verificação mensal de aproveitamento

4.272,1 - De dois em dois meses será dada, em cada disciplina e a cada aluno, pelo respectivo professor, uma nota resultante da avaliação de seu aproveitamento.

4.272,11 - Se, por falta de comparecimento, não se puder apurar o aproveitamento de um aluno, ser-lhe-á atribuída a nota zero.

4.272,2 - A média aritmética das notas de aproveitamento em uma disciplina, será a nota anual dos trabalhos relativos à mesma.

##### 4.273 - Provas parciais e finais.

4.273,1 - No fim de cada período serão realizadas provas escritas ou práticas, de acordo com a natureza de cada disciplina.

4.273,2 - As provas serão finais, para as disciplinas do 1º período que não forem lecionadas no 2º período; parciais para as que se estenderem por todo o período letivo.

4-274 - Critérios de aprovação

4.274,1 - Considerar-se-á habilitado o aluno que obtiver média final igual ou superior a sessenta.

4.274,11 - A nota final de cada disciplina será a média aritmética das notas obtidas nas provas de aproveitamento e parciais ou finais.

4.274,12 - A nota global será a média aritmética das notas finais obtidas em todas as disciplinas que integram o currículo.

4.28 - Certificados de aproveitamento

4.281 - As alunas aprovadas será conferido um certificado de aproveitamento que dará direito ao prosseguimento do curso, de acordo com a série e programa estabelecidos pelo Instituto Social.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGASDEPARTAMENTO DE ENSINO5. - PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA O CURSO DE INTRODUÇÃO AO SERVIÇO SOCIAL - (C.I.S.S.).

Duração do Curso - 9 meses  
 Aulas previstas - 340  
 Apostilhas - 340

VERBA PESSOALGratificações

Pagamento de aulas aos Professores a CR\$ 50,00 p/aula .....	17.000,00	
Idem a 1 orientador a .....		
CR\$ 1.200,00 mensais .....	10.800,00	
Idem a 1 monitor a .....		
CR\$ 800,00 mensais .....	<u>7.200,00</u>	35.000,00

TAREFAS

Pagamento de originais de apostilhas aos professores a CR\$ 50,00 por original .....	<u>17.000,00</u>	52.000,00
--	------------------	-----------

VERBA MATERIALConsumo

Stencil - 1 530 a CR\$ 2,04 .....	3.121,20	
Papel absorvente - 153 000 a CR\$ 0,0667 .....	10.205,10	13.326,30

PERMANENTE

Livros .....	<u>3.000,00</u>	16.326,30
--------------	-----------------	-----------

VERBA - DESPESAS GERAIS

Excursões e Visitas .....	<u>3.200,00</u>	
Publicidade .....	<u>800,00</u>	4.000,00

VERBA - ENCARGOSContribuições

9% sobre CR\$ 35.000,00 .....		<u>3.150,00</u>
-------------------------------	--	-----------------

TOTAL .....		<u>75.476,30</u>
-------------	--	------------------

## 6 - Justificação de Previsão Orçamentária

### 6.1 - Previsão da despesa.

#### 6.11 - Verba - Pessoal

6.111 - A fim de orientar as atividades do curso, foi previsto um orientador que perceberá a gratificação mensal de Cr\$ 1.200,00 (mil e duzentos cruzeiros).

6.112 - Para dirigir os estágios de observação e de prática e assistir aos alunos nessas atividades, foi prevista uma monitora que perceberá a gratificação de Cr\$ 800,00 mensais.

#### 6.113 - Corpo Docente

6.113,1 - A despesa relativa ao corpo docente foi calculada na base de Cr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros) por aula, a fim de conservar o mesmo nível de pagamento feito pelo Instituto Social aos seus professores.

#### 6.114 - Tarefas

6.114,1 - As apostilhas serão pagas à razão de Cr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros) cada original, de acordo com as especificações do Dp. E. da F.G.V.

#### 6.12 - Verba : Material

##### 6.121 - De Consumo:

6.121,1 - O custo médio do material de apostilhas (4 1/2 fôlhas cada apostilha) foi elaborado de acordo com as informações do serviço de Mecanização da F.G.V., na seguinte base:

Stencil: Cr\$ 2,04 por fôlha;

Papel absorvente: Cr\$ 0,0667 por fôlha.

6.121,2 - De cada apostilha serão confeccionados 100 exemplares.

6.122 - Permanente:

6.122,1 - Para compra de livros especializados foi atribuída uma verba de Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros).

6.13 Verba : Despesas Gerais.

6.131 - Excursões e visitas

Para atender a despesas com excursões e visitas foi prevista a verba de Cr\$ 3.200,00 (três mil e duzentos cruzeiros).

6.132 - Publicidade.

6.132,1 - A propaganda do curso foi orçada em Cr\$ 800,00 (oitocentos cruzeiros), conforme experiência anterior em cursos análogos.

6.14 - Verba : Encargos.

6.141 - As Contribuições devidas por pagamentos efetuados foram calculadas, como de direito, na base de 9% sobre o montante da despesa de pessoal, a saber, Cr\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil cruzeiros).

Em 25 de março de 1948

a) Dora Alves de Mattos  
Técnico de Ensino  
Assistente do Diretor

Visto e aprovado

a) Luiz Alves de Mattos  
Diretor  
Departamento de Ensino

" A OBSERVAÇÃO PSICOLÓGICA

D O S

ESCOLARES "

Curso a ser ministrado pela professora Dra. Noemy da Silveira Rudolfer, da Universidade de S. Paulo e do Instituto de Seleção e Orientação Profissional da Fundação Getúlio Vargas.

## 1. - EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

- O Instituto de Seleção e Orientação Profissional da Fundação Getúlio Vargas tem recebido solicitação de algumas escolas, no sentido de proceder à orientação profissional de seus educandos.
  - 1.11 - Assim, por exemplo, o Instituto Rabello deverá enviar ao I.S.O.P., para tal fim, cerca de quinhentos alunos.
- 1.2 - Considerando que a boa orientação deve repousar no conhecimento tão completo quanto possível do indivíduo a orientar, conviria que já se pudesse contar com uma apreciável soma de observações, feitas de antemão sobre o mesmo, nas situações comuns de vida escolar.
- 1.3 - Essas observações constituiriam um lastro de informações, de real proveito, ao se submeter o candidato às provas científicas: técnicas projetivas ou experimentais, inventários ou inquéritos.
- 1.4 - Para colher tais informações, ninguém melhor indicado que professores e orientadores educacionais. Contudo, nem sempre se encontram estes devidamente qualificados para fazê-lo, quer por carecerem de informações teóricas acerca dos métodos de observação ao alcance dos educadores, quer por lhes faltar oportunidades para a prática desses métodos.
  - 1.41 - Convém lembrar que, a orientação educacional é ainda muito recente em nossa organização escolar e poucos são os educadores que dominam perfeitamente suas técnicas e manejo.
- 1.5 - Assim sendo, seria de grande alcance e interesse para os educadores do Distrito Federal, e também para o I.S.O.P., a organização de um curso intensivo, realizado no período de férias, que viesse oferecer aos interessados uma orientação teórica e prática sobre a observação psicológica dos escolares.



## 2. - FINALIDADES DO CURSO

2.1 - O curso, ora planejado, destina-se a professores, orientadores educacionais e técnicos de educação .

2.2 - Seus principais objetivos resumem-se em:

2.21 - Familiarizar os educadores com os principais métodos de observação objetiva dos educandos, através do estudo teórico dos princípios e técnicas de observação psicológica e da realização de trabalhos práticos versando sobre casos concretos.

2.211 - É óbvio que, no curso considerado, não se pretende ensinar todos os métodos psicológicos, pois que, para isso, seria preciso uma formação anterior já especializada. Será, entretanto, suficiente para atingir os fins em vista, proporcionar o conhecimento teórico e prático da observação controlada e não controlada e das escalas de graduação e ordenação, acrescidos de uma notícia sumária dos métodos mais complexos e elaborados, a fim de que os professores e orientadores possam compreender a posição e significação, no plano de orientação profissional, dos dados que porventura fornecerem ao I.S.O.P.

2.22 - Habilitar as instituições educacionais, que solicitarem os serviços do I.S.O.P., por seu corpo docente, a colher os dados preliminares sobre seus alunos, objeto da orientação, de forma a coligir maior número de informações acerca dos mesmos.

2.23 - Realizar maior aproximação entre os educadores desta capital e o I.S.O.P., proporcionando-lhes mais ampla compreensão do valor e significação da

orientação profissional e estabelecendo os contatos necessários ao encaminhamento ao I.S.O.P. dos alunos dos diversos estabelecimentos de ensino, que estiverem em época de receber essa orientação.

### 3.-ORGANIZAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO DO CURSO

3.1 - O Curso sobre "A Observação Psicológica dos Escolares" a  
brangerá dois tipos de atividades:

3.11 - aulas (anexo I - programa).

3.111 - De acôrdo com as normas adotadas pelo De -  
partamento de Ensino da F.G.V., as aulas  
teóricas devem ser acompanhadas de aposti-  
la, contendo a sùmula das mesmas; material  
documentário suplementar; gráficos; esque-  
mas; quadros etc..

3.12 - Trabalhos práticos (anexo II -programa) versandosô  
bre os seguintes itens:

3.121 - Prática de observação controlada, ou não ,  
dos característicos da personalidade.

3.122 - Estudo e aplicação do questionário psico-  
pedagógico do I.S.O.P;

3.123 - Estudo de alguns casos individuais.

3.2 - Duração do Curso: De 21 de janeiro a 27 de fevereiro.

3.3 - Calendário do Curso:

3.31 - Início das aulas: 21 de Janeiro.

3.32 - Férias de Carnaval: 5 a 10 de fevereiro.

3.33 - Reinício das aulas: 11 de fevereiro.

3.34 - Encerramento do curso: 27 de fevereiro.

3.4 - Dias de aula e horários:

3.41 - As aulas teóricas, num total de 30, serão realiza-  
das, 3 vêzes por semana, às segundas, quartas e  
sextas, de 9h às 11h da manhã.

3.42 - Os dias e horários de prática serão combinados di-  
retamente com os alunos matriculados.

3.421 - Duração da prática: de 25 a 35 horas, dis-  
tribuídas conforme o item 3.42.

3.5 - Condições de admissão:

3.51 - Certificado de exercício de magistério;

ou

3.52 - prova de exercício de cargo de orientador educacional;

ou

3.53 - de técnico de educação.

### 3.6 - Matrícula e Taxas

3.61 - A matrícula deverá ser efetuada até a data, improrrogável, de 24 do corrente, na sede do I.S.O.P. à rua da Candelária nº 6 - 2º andar - de 9h às 12h e de 14h às 17h.

3.62 - As taxas são as seguintes:

3.621 - de matrícula - Cr\$ 50,00, a ser paga no ato da matrícula;

3.622 - de curso - Cr\$ 100,00, a ser paga até o dia 4 de fevereiro.

3.623 - NOTA - As apostilas relativas as aulas do curso poderão ser adquiridas pelos alunos matriculados ao preço unitário de Cr\$1,00.

### 3.7 - Frequência

3.71 - A frequência às aulas teóricas será obrigatória, sendo exigida presença a, pelo menos, 24 aulas.

### 3.8 - Verificação do aproveitamento

3.81 - A fim de julgar o aproveitamento dos alunos, será exigido dos mesmos um relatório dos trabalhos realizados, abrangendo:

3.811 - o problema que deu origem à observação;

3.812 - a população escolhida para objeto da observação;

3.813 - o método de coleta de dados;

3.814 - os resultados obtidos;

3.815 - a interpretação dos resultados;

3.816 - conclusões;

3.817 - bibliografia e tábua de conteúdo.

3.9 - Certificados

3.91 - Serão expedidos aos alunos duas formas, exclusivas, de certificados, a saber:

3.911 - de frequência ao curso, aos que cumprirem as exigências mínimas de frequência e trabalhos práticos, não logrando, contudo, aprovação no relatório apresentado.

3.912 - de aproveitamento no curso, no caso em que, satisfeitas as exigências acima, seja, também, considerado satisfatório o trabalho apresentado.

#### 4. - P R E V I S A O   O R Ç A M E N T Á R I A

##### 1 - Previsão da Despesa

4.11 - Não haverá remuneração especial para as aulas e direção dos trabalhos práticos, por se efetuarem os meses dentro do horário do expediente da professora em carregada dessas atividades e de acôrdo com entendimentos prévios.

4.12 - Não se enquadrando a elaboração das apostilas no caso acima, o pagamento das mesmas deverá ser feito na base de Cr\$ 50,00 por apostila, de acôrdo com a remuneração efetuada em cursos do mesmo nível.

4.13 - O cálculo das despesas com o material de apostilas será efetuado na base de 30 apostilas; 60 exemplares de cada uma; tendo em média 3 fôlhas úteis e de acôrdo com o preço unitário estabelecido pelos serviços especializados desta Fundação.

4.14 - NOTA - A previsão da despesa com material didático está, ainda, dependendo da verificação dos melhores preços existentes no mercado

4.15 - Quadro anexo.

##### 4.2 - Previsão da Receita

4.21 - Estimada a matrícula no curso em 30 alunos, a receita bruta do mesmo seria igual a Cr\$ 150,00 "per capita" (pelo curso) e ainda Cr\$ 30,00 pelas apostilas previstas.

4.22 - Quadro anexo.

Em        de        de 1948.

a) Dora Alves de Mattos  
Técnico de Ensino  
Assistente do Diretor

Visto e aprovado

a) Luiz Alves de Mattos  
Diretor do Departamento de Ensino

CURSO SOBRE " OBSERVAÇÃO PSICOLÓGICA DOS ESCOLARES "

Duração      Cadeira      Aulas      Apostilhas  
6 Semanas                      30                      30

V E R B A	T O T A L	V E R B A			T O T A L
VERBA I - Pessoal		VERBA II - Material			
03 - Tarefas		01 - Consumo			
Pagamento do professor a		90% Stencil..... Cr\$2,04	246,80		
Cr\$ 50,00 por apostilha.	1.500,00	10% Duplimat..... Cr\$4,00	56,00		
		90% Papel abs. .... Cr\$0,3667	484,20		
		10% Papel p/ Dupli-			
		mat..... Cr\$0,09	<u>75,60</u>	862,60	
		1 grossa de caixas			
		de lapis de côr.....	140,00		
		200 fls. papel para			
		desenho.....	<u>160,00</u>		
				<u>300,00</u>	
				1.162,60	1.162,60
		VERBA V - Despesas Gerais			
		01 - Publicidade			
					<u>500,00</u>
					1.662,60

R E S U M O : - 1 Pessoal..... 1.500,00  
2 Material..... 1.162,60  
5 Despesas Gerais..... 500,00  
T O T A L ..... 3.162,60

R E C E I T A    P R O V Á V E L

Matrículas: - 1 turma - 30 alunos

Taxa de matrícula..... Cr\$ 50,00

Taxa de frequência ..... Cr\$ 100,00

Preço unitário das  
apostilhas..... - Cr\$ 1,00

Número de aposti-  
lhas do curso: - 30

T A X A S		Apostilhas	T O T A L
Matrícula	Frequência		
1.500,00	3.000,00	900	5.400,00

SCT.



A N E X O IPrograma do curso:

(a) Autor do programa, o professor encarregado das aulas e da orientação da prática: Noemy da Silveira Rudolfer, da Universidade de São Paulo e do ISOP (Fundação Getúlio Vargas).

(b) Conteúdo do programa:

I - A observação do comportamento do educando como meio de assegurar a eficiência educativa: a observação sem preconceitos.

(A) Condições da boa observação:

1. - objetividade;
2. - delimitação exata do campo de observação;
3. - diminuição da influência dos estereótipos culturais na observação;
4. - observação de fatos e de opiniões;
5. - escolha de boas técnicas de observação;
6. - emprêgo de instrumentos que garantam a validade da observação;
7. - preparo idôneo do observador.

(B) Técnicas mais válidas de observação:

1. - observação não controlada:

- (a) situações em que se pode empregá-la;
  - (b) cuidados em seu emprêgo;
  - (c) resultados que produz;
  - (d) critérios para determinar-lhe a validade
- i) a observação concomitante;
  - ii) os registros gráficos (croquis e mapas);
  - iii) os registros fotográficos e cinematográficos.

2. - observação controlada ou sistemática:

- (a) tipos;
- (b) cuidados em seu emprêgo;
- (c) resultados que produz;
- (d) critérios para assegurar-lhe a validade.

3. - escalas de ordenação e de graduação:

- (a) a observação prévia, perita, para organizá-la;
- (b) como aproveitar os dados dessa observação;
- (c) como empregar as escalas.

(C) O registro dos fatos observados:

1. - ausência de interpretações;
2. - legitimidade dos registros;
3. - concomitância dos registros;
4. - análise e interpretação dos registros.

(D) Valor e significação de outros métodos de observação que exigem preparação longa e especializada

do observador:

1. - questionários;
2. - inquéritos e inventários;
3. - método genético sistemático e assistemá  
tico;
4. - técnicas projetivas;
5. - técnicas experimentais;
6. - técnicas psicoterápicas;
7. - o estudo do caso individual.

Nota: apresentar-se-ão estes métodos por intermédio de grandes investigações clássicas nas quais foram empregados.

ooo000ooo

PARTE PRÁTICA

## 1. - Prática de observação controlada, ou não, dos característicos da personalidade:

- (a) aptidões gerais e especiais;
- (b) motilidade;
- (c) traços (introversão-extraversão; ascendência-submissão; persistência-inconstância; prodigalidade-sovinice);
- (d) emotividade e temperamento;
- (e) valores, atitudes e motivos;
- (f) disposição geral;
- (g) objetivação do ego;
- (h) nível de aspiração;
- (i) frustrações e satisfações; catexis e valências.

## 2. - Estudo e aplicação do questionário psico-pedagógico do ISOP:

- (a) aquilo que pedimos (definição do campo de observação);
- (b) por que o pedimos (definição dos alvos e do papel do professor como colaborador indispensável do psicólogo e do orientador profissional);
- (c) como deve ser observado o que pedimos (emprego eficiente dos métodos aprendidos);
- (d) valor e significado da colaboração do professor como observador de alunos, e dos dados por ele fornecidos:

- i - para o próprio trabalho educativo;
- ii - para o ISOP (serviço de orientação profissional)

## 2. - Estudo de alguns casos individuais.

## PLANO DA SÉRIE DE CONFERÊNCIAS SOBRE

### "O PROBLEMA DA FADIGA"

#### 1. - Exposição de Motivos

- 1.1 - O problema da fadiga é um dos assuntos que mais interessa à organização racional do trabalho e, por isso, mesmo, está intimamente ligado às atividades daqueles que se ocupam de seleção e orientação profissional.
- 1.2 - Estando em funcionamento, junto ao Instituto de Seleção e Orientação Profissional da F.G.V., um curso de formação de psicotécnicos, seria de todo oportuno dedicar ao estudo da fadiga uma atenção especial.
- 1.3 - Assim sendo, além das considerações sobre esse tema, previstas no currículo, a organização de uma série de conferências, versando sobre a fadiga, viria enriquecer o cabedal de conhecimentos dos alunos, bem como oferecer a outros interessados a oportunidade de tratar de assunto de tão relevante significação para qualquer tipo de atividade humana.
- 1.4 - Encontrando-se entre nós, contratada pela F.G.V., a especialista francesa Dra. Regine Cloche, que se vem dedicando com grande brilho e eficiência a estudo de fisiologia do trabalho e assuntos afins, melhor ensejo não se poderia oferecer à F.G.V. de proporcionar ao nosso meio técnico-cultural mais esta valiosa contribuição.

## 2. - Diretrizes Gerais

- 2.1 - A série de 10 conferências sobre o problema da fadiga constituirá uma unidade didática completa, que será desenvolvida de acordo com o programa anexo.
- 2.2 - As conferências serão iniciadas na quinta-feira, dia 11 de novembro, prosseguindo nas semanas subseqüentes, às terças e quintas, de 17h 30m às 18h 30m.
- 2.3 - Sendo as conferências pronunciadas em francês, deverão ser confeccionadas apostilhas relativas a cada uma delas. Estas apostilhas, uma vez traduzidas, serão distribuídas a todos os alunos matriculados.
- 2.4 - Quaisquer interessados se poderão habilitar a seguir a série de conferências em aprêço, mediante o pagamento da taxa de matrícula de Cr\$ 100,00 taxa esta que dará, também, direito a receber as apostilhas acima mencionadas.
- 2.5 - Só será permitido o ingresso na sala de conferências aos portadores do cartão de matrícula, fornecido pela Secretaria Geral dos Cursos da F.G.V.
  - 2.51 - O cartão de matrícula regular no Curso de Formação de Psicotécnicos dará direito a assistir esta série de palestras
  - 2.52 - A regalia acima não se aplica aos matriculados em cadeiras avulsas do referido curso, bem como alunos ouvintes e estagiários do I.S.O.P.
- 2.6 - A frequência não será obrigatória, nem serão realizadas provas de aproveitamento.
- 2.7 - Não será expedido certificado algum relativo a esta série de conferências.

## 3. - Informações e Matrícula

- 3.1 - Para informações e matrícula a Secretaria Geral dos Cursos da F.G.V. atenderá diariamente ( exceto aos sábados) de 8h 30m, às 12h e de 14h às 17h 30m, à Av. 13 de Maio nº 23, 12º andar, Edifício Darke, telefone: 22-3159.

PLANO DE CRIAÇÃO DA ESCOLA TÉCNICA  
DE COMÉRCIO

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

DEPARTAMENTO DE ENSINO

1 9 4 8

PLANO DE TRABALHO

- 1 - Exposição de Motivos
- 2 - Cursos da Escola Técnica de Comércio
- 3 - Currículos dos Cursos para o ano letivo de 1949
- 4 - Condições para o pedido de concessão de Inspeção Preliminar para os Cursos Técnicos de Comércio
- 5 - Requisitos materiais indispensáveis ao funcionamento da Escola Técnica de Comércio.
- 6 - Regimento Interno
- 7 - Indicação do Corpo Docente
- 8 - Indicação do Diretor-Coordenador
- 9 - Previsão Orçamentária
- 10 - Anexos

PLANO PARA A CRIAÇÃO DA ESCOLA TÉCNICA DE COMÉRCIO  
DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

1. - EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

1.1 - Tendo o Departamento de Ensino da Fundação Getúlio Vargas organizado e realizado nos anos de 1947 e 1948 os cursos:

- Básico de Secretariado;
- Aperfeiçoamento em Secretariado;
- para Auxiliares de Administração de Empresas;
- para Administradores de Empresas Comerciais e Industriais;
- Básico de Estatística;
- Aperfeiçoamento em Estatística,

cursos estes que, em relação ao nosso meio, representaram uma experiência construtiva e que parecem ter vindo de encontro às nossas reais necessidades, julga este Departamento oportuna a criação de uma Escola Técnica de Comércio pelas razões que, a seguir apresenta.

1.2 - Em primeiro lugar convém salientar que, no Distrito Federal, não há nenhuma escola oficial de Comércio, que possa servir de padrão para as escolas congêneres.

1.3 - A seguir, há o fato de haver no Distrito Federal mais de 20 Escolas de Comércio que apenas ministram o Curso Básico; tal circunstância permitiria, através de criteriosa propaganda junto àquelas escolas, conseguir candidatos para as turmas dos Cursos Técnicos da F.G.V.

1.4 - Ainda mais: pelo quadro a seguir vê-se que, relativamente, grande percentagem de alunos, do Distrito Federal, que completam a 4ª série ginásial, não ingressam nos cursos colegiais. Isto é, ou procuram em cursos técnicos, bem pouco numerosos entre nós, completar seu preparo para a vida, ou, então, tentam colocar-se sem estarem, para isso, devidamente habilitados.

1 - Ano Letivo.

2 - Número de alunos matriculados na 4ª série ginásial no Distrito Federal.

3 - Número de alunos matriculados na 1ª série colegial no Distrito



Federal.

4- Percentagem de alunos que não ingressaram no curso colegial

1	2	3	4
1943	4 402	2 094	52,4
1944	4 981	2 930	41,1
1945	5 643	3 349	40,6
1946	6 201	3 954	36,2
1947	6 462	4 466	30,8

1.5 - Outra razão que fala a favor da criação da Escola Técnica de Comércio da F.G.V. é a de que os cursos, ministrados por esta entidade, passariam a ter o cunho de cursos de "Continuação" e de "Aperfeiçoamento", conforme o previsto pela Lei-Organica do Ensino Comercial - (Decreto-Lei nº 6 141, de 28 de dezembro de 1943).

Isto implicaria em poder esta Fundação expedir certificados suscetíveis de registro na Diretoria do Ensino Comercial, o que traria vantagens de ordem profissional aos que seguissem os Cursos Práticos e de Aperfeiçoamento, previstos neste plano.

1.51 - Os atuais "cursos básicos" tornar-se-iam "cursos práticos", enquadrados no Art. 6º do Decreto citado, que diz textualmente:

" Os cursos de continuação, que também se denominarão cursos práticos de comércio, são de primeiro ciclo, e destinam-se a dar a candidatos não diplomados no ensino comercial uma sumária preparação profissional que habilite às mais simples ou correntes atividades no comércio e na administração".

1.52 - Os "cursos de aperfeiçoamento" permaneceriam com suas características próprias, por corresponderem ao Art. 7º do mesmo Decreto:

" Os cursos de aperfeiçoamento poderão ser do primeiro ou do segundo ciclo, e têm por finalidade proporcionar a ampliação ou elevação dos conhecimentos e capacidades técnicas de pro-

fissionais diplomados".

1.6 - A criação da Escola Técnica de Comércio da F.G.V. traria, ainda, a vantagem de, através de orientação educacional esclarecida, encaminhar alunos devidamente preparados para a Faculdade Nacional de Ciências Econômicas, instituição também ligada à F.G.V.

1.7 - Por fim, os problemas técnicos e financeiros que o empreendimento acarreta não são tão extensos, nem de tal complexidade, que não possam ser solucionados. De início, já se poderia contar com: local e instalações (11º e 12º andares do Edifício Darke) exigindo somente algumas adaptações e reduzida ampliação; corpo docente selecionado e com experiência em tal setor de ensino; bem como dirigentes já perfeitamente entrosados com os princípios e diretrizes do Dp.E da F.G.V.

1.71 - Em relação, ainda, ao local e instalações, esta iniciativa utilizaria as salas e demais dependências do Edifício Darke no período de 12 às 18 horas, no qual as mesmas estão vagas.

1.8 - Outro setor, que poderia também ser atendido, seria o referente à criação de um curso de integração profissional, tipo "curso de aperfeiçoamento", para os atuais e futuros professores do Ensino Comercial, "Curso de Formação de Professores do Ensino Comercial", conforme o que a Legislação prevê no parágrafo 1 do Art. 53 do Decreto-Lei nº. 6 141:

"Deverão os professores das disciplinas de cultura geral e de cultura técnica e os das práticas educativas e bem assim os orientadores receber conveniente formação em cursos apropriados".

1.81 - Um curso desse tipo seria uma experiência nova em nosso meio e, por certo, representaria uma contribuição valiosa no sentido de promover a melhoria do ensino no setor ora em questão.

1.9 - É com fundamento no exposto acima que o Departamento de Ensino elaborou o presente plano, o qual submete ao julgamento da Direção desta entidade, aguardando seu pronunciamento a respeito.

Em 5 de agosto de 1948

a) Irene da S. Mello Carvalho

Visto e aprovado

a) Luiz Alves de Mattos

2 - Cursos da Escola Técnica de Comércio

2.1 - Cursos Comerciais Técnicos - (cursos de formação - art. 5º da Lei-Organica):

2.11 - Curso de Comércio e Propaganda

2.12 - Curso de Administração

2.13 - Curso de Contabilidade

2.14 - Curso de Estatística

2.15 - Curso de Secretariado

2.2 - Cursos Práticos de Comércio - (cursos de continuação - art. 6º da Lei-Organica):

2.21 - Curso Prático de Escritório

2.22 - Curso Prático para Auxiliares de Administração de Empresas.

2.23 - Curso Prático de Estatística

2.3 - Cursos de Aperfeiçoamento - (art. 7º da Lei-Organica):

2.31 - Curso de Aperfeiçoamento em Secretariado

2.32 - Curso de Aperfeiçoamento para Administradores de Empresas Comerciais e Industriais

2.33 - Curso de Aperfeiçoamento em Estatística

2.34 - Curso de Aperfeiçoamento para Professores do Ensino Comercial (art. 53 da Lei-Organica).

### 3 - Currículos dos Cursos para o Ano Letivo de 1949

#### 3.1 - Cursos Comerciais Técnicos (de acordo com a Lei Orgânica do Ensino Comercial)

##### 3.11 - Curso de Comércio e Propaganda (1ª série):

Disciplinas de cultura geral	Disciplinas de cultura técnica	Nº de aulas semanais
Português	-	3
Francês ou Inglês	-	2
Matemática	-	3
Física ou Química	-	2
-	Elementos de Economia	2
-	Contabilidade Geral	2
-	Mecanografia	2
-	Desenho Técnico	3
T O T A L		19

##### 3.12 - Curso de Administração (1ª série):

Disciplinas de cultura geral	Disciplinas de cultura técnica	Nº de aulas semanais
Português	-	3
Francês ou Inglês	-	2
Matemática	-	3
Física e Química	-	2
-	Elementos de Administração	3
-	Contabilidade Geral	2
-	Mecanografia	3
T O T A L		18

##### 3.13 - Curso de Contabilidade (1ª série)

Disciplinas de cultura geral	Disciplinas de cultura técnica	Nº de aulas
Português	-	3
Francês ou Inglês	-	2
Matemática	-	3
Física e Química	-	2
-	Contabilidade Geral	3
-	Mecanografia	3
-	Elementos de Economia	2
T O T A L		18

3.14 - Curso de Estatística (1ª série):

Disciplinas de cultura geral	Disciplinas de cultura técnica	Nº de aulas semanais
Português	-	3
Francês ou Inglês	-	2
Matemática	-	3
Física e Química	-	2
-	Estatística Geral	3
-	Elementos de Contabilidade	2
-	Desenho Técnico	3
T O T A L		18

3.15 - Curso de Secretariado (1ª série):

Disciplinas de cultura geral	Disciplinas de cultura técnica	Nº de aulas semanais
Português	-	3
Francês	-	2
Inglês	-	2
Matemática	-	3
Física e Química	-	2
-	Dactilografia	2
-	Estenógrafia	2
-	Elementos de Contabilidade	2
T O T A L		18

### 3.2 - Cursos Práticos de Comércio

#### 3.21 - Curso Prático de Escritório

##### 3.221 - Disciplinas Obrigatórias:

1º Período Letivo	Nº de aulas semanais	2º Período Letivo	Nº de aulas semanais
Dactilografia	3	Dactilografia	3
Estenografia	3	Estenografia	3
Português e Redação Comercial	2	Português e Redação Co- mercial	2
Caligrafia	2	Matemática Comercial	2
T O T A L	10	T O T A L	10

##### 3.212 - Disciplina Facultativa:

1º e 2º Períodos Letivos: Inglês (2 aulas semanais)

#### 3.22 - Curso Prático para Auxiliares de Administração de Empresas

##### 3.221 - Disciplinas Obrigatórias:

1º Período Letivo	Nº de aulas semanais	2º Período Letivo	Nº de aulas semanais
Introdução à Organi- zação e Administra- ção de Empresas	3	Introdução à Organiza- ção e Administração de Empresas	2
Contabilidade Geral e Aplicada	2	Contabilidade Geral e A plicada	2
Matemática Comercial	3	Matemática Comercial	2
Redação Comercial	2	Redação Comercial	2
-	-	Noções de Direito Comer cial	2
T O T A L	10	T O T A L	10

##### 3.222 - Disciplinas Facultativas:

3.222,1 - 1º Período: Noções de Economia (2 aulas semanais)

3.222,2 - 2º Período: Noções de Estatística (2 aulas semanais)

3.23 - Curso Prático de Estatística

## 3.231 - Disciplinas Obrigatórias

1º Período Letivo	Nº de aulas semanais	2º Período Letivo	Nº de aulas semanais
Coleta Estatística	2	Crítica e Apuração Estatística	2
Apresentação Estatística	2	Apresentação Estatística	2
Complementos de Matemática	4	Complementos de Matemática	2
Interpretação Estatística	2	Interpretação Estatística	2
		Mecanografia e Tabulação Mecânica	2
T O T A L	10	T O T A L	10

## 3.232 - Disciplinas Facultativas

3.232,1 - 1º Período: Introdução à Economia  
(2 aulas semanais).

3.232,2 - 2º Período: Estatística Aplicada  
à Economia (2 aulas semanais).

### 3.3 - Cursos de Aperfeiçoamento

#### 3.31 - Curso de Aperfeiçoamento em Secretariado

##### 3.311 - Disciplinas Obrigatórias

1º Período Letivo	Nº de aulas semanais	2º Período Letivo	Nº de aulas semanais
Dactilografia	2	Estenografia	3
Estenografia	3	Inglês Comercial	3
Inglês Comercial	3	Técnica Comercial	2
Mecanografia	2	Arquivística	2
T O T A L	10	T O T A L	10

3.312 - Disciplina Facultativa: 1º e 2º Períodos Letivos - Português e Redação Comercial (2 aulas semanais).

#### 3.32 - Curso de Aperfeiçoamento para Administradores de Empresas Comerciais e Industriais

##### 3.321 - Disciplinas Obrigatórias

1º Período Letivo	Nº de aulas semanais	2º Período Letivo	Nº de aulas semanais
Organização e Administração Comercial ou Industrial	2	Organização e Administração Comercial ou Industrial	2
Contabilidade Administrativa e do Custo	2	Princípios de Racionalização	2
Direção das Compras e	2	Direção e Promoção de Vendas	2
Contrôle do Estoque	2	Psicologia Aplicada	2
Psicologia das Relações Humanas	2	Mercados e Transportes	2
Legislação Aplicada	2	-	-
T O T A L	10	T O T A L	10

##### 3.322 - Disciplinas Facultativas:

3.322,1 - 1º Período Letivo - Geografia Econômica do Brasil ( 2 aulas semanais)

3.322,2 - 2º Período Letivo - História Econômica do Brasil ( 2 aulas semanais)



3.33 - Curso de Aperfeiçoamento em Estatística

3.331 - Disciplinas Obrigatórias

1º Período Letivo	Nºde aulas semanais	2º Período Letivo	Nºde aulas semanais
Análise Matemática	4	Análise Matemática	3
Cálculo de Probabilidades	2	Cálculo de Probabilidades	2
Estatística Matemática	4	Estatística Matemática	3
		Análise das Séries Históricas	2
T O T A L	10	T O T A L	10

3.332 - Disciplinas Facultativas

3.332,1 - 1º Período - Economia (2 aulas semanais)

3.332,2 - 2º Período Letivo - Econometria (2 aulas semanais).

3.34 - Curso de Aperfeiçoamento para Professores do Ensino Comercial

3.341 - Parte Teórica

1º Período Letivo	Nºde aulas semanais	2º Período Letivo	Nºde aulas semanais
Noções de História da Educação	2	Noções de Filosofia da Educação	2
Biologia Educacional	2	Psicologia Educacional	2
Psicologia Educacional	2	Sociologia Educacional	2
Didática	3	Didática	3
T O T A L	9	T O T A L	9

3.342 - Parte Prática

3.342,1 - Estágio de Observação - Assistência às aulas, em 1 turma, da disciplina ou disciplinas em que é registrado ou nas quais se pretende registrar durante um período letivo.

3.342,2 - Em cada período letivo o aluno mestre só poderá fazer tal estágio em, no máximo, duas disciplinas.

3.342,3 - Prática de Ensino - No decorrer do segundo período letivo o aluno-mestre deverá dar, no mínimo, seis aulas nas turmas em que fez estágio.

4. Condições para o Pedido de Concessão de Inspeção Preliminar para os Cursos Técnicos de Comércio.

4.1 - As condições fundamentais para o pedido de "verificação prévia", para efeito de concessão de inspeção preliminar à Escola Técnica de Comércio, são as constantes dos anexos I e II e referentes a:

4.11 - Data limite para a entrada do pedido - (31 de agosto);

4.12 - Depósito de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros);

4.13 - Indicação do corpo docente, dentro da exigência legal, relativa à posse de diploma de curso técnico de comércio ou de curso superior, em que se tenha ministrado a disciplina.

4.14 - Indicação do diretor, a qual deve atender aos seguintes requisitos:

4.141 - prova de irrepreensível conduta moral;

4.142 - prova de competência;

4.143 - prova de naturalidade brasileira;

4.15 - Comprovação de adequada situação financeira;

4.16 - Planta interna do edifício e fotografia da respectiva fachada.

5. - Requisitos materiais indispensáveis ao funcionamento da Escola Técnica de Comércio.

5.1 - A Escola Técnica de Comércio disporia já de Secretaria e de número suficiente de salas de aula, devidamente equipadas, porque, funcionando elas das 14h. às 18h., ocuparia as salas do Edifício Darke num período em que o seu aproveitamento ainda não foi efetivado.

5.11 - A Secretaria Geral dos Cursos necessitaria, apenas, de material de consumo, a fim de atender às exigências legais relativas ao seu funcionamento.

5.2 - As salas específicas, exigidas por lei, (Anexo III) são:

5.21 - Gabinete de Física e Química;

5.22 - Sala de desenho;

5.23 - Sala de Mecanografia;

5.24 - Sala de Merceologia;

5.25 - Escritório Modelo;

5.26 - Biblioteca Especializada.

5.3 - Das salas enumeradas no item anterior, a F.G.V. já tem, devidamente equipadas, as de Desenho e Mecanografia e a Biblioteca Especializada. Quanto às demais, há local para instalá-las e os orçamentos respectivos constam da Previsão Orçamentária.

5.4 - Quanto à Educação Física, não precisaria de área disponível e adequada, porque poderá ser realizada nas instalações do Grêmio Esportivo da F.G.V., em planejamento, ou, mediante contrato, em qualquer outra instituição que mantenham atividades desse tipo

5.5 - O Serviço de Saúde poderia ser atendido no edifício se de, em relação ao exame anual dos alunos, pois nela já há instalado um gabinete médico.

5.51 - A assistência aos alunos, em caráter de emergência, já está organizada e conta com local e e-quipamento.

## 6. - REGIMENTO INTERNO

(Organizado de acôrdo com o estabelecido pela Diretoria do Ensino Comercial).

### 6.1 - Denominação, Propriedade e Fins do Estabelecimento.

6.11 - Denominação do estabelecimento: Escola Técnica de Comércio da Fundação Getúlio Vargas.

6.12 - Propriedade: Fundação Getúlio Vargas.

6.13 - Fins do estabelecimento:

6.131 - formar profissionais aptos ao exercício de atividades específicas no comércio e bem assim de funções auxiliares de caráter administrativo em entidades públicas e particulares (Cursos de Formação);

6.132 - dar a candidatos ao exercício das mais simples ou correntes atividades no comércio e na administração uma sumária preparação profissional (Cursos de continuação - Cursos Práticos);

6.133 - aperfeiçoar os conhecimentos e as capacidades técnicas de profissionais diplomados nos cursos previstos no item 6.131 (Cursos de Aperfeiçoamento).

### 6.2 - Organização dos Cursos: Cursos e Turnos

6.21 - Toda regulamentação relativa à organização curricular dos cursos já se encontra estabelecida na parte 3 deste trabalho.

6.22 - Os cursos funcionarão em diferentes turnos, com uma ou mais turmas, de acôrdo com o plano anual.

### 6.3 - Regime Escolar

6.31 - Períodos Letivos

6.311 - O ano escolar será dividido em dois períodos letivos, o primeiro de 1º de março a 30 de junho e o segundo de 1º de agosto a 30 de novembro.

6.32 - Número de horas semanais

6.321 - O número de horas semanais correspondente a cada curso consta da organização curricular já estabelecida na parte 3.

6.33 - Admissão e Matrículas

6.331 - Condições gerais de inscrição e matrícula

6.331,1 - Para realizar a inscrição deverá o candidato:

aos Cursos Comerciais Técnicos - ter, pelo menos, 15 anos, completos ou por completar até o dia 30 de junho;

aos Cursos Práticos de Comércio - ter, pelo menos, 16 anos, completos ou por completar até o dia 30 de junho;

aos Cursos de Aperfeiçoamento - ter, pelo menos, 17 anos, completos ou por completar até o dia 30 de junho, sendo que:

para o Curso de Aperfeiçoamento para Professores do Ensino Comercial é exigida a idade mínima de 18 anos, completos ou por completar até o dia 30 de junho.

6.331,2 - Para efetivar a matrícula em qualquer um dos Cursos deverá o candidato:

a) efetuar o pagamento da taxa de matrícula

b) apresentar 3 retratos 3x4

c) apresentar prova de não ser portador de doença infecto-contagiosa.

6.332 - Condições específicas de matrícula

6.332,1 - Cursos Comerciais Técnicos:

ter concluído o curso comercial básico ou o curso de primeiro ciclo do ensino secundário ou do ensino normal.

6.332,2 - Cursos Práticos de Comércio

6.332,21 - Curso Prático de Escritório

aprovação no exame de admissão do curso, o qual constará de duas provas escritas - uma de Português e outra de Matemática.

6.332,22 - Curso Prático para Auxiliares de Administração

de Empresas: aprovação no exame de admissão do curso, o qual constará de duas provas escritas - Português e Matemática.

6.332,23 - Curso Prático de Estatística

: aprovação no exame de admissão do curso, o qual constará de uma prova escrita de Matemática e de uma prova prática de desenho.

6.332,3 - Cursos de Aperfeiçoamento

6.332,31 - Curso de Aperfeiçoamento em Secretariado

: aprovação no exame de admissão



são do curso, o qual constará de uma prova prática de Dactilografia e de Estenografia e de uma prova escrita de Inglês.

Nota: Ficam isentos do exame de admissão os candidatos que já tenham feito o Curso Comercial Técnico de Secretariado ou o Curso Prático de Escritório, ou, ainda, curso específico equivalente.

6.332,32 - Curso de Aperfeiçoamento para Administradores de Empresas Comerciais ou Industriais: aprovação no exame de admissão do curso, o qual constará de duas provas escritas - Contabilidade e Geografia do Brasil.

Nota - Ficam isentos do exame de admissão os candidatos que já tenham feito o Curso Comercial Técnico de Administração ou o Curso Prático para Auxiliares de Administração de Empresas ou, ainda, curso específico equivalente.

6.332.33 - Curso de Aperfeiçoamento em Estatística: aprovação no exame de admissão do curso, o qual constará de duas provas escritas - uma de Matemática e outra de Interpretação Estatística.

Nota: Ficam isentos do exame de admissão os candidatos que já tenham feito o Curso Comercial Técnico de Estatística ou o Curso

Prático de Estatística, ou, ainda, curso específico equivalente.

6.332,34 - Curso de Aperfeiçoamento para Professores do Ensino Comercial: apresentar um dos seguintes comprovantes:

- a) diploma de Curso Comercial Técnico, no qual tenham sido lecionadas a matéria ou matérias em que deseja obter registro de professor do ensino comercial;
- b) diploma de Curso Superior, no qual tenham sido lecionadas a matéria ou matérias em que deseja obter registro de professor do ensino comercial;
- c) registro de professor do ensino comercial ou de professor em qualquer outro ramo do ensino de nível equivalente.

Nota: O candidato que não possuir nenhum dos diplomas mencionados em a) e b), só se poderá aperfeiçoar nas disciplinas em que já é registrado.

OBSERVAÇÃO: Por ocasião da inscrição, o candidato deve especificar a disciplina ou disciplinas em que está interessado, até o máximo de 4 (quatro).

#### 6.333 - Epoca de matrícula

6.333,1 - A matrícula far-se-á nos trinta dias anteriores ao início do 1º período letivo.

#### 6.34 - Constituição de Turmas

6.341 - Para todos os cursos só se constituirão as turmas que contarem, no mínimo, com 20 alunos.

6.342 - O número máximo de alunos por turma é 40, com exceção dos Cursos: Prático de Escritório, Aperfeiçoamento em Secretariado e Técnico de Secretariado, os quais contarão, no máximo, com 25 alunos.

#### 6.35 - Exigências de Frequência

6.351 - A frequência é de caráter obrigatório; deverá ser apurada de 1º de março a 30 de novembro, no conjunto das aulas dadas nas disciplinas e, bem assim, nas práticas educativas. A falta de frequência é considerada como causa impeditiva:

6.351,1 - da prestação das provas finais em 1ª época, quando o aluno tiver faltado a 25% da totalidade das aulas dadas no conjunto das disciplinas da série, ou a 30% da totalidade das aulas dadas no conjunto das práticas educativas;

6.351,2 - da prestação das provas finais, em 2ª época, quando as faltas, nas condições acima, atingirem 50% e 60%, respectivamente.

6.352 - O aluno regularmente matriculado, que fôr voluntário ou conscripto para o serviço militar, poderá prestar exames, nas épocas próprias, das disciplinas em que não tenha alcançado, em virtude das obrigações militares, o mínimo de frequência exigido em lei.

## 6.36 - Orientação Didática

- 6.361 - Serão evitadas as aulas exclusivamente teóricas, exigindo-se o maior número possível de atividades realizadas pelos alunos.
- 6.362 - Nas cadeiras que incluem visitas, estágios ou pesquisas, serão exigidos relatórios acerca daquelas atividades, cujas notas entrarão no cômputo da nota mensal.
- 6.363 - Nos cursos de Continuação e nos de Aperfeiçoamento, as aulas predominantemente teóricas serão acompanhadas de apostilhas, contendo: a súmula das mesmas; material documental suplementar; gráficos; esquemas; sumários; etc., em função do assunto de cada aula.
- 6.364 - Nesses mesmos Cursos, os seminários e as aulas práticas serão acompanhados de apostilha, sempre que se fizer necessário fornecer aos alunos dados informativos ou normas de trabalho.

## 6.37 - Critérios de Verificação da Aprendizagem

### 6.371 - Notas

- 6.371,1 - A avaliação dos resultados em exercícios e exames será obtida por meio de notas, que se graduarão de zero (0) a dez (10).
- 6.371,2 - Podem ser atribuídas, em arguições, trabalhos e provas, notas fracionárias até uma decimal. No cômputo de qualquer média, admite-se o arredondamento da fração, desde que a segunda casa decimal seja igual ou superior a cinco;

quando inferior, será a fração desprezada.

6.372 - Exercícios mensais

6.372,1 - Excetuados os meses em que se realizem as provas parciais, será dada, nos demais, pelo respectivo professor, em cada disciplina e a cada aluno, uma nota resultante da avaliação do seu aproveitamento, verificada por meio de exercícios variados.

6.372,11 - Ao aluno que, por falta de comparecimento, não puder ter o seu aproveitamento devidamente avaliado, será atribuída a nota zero.

6.372,12 - A média aritmética das notas de cada mês, em uma disciplina, será a nota anual de exercícios dessa disciplina.

6.372,2 - A nota anual dos exercícios mensais atribuir-se-á, na apuração da média ponderada de cada disciplina, o peso dois (2).

6.373 - Exames de suficiência

6.373,1 - Provas parciais

As duas provas parciais serão conforme a natureza das disciplinas, escritas ou práticas

6.373,11 - As provas parciais serão prestadas perante o professor da disciplina.

- 6.373,12 - Realizar-se-ão as provas parciais na segunda quinzena de junho e de novembro.
- 6.373,13 - Facultar-se-á segunda chamada ao aluno que à primeira não tiver comparecido por moléstia impeditiva de trabalho escolar ou por motivo de luto em consequência de falecimento de pessoa de sua família.
- 6.373,14 - Permitir-se-á a segunda chamada na primeira prova parcial até sessenta dias após a sua realização, e, na segunda, antes da terminação das provas finais.
- 6.373,15 - Dar-se-á a nota zero ao aluno que deixar de comparecer à primeira chamada sem motivo de força maior ou ao que não comparecer à segunda chamada.
- 6.373,16 - OBSERVAÇÃO - Para os cursos "Práticos" e de "Aperfeiçoamento", permitir-se-á a segunda chamada na primeira prova até sessenta dias após a sua realização, e, na segunda, até trinta dias depois, visto que, nesses Cursos, não haverá provas finais.

6.373,2 - Matéria das provas

6.373,21 - Para a 1ª prova, a matéria le  
cionada até uma semana antes  
da realização da mesma deve  
ser distribuída em dez pon -  
tos por disciplina, de forma  
que cada um contenha três as  
suntos diferentes;

6.373,22 - Para a 2ª prova, devem ser or  
ganizados vinte pontos, obser  
vados os mesmos princípios.

6.373,23 - Para os Cursos Comerciais Téc  
nicos serão observadas, ainda,  
as seguintes disposições:

Questões - Serão em número de  
três, no mínimo. Nas provas de  
Português, serão obrigatórios  
os exercícios de redação que  
constituirão sempre uma ques  
tão em cada prova.

Tempo Será de sessenta minu  
tos para cada prova.

6.373,24 - Para os Cursos de Continuação  
e de Aperfeiçoamento será ob  
servado o seguinte:

1) As provas serão realizadas  
sob a forma de testes. Estes,  
serão, em regra, de dois ti -  
pos:

a) testes de múltipla escôlha;  
b) testes ditos de certo ou er  
rado com justificação.

2) As provas parciais serão re  
alizadas em dia e hora prè-

viamente marcados, na sala habitualmente utilizada para as aulas.

### 6.373,3 - Provas finais

6.373,31 - Haverá provas finais apenas para os Cursos Comerciais Técnicos, as quais se subordinarão ao seguinte:

A prova final será, conforme a natureza da disciplina, oral ou prática.

A prova final prestar-se-á perante banca examinadora.

Haverá duas épocas de prova final

A primeira terá início a 1º de dezembro e a segunda em fevereiro.

Não poderá prestar prova final, na primeira época, o aluno que tiver faltado a vinte e cinco por cento da totalidade das aulas dadas na disciplina ou trinta por cento da totalidade das aulas dadas nas práticas educativas, e, na segunda época, o que tiver incidido no dobro das mesmas faltas.

Poderá prestar prova final em segunda época o aluno que não a tiver feito na primeira por motivo de força maior.

6.373,32 - As provas finais de primeira época regulam-se pelo seguinte:

Inscrição - Automática, independentemente, pois, de requerimento do aluno.

Período - Realizam-se estas pro -



vas de 1 a 15 de dezembro, podendo prosseguir durante as férias sempre que necessário.

Matéria - Distribuída em 20 pontos toda a matéria lecionada no período letivo, devendo cada um conter três assuntos diferentes.

Provas práticas - São as de Caligrafia, Desenho, Dactilografia, Mecanografia, Estenografia, Escrituração Mercantil e Prática de Escritório.

Banca Examinadora - Composta de três professores regularmente investidos, no mesmo ou em outros estabelecimentos de ensino comercial equiparado ou reconhecido, sendo um o professor da cadeira.

Tempo - A arguição de cada examinador não deverá exceder de 15 minutos.

Número - O aluno não poderá ser submetido a mais de duas provas por dia.

2ª chamada - No período em que se realizam os exames, ao aluno que justificar o não comparecimento à prova oral ou prática nada impede a concessão de outra chamada.

6.373,33 - As provas finais de 2ª época obedecerão ao estabelecido a seguir:

Inscrições - Serão obtidas mediante requerimento ao diretor da escola.

Época - 2ª quinzena de fevereiro.

Condições - Só poderá prestar prova final na segunda época:

I - o aluno que por motivo de força maior, devidamente comprovado, não tiver feito as provas finais em primeira época;

II - O aluno reprovado na primeira época que houver satisfeito uma das seguintes condições: obter no grupo das disciplinas de cultura geral e bem assim no de cultura técnica, a nota global cinco pelo menos;

- obter, em cada disciplina, a nota final quatro pelo menos.

Nos casos de inabilitação previstos no item II, o aluno prestará e xames de duas disciplinas no máximo.

Quando a inabilitação fôr nos dois grupos poderá prestar exame de uma das disciplinas de cada um deles.

Quando a inabilitação fôr em um só grupo poderá submeter-se a exame de uma ou de duas das respectivas disciplinas.

Nota -

1) - A prova final na 2ª época, para qualquer dos casos previstos nos itens I e II, consta de provas escritas (pêso 3) e oral ou prática (pêso 3). A nota da prova escrita substituirá a da segunda prova par cial.

2) - No período em que se realizam essas provas, nada impede a concessão de 2ª chamada ao aluno que não tenha comparecido à prova por motivo justo.

6.38 - Critérios de apuração de nota final e de aprovação

6.381 - Cursos Comerciais Técnicos:

6.381,1 - Nota final - Será, em cada disciplina, a média ponderada dos seguintes elementos:

- a) a nota anual de exercícios, com a atribuição de peso dois (2);
- b) a nota da primeira prova parcial peso dois (2);
- c) nota da segunda prova parcial peso três (3);
- d) nota da prova final peso três (3).

Fórmula para apuração desta nota:

$$\frac{N.A.E.x2 + N.1ªP.P.x2 + N.2ªP.P.x3 + N.P.F.x3}{10}$$

10

6.381,2 - Critério de aprovação: Nota igual ou superior a quatro(4) em cada disciplina da série e média global igual ou superior a cinco (5) em cada grupo de disciplinas de cultura geral e de cultura técnica, separadamente.

6.382 - Cursos de Continuação e de Aperfeiçoamento.

6.382,1-Nota final: Será, em cada disciplina, a média ponderada dos seguintes elementos:

- a) nota anual de exercícios, com a atribuição de peso dois (2);
- b) nota da primeira prova parcial peso quatro (4);
- c) nota da segunda prova parcial peso quatro (4)

Fórmula para apuração desta nota

$$\frac{N.A.E.x2 + N.1ª.P.P.x4 + N.2ª.P.P.x4}{10}$$

10

6.382,2 - Critério de aprovação: Nota igual ou superior a quatro (4) em cada disciplina da série e média global igual ou superior a cinco (5).

#### 6.4 - Das Transferências

6.41 - As transferências subordinam-se ao seguinte:

6.411 - Período Legal: 1º de janeiro e 1º de março.

6.412 - Exceção: Os funcionários públicos ou militares ou pessoas de sua família, cuja subsistência esteja a seu cargo, poderão ser transferidos em qualquer período letivo, mediante prova de sua transferência ou remoção, e a matrícula na Escola Técnica de Comércio da F.G.V. estará garantida independente de vaga.

6.413 - Guia de transferência: Esse documento deve conter todos os esclarecimentos que se fizerem necessários para determinar a legalidade do ato, como sejam as provas apresentadas pelo funcionário ou militar removido, ou o número do ofício da Diretoria do Ensino Comercial que autorizou o ato, quando se tratar de concessão especial.

#### 6.5 - Das Práticas Educativas

6.51 - Como os Cursos Comerciais Técnicos são de 2º ciclo, a única prática educativa obrigatória é a referente à educação física, que pode ou não ser efetuada na sede da escola.

#### 6.6 - Do Corpo Docente

6.61 - Da investidura do Corpo Docente.

6.611 - Os professores dos Cursos Técnicos de Comércio serão investidos por contrato ou em caráter interino, até ser regulamentada a sua efetivação.

6.612 - A condição fundamental para tal investidura é:

Possuir registro de diploma de curso técnico de comércio ou de curso superior, em que se tenha ministrado o ensino da disciplina que vai lecionar.

6.613 - Para as disciplinas de cultura geral dos Cursos Comerciais Técnicos será permitida, ainda, a investidura de professores registrados no 2º ciclo (Cursos Colegiais) na Diretoria de Ensino Secundário.

6.614 - Quando houver necessidade de aproveitar a colaboração de um dos atuais professores, e no caso dêste não poder ficar responsável pela cadeira, por não estar enquadrado no previsto nos itens 6.612 e 6.613, será êle considerado Professor Assistente e cooperará sob a responsabilidade de outro professor, devidamente habilitado para tal função.

6.615 - Os professores dos cursos de Continuação e de Aperfeiçoamento serão sempre contratados no início de cada ano letivo.

6.62 - Dos deveres e direitos do Corpo Docente.

6.621 - O professor tem os seguintes deveres :

6.621,1 - elaborar o programa da disciplina a seu cargo, quando não houver programa oficial;

6.621,2 - comparecer pontual e assiduamente para administrar as aulas, conforme o horário preestabelecido;

6.621,3 - assinalar seu comparecimento às aulas nas fichas destinadas à freqüência do professor, anotando, igualmente, a matéria dada;

6.621,4 - proceder à chamada dos alunos no início das aulas, assinalando, na

ficha correspondente, as presenças e ausências;

6.621,5 - seguir a orientação didática já estabelecida e zelar pelo aproveitamento dos alunos;

6.621,6 - organizar, assistir e corrigir todos os exercícios e provas previstos por este regulamento, tendo um prazo máximo de 5 dias úteis, tanto para a organização, como para a correção de tais meios de verificação de aprendizagem;

6.621,7 - aceitar a orientação do Orientador do curso respectivo, ajustando sua atuação docente em função dos princípios didáticos que o Orientador aplicar;

6.621,8 - comparecer às reuniões do corpo do cente;

6.621,9 - elaborar, no fim de cada período letivo, um relatório para ser entregue ao Orientador, até 10 dias úteis após o término do período.

6.622 - Nos cursos de Continuação e de Aperfeiçoamento os professores devem, ainda, elaborar apostilhas, ou refundí-las, quando necessário, em anos subseqüentes, correspondendo uma apostilha a cada item do programa aprovado

6.622,1 - Cada apostilha deve apresentar as seguintes características:

originalidade na apresentação do assunto;

valor didático, aferido em relação a:

a) correção, clareza e concisão da

linguagem na apresentação do assunto;

b) disposição ordenada dos dados;

c) propriedade dos exemplos ou ilustrações;

d) sumário final, quando a matéria o exigir;

e) previsão de tarefas e exercícios práticos;

f) indicações bibliográficas para o desenvolvimento do assunto em estudo;

desenvolvimento e extensão adequados ao tratamento do assunto, em função do grau de preparo anterior dos alunos e do nível mental dos mesmos.

Nota - A extensão média, estabelecida à base de experiências anteriores, é de 2 a 3 páginas dactilografadas, espaço simples.

6.622,2 - Cada apostilha deve ser entregue, ao Orientador responsável pelo curso, no mínimo 5 dias úteis antes da aula a que corresponde.

6.623 - O professor tem direito a:

6.623,1 - receber seus honorários até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido;

6.623,2 - pagamento das aulas que não sejam dadas por ocorrerem em dias feriados ou pontos facultativos;

6.623,3 - dispensa das aulas, por uma semana por motivo de gala ou luto;

6.623,4 - assistência técnica do Orientador do curso em questões de ensino ou de manejo de classe;

6.623,5 - assistência do Diretor-Coordenador e da Secretaria Geral dos Cursos em problemas de ordem administrativa;

6.623,6 - dispor de instalações e equipamentos adequados, de acordo com as possibilidades econômico-financeiras desta instituição.

#### 6.7 - Dos Deveres e Direitos do Corpo Discente

6.71 - Os deveres dos alunos, relativos à aplicação aos estudos e ao acatamento de certas normas disciplinares constarão da caderneta escolar e serão aceitos conscientemente, mediante a assinatura de um compromisso de honra relativo aos mesmos. Tais deveres referem-se a:

6.711 - respeitar e obedecer aos senhores: Diretor, Orientador, Professores e demais autoridades constituídas da escola;

6.712 - tratar a todos com cordialidade, quer sejam ou representem autoridades da Escola, quer, ainda, sejam colegas ou servidores da mesma instituição;

6.713 - cumprir os deveres escolares, através de assíduo e atento acompanhamento dos trabalhos de classe e extra-classe e do cumprimento das tarefas marcadas;

6.714 - comportamento irrepreensível, tanto durante as aulas, como em qualquer momento em que esteja atuando como aluno da escola;

6.715 - respeito à propriedade alheia e responsabilidade em face dos danos causados;

6.716 - ação honesta e criteriosa, com plena responsabilidade dos próprios atos, sobretudo em relação à



"cola" em trabalhos e provas e à participação em movimentos coletivos contra o regulamento da escola e contra as leis vigentes.

6.72 - Os alunos serão sempre assistidos pelos Orientador do curso e cada classe elegerá um representante, que atuará como intérprete do pensamento de seus colegas junto às autoridades constituídas da Escola.

6.73 - Além da caderneta escolar, os alunos terão um Diário de Classe, no qual anotarão as lições e deveres marcados e demais obrigações assumidas em função das atividades de classe e extra-classe.

6.74 - A caderneta escolar, além de documento de identificação, servirá para as anotações relativas à frequência e aos horários de provas e aulas e conterá boletim das notas obtidas. Seu uso estará sujeito às seguintes normas:

6.741 - No início do ano letivo os alunos receberão uma caderneta escolar;

6.742 - Todos os dias, ao entrar na Escola, o aluno deverá entregar a caderneta, sem a qual não será admitido às aulas;

6.743 - Em caso de perda, a caderneta será renovada mediante requerimento;

6.744 - As faltas, os atrasos e as saídas antecipadas, devem constar da caderneta, com a correspondente justificação;

6.745 - Não é permitida a alteração ou supressão das anotações lançadas na caderneta.

6.75 - Aos alunos serão assegurados os seguintes direitos:

6.751 - Assistência, em problemas de ordem administrativa, prestada pelo Diretor e pela Secretaria Geral dos Cursos;

6.752 - assistência, em problemas de ensino e aprendizagem, prestada pelo Orientador e pelos Professores.

res do curso;

6.753 - ensino ministrado de acôrdo com os melhores preceitos didáticos;

6.754 - práticas educativas organizadas tècnicamente.

6.8 - Da Direção da Escola, da Orientação dos Cursos e da Organização da Secretaria

6.81 - A Escola Técnica de Comércio terá um Diretor que será , simultâneamente, Coordenador dos cursos de continuação e aperfeiçoamento, o qual superintenderá as atividades administrativo-educacionais da escola.

6.82 - Cada curso terá um Orientador que dirigirá e supervisionará as atividades didáticas do respectivo curso.

6.83 - As atribuições do Diretor-Coordenador e dos Orientadores são respectivamente e em seus aspectos gerais, as seguintes:

Diretor - Coordenador

- a) Coordenação de: Programas, Provas e Atividades Extra-Classe.
- b) Seleção e indicação de Orientadores e Professôres.
- c) Coordenação das reuniões do Corpo Docente.
- d) Supervisão e Reajustamento de: Instalações e Material Didático; Organização de Horários; Atividades docentes e discentes e Serviços Administrativos.

Orientador

- a) Orientação e Contrôlê de: Programas, Aulas, Apostilhas, Provas e Atividades Extra-Classe.
- b) Orientação das reuniões do Corpo Docente.
- c) Inspeção das Instalações; Supervisão do Material Didático; Revisão do conteúdo das Apostilhas; Contrôlê do movimento das apostilhas e Orientação dos Auxiliares de Curso.
- d) Orientação de Atividades docentes e discentes e Assistência técnica a professores e alunos.

6.831 - Os Orientadores dos Cursos Técnicos de Comércio só não terão a seu cargo a revisão do conteúdo das apostilhas e a supervisão do movimento das mes mas.

6.84 - Os trabalhos de Secretaria da Escola Técnica de Comércio serão efetuados pela Secretaria Geral dos Cursos da F.G.V.

6.9 - Das contribuições dos alunos

6.91 - Para os cursos Comerciais Técnicos está estabelecida a contribuição anual única de Cr\$600,00 (seiscentos cruzeiros), paga em 5 (cinco) prestações de Cr\$120,00 (cento e vinte cruzeiros) vencíveis, sucessivamente, a: 10 de março, 10 de maio, 10 de julho, 10 de setembro e 10 de novembro.

6.911 - Esta contribuição anual inclui taxa de matrícula e mensalidades.

6.92 - Para os Cursos de Continuação (Cursos Práticos) a taxa de matrícula é de Cr\$100,00 (cem cruzeiros) e a mensalidade correspondente aos meses de: março, abril, maio, junho, agosto, setembro, outubro, e novembro é de Cr\$80,00 (oitenta cruzeiros).

- 6.921 - Esta mensalidade dá direito, também, ao recebimento das apostilhas das aulas.

6.93 - O estabelecido no item anterior e sua subdivisão (6.92 e 6.921) aplica-se aos Cursos de Aperfeiçoamento, com exceção do "quantum" da mensalidade que, no caso, é de ..... Cr\$100,00 (cem cruzeiros)

7. Indicação do Corpo Docente7.1 - Cursos Comerciais Técnicos7.11 - Disciplinas de Cultura Geral

Disciplinas	Professôres
Português	Paulo Lantelme
Português	Antônio José Chediak
Francês	Ivone Garnier de Bulhões Carvalho
Inglês	Cléo Vannier
Inglês	Lygia Fonseca
Matemática	Thales Mello de Carvalho
Matemática	Antônio Kubrusly
Física e Química	Albert Ebert
Física e Química	Eleonora Lôbo Ribeiro

7.12 - Disciplinas de Cultura Técnica

Disciplinas	Professôres
Contabilidade Geral	Iberê Gilson
Elementos de Contabilidade	Iberê Gilson (Gino Giulio-assistente)
Elementos de Economia	Djacyr Menezes
Elementos de Administração	João Pedro Muller
Mecanografia	Oswaldo Zanelli
Desenho Técnico	Zélia Jacy Braune
Estatística Geral	Francisco de Paula e Silva Salda nha
Dactilografia	Frederico Burgos (Isaura Braga - assistente)
Estenografia	Frederico Burgos

7.2 - Cursos Práticos de Comércio

## 7.21 - Curso Prático de Escritório

Disciplinas	Professores
Dactilografia	Frederico Burgos (Isaura Braga - assistente)
Estenografia	Frederico Burgos
Português e Redação Comercial	Antônio José Chediak
Caligrafia	Maria da Glória Azevedo Lopes
Matemática Comercial	Antônio Kubrusly

## 7.22 - Curso Prático para Auxiliares de Administração de Empresas

Disciplinas	Professores
Introdução à Organização e Administração de Empresas	Roberto Lobo
Contabilidade Geral e Aplicada	Iberê Gilson (Gino Giulio - assistente)
Matemática Comercial	Antônio Kubrusly
Redação Comercial	Paulo Lantelme
Noções de Direito Comercial	Cyro Augusto Pinto

## 7.23 - Curso Prático de Estatística

Disciplinas	Professores
Coleta, Crítica e Apuração Estatística	Francelino Gomes (Marcos Monte Lima - assistente)
Apresentação Estatística	Francelino Gomes
Complementos de Matemática	Antônio Kubrusly
Interpretação Estatística	Fernando Rodrigues da Silveira
Mecanografia e Tabulação Mecânica	Oswaldo Zanelli

### 7.3 - Cursos de Aperfeiçoamento

#### 7.31 - Curso de Aperfeiçoamento em Secretariado

Disciplinas	Professores
Dactilografia	Frederico Burgos (Isaura Braga - assistente)
Estenografia	Frederico Burgos
Inglês Comercial	Cléo Vannier
Técnica Comercial	Roberto Lôbo
Mecanografia	Oswaldo Zanelli
Arquivística	Helena Palmeira

#### 7.32 - Curso de Aperfeiçoamento para Administradores Comerciais e Industriais.

Disciplinas	Professores
Organização e Administração de Empresas Comerciais	Ezequiel Penalber
Organização e Administração de Empresas Comerciais	Paulo Novais (J.P. Müller - assistente)
Contabilidade Administrativa e do Custo	Erymá Carneiro
Princípios de Racionalização	Custódio Sobral Martins de Almeida
Direção das Compras e Contrôles do Estoque	Oscar Vitorino Moreira
Direção e Promoção de Vendas	Roberto Göetschel
Psicologia das Relações Humanas e Psicologia Aplicada	
Legislação Aplicada	Cyro Augusto Pinto
Mercados e Transportes	Alcias Martins de Ataíde

#### 7.33 - Curso de Aperfeiçoamento em Estatística

Disciplinas	Professores
Análise Matemática	Thales Mello de Carvalho
Cálculo de Probabilidades	Oscar Pôrto Carneiro
Estatística Matemática	Rio Nogueira
Análise das Séries Históricas	João Lyra Madeira

7.34 - Curso de Aperfeiçoamento para Professores do Ensino Comercial.

Disciplinas	Professores
Noções de História da Educação Noções de Filosofia da Educação Biologia Educacional Psicologia Educacional Didática	Luiz Narciso Alves de Mattos Raul Jobin Bittencourt José Faria Góes Sobrinho Dora Alves de Mattos Irene da Silva Mello Carvalho

7. 4 - "Curriculum Vitae" dos Professores

- 7.41 - A seguir, estão organizados os dados relativos à formação e às atividades realizadas de todos os professores indicados.
- 7.42 - O critério adotado foi o de colocar as fôlhas correspondentes a cada professor em ordem alfabética subordinando-se tal organização à letra inicial do último sobrenome do professor.

a) Irene da Silva M. Carvalho  
 Técnico de Ensino  
 Assistente do Diretor

Visto e aprovado

a) Luiz Alves de Mattos  
 Diretor do Departamento de Ensino

## 8. INDICAÇÃO DO DIRETOR



PROFESSOR JOÃO DA MOTTA PAES

Idade: 44 anos

Data do nascimento: 21/6/1904

Nacionalidade: Brasileira

Registro: Professor de Português, 4 253, em 10.1.1935

CURSOS EFETUADOS

- 1) Curso Secundário
- 2) Curso Especializado de Secretário das Associações Cristãs de Moços e Curso de Educação Física.
- 3) Curso de Defesa Passiva
- 4) Curso de Religiões Comparadas.

MAGISTERIO

- 1) Auxiliar de Administração Escolar
- 2) Direção de Escola
- 3) Professor de Português nos (C.B.S.C. e C.A.S.C) da Fundação Getúlio Vargas
- 4) Acessor do Coordenador dos Cursos (C.B.S.C. e C.A.S.C)
- 5) Coordenador dos Cursos: C.B.S.C. e C.A.S.C.; C.B.E.T. e C.A.E.T.; C.A.A.E., C.A.E.C. e C.A.E.I. (em exercício)

FORA DO MAGISTÉRIO

- 1) Secretário da Associação Cristã de Moços
- 2) Instrutor de Esportes em várias entidades no Rio de Janeiro.
- 3) Chefe de Secretaria da Associação Cristã de Moços.
- 4) Cia. de Seguros
- 5) Cia. Souza Cruz

9. PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

PROPOSTA ORÇAMENTARIA PARA O EXERCÍCIO DE 19491. Cursos Técnicos de Comércio

Duração: 12 meses, inclusive férias

- 1.1 - Comércio e Propaganda  
 1.2 - Contabilidade  
 1.3 - Administração  
 1.4 - Estatística  
 1.5 - Secretariado

19 aulas por semana, cada curso, a Cr\$ 40,00 po.  
 hora de aula.

2. Cursos Práticos

Duração: 10 meses, inclusive férias  
 Apostilhas 1/3 N; 1/3 Re; 1/3 Ri

- 2.1 - Escritório (3 turmas)  
 2.2 - Aux. Adm. de Empresas  
 2.3 - Estatística

59 aulas por mês, cada curso, a Cr\$65,00, Cr\$75,00  
 e Cr\$75,00, respectivamente, por hora de aula.  
 Apostilha: Cr\$40,00, em 7 meses

3. Cursos de Aperfeiçoamento

Duração: 10 meses, inclusive férias  
 Apostilhas 1/3 N; 1/3 Re; 1/3 Ri, a  
 exceção do 3.4 que é tudo N.

- 3.1 - Secretariado  
 3.2 - Estatística  
 3.3 - Adm. Emp. Com. e Ind.  
 3.4 - Prof. do Ens. Comercial

59 aulas por mês, a Cr\$90,00 por hora de aula  
 59 aulas por mês, a Cr\$100,00 por hora de aula  
 68 aulas por mês, a Cr\$100,00 por hora de aula  
 41 aulas por mês, a Cr\$100,00 por hora de aula  
 Apostilha: Cr\$50,00, em 7 meses.

## V e r b a - P e s s o a l

Curso	Turma	Gratificações	Curso	Turma	Gratificações	Tarefas	Total	Curso	Turma	Gratificações	Tarefas	Total
1.1	1	39 520,00	2.1	3	115 050,00	8 280,00	123 330,00	3.1	1	53 100,00	10 350,00	63 450,00
1.2	1	39 520,00	2.2	1	44 250,00	8 280,00	52 530,00	3.2	1	59 000,00	10 350,00	69 250,00
1.3	1	39 520,00	2.3	1	44 250,00	8 280,00	52 530,00	3.3	1	68 000,00	11 850,00	79 850,00
1.4	1	39 520,00	-	-	-	-	-	3.4	1	41 000,00	14 050,00	55 050,00
1.5	1	39 520,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		197 600,00					228 390,00					267 700,00

		PROFESSORES		DIREÇÃO		TOTAL
RESUMO:	Cursos 1 -	Cr\$ 197 600,00	+	Cr\$ 76 000,00	=	Cr\$ 273 600,00
	Cursos 2 -	Cr\$ 228 390,00	+	Cr\$ 79 000,00	=	Cr\$ 307 390,00
	Cursos 3 -	Cr\$ 267 700,00	+	Cr\$ 94 000,00	=	Cr\$ 361 700,00
	T O T A L	Cr\$ 693 690,00	+	Cr\$249 000,00	=	Cr\$ 941 690,00

DIREÇÃO DOS CURSOS

Verba

Pessoal

Q	C A R G O	V e n c i m e n t o	
		M e n s a l	A n u a l
1	Diretor da Escola Técnica e Coordenador dos Cursos Práticos e de Aperfeiçoamento (tempo integral)	7 000,00	84 000,00
	<u>Orientadores</u>		
5	a) Cursos Técnicos Sem revisão de apostilhas	500,00	30 000,00
1	b) Cursos Práticos com revisão Escritório (3 turmas)	1 250,00	15 000,00
1	Auxiliar Adm. Empresas (1 turma)	750,00	9 000,00
1	Estatística (1 turma)	750,00	9 000,00
	c) Cursos de Aperfeiçoamento com revisão		
4	Para os quatro cursos	1 000,00	48 000,00
1	Inspetora de alunos	1 500,00	18 000,00
4	Auxiliares de Curso (tempo parcial)	750,00	36 000,00
		T O T A L	249 000,00

V e r b a       M a t e r i a l

96,x

Curso	Especificação	Valor Cr\$	Curso	Especificação	Valor Cr\$	Curso	Especificação	Valor Cr\$
1.1	<u>Permanente</u> Sala de Física e Química	25 000,00	2.1	<u>Permanente</u> Livros - 4%		3.1	<u>Permanente</u> Livros - 4%	
1.2	Sala de Merceologia	895,00	2.2	sobre Cr\$ 307 390,00	12 295,60	3.2	sobre Cr\$ 349 700,00	13 988,00
1.3	Sala de Geografia	1 470,00	2.3	<u>Consumo</u>		3.3		
1.4	Escritório Modelo	6 723,00	2.1	90% Stencil - 1,110 a Cr\$2,04	21 734,00	3.4		
1.5	Livros - 4% sobre Cr\$ 273 600,00	10 944,00	2.2	10% Duplimat - 123 a Cr\$4,00			<u>Consumo</u>	
			2.3	90% Papel abs - 234 600 a Cr\$0,0667	21 734,00	3.1	Mesmo cálculo dos cursos 2.1, 2.2, e 2.3	21 734,00
				10% Papel Duplimat. 37 000, a Cr\$0,04 cada curso	21 734,00	3.2	90% Stencil - 1.162 a Cr\$2,04	
							10% Duplimat - 129 a Cr\$4,00	21 734,00
						3.4	90% Papel - 232 400 a Cr\$.... 0,0667	
						3.3	10% Papel 25 800 a Cr\$0,09	20 709,50
							90% Stencil - 1 280 a Cr\$2,04	
							10% Duplimat - 142 a Cr\$4,00	
							90% Papel - 385 600 a ..... Cr\$ 0,0667	
							10% Papel - 42 800 a Cr\$0,09	32 750,50
		45 032,00			77 497,60			110 916,00

		<u>PERMANENTE</u>	<u>CONSUMO</u>	<u>TOTAL</u>
RESUMO:	Cursos 1 -	Cr\$ 45 032,00	-	Cr\$ 45 032,00
	Cursos 2 -	Cr\$ 12 295,60	Cr\$ 65 202,00	Cr\$ 77 497,60
	Cursos 3 -	Cr\$ 13 988,00	Cr\$ 96 928,00	Cr\$ 110 916,00
		Cr\$ 71 315,60	Cr\$ 162 130,00	Cr\$ 233 445,60

Curso	Especificação	Valor Cr\$	Curso	Especificação	Valor Cr\$	Curso	Especificação	Valor Cr\$
	<u>Verba - Encargos</u>			<u>Verba - Encargos</u>			<u>Verba - Encargos</u>	
	Direção - 9% s/ Cr\$ 76 000,00	6 840,00		Direção - 9% s/ Cr\$ 79 000,00	7 110,00		Direção - 9% s/ Cr\$ 82 000,00	7 380,00
1	9% s/ Cr\$ 197 600,00	17 774,00	2	9% s/ Cr\$ 203 550,00	18 319,50	3	9% s/ Cr\$ 221 100,00	19 899,00
T O T A L		24 614,00	T O T A L		25 429,50	T O T A L		27 279,00
	<u>Verba - Desp. Gerais</u>			<u>Verba - Desp. Gerais</u>			<u>Verba - Desp. Gerais</u>	
	Publicidade - 4% s/ Cr\$ 273 600,00	10 944,00		Publicidade - 4% s/ Cr\$ 307 390,00	12 295,60		Publicidade - 4% s/ Cr\$ 349 700,00	13 988,00
T O T A L		10 944,00	T O T A L		12 295,60	T O T A L		13 988,00

# R E S U M O

# V E R B A

E s p e c i f i c a ç ã o		Pessoal	Material	Encargos	Desp. Gerais	T o t a l
C u r s o s	1	273 600,00	45 032,00	24 614,00	10 944,00	354 190,00
C u r s o s	2	307 390,00	77 497,60	25 429,50	12 295,60	422 612,70
C u r s o s	3	361 700,00	110 916,00	27 279,00	13 988,00	513 883,00
		941 690,00	233 445,60	77 322,50	37 227,60	1 290 685,70

CURSOS DE PORTUGUÊS E DACTILOGRAFIA

PARA SERVIDORES DA F.G.V.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

DEPARTAMENTO DE ENSINO

### PLANO DO TRABALHO

1. Exposição de Motivos.
2. Finalidades dos Cursos.
3. Organização e Regulamentação dos Cursos.
4. Previsão Orçamentária.
5. Justificação da Previsão Orçamentária.



CURSOS DE PORTUGUÊS E DATILOGRAFIA PARA SERVIDORES DA F.G.V.

1. - EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

- 1.1 - O rendimento de trabalho de qualquer servidor está intimamente ligado ao seu preparo e capacidade de realizar, com perfeição, os serviços que lhe são confiados.
- 1.2 - Nesse particular, os trabalhos de redação e de dactilografia deixam, quase sempre, a desejar. Os primeiros, porque o estudo do idioma nacional nas escolas é, habitualmente, muito mal orientado, e os segundos, não só pelo mesmo motivo, como porque, na maioria dos casos, os datilógrafos são auto-didatas e, mesmo quando alcançam grande velocidade, conservam vícios de técnica e apresentam deficiências que comprometem o rendimento do serviço.
- 1.3 - A fim de garantir maior eficiência nos trabalhos auxiliares dos diferentes órgãos da F.G.V., seria de todo conveniente proporcionar aos servidores em exercício oportunidades de estudo do português e de dactilografia.
- 1.4 - A organização dos cursos compreendendo essas duas disciplinas viria atender ao desejo de muitos funcionários, alguns dos quais já se têm beneficiado da concessão de 1 hora e 15 minutos do tempo de trabalho, a fim de aperfeiçoar seus conhecimentos.
- 1.5 - Acresce que, submetendo-se a uma mesma orientação técnico-didática um número apreciável de servidores, ter-se-á uma formação homogênea dos mesmos e a execução dos serviços será mais equilibrada.
- 1.6 - Passaria, pois, a F.G.V. a contar com um corpo de servidores devidamente preparado para os misteres que exerce e, assim, as despesas decorrentes das aulas necessárias e do sacrifício de horas de expediente ficariam amplamente compensadas pela maior rapidez e perfeição nos trabalhos executados.

1.7 - Propomos, portanto, que sejam organizados dois cursos, em nível diverso, a saber:

1.71 - Curso Básico de Português e Dactilografia.

1.72 - Curso de Aperfeiçoamento em Português e Dactilografia.

1.8 - NOTA - A necessidade de organizar dois cursos em níveis diferentes decorre, é óbvio, do preparo atual dos servidores em exercício, conhecidamente diverso.

ooo000ooo000ooo

## 2. - OBJETIVOS DOS CURSOS

- 2.1 Os cursos propostos, Curso Básico e Curso de Aperfeiçoamento em Português e Dactilografia, destinam-se: o primeiro, a proporcionar a aquisição da habilidade específica de dactilografar com boa apresentação e correção, bem como, de consolidar os conhecimentos fundamentais de português anteriormente adquiridos; o segundo, a promover o perfeito domínio da dactilografia, capacitando o servidor a executar qualquer trabalho, quadros, gráficos, etc., com esmero, assim como, a apurar seus conhecimentos de português.

## 3. - ORGANIZAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO DOS CURSOS

### 3.1 - Currículo

3.11 - Os Cursos Básico e de Aperfeiçoamento para servidores da F.G.V. constarão, exclusivamente, de aulas, cuja orientação será de caráter eminentemente prático.

3.12 - As disciplinas constantes do currículo serão as mesmas para os dois cursos, diferindo apenas quanto ao nível dos estudos feitos, a saber:

3.121 - Curso Básico (C.B.p.S.)

1.00,00 - Português

2.00,00 - Dactilografia

3.122 - Curso de Aperfeiçoamento (C.A.p.S.)

1.00,00 - Português

2.00,00 - Dactilografia

### 3.2 - Classificação dos alunos e constituição de turmas

3.21 - Os servidores-alunos serão classificados de acordo com seu preparo anterior nas matérias programadas.

3.22 - Sendo as turmas constituídas à base da classificação acima, o mesmo servidor poderá pertencer, simultaneamente, à turma de aperfeiçoamento em português e à de dactilografia do curso básico e vice-versa.

Os horários indicados no anexo ao item 3.5 permitem essa adaptação.

- Duração do Curso

6 meses letivos.

3.4 - Número de aulas por semana

3.41 - As aulas serão em número de duas por disciplina, salvo quanto à dactilografia do curso de aperfeiçoamento que será ministrada em uma só aula por semana.

3.42 - O total de aulas por curso e por semana, será, pois, o seguinte:

Curso Básico: 2 aulas de português;

2 aulas de dactilografia.

Curso de Aperfeiçoamento:

2 aulas de português;

1 aula de dactilografia.

3.421 - O total de aulas acima mencionado, enquadra-se nas disposições constantes da instrução de serviço expedida pela Diretoria Executiva desta Fundação (quadro do item 3.10.3 da I.S.) relativa à concessão de horas de expediente para aulas interessando, diretamente, à função dos servidores.

3.5 - Dias e horário das aulas

As aulas serão realizadas de acordo com o horário constante do quadro abaixo:

Horas	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
8,30 às 9,30	Dactilografia (Básico)	Português (Básico)	Dactilografia (Aperf.)	Dactilografia (Básico)	Português (Básico)
		Português (Aperf.)			Português (Aperf.)

Dactilografia - Curso Básico.....	42 aulas
- Curso de Aperfeiçoamento.....	22 aulas
Português - Curso Básico.....	42 aulas
- Curso de Aperfeiçoamento.....	42 aulas

### 3.6 - Inscrição e Matrícula

#### 3.61 - Condições de Inscrição:

Ser servidor da F.G.V. e preencher a fórmula de proposta que será entregue ao Chefe do órgão no qual trabalha.

#### 3.62 - Matrícula

A matrícula será efetivada uma vez que a proposta acima seja aprovada pelo Chefe do Serviço.

### 3.7 - Frequência

A frequência será obrigatória, sendo eliminado do curso o servidor que tiver mais de 6 faltas, sem motivo justificado, durante o período letivo.

Competirá aos Chefes de Serviço abonar ou não as faltas verificadas.

### 3.8 - Verificação de Aprendizagem

#### 3.81 - Notas de Aproveitamento

3.811 - Mensais - serão dadas notas mensais de aproveitamento, mediante provas objetivas, a cada servidor.

3.812 - NOTA - O servidor, cuja nota de aproveitamento for, por dois meses consecutivos, inferior a 50, será eliminado do curso.

#### 3.82 - Provas e certificados

3.821 - No final do curso será realizada uma prova versando sobre toda a matéria dada. Aos alunos que obtiverem média igual ou superior a 60, em cada disciplina, será conferido um certificado de aproveitamento. Aos que atingirem média de 50 a 59 será dado um

certificado de conclusão de curso. Aos demais não será conferido certificado.

### 3.9 - Coordenação e Contrôlê

3.91 - A coordenação e o contrôlê dos cursos em consideração serão confiados a um orientador.

3.92 - Para melhor contrôlê da freqüência e das notas de aproveitamento serão remetidas, mensalmente, a cada chefe de serviço, as informações relativas aos servidores sob suas ordens.

## 4. - PREVISAO ORÇAMENTARIA

Pagamento de aulas aos Professôres, à razão de

Cr\$ 65,00 por aula, nos Cursos Básicos e

Cr\$ 90,00 por aula, nos Cursos de Aperfeiçoamento

Dactilografia:	Curso Básico.....	2.730,00		
	Curso de Aperfeiçoamento.....	<u>1.980,00</u>	4.710,00	
Português:	Curso Básico.....	2.730,00		
	Curso de Aperfeiçoamento.....	<u>3.780,00</u>	<u>6.510,00</u>	11.220,00
<u>Eventuais:</u>	(2 aulas por disciplina)			
	C.B.p.S. - 4 aulas.	260,00		
	C.A.p.S. - 4 aulas.	<u>360,00</u>		<u>620,00</u>
	<u>T O T A L.....</u>			11.840,00

## 5. - JUSTIFICACAO DA PREVISAO ORÇAMENTARIA

5.1 - O orçamento dos cursos para servidores prevê, apenas, o pagamento das aulas ministradas já que, destinando-se a pessoal em exercício, não requer despesas complementares.

5.2 - Como material didático, poderão ser utilizadas as apostilhas dos Cursos Básico e Aperfeiçoamento em Secretariado mantidos pela F.G.V. e editadas em número suficiente para distribuição gratuita aos interessados. A despesa relativa a essas apostilhas, estando incluída previ-

são orçamentária dêsses cursos, deixa de ser considerada aqui.

Em 9 de agosto de 1948

as) Dora A. Mattos

Técnico de Ensino  
Assistente do Diretor

Visto e aprovado

as) Luiz Alves de Mattos

Diretor do Dp.E.

PLANOS ELABORADOS

pelo

DEPARTAMENTO DE ENSINO

da

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

por solicitação da

SUPERINTENDÊNCIA DO ENSINO

AGRICOLA E VETERINÁRIO

do

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

oooo0oooo



PLANO DO TRABALHO

Parte I - Plano dos Cursos a serem realizados pela Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura em colaboração com a Fundação Getúlio Vargas.

Parte II- Plano do Centro de Pesquisas Rurais, anexo aos Cursos.

Parte III- Regulamentação das Bólsas de Estudo.

Parte IV- Previsão Orçamentária e respectiva justificação.

Parte V - Minuta do acôrdo entre a Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura e a Fundação Getúlio Vargas para a realização dos Cursos e funcionamento do Centro de Pesquisas Rurais.

Parte I - Plano dos Cursos a serem realizados pela Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura em colaboração com a Fundação Getúlio Vargas.

	Página
1 - Introdução .....	1
2 - Exposição de Motivos .....	3
3 - Finalidade e Objetivos dos Cursos .....	6
4 - Organização e Regulamentação dos Cursos	10
5 - Anexos.	

## 1 - Introdução

- 1.1 - A 31 de janeiro do ano corrente, encerrou-se o primeiro curso de formação pedagógica de professores e orientadores do ensino agrícola, organizado, em colaboração, pela Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário, Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais e Fundação Getúlio Vargas a quem coube o planejamento e direção técnica do Curso.
- 1.2 - Pautando-se pelas determinações da Lei-Organica do Ensino Agrícola (Decreto-lei nº 9 613, de 20-8-1 946), a organização do referido Curso sofreu, entretanto, as adaptações requeridas para atender às necessidades de formação de professores e auxiliares de ensino em exercício de função docente, muitos deles sem nenhum preparo pedagógico anterior. Assim, por exemplo, além das matérias previstas em lei, foram programadas outras, tais como Higiene Rural e Desenho Aplicado e subdividida a cadeira de Metodologia em Geral e Especial.
- 1.3 - Embora realizado em 6 meses apenas, em vez dos 8 meses que correspondem aos trabalhos letivos regulares, o curso em apêço evidenciou, sobejamente, os benefícios que iniciativas dessa natureza podem proporcionar.
- 1.4 - Efetivamente, apesar de terem sido recrutados para o curso elementos bastante heterogêneos como formação cultural e técnica e experiência docente, o que se patenteou logo nas primeiras aulas, foi possível levar os trabalhos letivos a bom termo pela dedicação de professores e alunos, vivamente empenhados em conjugar o máximo de seus esforços em prol de objetivos comuns.
- 1.5 - Os óbices mais relevantes, que de início pareciam querer entavar os trabalhos, se apresentaram sob a forma de desajustamentos, não só provenientes do afastamento do meio familiar, como da falta de hábito de estudos sistematizados, mormente dentro das técnicas da didática moderna.

1.6 - Esses óbices, contudo, foram paulatinamente removidos, e nas provas parciais, mensais e finais (escritas e orais), os alunos demonstraram, realmente, que haviam assimilado os conhecimentos necessários, e mais: que haviam formado uma mentalidade ruralista renovadora; uma atitude construtiva e progressista diante dos problemas do ensino agrícola, e criado novos interesses e ideais de trabalho e de vida.

## 2 - Exposição de Motivos

- 2.1 - Na gênese de grande número de problemas nacionais, relativos ao meio rural, pode-se assinalar, em regra, a existência de um problema de educação. Quer se trate de formação básica da personalidade, quer se trate de formação técnico-profissional, nossa situação é lamentável, já que as nossas populações rurais se encontram, em sua maioria, desprovidas de assistência educacional.
- 2.2 - O homem do campo, em sua faina diária, entregue a métodos rotineiros de produção, gasta-se numa vida improfícua, sem horizontes nem perspectivas de progresso. Os mais ousados abandonam suas lavouras, seduzidos pela miragem das cidades ou afugentados pela fome que lhes bate à porta porque não souberam produzir.
- 2.3 - A mulher do campo, secundando o marido na mesma vida de labuta sem trégua, estiola-se em trabalho de parco rendimento. Quase todos os misteres, que poderiam facilitar e melhorar a vida de família, lhe são desconhecidos.
- 2.4 - A dura realidade nos compele a dizer que, a família rural - "mora", "come", "veste" e "trabalha" mal; em resumo: vive mal. Em outras palavras, ela consome e produz em regime deficitário. Isto significa que, de fato, sua vida é uma frustração permanente, não só do seu ponto de vista particular, como do ponto de vista da coletividade.
- 2.5 - Ora, além de injusta e verdadeiramente inumana, essa situação representa, para um país que possui as características e possibilidades de nossa pátria, um desperdício de vidas e de riquezas e, em última análise, um perigo.
- 2.6 - Se atentarmos para tôdas as soluções propostas para corrigir essa situação, verificaremos que, à base de qualquer delas, encontra-se a necessidade de educar o homem do campo, proporcionando-lhe uma formação adequada, requerida para que se torne um fator de produtividade, de progresso, beneficiando-se, a si próprio e aos seus e beneficiando a coletividade brasi-

leira.

2.61 - A fixação do trabalhador rural ao meio; a exploração inteligente do solo; a preservação de seus recursos naturais; a utilização das técnicas modernas de produção - métodos e equipamentos - e a melhoria do padrão de vida rural, constituem um todo inseparável, que só se poderá concretizar a través de uma atuação educativa segura, ampla e constante. Essa atuação, para que se torne uma realidade, exige a for mação de um numeroso contingente de técnicos que disse mi nem nos mais longínquos rincões do país, os frutos de sua formação, de sua experiência cultural e profissional, e que sejam capazes de levar avante investigações e pesquisas susceptíveis de elucidar melhor as condições de vida e produção do nosso trabalhador rural, nas diferentes regiões em que se localiza, possibilitando, dessa forma, num futuro próximo, soluções mais objetivas e adequadas aos proble mas que apresentam.

2.7 - Atendendo a esse desiderato, a Lei-Organica do Ensino Agrícola pre vê grande número de cursos técnicos de formação especializada nos setores da agricultura e pecuária e, ainda, cursos de formação de magistério.

2.71 - Através destes últimos, será possível, desde já, trabalhar para que os centros de ensino agrícola utilizem os recursos representados pelas mais relevantes conquistas da peda gogia moderna, garantindo assim, a eficiência de seus serviços, o que equivale a dizer, a coalizão de seus objeti vos.

2.8 - Nesse sentido, a Superintendência do Ensino Agrícola e Veteriná--rio e a Fundação Getúlio Vargas, aproveitando a experiência do cur so que já efetuaram, em colaboração, muito ainda poderiam reali zar.

Ampliando o seu campo de ação, propõe-se, pois, organizar os seguintes cursos:

- 2.81 - Curso de Didática do Ensino Agrícola.
- 2.82 - Curso de Administração do Ensino Agrícola.
- 2.83 - Curso de Formação de Técnicos em Pesquisas Rurais.
- 2.84 - Curso de Magistério de Economia Rural Doméstica.

2.9 - Contando também com a inestimável colaboração da Universidade Rural e de seus técnicos, com os préstimos da Sociedade Nacional de Agricultura, a iniciativa de organização dos mes mos será de grande alcance e poderá contribuir valiosamente, para a solução de problemas graves que nos afligem e tanto preocupam as altas autoridades do País.

### 3 - Finalidade e Objetivos dos Cursos

- 3.1 - Conforme dispõe o art. 4º, cap. I., Título II, da Lei-Organica do Ensino Agrícola: "Ao ensino agrícola cabe, ainda, formar professores de disciplinas próprias desse ensino e administradores de serviços a esse ensino relativos, e bem assim aperfeiçoar-lhes os conhecimentos e a competência".
- 3.2 - É precisamente nessas finalidades que se enquadram três dos cursos previstos.
- 3.3 - Apenas o Curso de Formação de Técnicos de Pesquisas Rurais não se encontra explicitamente indicado entre os demais de que cogita a Lei-Organica. Contudo, visando ele preparar pesquisadores cujo campo de trabalho será o meio rural, e, em especial, seus aspectos sócio-econômicos, é óbvio que tal curso se integra perfeitamente nas finalidades do Ensino Agrícola, correspondendo, por outro lado, a uma necessidade inadiável de nosso País, dada a nossa absoluta carência de inquéritos e pesquisas cientificamente orientadas acerca da vida rural brasileira.
- 3.4 - Essas finalidades encontram-se discriminadas nos objetivos específicos de cada curso, a saber:
- 3.5 - Objetivos Específicos do Curso de Didática do Ensino Agrícola (C.D.E.A.)
- 3.51 - Promover a formação pedagógica de professores que se destinam ao ensino agrícola:
- 3.511 - Proporcionando-lhes o conhecimento da evolução da agricultura em nosso País, bem como do nosso ensino agrícola;
- 3.512 - Levando-os ao estudo dos fenômenos psicológicos diretamente relacionados com a atuação educativa do mestre;
- 3.513 - Familiarizando-os com as condições sócio-econômicas do meio rural, seus problemas mais relevantes e sua repercussão na vida



da nacionalidade;

- 3.514 - orientando-os no estudo dos problemas de higiene ligados ao meio rural, indicando as medidas que, para solução de tais problemas, podem ser tomadas pelo professor;
- 3.515 - conduzindo-os ao domínio das técnicas preconizadas pela didática moderna para o ensino das disciplinas de sua especialização;
- 3.516 - facilitando-lhes o conhecimento das técnicas de orientação educacional e profissional e do valor dessa modalidade educativa.

3.6 - Objetivos Específicos do Curso de Administração do Ensino Agrícola (C.A.E.A.)

- 3.61 - Promover a formação de técnicos em administração de estabelecimentos de ensino agrícola e de orientadores desse ramo de ensino:
  - 3.611 - proporcionando-lhes o conhecimento da evolução da agricultura em nosso País, bem como do nosso ensino agrícola;
  - 3.612 - orientando-os no estudo dos processos fundamentais da psicologia humana;
  - 3.613 - familiarizando-os com as condições sócio-econômicas do meio rural, seus problemas mais relevantes e sua repercussão na vida da nacionalidade;
  - 3.614 - orientando-os no estudo dos problemas de higiene ligados ao meio rural, indicando as medidas que, para solução de tais problemas, podem ser tomadas pelo professor;
  - 3.615 - proporcionando-lhes o conhecimento dos fundamentos da moderna administração e de suas técnicas e o domínio das mesmas no campo do ensino agrícola;

3.616 - facilitando-lhes o conhecimento das técnicas de orientação educacional e profissional e do valor dessa modalidade educativa.

3.7 - Objetivos Específicos do Curso de Formação de Técnicos em Pesquisas Rurais (C.T.P.R.)

3.71 - Possibilitar a formação de técnicos habilitados a realizar pesquisas de natureza social e econômica e relativas ao meio rural brasileiro;

3.711 - dirigindo-os na aquisição de conhecimentos básicos sobre a história econômica e social de nosso País;

3.712 - levando-os ao estudo das características geográficas das diferentes regiões em que se subdivide o Brasil;

3.713 - familiarizando-os com as condições sócio-econômicas do meio rural, seus problemas mais relevantes e sua repercussão na vida da nacionalidade;

3.714 - habilitando-os, teórica e praticamente, a realizar pesquisas científicas, direta ou indiretamente relacionadas com as condições e problemas sócio-econômicas do meio rural brasileiro;

3.715 - familiarizando-os com os métodos estatísticos que necessitarão utilizar em seus trabalhos de pesquisa.

3.8 - Objetivos Específicos do Curso de Economia Rural Doméstica (C.E.R.D.)

3.81 - Promover o preparo de professores que se destinam ao magistério de economia rural doméstica:

3.811 - levando-os a ampliar seus conhecimentos de português, matemática e ciências naturais;

3.812 - Proporcionando-lhes o estudo e a prática do

desenho aplicado às artes domésticas;

- 3.813 - Orientando-os na aprendizagem dos trabalhos manuais característicos da vida doméstica rural;
- 3.814 - familiarizando-os com as técnicas modernas, empregadas nas indústrias rurais caseiras nos diferentes ramos de sua especialização;
- 3.815 - orientando-os no estudo das condições econômico-sociais peculiares ao meio rural;
- 3.816 - dirigindo-os na aquisição de conhecimentos teóricos e práticos de higiene e dietética, enfermagem e puericultura;
- 3.817 - conduzindo-os ao domínio das técnicas preconizadas pela didática moderna para o ensino das disciplinas de sua especialização.

#### 4- Organização e Regulamentação dos Cursos

##### 4.1 - Normas Gerais

##### 4.11 - Disposições estabelecidas pela Lei-Organica do Ensino Agrícola.

4.111 - A organização e regulamentação dos cursos o ra planejados, reger-se-ão pela Lei-Organica do Ensino Agrícola (Decreto-Lei nº 9 613, de 20-8-1946), sempre que a aludida lei ex plicite qualquer determinação acêrca das mes mas.

Nos demais casos, complementares ou suplemen tares, estarão sujeitas às normas estabelecidas pelo Departamento de Ensino da Fundação Getúlio Vargas, com as adaptações espe cíficas requeridas para cada curso.

##### 4.12 - Disposições estabelecidas pelo Dp. E. da F.G.V.

4.121 - Consoante determina a didática moderna, os professores deverão evitar as aulas simples mente expositivas, ministrando-as de modo a que incluam o maior número possível de ati vidades realizadas pelos alunos.

4.122 - As aulas teóricas deverão ser acompanhadas de apostilhas, contendo a súm ula das mesmas, material documentário suplementar, gráficos, esquemas e quadros, etc., em função do assun to de cada aula.

4.123 - As aulas práticas serão acompanhadas de a postilhas tôdas as vêzes que se fizer neces sário fornecer aos alunos normas ou instru ções de trabalho.

4.124 - Os professores contratados para os referidos cursos, estarão sujeitos às exigências-regulamentares estatuídas pelo Dp. E. da F. G.V.

4.125 - Para cada curso será indicado um orientador que se encarregará de prestar assistência técnica aos professores e alunos do respectivo curso, de acordo com as normas adotadas pelo Dp. E. da F.G.V.

4.126 - A fim de coordenar os trabalhos relativos aos quatro cursos previstos, e articulá-los, no que fôr recomendado, com o Centro de Pesquisas Rurais, será indicado um técnico que exercerá as funções estabelecidas pelo Dp. E. da F.G.V. para os Coordenadores de seus cursos.

#### 4.13 - Ano Letivo

4.131 - O ano letivo será dividido em dois períodos de quatro meses cada um, compreendendo todas as atividades curriculares previstas, - provas parciais e finais e as férias regulamentares entre os dois períodos letivos.

4.132 - No ano corrente, os trabalhos letivos serão efetuados de 1 de abril a 31 de dezembro.

#### 4.14 - Condições de admissão

4.141 - Estas condições encontram-se na regulamentação específica de cada curso.

#### 4.15 - Matrículas

4.151 - Preenchidas as condições de admissão, os candidatos aos cursos poderão requerer a sua matrícula, mediante apresentação dos seguintes documentos:

4.151,1 - Certidão de idade

4.151,2 - prova de sanidade física e mental

4.151,3 - atestado de vacina anti-variólica

4.151,4 - 3 retratos de 3x4

4.152 - A matrícula se efetivará mediante o pagamento da taxa determinada e do preenchimento da ficha respectiva.

4.153 - Todas as declarações sobre cursos efetuados, - cargos exercidos ou em exercício, deverão ser comprovadas.

#### 4.16 - Taxas

4.161 - Matrícula: Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros)

4.162 - Frequência: Cr\$ 60,00 (sessenta cruzeiros por mês)

4.162,1 - Serão dispensados das taxas de frequência os comissionados pela S. E.A.V. e pelas Secretarias ou Departamentos Estaduais que não forem contemplados com bolsas de estudo.

4.163 - Apostilhas: o pagamento das apostilhas será efetuado à razão de Cr\$ 1,00 (um cruzeiro) cada uma.

#### 4.17 - Frequência

4.171 - A frequência será obrigatória tanto nas aulas teóricas e práticas como nas atividades extra classe que lhes forem complementares.

4.172 - Será exigido um mínimo de presenças por disciplina, igual a 70% nas aulas teóricas; 60% nas aulas práticas; e 50% nas demais atividades programadas.

4.173 - Não poderá prestar prova final em primeira época o aluno que tiver faltado a 20% da totalidade das aulas teóricas e 30% das aulas práticas, e em segunda época, o aluno que tiver incidido no dobro dessas faltas.

4.174 - Os dados relativos à frequência serão levantados mensalmente e afixados na Secretaria Geral dos Cursos para conhecimento dos alunos.

4.175 - O abono de faltas só poderá ser efetuado nos casos previstos pela regulamentação do ensino superior e mediante requerimento devidamente instruído.

4.18 - Provas e médias de aprovação

4.181 - Graduação das notas

4.181,1 - As notas atribuídas em todos os exercícios e provas serão graduadas de 0 (zero) a 10 (dez).

4.182 - Verificação mensal de aproveitamento

4.182,1 - Mensalmente será dada, em cada disciplina e a cada aluno, pelo respectivo professor, uma nota resultante da avaliação de seu aproveitamento.

4.182,11 - Se, por falta de comparecimento, não se puder apurar o aproveitamento de um aluno, ser-lhe-á atribuída a nota zero.

4.182,2 - A média aritmética das notas de cada mês, em uma disciplina, será a nota anual dos trabalhos mensais relativos à mesma.

4.183 - Provas parciais e finais

4.183,1 - Os exames, em cada disciplina, compreenderão uma primeira e uma segunda prova parcial e uma prova final.

4.183,11 - As provas parciais versarão sobre a matéria ensinada até uma semana antes da realização de cada uma e a prova final

sobre toda a matéria ensinada na série.

4.183,2 - As duas provas parciais serão, conforme a natureza da disciplina, escritas ou práticas.

4.182,21 - As provas parciais serão prestadas perante o professor da disciplina.

4.183,22 - A primeira prova parcial será realizada no quarto mês e a segunda no oitavo mês do período letivo.

4.183,23 - Facultar-se-á segunda chamada ao aluno que à primeira não tiver comparecido por moléstia impeditiva de trabalho escolar ou por motivo de luto em consequência do falecimento de pessoa de sua família.

4.183,24 - Somente se permitirá a segunda chamada até o fim do mês seguinte ao em que se fez a primeira.

4.183,25 - Dar-se-á a nota zero ao aluno que deixar de comparecer à primeira chamada sem motivo de força maior nos termos do item .....

4.182,23 ou ao que não comparecer à segunda chamada.

4.183,3 - A prova final será, conforme a natureza da disciplina, oral ou prática.



- 4.183,31 - A prova final prestar-se-á perante banca examinadora. Haverá duas épocas de prova final. A primeira terá início a partir de 1 de dezembro e a segunda em período especial, no decurso dos últimos trinta dias de férias.
- 4.183,32 - No ano letivo de 1948 as duas épocas de prova final serão determinadas em função do calendário aprovado para os cursos.
- 4.183,33 - Não poderá prestar prova final, na primeira ou na segunda época, o aluno que tiver, como resultado dos exercícios e as duas provas parciais, no conjunto das disciplinas, média inferior a três.
- 4.183,34 - Só poderá prestar prova final em segunda época o aluno que não a tiver feito na primeira por motivo de força maior, nos termos previstos, ou que, tendo-a prestado em primeira época, não houver satisfeito uma das condições de habilitação referidas no item seguinte.

4.183,4 - Considerar-se-á habilitado o aluno que obtiver a nota final 4, pelo menos, em cada disciplina, e a nota global 5, pelo menos, no grupo das disciplinas de cultura geral e cultura técnica.

4.183,41 - A nota global, em cada grupo de disciplinas, será a média aritmética das notas finais dessas disciplinas.

4.183,42 - A nota final de cada disciplina será a média ponderada de 4 elementos: nota anual dos trabalhos mensais de cada disciplina; nota da primeira prova parcial; nota da segunda prova parcial; nota da prova final.

4.183,421 - A esses elementos serão atribuídos, respectivamente os pesos 2,2,4 e 2.

4.19 - As demais indicações relativas aos cursos ora planejados encontram-se nas normas específicas de organização e regulamentação de cada curso.

4.2 - Normas específicas4.21 - Curso de Didática do Ensino Agrícola (C.D.E.A.)4.211 - Currículo do Curso:

o curso supra compreenderá o ensino das disciplinas seguintes:

1.00,00 - História da Agricultura e do Ensino Agrícola.

2.00,00 - Psicologia Educacional.

3.00,00 - Sociologia Rural.

4.00,00 - Higiene Rural.

5.00,00 - Metodologia.

6.00,00 - Orientação Educacional e Profissional

4.211,1 - O quadro relativo ao número de aulas de cada uma das disciplinas figura em anexo.

4.211,2 - Disposições relativas às cadeiras  
3.00,00; 4.00,00 e 5.00,00.

4.211,21 - Em vista da experiência - adquirida através do curso ministrado em 1947, a cadeira de Sociologia Rural será desdobrada em: -  
13.00,00 - Fundamentos de Sociologia;

3.00,00 - Sociologia Rural, propriamente dita.

4.211,22 - Será mantida a cadeira de Higiene Rural, como nos cursos do ano findo, por tratar-se de disciplina - indispensável, que só passou a constar, obrigatoriamente, dos currículos, - quando da aprovação da

Lei-Organica do Ensino Agrícola, não tendo sido, pois, ministrada a todos os que se diplomaram até o presente momento.

4.211,23 - Por imposição de natureza técnica pedagógica, a cadeira de Metodologia - também será subdividida em Metodologia Geral e Especial, competindo, à primeira, ministrar os princípios gerais da didática moderna e, à segunda, aplicá-los às disciplinas agrícolas.

4.211,231 - A cadeira de Metodologia Especial caberá dirigir a prática de Ensino. Esta prática será efetuada segundo os moldes adotados pela cadeira de Didática Geral e Especial da Faculdade Nacional de Filosofia, da Universidade -

4.211,3 - As demais atividades curriculares serão estabelecidas quando da elaboração do programa de cada disciplina.

4.211,31 - Os programas das disciplinas mencionadas serão elaborados à base dos que foram organizados em 1947 ampliando-se, entretanto, o seu conteúdo, já que o curso passou a ser ministrado regularmente, em 9 meses letivos.

4.211,4 - Duração do Curso e mínimo de horas de trabalho semanal.

4.211,41 - O Curso terá a duração de 1 (um) ano letivo.

4.211,42 - O trabalho letivo semanal será distribuído por um total de 24 horas, conforme estabelece o art. 23, Seção II, Cap. III, Título III da Lei-Orgânica do Ensino Agrícola (Dec. Lei nº 9 613, de 20-6-1946).

4.211,5 - Calendário do Curso em 1948

4.211,51 - 1º período, compreendendo aulas, primeiras provas parciais e férias regulamentares de 5 de abril a 15 de agosto.

4.211,52 - 2º período, compreendendo aulas, segundas provas parciais e provas finais: de 16 de agosto a 31 de dezembro.

4.211,6 - Condições de admissão

4.211,61 - Ter concluído qualquer dos cursos agrícolas técnicos; ou

4.211,62 - ser professor do ensino agrícola em estabelecimento mantido pelo Ministério da Agricultura, ou pelas Secretarias ou Departamentos Estaduais de Agricultura; ou ainda

4.211,63 - ser professor normalista com exercício em granjas-escolas típicas rurais;

4.211,64 - ser aprovado em exames vestibulares, que constarão de provas escritas, versando sobre as seguintes matérias:

1.00,00 - Português (3ª série).

2.00,00 - Geografia do Brasil  
(3ª série Colegial).

3.00,00 - Agricultura Geral.

4.211,641 - Os programas dos exames vestibulares, compreenderão a matéria lecionada no 2º ciclo do curso secundário, quanto às cadeiras de Português e Geografia Regional do Brasil. A matéria exigida - quanto à cadeira de Agricultura Geral, - será equivalente ao programa desta dis-

ciplina no Curso de  
Mestria Agrícola.

(Lei-Orgânica do Ensi-  
no Agrícola, Dec.-Lei  
nº 9 613, de 20-8-46).

4.211,7 - Diplomas

4.211,71 - Aos alunos aprovados, que pre-  
encherem as condições estabele-  
cidas pela Lei-Orgânica do En-  
sino Agrícola (itens 4.211,61 e  
4.211,64, acima), será conferi-  
do o diploma de Licenciado em  
Didática do Ensino Agrícola.

4.211,72 - Aos demais alunos será conferi-  
do um certificado de aprovação  
como Professor do Ensino Agrí-  
cola.

4.211,8 - Orientação do Curso

4.211,81 - Tratando-se de um curso de for-  
mação de professores de ensino  
agrícola, a orientação geral do  
mesmo deverá ser exercida pelo  
professor da cadeira de Metodo-  
logia Especial dêste ramo de en-  
sino.

4.22 - Curso de Administração do Ensino Agrícola (C.A.E.A.)

4.221 - Currículo do Curso: o curso acima compreende rá o ensino das disciplinas seguintes:

1.00,00 - História da Agricultura e do Ensino Agrícola.

2.00,00 - Psicologia.

3.00,00 - Sociologia Rural.

4.00,00 - Higiene Rural.

5.00,00 - Administração Escolar.

6.00,00 - Orientação Educacional e Profissional.

4.221,1 - O quadro relativo ao número de aulas de cada disciplina, acima indicada, consta em anexo.

4.221,2 - Este item reger-se-á de acordo com o que foi estabelecido no item ...

4.211,2, salvo quanto ao de número

4.211,23. O item que lhe corresponde será, como segue:

4.221,23 - Os estágios de observação e trabalhos práticos de Administração Escolar serão dirigidos pelo professor da cadeira.

4.221,3 - Estes itens compreendem os mesmos -

a dados já explicados em seus corres

4.221,6 - pondentes 4.211,3; 4.211,4; .....

4.211,5; 4.211,6.



4.221,7 - Diplomas

4.221,71 - Aos alunos aprovados, - que preencheram as condições estabelecidas - pela Lei-Organica do Ensino Agrícola (itens 4.211,6 e 4.211,64 citados anteriormente), - será conferido o diploma de Técnico de Administração do Ensino Agrícola.

4.221,72 - Aos demais alunos será conferido um certificado de aprovação como - Orientador do Ensino Agrícola.

4.221,8 - Orientação do Curso

4.221,81 - Tratando-se de um curso de formação de técnicos em administração do Ensino Agrícola, a orientação geral do mesmo deverá competir - ao professor de Administração Escolar.

#### 4.23 - Curso de Formação de Técnicos em Pesquisas Rurais

(C.T.P.R.)

4.231 - Curriculo do Curso: neste curso serão leciona

das as disciplinas seguintes:

1.00,00 - História Econômica e Social do Brasil.

2.00,00 - Geografia Regional do Brasil.

3.00,00 - Sociologia Rural.

4.00,00 - Economia Rural.

5.00,00 - Técnica de Pesquisas Rurais.

6.00,00 - Noções de Estatística Aplicada.

4.231,1 - O quadro relativo ao número de aulas de cada disciplina encontra-se em anexo.

4.231,2 - Disposições relativas às cadeiras 3.00,00 e 5.00,00.

4.231,21 - Este item compreende os mesmos dados já especificados em seu correspondente 4.211,21.

4.231,22 - A orientação da prática de pesquisas (coleta de dados, apurações, etc.), será confiada a monitores especializados, sob a direção do professor da cadeira de Técnica - de Pesquisas Rurais.

4.231,221 - Para cada grupo de 15 alunos será previsto 1 (um) monitor.

4.231,3 - Este item reger-se-á de acôrdo com o que foi estabelecido no item 4.211,3.

4.231,4 - Duração do Curso e número de horas de trabalho semanal.

4.231,41 - O curso terá a duração de 1(um) ano letivo.

4.231,42 - As aulas e seminários serão distribuídos em 16 horas semanais, dedicando-se, além disso, ao trabalho de campo, - cêrca de 8 horas, - perfazendo o total de 24 horas semanais.

4.231,5 - Estes itens compreendem os mesmos da-

4.231,6 - dos já explicados - em seus correspondentes 4.211,5 e .. 4.211,6, salvo quanto ao de número ... 4.211,64. O item que lhe corresponde será, como segue: -

4.231,64 - Ser aprovado em exames vestibulares, que constarão de provas escritas, ver

sando sobre as seguin  
tes matérias:

1.00,00 - Matemática;

2.00,00 - Português;

3.00,00 - História e  
Geografia -  
do Brasil.-

4.231,641 - Os progra  
mas dos e  
xames ves  
tibulares  
compreen  
derão a  
matéria -  
lecionada  
no 2º ci  
clo do  
curso se  
cundário.

#### 4.231,7 - Diplomas

4.231,71 - Aos alunos aprovados será -  
conferido um certificado -  
de Técnico em Pesquisas Ru  
rais.

#### 4.231,8 - Orientação do Curso

4.231,81 - Tratando-se de um curso -  
destinado a formar técni  
cos em pesquisas rurais,-  
o professor da cadeira de  
Técnica de Pesquisas Rurais-  
deverá incumbir-se da orien  
tação do mesmo.

4.24 - Curso de Magistério de Economia Rural Doméstica

(C.E.R.D.)

4.241 - Currículo do Curso: o primeiro ano do Curso acima compreenderá o ensino das disciplinas seguintes:

1.00,00 - Português.

2.00,00 - Matemática.

3.00,00 - Ciências Naturais.

4.00,00 - Desenho e Trabalhos Manuais.

5.00,00 - Indústrias Rurais Caseiras.

4.241,1 - O quadro relativo ao número de aulas de cada disciplina, acima indicada, figura em anexo.

4.241,2 - Disposições relativas às cadeiras 4.00,00 e 5.00,00

4.241,21 - Para melhor distribuição das atividades curriculares a cadeira 4.00,00 será subdividida em:

4.00,00 - Desenho

14.00,00 - Trabalhos Manuais.

4.241,22 - A cadeira 5.00,00 será ministrada, sucessivamente, por especialistas nos diferentes ramos em que se subdivide.

4.241,3 - Este item reger-se-á de acôrdo com o que foi estabelecido no item 4.211,3.

4.241,4 - Duração do Curso e Número de horas de trabalho semanal

4.241,41 - O Curso terá a duração de dois anos correspondendo, ao ano letivo de 1948, o primeiro ano.

4.241,42 - O trabalho letivo semanal será distribuído por um total de 39 horas, conforme estabelece o art. 23, Seção II, Cap. III, Título III da Lei-Organica do Ensino Agrícola. (Dec.Lei nº 9 613, de 20-8-1946).

4.241,43 - As aulas de Trabalhos - Manuais serão ministradas em períodos de duas (2) horas sucessivas e as de Indústrias Rurais Caseiras em 3 horas, a fim de permitir a prática individual, sob a direção do professor respectivo e, por conseguinte, maior aproveitamento dos alunos.

4.241,5 - Este item compreende os mesmos dados já especificados em seu correspondente 4.211,5.

4.241,6 - Condições de admissão

4.241,61 - Ter concluído o curso de Mestria Agrícola ou o curso de primeiro ciclo do ensino secundário ou do ensino normal;

4.241,62 - possuir capacidade física para os trabalhos escolares que devam ser realizados;

4.241,63 - ser aprovado em exames vestibulares, que constarão de provas escritas, versando sobre as seguintes matérias:

1.00,00 - Português.

2.00,00 - Matemática.

3.00,00 - Desenho.

4.241,631 - Os programas dos exames vestibulares, compreende ção a matéria lecionada no 1º ciclo do curso secundário.

4.241,7 - Promoção

4.241,71 - De acordo com o que dispõe a Lei-Organica do Ensino Agrícola, os alu

nos aprovados nas disciplinas do 1º ano do Curso serão promovidos ao 2º ano.

4.241,8 - Orientação do Curso

4.241,81 - A orientação deste curso caberá a um dos professores do mesmo, escolhido dentre os que tiverem maior experiência no magistério agrícola.

4.242 - O 2º ano do curso será realizado em 1949, como segue:

4.242,1 - Currículo do Curso:

6.00,00 - Higiene e Didática.

7.00,00 - Enfermagem e Puericultura.

8.00,00 - Metodologia.

11.00,00 - Português.

12.00,00 - Matemática.

13.00,00 - Sociologia Rural.

4.242,11 - As cadeiras de Português e Matemática, recebem no 2º ano do Curso as numerações acima para evitar equívoco com a numeração adotada no 1º ano, a saber: 1.00,00 e 2.00,00, respectivamente.

4.242,12 - Foi incluído no currículo do 2º ano o estu-



do da Sociologia Rural,  
reputado imprescindível  
à formação adequada de  
professores do Magistério de Economia Rural Doméstica.

4.242,2 - Diplomas

4.242,21 - Aos alunos aprovados será conferido o diploma de licenciado em Economia Rural Doméstica.

4.243 - A realização simultânea da 1ª e 2ª séries do Curso de Magistério de Economia Rural Doméstica, do ano de 1949 em diante, estará condicionada, ao número de candidatos inscritos e sujeita às possibilidades orçamentárias.

Em 3 de março de 1948

as) Dora A. Mattos  
Técnico de Ensino  
Assistente do Diretor

Visto e aprovado

as) Luiz Alves de Mattos  
Diretor do Dp. E.

ANEXO AO CURSO DE DIDÁTICA DO ENSINO AGRÍCOLA

(C.D.E.A.)

DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE AULAS POR DISCIPLINA:

CÓDIGO	INTERPRETAÇÃO	Nº DE AULAS SEMANAIS	Nº DE AULAS MENSUAIS	Nº DE AULAS ANUAIS
1.00,00	História da Agricultura e do Ensino Agrícola	3	13	117 *
2.00,00	Psicologia Educacional	4	18	162
3.00,00	Sociologia Rural	4	18	162 *
4.00,00	Higiene Rural	3	13	117 *
5.00,00	Metodologia	6	27	243
6.00,00	Orientação Educacional e Profissional	4	18	162 *
	T o t a i s	24	107	963

I - Caso o número de alunos matriculados o permita, as aulas marcadas com asterisco serão dadas em conjunto com os outros cursos, cujo currículo inclui essas disciplinas.

II - A cadeira 3.00,00 desdobra-se em duas: 13.00,00 - Fundamentos de Sociologia e 3.00,00 - Sociologia Rural.

ANEXO AO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DO ENSINO AGRÍCOLA  
(C.A.E.A.)

DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE AULAS POR DISCIPLINA:

CÓDIGO	INTERPRETAÇÃO	Nº DE AULAS SEMANAIS	Nº DE AULAS MENSUAIS	Nº DE AULAS ANUAIS
1.00,00	História da Agricultura e do Ensino Agrícola	3	13	117 *
2.00,00	Psicologia	4	18	162
3.00,00	Sociologia Rural	4	18	162 *
4.00,00	Higiene Rural	3	13	117 *
5.00,00	Administração Escolar	6	27	243
6.00,00	Orientação Educacional e Profissional	4	18	162 *
	T o t a i s	24	107	963

- I - Caso o número de alunos matriculados o permita, as aulas marcadas com asterisco serão dadas em conjunto com os outros cursos, cujo currículo inclui essas disciplinas.
- II - A cadeira 3.00,00 desdobra-se em duas: 13.00,00 - Fundamentos de Sociologia; e 3.00,00 - Sociologia Rural.

ANEXO AO CURSO DE TÉCNICOS EM PESQUISAS RURAIS

(C.T.P.R.)

DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE AULAS POR DISCIPLINA:

CÓDIGO	INTERPRETAÇÃO	Nº DE AULAS SEMANAIS	Nº DE AULAS MENSUAIS	Nº DE AULAS ANUAIS
1.00,00	História Econômica e Social do Brasil	2	9	81
2.00,00	Geografia Regional do Brasil	2	9	81
3.00,00	Sociologia Rural	4	18	162 *
4.00,00	Economia Rural	2	9	81
5.00,00	Técnica de Pesquisas Rurais	4	18	162
6.00,00	Noções de Estatística Aplicada	2	9	81
	T o t a i s	16	72	648

I - Caso o número de alunos matriculados o permita, as aulas marcadas com asterisco serão dadas em conjunto com os outros cursos, cujo currículo inclui essas disciplinas.

II - A cadeira 3.00,00 desdobra-se em duas: 13.00,00 - Fundamentos de Sociologia; e 3.00,00 - Sociologia Rural

ANEXO AO CURSO DE MAGISTÉRIO DE ECONOMIA RURAL DOMÉSTICA

(C.E.R.D.)

DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE AULAS POR DISCIPLINA

CÓDIGO	INTERPRETAÇÃO	Nº DE AULAS SEMANAIS	Nº DE AULAS MENSAIS	Nº DE AULAS ANUAIS
1.00,00	Português	4	18	162
2.00,00	Matemática	4	18	162
3.00,00	Ciências Naturais	4	18	162
4.00,00	} - Desenho } - Trabalhos Manuais	4	18	162
14.00,00		8	36	324
5.00,00	Indústrias Rurais Caseiras	15	69	621
	T o t a i s	39	177	1.593

OBS.: - O número de horas previsto para as disciplinas 14.00,00 e 5.00,00 incluem aulas e trabalho dirigido.

Parte II - Plano do Centro de Pesquisas Rurais, anexo aos Cursos.

	Pág.
1 - Exposição de Motivos .....	1
2 - Finalidades do Centro .....	3
3 - Organização e Regulamentação do Centro.	4

1. - EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

- 1.1 - A situação brasileira, no que diz respeito à solução de problemas rurais, ressen-te-se, de modo particular, da falta de dados objetivos que retratem fielmente as nossas realidades.
- 1.2 - Poucos têm sido os estudiosos dedicados à investigação de nossos problemas rurais, já pelas dificuldades inerentes a pesquisas dessa natureza, acrescidas das que são peculiares ao nosso "hinterland"; já pela falta de formação técnica adequada que habilite elementos capazes de realizar, com eficiência, esse tipo de estudos.
- 1.21 - Infelizmente, nossos centros culturais dedicam-se muito mais à formação de técnicos de gabinete do que ao preparo de pesquisadores de campo. Salvo honrosas exceções, como a Escola livre de Sociologia e Política de S. Paulo, essa situação ainda perdura por todo o País.
- 1.3 - A experiência constituída pelo Curso de Formação Pedagógica de Professôres e Orientadores do Ensino Agrícola, organizado com a colaboração da Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário, Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais e Fundação Getúlio Vargas, sob a direção técnica desta última entidade, veio pôr em foco a necessidade de se criar uma agremiação que, reunindo especialistas e demais interessados nos problemas rurais, possa incentivar os inquéritos e pesquisas de que carecemos nesse particular; coordenar atividades; sistematizá-las; ampliá-las; e, ainda, constituir um excelente centro de treinamento de pesquisadores de campo.
- 1.4 - Íntimamente relacionada com o aludido curso, a agremiação projetada constituiria um elemento de ligação com os alunos já formados, através dos quais trabalharia no sentido de incrementar os estudos rurais. Seria difundida, dêsse modo,

por todo o país, a orientação científica do centro, numa promissora tentativa de articular em torno de objetivos comuns, energias e esforços até agora inaproveitados.

1.5 - Acresce que, os ex-alunos do curso, uma vez retornando a seus postos de trabalho, certamente, procurarão pôr em prática os ensinamentos recebidos. Sendo, contudo, em número reduzido e disseminados por localidades longínquas, dificilmente vencerão a ignorância e a inércia do meio, se não forem amparados por uma ligação com o centro que os formou, que nêles incutiu novos ideais, ampliando sua cultura e ensinando-lhes novas técnicas de trabalho.

1.6 - A criação de um centro de Pesquisas Rurais enquadra-se nos objetivos culturais da F.G.V., e virá servir como complemento indispensável aos cursos que esta instituição se propõe realizar em colaboração com a Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário, do Ministério da Agricultura.

ooo000ooo



## 2. - FINALIDADES DO CENTRO

### 2.1 - O Centro de Pesquisas Rurais terá por finalidades:

- 2.11 - desenvolver uma mentalidade científica no tratamento dos problemas rurais e suas soluções;
- 2.12 - formar pesquisadores de campo devidamente habilitados;
- 2.13 - promover, orientar e coordenar inquéritos ou pesquisas, interpretando os dados colhidos, divulgando os resultados obtidos ou as conclusões que dêles se possam inferir;
- 2.14 - organizar palestras, conferências, semanas de estudos sobre assuntos relativos aos problemas rurais e sua solução;
- 2.15 - proporcionar aos estudantes em geral e, em particular aos alunos do Curso de Formação Pedagógica de Professores e Orientadores do Ensino Agrícola, a mais ampla orientação e assistência no que se refere a estudos relativos ao meio rural;
- 2.16 - manter estreita ligação com os ex-alunos do Curso já mencionado;
- 2.17 - colaborar com as autoridades do País, quando solicitado, dentro do limite de suas atribuições;
- 2.18 - estabelecer intercâmbio cultural com as instituições congêneres do país e do estrangeiro e demais entidades que se dedicam a assuntos rurais.

### 3. ORGANIZAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO

#### 3.1 - Direção

O Centro será dirigido por um especialista em assuntos rurais, de preferência habilitado em trabalhos de pesquisas.

3.11 - A indicação do referido dirigente, que será denominado 'Orientador do Centro', será submetida à aprovação do Coordenador Geral dos Cursos e Centro, e do Diretor do Departamento de Ensino da F.G.V..

#### 3.2 - Comissão de Estudos e Pesquisas

3.21 - As Comissões de Estudos e Pesquisas serão integradas por técnicos especializados de notória competência. Sua indicação será submetida à aprovação dos dirigentes mencionados no item 3.11 e a estes encaminhada, com parecer do Orientador do Centro.

3.22 - No ano corrente, o número de membros da Comissão de Estudos e Pesquisas não deverá exceder a 15 (quinze).

#### 3.3 - Estatutos do Centro e Regimento Interno

3.31 - Os Estatutos do Centro e seu Regimento Interno, incluindo as atribuições regulares do Orientador e dos membros da Comissão de Estudos e Pesquisas, e outras, serão elaboradas pelo Técnico do Dp.E da Fundação Getúlio Vargas encarregado do planejamento geral do Centro, pelo Orientador do mesmo e pelo professor da cadeira de Técnica de Pesquisas do Curso de Formação de Técnicos de Pesquisas Rurais (C.T.P.R.)

3.311 - Os referidos Estatutos e Regimento deverão ser apresentados no máximo, 30 (trinta) dias após a aprovação do plano ora apresentado, e submetidos à aprovação do Coordenador Geral dos Cursos e do Centro e do Diretor do Dp.E. da F.G.V.

### 3.4 - Membros do Centro

- 3.41 - O Centro de Pesquisas Rurais congregará: Dirigentes do Curso de Formação Pedagógica de Professores e Orientadores do Ensino Agrícola;
- 3.42 - Professores do Curso;
- 3.43 - Ex-alunos do Curso;
- 3.44 - Alunos do Curso;
- 3.45 - Membros de instituições dedicadas ao estudo do meio rural;
- 3.46 - Professores e Técnicos ruralistas;
- 3.47 - Pessoas interessadas no assunto e devidamente credenciadas, a critério da Diretoria do Centro.

### 3.5 - Órgãos do Centro

3.51 - O Centro de Pesquisas Rurais será constituído pelos seguintes órgãos: Estudos e Pesquisas:

3.511 - Seção de Sociologia Rural, abrangendo estudos e pesquisas de:

3.511,1 - Sociologia Rural;

3.511,2 - Economia Rural;

3.511,3 - Higiêne Rural;

3.511,4 - História Econômica e Social do Brasil;

3.511,5 - História da Agricultura e do Ensino Agrícola.

3.512 - Seção de Orientação Vital, compreendendo estudos e pesquisas de:

3.512,1 - Psicologia experimental, educacional e Psicologia social Rural.

3.512,2 - Orientação educacional e profissional.

3.513 - Seção de Renovação Metodológica, incluindo estudos e pesquisas de:

3.513,1 - Administração e Organização Escolar;

3.513,2 - Metodologia Geral e Especial.

3.514 - As Seções mencionadas nos itens acima, integradas por: professores dos cursos, em cada setor de sua especialização; alunos e ex-alunos de acordo com seu preparo anterior, inclinações naturais e necessidades de serviço; e demais especialistas, membros do Centro, apresentarão, anualmente, um programa de estudos e pesquisas.

3.514,1 - Os programas acima, deverão ser submetidos à apreciação da Comissão de Estudos e Pesquisas, que dará parecer sobre os mesmos, e aprovados pelo Coordenador Geral dos Cursos e Centro e pelo Diretor do Departamento de Ensino da F.G.V..

### 3.52 - Documentação

3.521 - O Centro de Pesquisas Rurais organizará a biblioteca especializada, prevista para os cursos, e constituída por compêndios, monografias e revistas sobre assuntos rurais.

3.522 - Manterá igualmente um arquivo dos dados e informações coligidas e demais assuntos de correlatos: planos, gráficos, mapas, esquemas, relatórios, etc..

### 3.53 - Divulgação e Intercâmbio

3.531 - O Centro de Pesquisas Rurais editará um "Boletim" de divulgação de suas atividades; trabalhos de seus membros e de outros especialistas, desde que apresentem interesse correlato.

3.531,1 - O "Boletim", acima, será publicado 4 vezes por ano; distribuído gratuitamente aos membros do Centro de Pesquisas Rurais e às instituições interessadas, a critério da Diretoria. Será, igualmente, permutado, com outras publicações congêneres.

Aos demais interessados, o Boletim será vendido a preço módico.

3.54 - Serão organizados pelo Centro de Pesquisas Rurais, sob o patrocínio da seção, à qual interessar diretamente, palestras, sessões de cinema educativo, semanas de estudo, excursões, etc...

3.541 - os trabalhos de campo, ligados às diferentes cadeiras do curso, poderão ser coordenadas pelo Centro de Pesquisas Rurais, embora, não necessariamente.

### 3.6 - Reuniões

3.61 - O Centro de Pesquisas Rurais organizará as seguintes reuniões:

3.611 - Dois seminários mensais de Comissão de Estudos e Pesquisas, para relatório e debate dos trabalhos em pauta.

3.612 - Uma reunião mensal de todos os membros do Centro para comunicações de Estudos e Pesquisas e outros assuntos subordinados às finalidades do Centro.

3.613 - No final do ano o Centro de Pesquisas Rurais realizará uma sessão extraordinária, pública, para maior divulgação de seus trabalhos e dos resultados obtidos.

3.7 - Secretaria: - Os Serviços de Secretaria do Centro de Pesquisas Rurais serão organizados de acôrdo com deliberações posteriores e na medida das suas necessidades.

Em 3 de março de 1948

as) Dora A de Mattos  
Técnico de Ensino  
Assistente do Diretor

Visto e aprovado

as) Luiz Alves de Mattos  
Diretor do Dp.E

Parte III - Regulamentação das Bôlsas de Estudo.

	Pág.
1. - Disposições Gerais .....	1
2. - Condições para o recebimento das Bôlsas...	1.
3. - Compromisso e Deveres dos Bolsistas .....	2.

REGULAMENTAÇÃO DAS BOLSAS DE ESTUDO1. - DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1 - A Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura, em colaboração com a Fundação Getúlio Vargas, resolve conceder 20 (vinte) Bolsas de Estudo para o ano letivo de 1948, sendo 5 em cada um dos cursos seguintes:

1.11 - Curso de Didática do Ensino Agrícola (C.D.E.A.);

1.12 - Curso de Administração do Ensino Agrícola (C.A.E.A.);

1.13 - Curso de Formação de Técnicos de Pesquisas Rurais - (C.T.P.R.);

1.14 - Curso de Magistério de Economia Rural Doméstica (C.E.R.D.).

1.2 - As Bolsas de Estudo, previstas acima, serão no valor de Cr\$ 15.000,00 (quinze mil cruzeiros) anuais por bolsa, pagas em 10 (dez) prestações de Cr\$ 1.500,00 (mil e quinhentos cruzeiros) entre o 1º e o 5º dia útil dos meses de abril a dezembro, e no fim deste último mês, quando o aluno bolsista tiver de retornar ao Estado ou Território onde trabalha.

1.21 - Em se tratando de bolsista residente no Distrito Federal ou em Niterói e adjacências, esta última mensalidade não será concedida.

1.3 - Os candidatos às bolsas deverão requerê-las, por escrito, ao Coordenador dos cursos, indicado pela Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário, no ato de inscrição ao exame de admissão.

1.4 - As bolsas serão concedidas de acordo com as condições estabelecidas por esta regulamentação.



## 2. CONDIÇÕES PARA O RECEBIMENTO DAS BOLSAS

- 2.1 - Os candidatos às Bolsas de Estudo terão de preencher requisitos relativos a:
- 2.11 - Sanidade e capacidade física e mental.
  - 2.12 - Comportamento, atitudes e interesses sociais e vocacionais.
  - 2.13 - Preparo anterior e dedicação ao estudo.
- 2.2 - Sanidade e capacidade física e mental
- 2.21 - Além dos atestados de sanidade, exigidos por lei para ingresso nos cursos, os candidatos às bolsas deverão vencer provas específicas que demonstrem:
    - 2.211 - do ponto de vista físico - integridade orgânica e funcional e bom tônus vital;
    - 2.212 - do ponto de vista mental - ausência de traços psicopáticos ou neuróticos e bom nível mental.
- 2.3 - Comportamento, atitudes e interesses sociais e vocacionais.
- 2.31 - Além do comprovante de idoneidade moral, os candidatos às bolsas submeter-se-ão a provas psicológicas aferidoras de atitudes e interesses sociais e vocacionais.
- 2.4 - Preparo anterior e dedicação ao estudo
- 2.41 - Os candidatos às bolsas deverão comprovar os cursos anteriormente realizados e demais estudos ou trabalhos feitos.
  - 2.42 - No exame de admissão os candidatos às bolsas deverão alcançar média global igual ou superior a 75 (setenta e cinco) e, por matéria exigida, média igual ou superior a 65 (sessenta e cinco).

### 3. - COMPROMISSO E DEVERES DOS BOLSISTAS

3.1 - Ao receberem a primeira prestação, os bolsistas deverão assumir, formal e efetivamente, compromissos e deveres relativos a:

3.11 - Tempo integral.

3.12 - Assiduidade e pontualidade.

3.13 - Participação e aproveitamento nas atividades curriculares e extra-curriculares.

3.14 - Atitude disciplinada e construtiva.

#### 3.2 - Tempo Integral

3.21 - Os beneficiários das bolsas não poderão exercer nenhuma atividade, remunerada ou não, em campo alheio ao direta ou indiretamente relacionado com o dos cursos.

3.211 - Mesmo dentro deste campo é vedada qualquer outra atividade que seja remunerada sob qualquer forma.

3.22 - Os bolsistas devem dedicar o máximo possível de tempo às atividades curriculares e extra-curriculares.

3.23 - Qualquer inobservância em relação ao disposto nos itens acima acarretará a suspensão da bolsa.

#### 3.3 - Assiduidade e pontualidade

3.31 - Os bolsistas só podem faltar às aulas, ou a elas chegar atrasados, por motivo justo, sendo, então obrigatória a apresentação, por escrito, ao Coordenador dos cursos, da justificacão correspondente, competindo a este julgar os motivos apresentados.

3.32 - O bolsista que não observar o estabelecido no item anterior será advertido pelo Coordenador dos cursos e, em caso de reincidência, perderá o direito à bolsa de estudo.

3.4 - Participação e aproveitamento nas atividades curriculares e extra-curriculares

3.41 - A participação e o aproveitamento dos bolsistas em relação às atividades curriculares e extra-curriculares será julgada em função de:

3.411 - médias obtidas nos trabalhos e nas provas escritas e orais de cada disciplina, as quais não poderão ser inferiores a 75 (setenta e cinco), tanto para os trabalhos quanto para as provas.

3.412 - cumprimento integral de um plano de trabalho, adstrito a uma ou mais disciplinas. Tal plano será elaborado, acompanhado e julgado pelo professor ou professores respectivos. O plano constará de:

3.412,1 - pesquisa bibliográfica e organização de fichário informativo relativo ao assunto em estudo;

3.412,2 - pesquisa de campo, que, conforme o tema e em função do que fôr estabelecido, constará de visitas ou excursões para observações e coleta de dados ou de estágios para aquisição de conhecimentos e de experiência;

3.412,3 - apresentação mensal, por escrito, do andamento da pesquisa e redação final das conclusões, ou, pelo menos, da relação dos dados significativos colhidos.

3.42 - O cumprimento das determinações do item 3.41 e suas subdivisões é essencial para a continuação do recebimento do benefício.

### 3.5 - Atitude disciplinada e construtiva

3.51 - Qualquer atitude de indisciplina ou desrespeito graves às normas de boa conduta social, será motivo suficiente para a suspensão do benefício.

3.511 - Tal medida será tomada, logo que o inquérito procedido a respeito por 2 professores do curso no qual estiver matriculado e um técnico da F.G.V., indicados e presididos pelo Coordenador dos cursos, evidencie a existência e a gravidade da culpa.

Parte IV - Previsão Orçamentária e respectiva justificação

	Pág.
1 - Previsão orçamentária específica correspon dente a cada curso e ao Centro e Quadro ge ral das despesas .....	1
2 - Justificação da Previsão Orçamentária ....	7

FUNDAÇÃO GETULIO VARGASDEPARTAMENTO DE ENSINO1. - PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA O CURSO DE DIDÁTICA DO ENSINO AGRÍCOLA  
( C.D.E.A. )

Duração do Curso: 9 meses; Total: Aulas Previstas, 963; Apost. 963.

## VERBA - PESSOAL

Gratificações

-Pagamento de aulas aos Professores a Cr\$ 100,00 p/aula.	96.300,00	
Idem a 1 Orientador, a Cr\$...		
1.000,00 mensais .....	<u>9.000,00</u>	105.300,00

TAREFAS

-Pagamento de originais de apostilhas aos Professores, a Cr\$ 50,00 por original.....		<u>48.150,00</u>	153.450,00
---	--	------------------	------------

## VERBA - MATERIAL

Consumo

-Stencil - 4 333 a Cr\$ 2,04...	8.839,30	
-Papel absorvente - 866 600, a Cr\$ 0,0667 .....	57.802,20	66.641,50

Permanente

-Livros - 4 % s/ Cr\$ ----- 220.091,50 .....		8.803,70	75.445,20
---	--	----------	-----------

## VERBA - DESPESAS GERAIS

Excursões e Visitas

-10% s/ Cr\$ 238.372,20 .....		23.837,20	
-------------------------------	--	-----------	--

Trabalhos de Campo

-15 % s/ Cr\$ 238.372,20 .....		<u>35.755,80</u>	59.593,00
--------------------------------	--	------------------	-----------

## VERBA - ENCARGOS

Contribuições

-9 % s/ Cr\$ 105.300,00 ----- (Gratificações ) .....			<u>9.477,00</u>
T O T A L .....			297.965,20

MAIS:

- 5 Bôlsas de estudo a Cr\$ --- 1.500,00 mensais, cada bôlsa ( 9 meses de estudo e 1 mês de trânsito ) .....			<u>75.000,00</u>
---	--	--	------------------

372.965,20

Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 1948.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGASDEPARTAMENTO DE ENSINO1.2 - PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA O CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DE ENSINO AGRÍCOLA - (C. A. E. A.)

Duração do Curso: 9 meses; total: aulas previstas, 963; apostilhas, 963.

## VERBA - PESSOAL

Gratificações

Pagamento de aulas aos Professores a Cr\$100,00 p/aula	96.300,00	
Idem a 1 Orientador, a ....		
Cr\$1.000,00, mensais .....	<u>9.000,00</u>	105.300,00

Tarefas

Pagamento de originais de a postilhas aos Professores, a Cr\$50,00 por original .....	<u>48.150,00</u>	153.450,00
---	------------------	------------

## VERBA - MATERIAL

Consumo

Stencil - 4.333 a Cr\$2,04..	8.839,30	
Papel absorvente - 866.600 a Cr\$0,0667 .....	<u>57.802,20</u>	66.641,50

Permanente

Livros - 4% s/Cr\$220.091,50	<u>8.803,70</u>	75.445,20
------------------------------	-----------------	-----------

## VERBA - DESPESAS GERAIS

Excursões e Visitas

10% s/Cr\$238.372,20.....	23.837,20	
---------------------------	-----------	--

Trabalhos de Campo

15% s/Cr\$238.372,20 .....	<u>35.755,80</u>	59.593,00
----------------------------	------------------	-----------

## VERBA - ENCARGOS

Contribuições

9% s/Cr\$105.300,00 (Gratificações) .....		<u>9.477,00</u>
---	--	-----------------

T O T A L .....		297.965,20
-----------------	--	------------

MAIS

5 Bôlsas de Estudo a Cr\$... 1.500,00 mensais, cada bôlsa. (9 meses de estudo e 1 mês de trânsito) .....		<u>75.000,00</u>
--	--	------------------

Rio de Janeiro, 18/2/48

372.965,20

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGASDEPARTAMENTO DE ENSINO1.3 - PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA O CURSO DE TÉCNICOS EM PESQUISASRURAIS (C.T.P.R.)

Duração do Curso: 9 meses; Total: Aulas Previstas 648; Apost.  
648.

VERBA-PESSOALGratificações

-Pagamento de aulas aos Professores a Cr\$ 100,00 p/aula	64.800,00	
-Idem 1 Orientador, a Cr\$ 1.000,00 mensais.....	9.000,00	
-Idem a 2 Monitores a Cr\$ 1.000,00 mensais.....	<u>18.000,00</u>	91.800,00

Tarefas

-Pagamento de originais de a postilhas aos Professores, a Cr\$ 50,00 por original.....	<u>32.400,00</u>	124.200,00
--	------------------	------------

VERBA-MATERIALConsumo

-Stencil - 2 916 a Cr\$ 2.04.	5.948,60	
-Papel Absorvente - 583 200 a Cr\$ 0,0667.....	<u>38.899,40</u>	44.848,00

Permanente

-Livros - 4% s/Cr\$169.048,00.	6.761,90	51.609,90
--------------------------------	----------	-----------

VERBA - DESPESAS GERAISExcursões e Visitas

- 10% s/Cr\$ 184.071,90.....	18.407,20	
------------------------------	-----------	--

Trabalhos de Campo

-15% s/ Cr\$ 184.071,90.....	27.610,80	46.018,00
------------------------------	-----------	-----------

VERBA - ENCARGOSContribuições

- 9% s/Cr\$ 9.800,00..... (Gratificações).....		8.262,00
---	--	----------

TOTAL.....

230.089,90

MAIS:

- 5 Bolsas de estudo a Cr\$... 1.500,00 mensais, cada..... (9 meses de estudo e 1 mês de trânsito).....		<u>75.000,00</u> <u>305.089,90</u>
---	--	---------------------------------------



FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGASDEPARTAMENTO DE ENSINO1.4 - PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA O CURSO DE MAGISTÉRIO DE ECONOMIA RURAL DOMÉSTICA (C.E.R.D.)

Duração do Curso: 9 meses; total: aulas previstas, 1 593; apostilas, 772.

VERBA - PESSOALGratificações

Pagamento de aulas aos Professores a Cr\$60,00 por aula nas cadeiras 2.00,00 e 3.00,00 .....	29.160,00	
Idem a Cr\$80,00 por 2 horas nas cadeiras 4.00,00 a 14.00,00 .....	6.480,00	
Idem a Cr\$120,00 por 3 horas na cadeira 5.00,00 ....	4.960,00	
Idem 1 Orientador a Cr\$1.000,00 mensais .....	9.000,00	49.600,00

Tarefas

Pagamento de originais de apostilhas aos Professores, a Cr\$40,00 por original .....	39.880,00	80.480,00
--	-----------	-----------

VERBA - MATERIALConsumo

90% Stencil - 3.130 a Cr\$2,04 .....	6.385,20	
10% Duplimat - 346 a Cr\$4,00 .....	1.384,00	
90% papel absorvente 626 000 a Cr\$0,0667 .....	41.754,20	
10% papel para duplimat 69 200 a Cr\$0,09 .....	6.228,00	55.751,40
		55.751,40

VERBA - DESPESAS GERAISExcursões

10% s/Cr\$136.231,40 .....	13.623,10
----------------------------	-----------

Publicidade

4% s/Cr\$136.231,40 .....	5.449,30	19.072,40
---------------------------	----------	-----------

VERBA - ENCARGOSContribuições

9% s/Cr\$39.600,00 (Gratificações) .....	3.564,00
T O T A L .....	158.867,80

MAIS

Instalações e Equipamentos 5 Bolsas de Estudos a Cr\$1.500,00 mensais, cada bolsa (9 meses de estudo e 1 mês de trânsito) .....	75.000,00
	283.867,80

Rio de Janeiro, 18/2/48

FUNDAÇÃO GETULIO VARGASDEPARTAMENTO DE ENSINO1.5 - PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA O CENTRO DE PESQUISAS RURAIS

Duração: 9 Meses.

VERBA - PESSOALGratificações

- Pagamento do Orientador do Centro a Cr\$ 2.000,00- mensais .....	18.000,00	
--	-----------	--

Jetons

- Pagamento de comissões de trabalho ( 2 reuniões mensais - 15 membros) ...	40.500,00	58.500,00
---	-----------	-----------

VERBA - MATERIAL

-Material de expediente..	9.000,00	
-Boletim do Centro (4 nú- meros por ano ) a Cr\$ -- 8.000,00.....	32.000,00	41.000,00
TOTAL.....		<u>99.500,00</u>

Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 1 948

OBSERVAÇÕES

Segundo o planejamento elaborado pelo Departamento de Ensino, o número de aulas previstas para cada curso, será:

C.A.E.A.	C.D.E.A.	C.T.P.R.
963	963	648

Tendo em vista que 3 cadeiras dos dois primeiros cursos são idênticas, as aulas serão dadas em conjunto. Com isso teremos nesses dois cursos uma redução de despesas correspondente a 396 aulas.

Além das cadeiras acima, há, ainda, uma que é idêntica aos 3 cursos e cujas aulas também serão dadas em conjunto. Nesse caso, como o número total de aulas dessa cadeira é de 192, a despesa, para cada curso será de  $1/3$ , ou seja de 54 aulas.

Pelo exposto, o número de aulas previstas para cada curso será:

	C.A.E.A.	C.D.E.A.	C.T.R.P.
Aulas em separado	405	405	486
Aulas em conjunto	198	198	-
Aulas em conjunto	<u>54</u>	<u>54</u>	<u>54</u>
Totais .....	657	657	540

Para efeito de cálculo das apostilhas, o Departamento de Ensino considerou o número de apostilhas para os 3 cursos igual ao total de aulas, menos 10%; nesse caso, o total de apostilhas por curso será

C.A.E.A.	C.D.E.A.	C.T.P.R.
591	591	486

Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 1948

## 2. - JUSTIFICAÇÃO DA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

### 2.1 - PREVISÃO DA DESPESA

#### 2.11 - Verba I - Pessoal

2.111 - A fim de coordenar as atividades dos quatro cursos previstos e de entrosá-las no que interessar, como o Centro de Pesquisas Rurais foi previsto um "Coordenador", que perceberá a gratificação mensal de Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros), correspondente a cerca de 28 horas semanais.

2.112 - Para permitir melhor direção dos trabalhos docentes e discentes foi previsto um "Orientador" para cada curso, professor da cadeira principal, que perceberá por essas funções a gratificação de Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros) por mês.

2.113 - Necessitando o Curso para Formação de Técnicos em Pesquisas Rurais (C.T.P.R.) de "Monitores" especializados, que dirijam os trabalhos de campo e seus complementos, foram previstos para o referido curso dois monitores, um para cada 15 alunos, e cuja gratificação será de Cr\$ 2.000,00 por mês.

2.114 - O Centro de Pesquisas Rurais deverá, igualmente, ter um "Orientador" dirigente cuja gratificação será de Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros).

2.114,1 - O dirigente acima poderá ser um dos monitores mencionados em 2.113, e nesse caso, perceberá os vencimentos correspondentes às horas de serviço por ele prestadas, até o máximo de Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros).

2.114,2 - Os membros das comissões de estudo do Centro de Pesquisas Rurais perceberão,

per capita, Cr\$150,00 (cento e cinquenta cruzeiros) por sessão da qual participarem.

A verba destinada a este pagamento refere-se a 15 membros, e é relativa a duas reuniões mensais.

2.115 - Corpo Docente

2.115,1 - A despesa relativa ao Corpo Docente dos Cursos de Didática do Ensino Agrícola, Administração do Ensino Agrícola e Formação de Técnicos em Pesquisas Rurais (C.D.E.A., C.A.E.A., C.T.P.R.), foi calculada na base de Cr\$50,00 (cinquenta cruzeiros) por apostilha e de Cr\$100,00 (cem cruzeiros) por aula.

2.115,2 - No Curso de Economia Rural Doméstica essa despesa foi calculada na base de Cr\$40,00 (quarenta cruzeiros) por apostilha e as aulas de acordo com a discriminação abaixo:

2.115,21 - disciplinas teóricas: cadeiras 1.00,00, 2.00,00 e 3.00,00 a Cr\$60,00 (sessenta cruzeiros) por aula;

2.115,22 - disciplinas práticas: cadeiras 4.00,00 e 14.00,00 a Cr\$80,00 (oitenta cruzeiros) por cada duas horas de aula consecutivas; cadeira 5.00,00, ..... Cr\$120,00 (cento e vinte cruzeiros) por cada 3 horas

seguidas de aula e trabalho  
dirigido.

2.121 - Verba II - Material

2.121 - De Concumo

2.121,1 - O custo médio do material de apostilhas  
(4 1/2 fôlhas cada apostilha) foi elaborado de acôrdo com as informações do  
serviço de Mecanização da Fundação Getúlio Vargas, na seguinte base:

Stencil: Cr\$ 2,04 por fôlha;

Duplimat: Cr\$ 4,00 por fôlha;

Papel absorvente: Cr\$ 0,0667 por fôlha;

Papel para <sup>dupl</sup>duplimat <sup>//</sup>: Cr\$ 0,09 por fôlha.

2.121,2 - De cada apostilha serão confeccionados  
200 exemplares.

2.122 - De Expediente

2.122,1 - Para o Centro de Pesquisas foi prevista  
a verba de Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros)  
por mês, de acôrdo com os dados fornecidos pela Seção competente da F.G.V.  
quanto às despesas com material de expediente.

2.123 - Permanente

2.123,1 - Conforme experiência anterior, em cursos já ministrados pela F.G.V., foi atribuída para a compra de livros uma verba correspondente a 4 % sobre as Verbas Pessoal e Material de Consumo.

2.123,11 - Não foi prevista esta verba  
para o curso de Magistério de Economia Rural Doméstica (C.E.R.D.), nem para o Cen-

tro de Pesquisas Rurais.

2.123,111 - No primeiro caso julgamos mais conveniente utilizar, nesta primeira experiência, apenas a documentação por meio de apos-tilhas.

2.123,112 - No segundo caso, os livros adquiri-  
dos para os cur-  
sos C.D.E.A.,  
C.A.E.A. e C.T.P.R.  
suprirão as neces-  
sidades.

2.13 - Verba III - Encargos

2.131 - Para pagamento das contribuições a instituições de previdência foi prevista a verba de 9% sôbre a consignação "gratificações" da verba I "Pessoal", conforme a legislação em vigor.

2.14 - Verba IV - Despesas Gerais

2.141 - Excursões e visitas

Na base de experiência realizada com o curso ministrado em 1947, foi previsto, para excursões e visitas, uma verba equivalente a 10% do total das verbas de "Pessoal", "Material" e "Encargos".

2.142 - Trabalhos de Campo

Para as despesas com os trabalhos Práticos e de Campo, foi estabelecida uma verba correspondente a 15% sôbre o total das verbas de "Pessoal", "Mate-  
rial" e "Encargos", com exceção do Centro de Pes-  
quisas Rurais e do Curso de Magistério em Eco-

nomia Rural Doméstica:

2.142,1 - No primeiro caso, por constarem os trabalhos de campo iniciais das atividades curriculares do Curso de Formação de Técnicos em Pesquisas Rurais (C.T.P.R.) ;

2.142,2 - No segundo caso, por não ser necessário tal tipo de atividade à formação dos alunos de que trata o curso.

2.143 - Publicidade

2.143,1 - Para publicidade foi prevista a verba de 3 % sobre Cr\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil cruzeiros).

2.144 - Boletim do Centro

2.144.1 - De acordo com os informes prestados pelos serviços competentes mantidos pela F.G.V., a publicação de cada Boletim foi orçada em Cr\$ 8.000,00 (oito mil cruzeiros) sendo de 4 o número anual destas publicações.

2.145 - Instalações e Equipamentos

2.145,1 - Para o Curso de Magistério de Economia Rural Doméstica foi prevista uma verba de Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros), para a aquisição de equipamentos e instalações específicas destinados aos trabalhos manuais e, sobretudo, ao ensino das indústrias rurais caseiras.

Como base de estudos, nesse sentido, foram consultadas listas de preços



correntes nesta praça.

2.15 - Verba V - Eventuais

2.151 - Bolsas de Estudo

2.151,1 -A fim de auxiliar candidatos do interior ou desta capital, que não possam custear seus estudos em regime de tempo integral, foram previstas 20 bolsas de Estudo, que serão concedidas de acordo com a Regulamentação de Bolsas de Estudo (Parte III do presente trabalho).

Em 3 de março 1948.

as) Dora A. de Mattos

Técnico de Ensino  
Assistente do Diretor

Visto e aprovado

as) Luiz Alves de Mattos

Diretor do Departamento de Ensino

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS  
DEPARTAMENTO DE ENSINO  
1.6 - RESUMO GERAL

CURSO	V E R B A				TOTAL
	PESSOAL	MATERIAL	DESP. GERAIS	ENCARGOS	
C.A.E.A.	153.450,00	75.445,20	59.593,00	9.477,00	297.965,20
C.D.E.A.	153.450,00	75.445,20	59.593,00	9.477,00	297.965,20
C.T.P.R.	124.200,00	51.609,90	46.018,00	8.262,00	230.089,90
C.E.R.D.	80.480,00	55.751,40	19.072,80	3.564,00	158.868,20
Centro de Pesquisas Rurais	58.500,00	41.000,00	—,--	—,--	99.500,00
T O T A I S ..	570.080,00	299.251,70	184.276,80	30.780,00	1.084.388,50

M A I S :

- Instalações e Equipamentos para o "C.E.R.D." .....	50.000,00
- 20 Bôlsas de Estudo a Cr\$ 1.500,00 mensais (9 meses de estudo e 1 de trânsito) ....	300.000,00
- 1 Coordenador de Cursos e Pesquisas a Cr\$ 3.000,00 mensais .....	27.000,00
- Publicidade - 3% s/ Cr\$ 1.200.000,00 .....	36.000,00
TOTAL GERAL .....	1.497.388,50

PLANOS DOS  
CURSOS EM COLABORAÇÃO  
COM O  
INSTITUTO NACIONAL DE  
ESTUDOS PEDAGÓGICOS

P L A N O

## Página

1. Exposição de Motivos	- X,176
2. Finalidades dos Cursos	- X,178
3. Organização e Regulamentação dos Cursos	- X,182
3.1 Normas Gerais	
3.2 Seminário Pedagógico para Diretores de Escolas Normais dos Estados e Ter- ritórios	- X,184
3.3 Seminário de Construção de Prédios Escolares	- X,185
3.4 Curso de Especialização para Profes- sôres de Didática e Prática de Ensi- no	- X,187
3.5 Cursos de Aperfeiçoamento para Pro- fessôres de Português nas Escolas Normais dos Estados e Territórios	- X,189
3.6 Curso de Aperfeiçoamento para Pro- fessôres de Matemática das Escolas Normais dos Estados e Territórios	- X,190
4. Previsão Orçamentária	
5. Justificação da previsão orçamentária	- X,193

## 1. EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

- 1.1 - A formação e o aperfeiçoamento de pessoal técnico e administrativo no setor da educação representam um problema dos mais sérios em nosso País, exigindo das autoridades competentes contínua e desvelada atenção.
- 1.2 - Nesse sentido, o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, do Ministério da Educação e Saúde vem desenvolvendo intensa atividade, quer organizando cursos, quer orientando administradores, técnicos e professores, através da divulgação de pesquisas e estudos especializados.
- 1.3 - Desejando ampliar seu campo de ação nesse particular o I.N.E.P. pretende, agora, atuar sobre os elementos responsáveis pela formação do professorado primário dos Estados e Territórios e, também, orientar tecnicamente os construtores de prédios escolares. Propõe-se, por conseguintes, organizar, anualmente, uma série de cursos destinados a:
  - 1.31 - Diretores de Escolas Normais nos Estados e Territórios.
  - 1.32 - Construtores de Prédios Escolares das Secretarias ou Departamentos de Educação dos Estados e Territórios.
  - 1.33 - Professores de Didática das Escolas Normais dos Estados e Territórios.
  - 1.34 - Professores de Português das Escolas Normais dos Estados e Territórios.
  - 1.35 - Professores de Matemática das Escolas Normais dos Estados e Territórios.
- 1.4 - Uma vez que se torna impossível agir, diretamente, sobre o próprio professorado destinado às inúmeras escolas que estão sendo abertas pela União e pelos Estados, o plano estabelecido pelo I. N. E. P. procura resolver a

questão do modo mais adequado possível, aperfeiçoando os conhecimentos e aprimorando a técnica dos principais responsáveis pela sua formação e seu funcionamento.

- 1.5 - O plano do I.N.E.P. fere, de fato, o problema no seu âmago, oferecendo as perspectivas de solução que melhor se coadunam com as diferentes e múltiplas dificuldades que se apresentam, em nosso meio tão diversificado por suas regiões econômicas e sócio-culturais.
- 1.6 - Acresce que nenhuma outra solução poderá atender aos requisitos técnicos exigidos para a criação de um maior número de escolas por todo o território nacional, já que, de nada valerá multiplicarem-se as mesmas, se seu aparelhamento não fôr adequado e o pessoal docente que nelas atuar não estiver, devidamente orientado para exercer suas funções. Na realidade, é menos prejudicial deixar de abrir novas escolas do que criá-las sem orientação adequada. Na época em que vivemos, esse problema assume, decididamente, o caráter de defesa nacional.
- 1.7 - A colaboração da Fundação Getúlio Vargas com o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, enquadrando-se dentro dos objetivos dessas duas entidades, será, sem dúvida, uma contribuição inestimável, já pela natureza do problema que visa solucionar, já pela amplitude de que esse se reveste, uma vez que pretende atingir os fatores mais significativos da formação do nosso professorado em todo o território nacional.
- 1.8 - Esta colaboração, demonstrando cabalmente o patriotismo sadio e construtivo que a norteia, constituirá, por certo, mais um título de glória para a F.G.V. e para o I.N.E.P.

## 2 - FINALIDADES DOS CURSOS

2.1 - De um modo geral, as finalidades dos cursos em aprêço consubstanciam-se na renovação dos métodos de direção admi-nistrativa e de trabalho docente, imprimindo-lhes um cunho dinâmico e progressista, requerido pelas exigências da vida na época atual.

2.2 - Seus objetivos, particularizados de acôrdo com cada curso, podem ser expressos nos seguintes termos:

### 2.21 - Seminário Pedagógico para Diretores de Escolas Nor mais dos Estados e Territórios (S.P.D.N.)

2.211 - Promover o aperfeiçoamento dos Diretores das Escolas Normais dos Estados e Territó-rios,

2.211,1 - familiarizando-os com as moder - nas técnicas de organização e ad-ministração escolar;

2.211,2 - levando-os a atualizar seus co - nhecimentos sôbre a teoria e a prática da escola nova;

2.211,3 - induzindo-os a melhor aproveitar os frutos de sua experiência pes-soal e criticá-los através do es-tudo do ensino normal comparado;

2.211,4 - facilitando-lhes o conhecimento das técnicas de orientação educa-cional e do valor funcional des-sa modalidade de ação educativa.

### 2.22 - Seminário de Construção de Prédios Escolares (S.C. P.E.)

2.221 - Habilitar os engenheiros construtores de prédios escolares a planejar e dirigir os serviços que lhes forem atribuídos, consoan-te as exigências da moderna pedagogia,

2.221,1 - proporcionando-lhes o conhecimento dos princípios de pedagogia que devem nortear as construções escolares;

2.221,2 - levando-os ao estudo dos problemas de higiene escolar e de sua solução;

2.221,3 - dirigindo-os no estudo funcional dos ambientes escolares e das técnicas de planejamento, construção de prédios ou instalação de equipamentos escolares.

2.23 - Curso de Especialização para Professores de Didática e Prática de Ensino (C.E.P.D.)

2.231 - Proporcionar, aos professores de Didática e Prática de Ensino das escolas normais dos Estados e Territórios, maiores possibilidades de enriquecer sua experiência didática nos setores de sua especialização.

2.231,1 - familiarizando-os com as técnicas preconizadas pela didática moderna;

2.231,2 - dirigindo-os na revisão e atualização de seus métodos de ensino em relação às diferentes disciplinas do currículo escolar;

2.231,3 - levando-os à compreensão do valor educativo das atividades extra-curriculares e ao estudo das mesmas;



- 2.231,4 - fazendo-os ampliar sua capacidade didática através do estudo da evolução dos métodos de ensino;
- 2.231,5 - habilitando-os teórica e praticamente a realizar pesquisas pedagógicas e metodológicas.

2.24 - Curso de Aperfeiçoamento para Professores de Português das Escolas Normais dos Estados e Territórios.  
(C.A.P.P.)

2.241 - Ampliar os conhecimentos de português e literatura dos professores dessas disciplinas e aperfeiçoar suas técnicas de ensino nas referidas matérias.

- 2.241,1 - orientando-os na revisão acurada do conteúdo dessas disciplinas, especialmente no que diz respeito ao ensino das mesmas no curso normal;
- 2.241,2 - levando-os ao estudo dos fenômenos psicológicos diretamente relacionados com a atuação educativa do mestre;
- 2.241,3 - familiarizando-os com as técnicas especiais mais aconselhadas pela didática moderna;
- 2.241,4 - conduzindo-os à renovação de seus métodos de ensino do português e da literatura, através do estudo teórico da didática especial dessas disciplinas e da respectiva prática de ensino, de um ponto de vista crítico e construtivo.

2.25 - Curso de Aperfeiçoamento para Professores de Matemática das Escolas Normais dos Estados e Territórios (C.A.P.M.)

2.251 - Ampliar os conhecimentos de matemática dos professores dessa disciplina e aperfeiçoar suas técnicas de ensino na referida matéria.

2.251,1 - orientando-os na revisão acurada do conteúdo dessa disciplina, especialmente no que diz respeito ao ensino da mesma no curso normal;

2.251,2 - levando-os ao estudo dos fenômenos psicológicos diretamente relacionados com a atuação educativa do mestre;

2.251,3 - familiarizando-os com as técnicas especiais mais aconselhadas pela didática moderna;

2.251,4 - conduzindo-os à renovação de seus métodos de ensino de matemática, através do estudo teórico da didática especial dessa disciplina e da respectiva prática de ensino de um ponto de vista crítico e construtivo.

### 3. ORGANIZAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO DOS CURSOS

#### 3.1 Normas Gerais

3.11 - A organização dos cursos de aperfeiçoamento e especialização do pessoal docente e administrativo das escolas normais dos Estados e Territórios obedecerá, de um modo geral, à seguinte orientação:

3.111 - Os Currículos dos Cursos incluirão aulas teóricas, seminários, aulas práticas, estágios, visitas, abrangendo o ensino das disciplinas previstas, de acordo com cada caso particular.

3.111,1 - Os exercícios e tarefas, julgados necessários pelos professores terão caráter obrigatório, sempre de acordo com cada curso.

3.111,2 - Consoante determina a didática moderna, os professores deverão evitar as aulas simplesmente expositivas, ministrando-as de modo a que incluam o maior número possível de atividades realizadas pelos alunos.

3.111,3 - As aulas teóricas deverão ser acompanhadas de apostilhas, contendo a súmula das mesmas: material documentário suplementar, gráficos, esquemas, quadros, etc., em função do assunto de cada aula.

3.111,4 - As aulas práticas serão acompanhadas de apostilha todas as

vêzes que se fizer necessário  
fornecer aos alunos normas ou  
instruções de trabalho.

3.112 - A freqüência às aulas teóricas e práticas será obrigatória, sendo exigido um mínimo de presença correspondente a  $\frac{2}{3}$  do total de aulas dadas.

3.113 - As exigências relativas a exames e demais provas de verificação do aproveitamento serão indicadas na regulamentação específica de cada curso.

3.2 - Seminário Pedagógico para Diretores de Escolas Normais de dos Estados e Territórios (S.P.D.N.)

3.21 - Currículo do Curso

3.211 - Disciplinas de estudo em aulas e seminários e sua respectiva enumeração:

1.00,00 - Organização Escolar

2.00,00 - Administração Escolar

3.00,00 - Teoria e Prática da Escola Nova

4.00,00 - Ensino Normal Comparado

5.00,00 - Orientação Educacional.

3.212 - Visitas de observação a estabelecimentos de ensino da Capital Federal e Niterói.

3.213 - Provas: Não haverá provas do tipo clássico. Será exigido apenas um trabalho monográfico sobre problema objetivo específico.

3.214 - Número de horas de trabalho semanal:

aulas e seminários - 25 horas

visitas - 5 horas

Total - 30 horas

3.215 - Duração do Curso - 1 mês

3.216 - Total provável de horas de trabalho  
112 horas

3.217 - Epoca de realização: abril

3.22 - Exigência prévia - Será solicitado, de todos os candidatos inscritos no curso supra, um relatório completo sobre o funcionamento da escola normal que dirige.

3.221 - Os quesitos essenciais do relatório acima serão indicados pelo I.N.E.P.

3.23 - Matrículas: 50 alunos

3.24 - Orçamento: O orçamento do curso figura em anexo.

### 3.3 - Seminário de Construção de Prédios Escolares (S.C.P.E.)

destinado aos engenheiros encarregados desses serviços, anexos às Secretarias ou Departamentos de Educação dos Estados e Territórios.

#### 3.31 - Currículos do Curso

##### 3.311 - Disciplinas de estudo em aulas e seminários e sua respectiva numeração:

1.00,00 - Pedagogia (aspectos pedagógicos que devem orientar as construções escolares)

2.00,00 - Higiene Escolar

3.00,00 - Estudo funcional dos ambientes escolares.

4.00,00 - Técnica de planejamento e execução de construções escolares.

5.00,00 - Técnica de planejamento e instalação de equipamentos escolares e complementares.

##### 3.312 - Visitas de estudo aos prédios escolares da Capital Federal e Niterói e suas instalações.

##### 3.313 - Provas: Não haverá provas de tipo clássico. Será exigido um trabalho monográfico sobre problema objetivo específico.

##### 3.314 - Número de horas de trabalho: 30 horas semanais.

##### 3.315 - Duração do Curso: 1 mês

##### 3.316 - Total provável de horas de trabalho: 112 horas

##### 3.317 - Época de realização: maio

#### 3.32 - Exigência prévia - Os candidatos inscritos neste curso deverão trazer plantas, fotografias e material correlato relativo aos tipos de escolas (no

vas e antigas) existentes na região onde exercem suas funções.

3.33 - Matrículas: 25 alunos

3.34 - Orçamento: O orçamento do curso figura em anexo.

3.4 - Curso de Especialização para Professores de Didática e Prática de Ensino (C.E.P.D.)

3.41 - Currículo do Curso

3.411 - Disciplinas de estudo em aulas e seminários:

1.00,00 - Didática Geral

2.00,00 - Didática especial, compreendendo os seguintes grupos:

12.00,00 - Linguagem

22.00,00 - Matemática

32.00,00 - Ciências físicas, químicas e biológicas

42.00,00 - Ciências Sociais

52.00,00 - Desenho

62.00,00 - Trabalhos manuais

3.00,00 - Atividades extra-curriculares.

4.00,00 - Evolução dos métodos de Ensino

5.00,00 - Técnicas de pesquisa pedagógica.

3.412 - Visitas de observação a estabelecimentos de ensino da Capital Federal e Niterói.

3.413 - Provas e trabalhos práticos

3.413,1 - Trabalhos mensais em cada uma das disciplinas lecionadas no curso.

3.413,2 - Pesquisa pedagógica realizada, obrigatoriamente, logo que o aluno reassumir sua cátedra e remetida ao I.N.E.P. dentro de seis meses, no máximo, após a terminação do curso.

3.413,21 - NOTA - O item acima deverá constar do contrato assinado pe



los bolsistas com o  
I.N.E.P.

- 3.413,3 - Prova final - escrita - de cada uma das disciplinas que integram o curso.
- 3.414 - Número de horas de trabalho semanal: aulas e seminários - 24 horas.
- 3.415 - Duração do Curso: 4 meses
- 3.416 - Total provável de horas de trabalho: 448 horas.
- 3.417 - Época de realização: de 15 de abril a 15 de agosto.
- 3.42 - Matrículas: - 50 alunos
- 3.43 - Orçamento: - O orçamento do curso figura em anexo.

3.5 - Curso de Aperfeiçoamento para Professores de Português das Escolas Normais dos Estados e Territórios

3.51 - Currículo do Curso

3.511 - Disciplinas de estudo em aulas e seminários:

1.00,00 - Português (abrangendo todos os aspectos relativos ao ensino dessa matéria no curso normal).

2.00,00 - Literatura Luso-Brasileira

3.00,00 - Psicologia Educacional

4.00,00 - Didática Geral

5.00,00 - Didática Especial da Linguagem

3.512 - Visitas de observação a estabelecimentos de ensino da Capital Federal e Niterói.

3.513 - Provas e trabalhos práticos.

3.513,1 - Trabalhos mensais em cada uma das disciplinas lecionadas no curso.

3.513,2 - Prática de ensino: uma prova didática por aluno.

3.513,3 - Prova final - escrita - de cada uma das disciplinas que integram o curso.

3.514 - Número de horas de trabalho semanal:(aulas, seminários e prática de ensino) - 24 horas.

3.315 - Duração do curso: 3 meses

3.316 - Total provável de horas de trabalho: 336 horas.

3.517 - Época de realização: de 1º de agosto a 31 de outubro

3.52 - Matrículas: - 50 alunos

3.53 - Orçamento: - O orçamento do curso figura em anexo.

3.6 - Curso de Aperfeiçoamento para Professores de Matemática das Escolas Normais dos Estados e Territórios

3.61 - Currículo do Curso

3.611 - Disciplinas de estudo em aulas e seminários:

1.00,00 - Matemática (abrangendo todos os aspectos relativos ao ensino desta matéria no curso normal).

3.611,1 - NOTA - Ao estudo de matemática será concedido o número de horas correspondente ao que for estabelecido para português e literatura no curso mencionado em 3.5.

2.00,00 - Psicologia Educacional

3.00,00 - Didática Geral

4.00,00 - Didática Especial da Matemática.

3.612 - Visitas de observação a estabelecimentos de ensino da Capital Federal e Niterói.

3.613 - Provas e trabalhos práticos

3.613,1 - Trabalhos mensais em cada uma das disciplinas lecionadas no curso.

3.613,2 - Prática de ensino: uma prova didática por aluno.

3.613,3 - Prova final - escrita - de cada uma das disciplinas que integram o curso.

3.614 - Número de horas de trabalho semanal:(aulas, seminários e prática de ensino) - 24 horas.

3.615 - Duração do Curso: 3 meses.

3.616 - Total provável de horas de trabalho  
336 horas.

3.617 - Época de realização: de 15 de outubro a 15 de dezembro.

3.62 - Matrículas: - 50 alunos.

3.63 - Orçamento: - O orçamento do curso figura em  
anexo.

#### 4 - PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

[illegible]

5. - JUSTIFICAÇÃO DA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

## 5.1 - Previsão da Despesa

5.11 - VERBA I - Pessoal5.111 - Direção

A fim de coordenar e orientar as atividades de professores e alunos seria de grande vantagem que um dos professores do curso ou outra pessoa habilitada exercesse essa função. Para a mesma foi prevista a gratificação mensal de Cr\$3.000,00

5.112 - Corpo Docente

A despesa relativa ao corpo docente foi calculada na base do pagamento de ..... Cr\$100,00 por aula sendo que às apostilhas foi atribuído o pagamento de ..... Cr\$50,00 por cada uma.

As aulas e apostilhas correspondentes serão em número de 1 444; os cálculos foram feitos para os meses letivos determinados e obedeceram à orientação geral adotada nos demais cursos de extensão ou aperfeiçoamento organizados pela Fundação Getúlio Vargas.

5.12 - VERBA II - Material

5.121 - O cálculo das verbas relativas à matrizes "Duplimat", refere-se a 1 444 apostilhas de 3 folhas cada uma.

5.122 - A verba destinada ao papel para as apostilhas acima, foi calculada na base de 400 exemplares por apostilha.

a) Dora Alves de Mattos  
Técnico de Ensino  
Assistente do Diretor

Visto e aprovado a) Luiz Alves de Matos  
Diretor do Departamento de Ensino

PRÉ-PLANO DO "SEMINÁRIO DE METODO-  
LOGIA E FILOSOFIA DAS CIÊNCIAS."

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS  
DEPARTAMENTO DE ENSINO

PLANO DO TRABALHO

1. Exposição de Motivos.
2. Objetivos.
3. Organização e Regulamentação do Seminário.
4. Previsão Orçamentária.
5. Justificação da Previsão Orçamentária.



## 1. - EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

- 1.1 - A Fundação Getúlio Vargas vem oferecendo, ao meio social brasileiro, oportunidades de estudo e aperfeiçoamento em diferentes ramos do saber, mórmente no que se refere à formação de pessoal técnico de que tanto carecemos.
- 1.2 - Seria, entretanto, aconselhável que, a par dessas atividades, organizasse outras, de natureza cultural própria-mente dita, contribuindo, também, para maior desenvolvimento de estudos de caráter desinteressado, ou melhor, de aplicação mediata, indireta.
- 1.3 - Enquadra-se neste caso o "Seminário de Metodologia e Filosofia das Ciências" que ora propomos.
- 1.4 - A formação científica, no Brasil, raramente se encontra aliada a uma formação filosófica que permita estabelecer ou aceitar, esclarecidamente, os postulados das ciências particulares, bem como garantir um método seguro de investigação e trabalho e uma crítica objetiva das conclusões atingidas.
- 1.5 - Ora, a organização de um seminário que viesse debater problemas filosóficos básicos, tais como os que se referem à metodologia e teoria da ciência, viria, precisamente, oferecer aos interessados em qualquer campo científico, a oportunidade de um estudo que as nossas Faculdades, em geral, não proporcionam.
- 1.6 - Acresce, ainda, que, orientado segundo as normas da didática moderna, o seminário ora proposto pautar-se-ia por moldes já experimentados, com o maior êxito, nos centros culturais mais adiantados da Europa e dos Estados Unidos da América do Norte, representando uma experiência valiosa para a renovação didática de nossos métodos de ensino em nível superior.

1.7 - Assim sendo, já pelo seu conteúdo - como se poderá deprender da análise do programa anexo - já pela orientação didática que deverá adotar, o seminário em aprêço, longe de se tornar um devaneio estéril sôbre temas filosóficos, poderia constituir uma oportunidade de enriquecimento cultural muito significativa, bem como valiosa contribuição no campo da didática, evidenciando, portanto, a orientação superior da F.G.V. na organização de suas atividades de ensino.

## 2 - OBJETIVOS DO SEMINARIO

- 2.1 - O Seminário em consideração, destina-se aos que desejarem enriquecer seu cabedal de conhecimentos científicos, através de uma reflexão crítica sistematizada acerca dos problemas de metodologia e teoria da ciência.
- 2.2 - Visa, igualmente, favorecer a aquisição de hábitos progressistas de estudo, muito mais eficientes e construtivos, por meio de um ensaio das técnicas preconizadas pela didática moderna para o ensino de nível superior. •

### 3 - ORGANIZAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO DO SEMINÁRIO

#### 3.1 - Currículo:

3.11 - O Seminário de Metodologia e Filosofia das Ciências será constituído por sessões de estudo e de debate dos temas propostos, de acôrdo com o programa anexo.

3.111 - A cada unidade do programa corresponderá uma apostilha, que será fornecida aos alunos, antes das sessões correspondentes.

#### 3.2 - Orientação didática:

3.21 - Segundo as boas normas didáticas, relativas a esse tipo de trabalho, as sessões de seminário serão precedidas de leitura e comentário da apostilha correspondente ao assunto tratado, seguindo-se os debates, dirigidos e coordenados pelo professor.

#### 3.3 - Duração do Seminário e número de sessões por semana:

3.31 - O Seminário estender-se-á por um período de seis (6) meses.

3.32 - Será realizada uma sessão por semana, com a duração de duas horas.

#### 3.4 - Turmas e número máximo de alunos.

3.41 - Será constituída apenas uma turma de trinta (30) alunos, no máximo.

#### 3.5 - Condições de admissão e matrícula.

3.51 - Condições de admissão:

3.511 - possuir diploma de Escola Superior;

3.512 - estar cursando qualquer curso superior.

3.52 - Condições de matrícula:

3.521 - A matrícula será efetivada após:

- 3.521,1 - entrevista do candidato com o professor que ministrará o curso;
- 3.521,2 - apresentação de atestado de sanidade física e mental;
- 3.521,3 - pagamento das taxas devidas.

3.6 - Taxas

3.61 - De matrícula: Cr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros).

3.62 - De frequência: Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros), correspondente ao curso completo.

3.621 - A taxa de frequência dará direito ao recebimento das apostilhas.

3.7 - Frequência

3.71 - A frequência será obrigatória.

3.711 - Dado que o número de sessões será, aproximadamente, de 27, os alunos que faltarem a mais de 5 sessões não poderão obter certificado de aprovação.

3.8 - Provas

3.81 - Não haverá provas de tipo clássico, para verificação de aproveitamento. Este será acompanhado pelo próprio professor, no decurso dos debates, exigindo-se, ao término do curso, para concessão do certificado, um relatório sobre tema previamente combinado com o professor.

3.9 - Certificados

3.91 - Aos alunos com a frequência exigida e cujos relatórios forem aprovados, será conferido um certificado de aproveitamento.

3.92 - Os valores atribuídos aos relatórios, serão expressos como segue:

aceitável - nota de 45 a 60  
bom - nota de 60 a 75  
muito bom - nota de 75 a 90  
excelente - nota de 90 a 100.

4 - PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA4.1 - Despesa total:

Sessões previstas: 27 ; Apostilhas: 30.

VERBA - PESSOALGratificações

-Pagamento de sessões de seminário ao professor, a Cr\$ 200,00 por sessão .....	5.400,00	
---	----------	--

Tarefas

-Pagamento de originais de apostilhas, a Cr\$ 60,00, por original .....	<u>1.800,00</u>	7.200,00
---	-----------------	----------

VERBA - MATERIALConsumo

-Stencil - 135 a Cr\$- 2,04 .....	275,40	
-Papel absorvente - 13,500 a Cr\$ 0,0667 .....	<u>900,50</u>	<u>1.175,90</u>
		8.375,90

4.2 - Receita provável:

Matrículas: - 1 turma - 30 alunos

Taxa de matrícula .....Cr\$ 50,00

Taxa de frequência .....Cr\$ 100,00 (curso completo).

T O T A L : Cr\$ 4.500,004.3 - Custo provável: Cr\$ 3.575,90

5. JUSTIFICAÇÃO DE PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

- 5.1 - As sessões de Seminário (duração de 2 horas) foi atribuído o mesmo valor já estipulado para trabalhos equivalentes (Curso de Psicotécnicos - sessões de trabalho prático), a saber: Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros) por sessão.
- 5.2 - As apostilhas serão pagas de conformidade com o que foi estabelecido no caso do curso supra citado, isto é, à razão de Cr\$ 60,00 (sessenta cruzeiros) o original.
- 5.3 - As despesas relativas à confecção de apostilhas foram calculadas na base de 30 originais de 4 1/2 fôlhas, em média, cada um e com tiragem de 100 exemplares.
- 5.4 - Estimada a matrícula do curso em 30 alunos, a receita bruta do mesmo seria igual a Cr\$ 150,00 (cento e cinquenta cruzeiros) per capita.
- 5.5 - Do cálculo total da despesa diminuiu-se a receita prevista, obtendo-se, assim, o custo efetivo provável do curso.

Em 12 de agosto de 1948

a) Dora Alves de Mattos  
Técnico de Ensino  
Assistente do Diretor

Visto e aprovado

a) Luiz Alves de Mattos  
Diretor do Dp.E.



CURSOS DE FORMAÇÃO  
DE  
TÉCNICOS EM METEOROLOGIA

- P L A N O -

- 1.- Exposição de Motivos
- 2.- Finalidades dos Cursos
- 3.- Organização e Regulamentação dos Cursos

Anexos I II III:

Distribuição das aulas e estágios práticos pelo  
período letivo.

Anexos IV V VI

Quadro do orçamento dos Cursos

## 1. - EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

- 1.1 - A necessidade de técnicos em meteorologia cresce, dia a dia, em todo o mundo moderno. Basta lembrar, nesse sentido, o número de profissionais qualificados trabalhando nos diversos setores de serviços meteorológicos, nos Estados Unidos, antes e depois da última conflagração mundial.
- 1.11 - Segundo "Weather Horizons", de junho de 1947, publicação da "American Meteorological Society", os Estados Unidos possuíam, antes da guerra, cerca de 500 técnicos em meteorologia, contando atualmente, com 9 a 10.000.
- 1.2 - Infelizmente, a nossa situação nesse particular é bastante precária ao ponto de impossibilitar, à numerosas organizações que requerem a contribuição de técnicos em meteorologia, maior eficiência e aperfeiçoamento de seus serviços.
- 1.3 - Na falta, entre nós, de elementos devidamente qualificados explica-se, mas não se justifica. De fato, enquanto nos Estados Unidos a formação de técnicos é proporcionada por inúmeras escolas, universidades e institutos especializados, não só em cursos regulares como em cursos especiais, em nosso país, nada existe que se possa denominar, realmente, formação sistematizada de técnicos em meteorologia.
- 1.4 - A penosa realidade nos compele a dizer que, se não fôsse a iniciativa, dedicação e tenacidade de alguns de nossos técnicos, cientistas de elevada competência e renome internacional, pouco ou nada se teria efetuado como preparo e treinamento de pessoal. Contudo o que foi realizado fica, ainda, muito aquém das nossas necessidades.

des.

É bem verdade que possuímos elementos de real mérito, credenciados com trabalhos originais de valor, mas, como afirma um deles, são quase todos auto-didatas e constituem um grupo reduzidíssimo. E acrescenta: "seria inconcebível ingenuidade contentarmo-nos, indefinidamente, com esperanças de irem surgindo novos auto-didatas".

1.5 - Nos congressos, convênios e reuniões internacionais, aos quais se fêz representar o Brasil, o problema da formação de técnicos em meteorologia sempre se deparou revestido da maior importância.

1.51 - Em 1937, a Comissão Regional de Meteorologia, reunida em Lima, encarava a necessidade de resolver essa questão. Seu presidente, A. Galmarini, já, então, declarava que o problema da formação de técnicos era um dos mais graves que os serviços meteorológicos sul-americanos apresentavam. Concluindo a Comissão que: "existe la imperiosa necesidad de crear escuelas de esta especialidad para la formación y perfeccionamiento del personal en los servicios meteorológicos", propunha várias medidas nesse sentido ("Organization Météorologique Internationale, boletim nº 41.") Infelizmente no que se refere ao nosso País essas medidas não foram concretizadas.

1.52 - Em fevereiro de 1946, na Conferência Extraordinária de Diretores, realizada em Londres, foi amplamente debatida a questão do ensino científico da meteorologia. Todos os diretores presentes, representando cerca de 47 nações, foram unânimes em encarecer a necessidade desse ensi-

no especializado e aprovar as resoluções a respeito, que constam da publicação nº 52, "Conférence Extraordinaire des Directeurs"- O. I. M. 1946.

- 1.6 - Além do que acabamos de expor, cumpre-nos assinalar a necessidade sempre crescente de pessoal técnico habilitado, para atender ao número cada dia mais elevado de estações meteorológicas de nossas rotas aéreas e às de mais organizações que não podem prescindir dos serviços desses técnicos.
- 1.7 - Acresce que a manutenção, ampliação e maior eficiência de nossos serviços meteorológicos não representa apenas fator imprescindível ao progresso do país, mas constitui, também, elemento de colaboração internacional de grandes responsabilidades. As resoluções tomadas nas recentes reuniões internacionais de meteorologia, realizadas em Toronto e Washington, em agosto e outubro do ano corrente, reafirmam esse propósito de colaboração internacional. Dr. Francisco de Souza, ilustre meteorologista patricio, Diretor do Serviço Meteorológico do Ministério da Agricultura, chefe de nossa delegação nos conclave acima mencionados, em recente entrevista a "O Globo", referiu-se amplamente ao problema, salientando a grande importância da planificação mundial dos serviços meteorológicos, através da transformação da Organização Meteorológica Internacional em Organização Mundial filiada à O.N.U..
- 1.8 - Dependendo tôdas essas realizações, no que se refere ao nosso País, em grande parte, de pessoal técnico habilitado e sendo um dos principais objetivos da Fundação Getúlio Vargas a formação de pessoal, sobretudo quando

não é proporcionada por outras instituições, seria de todo conveniente e oportuna a organização de cursos de formação sistematizada de técnicos em meteorologia.

- 1.9 - Uma vez estudados: a organização de nossas rêdes meteorológicas, os currículos de cursos já realizados no país e no estrangeiro, mórmente nos Estados Unidos da América do Norte, foram consultados diversos técnicos no assunto. Concluimos, pois, que, no momento, os cursos que melhor correspondem às nossas necessidades são os seguintes:

1.91 - Curso de Formação de Observadores Meteorológicos.

1.92 - Curso de Formação de Instrutores-Inspetores.

1.93 - Curso de Formação de Meteorologistas.

## 2. - FINALIDADES DOS CURSOS

2.1 - Os cursos de formação de técnicos em meteorologia destinam-se, de um modo geral, a preparar profissionais competentes para atuarem com eficiência e probidade nos diversos serviços meteorológicos.

### 2.11 - Curso de Formação de Observadores Meteorológicos.

2.111 - O curso acima tem por objetivo proporcionar aos interessados a formação requerida para o exercício da função de observador e o domínio das técnicas exigidas para tal fim. Este objetivo deverá ser colimado através de:

2.111,1 - uma revisão de conhecimentos básicos de matemática, física aplicada à meteorologia e noções de geografia astronômica, de modo a garantir a fundamentação científica necessária à compreensão dos fenômenos meteorológicos a serem observados e à manipulação inteligente e metodizada dos instrumentos de observação.

2.111,2 - estudo da meteorologia geral abrangendo, apenas, os elementos indispensáveis à observação meteorológica.

2.111,3 - estudo dos instrumentos de trabalho do observador meteorológico, sua manipulação e conser

vação; domínio das técnicas de observação meteorológica, compreendendo, também, transmissão de dados, organização de mapas e conhecimento dos códigos internacionais.

2.12 - Curso de Formação de Instrutores-Inspetores de Serviços Meteorológicos.

2.121 - Os objetivos dêste curso resumem-se na formação de técnicos competentes para instalar e fiscalizar estações meteorológicas e ministrar instruções técnicas aos observadores necessários a êsses postos.

Constituindo êsses profissionais elementos de maior responsabilidade que os observadores, torna-se-lhes necessário um estudo mais aprofundado das disciplinas fundamentais em meteorologia, bem como o conhecimento das técnicas de instalação e fiscalização de postos meteorológicos e das normas de instrução e treinamento de observadores dêsses postos.

Os objetivos acima deverão ser atingidos através do estudo das seguintes disciplinas:

2.121,1 - Física e Dinâmica da Atmosfera;

2.121,2 - Meteorologia Geral;

2.121,3 - Instrumentos Meteorológicos e Métodos de Observação;



2.121,4 - Técnicas de Instalação e Fiscalização de Estações Meteorológicas de Tipos: a - b - c.

2.121,5 - Instrução e Treinamento de Observadores Meteorológicos.

2.13 - Curso de Formação de Meteorologistas

2.131 - O curso acima tem por objetivo formar profissionais capazes de realizar análises e pesquisas meteorológicas, servindo como auxiliares imediatos ou assistentes técnicos dos chefes de serviços meteorológicos.

Esses objetivos poderão concretizar-se através de um estudo mais aprofundado das disciplinas fundamentais, bem como dos que se referem às diferentes especializações em meteorologia.

Assim sendo, torna-se necessário incluir no curriculum deste curso as seguintes disciplinas:

2.131,1 - Física e Dinâmica da Atmosfera.

2.131,2 - Meteorologia Geral.

2.131,3 - Instrumentos Meteorológicos e Métodos de Observação.

2.131,4 - Climatologia, incluindo análise e previsão do tempo.

2.131,5 - Meteorologia Sinótica e suas aplicações.

### 3. - ORGANIZAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO DOS CURSOS

3.1 - A organização dos cursos de formação de técnicos em meteorologia obedecerá à seguinte orientação:

3.11 - Sendo necessário aos técnicos em meteorologia qualidades específicas, tais como acuidade visual, auditiva e outras, serão os mesmos submetidos a testes adequados, a fim de determinar a capacidade de cada candidato em relação às funções que pretende exercer.

3.12 - Serão realizadas provas vestibulares para cada um dos cursos, não só a fim de avaliar se os candidatos se encontram aptos a seguir o curso a que se destinam, como para fornecer aos professores uma apreciação de conjunto das turmas em que irão lecionar, permitindo-lhes, assim, desde o início das aulas, graduar o seu ensino de acordo com o preparo anterior dos alunos.

3.13 - O currículo dos cursos incluirá aulas teóricas, seminários, aulas práticas e estágios, abrangendo o ensino das disciplinas previstas para cada caso.

3.131 - Os exercícios e tarefas, julgados necessários pelos professores, terão caráter obrigatório e constituirão elementos para a nota mensal de aproveitamento.

3.132 - Consoante determina a didática moderna, será recomendado aos professores evitar as aulas simplesmente expositivas, ministrando-as de modo a que incluam o maior número possível de atividades

realizadas pelos alunos.

3.133 - De acôrdo com as normas adotadas pelo Departamento de Ensino da Fundação Getúlio Vargas, as aulas teóricas devem ser acompanhadas de apostilha, contendo a súmula das mesmas: material documentário suplementar, gráficos, esquemas, quadros, etc., em função do assunto de cada aula.

3.134 - As aulas práticas deverão ser acompanhadas de apostilha tôdas as vêzes que se fizer necessário fornecer aos alunos normas ou instruções de trabalho.

3.14 - A freqüência às aulas teóricas e práticas será obrigatória, sendo exigido um mínimo de presenças correspondente a  $2/3$  do total de aulas dadas.

3.15 - Os diferentes exames, exigidos nos cursos, constarão de provas escritas ou práticas, de acôrdo com o teor de cada disciplina.

3.151 - As provas acima obedecerão às normas já experimentadas e adotadas pelo Departamento de Ensino da Fundação Getúlio Vargas, de acôrdo com a regulamentação específica de cada curso.

### 3.16 - Médias de aprovação

3.161 - A média global, requerida para aprovação nos exames vestibulares, será igual ou superior a 50, exigindo-se, pelo menos, nota 40 em cada uma das disciplinas em aprêço.

3.162 - O grau de aprovação final em cada matéria será igual a cinquenta, numa escala de 0 a 100 pontos e resultará da média ponderada dos seguintes elementos:

3.162,1 - Trabalhos mensais: peso 3

3.162,2 - Prova escrita final: peso 4

3.162,3 - Estágio de prática: peso 3

3.163 - A média global de aprovação será igual ou superior a sessenta, numa escala de 0 a 100 pontos.

3.17 - Certificado de aprovação:

Aos alunos aprovados será conferido um certificado de aprovação expedido pela F.G.V.

3.171 - Todos os esforços serão conjungados para que o referido certificado obtenha reconhecimento oficial.

### 3.2 - Curso de Formação de Observadores Meteorológicos: C.O.M.

3.21 - Disciplinas que constam do currículo e sua respectiva numeração:

1.00,00 - Revisão de Conhecimentos de Matemática; Física Aplicada à Meteorologia e Geografia Astronômica.

2.00,00 - Elementos de Meteorologia Geral.

3.00,00 - Instrumentos Meteorológicos e Técnicos de Observação e Transmissão.

3.211 - A distribuição das disciplinas acima pelos meses letivos consta do anexo I.

3.22 - Estágios de prática: Será exigido de todos os alunos um estágio em serviços de observação meteorológica, transmissão de dados etc., sob a direção do professor da cadeira 3.00,00.

3.221 - Duração do estágio: O tempo de duração do estágio será de 40 a 60 horas. Nessa base será possível atender às diferenças individuais no domínio das técnicas e habilidades específicas requeridas para a perfeita execução dos diferentes serviços.

3.222 - Os estágios terão início no 4º mês de aulas e obedecerão ao escalonamento que melhor atender aos objetivos de formação e treinamento dos alunos.

3.223 - Cada aluno será obrigado a apresentar um relatório minucioso acerca do estágio realizado.

3.23 - Provas:

3.231 - Além de provas mensais para verificação do aproveitamento dos alunos, serão rea-

lizadas provas finais, escritas ou práticas, no término do período letivo ou quando encerrado o programa de alguma disciplina, como no caso da cadeira 1.00,00 (anexo I).

3.24 - Duração do curso: 1 período letivo de 6 meses.

3.25 - Calendário: O calendário deste curso só será estabelecido depois de aprovado o plano do mesmo.

3.251 - Dias de aula e horário: os dias de aula e horários serão marcados quando da elaboração do calendário.

3.26 - Condições de admissão: Apresentar os seguintes documentos:

3.261 - Certidão de idade. (mínima 18 anos).

3.262 - Atestado de sanidade física e mental.

3.263 - Atestado de idoneidade moral.

3.264 - Atestado de que está quites com o serviço militar.

3.265 - Certificado de aprovação nos exames vestibulares que constarão de provas escritas das seguintes disciplinas:

3.265,1 - Matemática

3.265,2 - Física

3.265,3 - Geografia Regional do Brasil.

3.27 - As demais disposições regem-se de acordo com o que está estabelecido na primeira parte deste capítulo.

3.3 - Curso de Formação de Instrutores-Inspetores de Meteorologia: C.I.M.

3.31 - Disciplinas que integram o currículo e sua respectiva numeração:

1.00,00 - Física e Dinâmica da Atmosfera.

2.00,00 - Meteorologia Geral.

3.00,00 - Instrumentos Meteorológicos e Métodos de Observação

4.00,00 - Técnicas de Instalação e Fiscalização de Estações Meteorológicas de Tipos: a - b - c.

5.00,00 - Instrução e Treinamento de Observadores Meteorológicos.

3.311 - A distribuição das disciplinas acima pelos meses letivos consta do anexo II.

3.32 - Estágios de prática

Este item obedecerá a regulamentação prevista para o C.O.M. - 3.22 - salvo quanto à duração do mesmo que deverá ser de 50 a 70 horas.

3.33 - Provas

3.331 - Além das provas mensais para verificação do aproveitamento dos alunos serão realizadas provas parciais no fim de cada período como segue.

3.332 - Provas de fim de período:

3.332,1 - as provas supra versarão sobre toda a matéria lecionada no respectivo período e poderão ser escritas ou práticas, de acordo com a disciplina considerada.

3.333 - Aos alunos que não alcançarem média de aprovação, computando-se o resultado das

provas mensais, de fim de período, e do estágio de prática será facultado realizar prova escrita e oral versando sobre toda a matéria lecionada.

3.34 - Duração do Curso - 2 períodos letivos de 4 meses cada um, incluindo provas.

3.35 - Calendário - Será estabelecido quando aprovado o plano do curso.

3.36 - Condições de admissão.

3.361 - Ter idade mínima de 21 anos.

3.362 - Atestado de sanidade física e mental.

3.363 - Atestado de idoneidade moral.

3.364 - Atestado de que está quites com o Serviço Militar.

3.365 - Certificado de curso secundário ginasial; técnico - profissional equivalente ou prova de exercício de função correspondente ao curso em aprêço.

3.366 - Certificado de aprovação nos exames vestibulares que constarão de provas escritas das seguintes disciplinas:

3.366,1 - Matemática

3.366,2 - Física

3.366,3 - Geografia astronômica.

3.366,4 - Elementos de Meteorologia Geral.



### 3.4 - Curso de Formação de Meteorologistas: C.F.M.

3.41 - Disciplinas que integram o currículo e sua respectiva numeração:

1.00,00 - Física e Dinâmica da Atmosfera.

2.00,00 - Meteorologia Geral.

3.00,00 - Instrumentos Meteorológicos e Métodos de Observação.

4.00,00 - Climatologia, incluindo Análise e Previsão do Tempo.

5.00,00 - Meteorologia Sinótica e suas Aplicações.

3.411 - A distribuição das disciplinas acima pelos meses letivos consta do anexo III.

3.42 - Estágios de prática - Este item obedecerá à regulamentação já prevista para o C.O.M. salvo quanto à duração do estágio que deverá ser de 60 a 80 horas.

3.43 - Provas - As provas exigidas são as mesmas que constam da regulamentação do C.I.M. (item 3.33).

3.44 e 3.45 - Estes dois itens se regerão pelas indicações já feitas para o C.I.M. (3.34 e 3.35).

3.46 - Condições de admissão:

3.461 - As condições de admissão serão as mesmas exigidas para matrícula no C.I.M. com exceção do item relativo ao certificado de curso secundário que, para o caso presente, deverá incluir também o curso científico.

3.461,1 - Os candidatos que apresentarem prova de exercício de função de meteorologista, poderão ser dispensados da exigência acima. Será, entretanto, impres-

cindível obter aprovação nas  
provas vestibulares.

### 3.5 - N O T A

As disciplinas 1.00,00; 2.00,00; 3.00,00, comuns aos cur  
sos C.I.M. e C.F.M., serão dadas em conjunto no caso de  
não haver um número de alunos que justifique duplicação  
de aulas. Em qualquer caso, tal fato não prejudicará o  
ensino, uma vez que o programa dos dois cursos, em rela  
ção a essas matérias básicas, é equivalente.

Em 8 de janeiro de 1948.

a) Dora Alves de Mattos  
Técnico de Ensino  
Assistente do Diretor

Visto e aprovado

a) Luiz Alves de Mattos  
Diretor do Dp.E.

## - Anexo I -

CURSO DE FORMAÇÃO DE OBSERVADORES METEOROLÓGICOS

(C.O.M.)

1.- Distribuição das disciplinas que constam do currículo pelos meses letivos.

1.1 - 1º mês: 12 horas semanais distribuídas por 3 dias como segue:

1.11 - 9 horas - 1.00,00 - Revisão de Conhecimentos

1.12 - 3 horas - 2.00,00 - Meteorologia Geral

1.13 - Total mensal - 54 horas.

1.2 - 2º mês: 16 horas semanais distribuídas por 4 dias como segue:

1.21 - 6 horas - 1.00,00 - Revisão de Conhecimentos

1.22 - 6 horas - 2.00,00 - Meteorologia Geral

1.23 - 4 horas - 3.00,00 - Instrumentos e Técnicas

1.24 - Total mensal - 72 horas.

1.3 - 3º mês: 16 horas semanais distribuídas por 4 dias, como segue:

1.31 - 4 horas - 1.00,00 - Revisão de Conhecimentos

1.32 - 6 horas - 2.00,00 - Meteorologia Geral

1.33 - 6 horas - 3.00,00 - Instrumentos e Técnicas

1.34 - Total mensal - 72 horas

1.4 - 4º mês: 14 horas semanais distribuídas por 4 dias como segue:

1.41 - 2 horas - 1.00,00 - Revisão de Conhecimentos

1.42 - 6 horas - 2.00,00 - Meteorologia Geral

1.43 - 6 horas - 3.00,00 - Instrumentos e Técnicas

1.44 - Total mensal - 63 horas

1.5 - 5º mês: 12 horas semanais distribuídas como segue:

1.51 - 6 horas - 2.00,00 - Meteorologia Geral

1.52 - 6 horas - 3.00,00 - Instrumentos e Técnicas

1.53 - Total mensal - 54 horas

1.6 - 6º mês: 12 horas semanais distribuídas como segue:

1.61 - 6 horas - 2.00,00 - Meteorologia Geral

1.62 - 6 horas - 3.00,00 - Instrumentos e Técnicas

1.63 - Provas das disciplinas 2.00,00 e 3.00,00

1.64 - Total mensal - 54 horas

1.7 - Nota: A distribuição das aulas do 5 e 6º mês letivo pelos dias da semana só será feita posteriormente, de acordo com os estágios de prática. Estes só poderão ser definitivamente planejados depois de ser conhecido o número de alunos matriculados.

2. - Distribuição das horas de estágio prático (limite máximo) pelos meses letivos:

2.1 - 4º mês

2.11 - 2 horas por semana

2.2 - 5º mês

2.21 - 6 horas por semana

2.3 - 6º mês

2.31 - 6 horas, por semana

Total Geral = 63 horas

- Anexo II -

CURSO DE FORMAÇÃO DE INSTRUTORES INSPETORES

DE SERVIÇOS METEOROLOGICOS

(C.I.M.)

1 - Distribuição das disciplinas que constam do currículo pelos períodos letivos.

1.1 - 1º Período: 4 meses

1.11 - 12 aulas semanais distribuídas por dias como segue:

1.111 - 4 horas - 1.00,00 - Física e Dinâmica da Atmosfera

1.112 - 4 horas - 2.00,00 - Meteorologia Geral

1.113 - 4 horas - 3.00,00 - Instrumentos e Métodos

Total mensal: 54 aulas.

1.12 - Provas parciais na última semana do 4º mês letivo.

1.13 - Férias: 15 dias.

1.2 - 2º Período: 4 meses

1º a 3º mês

1.21 - 9 aulas semanais distribuídas como segue:

1.211 - 2 horas - 1.00,00 - Física e Dinâmica da Atmosfera

1.212 - 2 horas - 2.00,00 - Meteorologia Geral

1.213 - 3 horas - 3.00,00 - Instrumentos e Métodos

1.214 - 2 horas - 4.00,00 - Técnicas de instalação e Fiscalização

Total mensal: 40 aulas.

1.22 - 4º mês

1.221 - 2 horas - 1.00,00 - Física e Dinâmica da Atmosfera

1.222 - 2 horas - 2.00,00 - Meteorologia Geral

1.223 - 2 horas - 3.00,00 - Instrumentos e Métodos

1.224 - 1 hora - 4.00,00 - Técnica de instalação e Fiscalização

1.225 - 2 horas - 5.00,00 - Instrução e Treinamento de observadores

2 - Distribuição das horas de estágio prático pelos meses letivos.

2.1 - Os estágios práticos serão efetuados no 2º período de  
acôrdo com cada caso particular.

## - Anexo III -

CURSO DE FORMAÇÃO DE METEOROLOGISTAS

(C.F.M.)

- 1 - Distribuição das disciplinas que constam do currículo pelos períodos letivos:
  - 1.1 - 1º Período: 4 meses
    - 1.11 - A distribuição das disciplinas é idêntica à que foi prevista para o C.I.M.
  - 1.2 - 2º Período: 4 meses
    - 1.21 - Do 1º ao 4º mês -  
16 aulas semanais distribuídas como segue:
      - 1.211 - 2 horas - 1.00,00 - Física e Dinâmica da Atmosfera
      - 1.212 - 2 horas - 2.00,00 - Meteorologia Geral
      - 1.213 - 2 horas - 3.00,00 - Instrumentos e Métodos
      - 1.214 - 5 horas - 4.00,00 - Climatologia
      - 1.215 - 5 horas - 5.00,00 - Meteorologia sinótica
- 2 - Distribuição das horas de estágio prático (limite máximo) pelos meses letivos:
  - 2.1 - No 2º período será efetuada a prática de acordo com as necessidades e possibilidades de cada caso.

## CURSO DE OBSERVADORES METEOROLÓGICOS

Duração 6 meses    Cadeiras    Aulas    Apostilhas

1.00,00	- Revisão de Conhecimentos	94	94
2.00,00	- Meteorologia Geral	149	149
3.00,00	- Instrumentos e Técnicas	126	126
		<u>369</u>	<u>369</u>

	Anual	Geral		Anual	Geral
VERBA I - Pessoal			VERBA II - Material		
01 - Ordenados e Salários			01 - <u>Consumo</u>		
Pagamento do orientador a Cr\$ 1.000,00 por mês	6.000,00		90% - Stencil 1494 Cr\$ 2,04 3.047,80		
			10% - Duplimat 166 Cr\$ 4,00 664,00		
03 - Gratificações			90% - Papel Absorvente 298800 Cr\$ 0,0667 19.930,00		
Pagamento dos professores a Cr\$ 70,00 por aula	25.830,00		10% - Papel p/ Duplimat 33200 Cr\$ 0,09 2.988,00	26.629,80	
04 - Tarefas			02 - <u>Permanente</u>		
Pagamento dos professores a Cr\$ 40,00 por apostilha	14.760,00	46.590,00	Livros e materiais diversos	<u>14.000,00</u>	40.629,80
			VERBA IV - Encargos		
			01 - <u>Contribuições</u> 9%		2.864,70
			VERBA V - Despesas Gerais		
			01 - <u>Publicações</u> 4%		3.603,50

RESUMO - 1 Pessoal Cr\$ 46.590,00  
 2 Material Cr\$ 40.629,80  
 4 Encargos Cr\$ 2.864,70  
 5 Desp. Gerais Cr\$ 3.603,50 Cr\$ 93.688,00



## CURSO DE FORMAÇÃO DE METEOROLOGISTAS

Duração 8 meses

CadeirasAulasApostilhas

1.00,00	- Física e Dinâmica da Atmosfera
2.00,00	- Meteorologia Geral
3.00,00	- Instrumentos e Métodos
4.00,00	- Climatologia
5.00,00	- Meteorologia Sinótica

108	108
108	108
108	108
92	92
92	92
508	508

	Anual	Geral		Anual	Geral
VERBA I - Pessoal			VERBA II - Material		
01 - Ordenados e Salários			01 - <u>Consumo</u>		
Pagamento do Orientador a Cr\$ 1.000,00 por mês	8.000,00		90% - Stencil 2.057 Cr\$ 2,04 4.196,30		
			10% - Duplimat 229 Cr\$ 4,00 916,00		
03 - Gratificações			90% - Papel absorvente 411.400 Cr\$ 0,0667 27.440,40		
Pagamento dos professores a Cr\$ 100,00 por aula	50.800,00		10% - Papel p/ Duplimat 45.800 Cr\$ 0,09 4.122,00	36.674,70	
04 - Tarefas			02 - <u>Permanente</u>		
Pagamento dos professores a Cr\$ 50,00 por apostilha	25.400,00	84.200,00	Livros e materiais diversos	14.000,00	50.674,70
			VERBA IV - Encargos		
			01 - Contribuições 9%		4.572,00
			VERBA V - Despesas Gerais		
			01 - Publicidade 4%		5.577,30

RESUMO	- 1 - Pessoal	Cr\$ 84.200,00	
	2 - Material	Cr\$ 50.674,70	
	4 - Encargos	Cr\$ 4.572,00	
	5 - Despesas Gerais	Cr\$ 5.577,30	Cr\$ 145.024,00

## CURSO DE INSPETORES METEOROLOGISTAS

Duração 8 meses

CadeirasAulasApostilhas

1.00,00	- Física e Dinâmica da Atmosfera
2.00,00	- Meteorologia Geral
3.00,00	- Instrumentos e Métodos
4.00,00	- Técnicas de Instalações e Fiscalização
5.00,00	- Instrução e Treinamento de Observadores

108	108
108	108
123	123
32	32
9	9
<u>380</u>	<u>380</u>

	Anual	Geral		Anual	Geral
VERBA I - Pessoal			VERBA II - Material		
01 - Ordenados e Salários			01 - <u>Consumo</u>		
Pagamento do Orientador	8.000,00		90% - Stencil	Cr\$ 2,04	3.139,60
			10% - Duplimat	Cr\$ 4,00	684,00
03 - Gratificações			90% - Papel Absorvente 307800	Cr\$ 0,0667	20.530,30
Pagamento dos professores a Cr\$ 85,00 por aula .	32.300,00		10% - Papel p/ Duplimat 34200	Cr\$ 0,09	<u>3.078,00</u>
			02 - <u>Permanente</u>		27.431,90
04 - Tarefas			Livros e materiais diversos	14.000,00	41.431,90
Pagamento dos professores a Cr\$ 45,00 por apostilha	17.100,00	57.400,00	VERBA IV - Encargos		
			01 - <u>Contribuições</u> 9%		2.907,00
			VERBA V - Despesas Gerais		
			01 - Publicidade 4%		4.069,10
RESUMO -			1 Pessoal	Cr\$ 57.400,00	
			2 Material	Cr\$ 41.431,90	
			4 Encargos	Cr\$ 2.907,00	
			5 Desp. Gerais	Cr\$ 4.069,10	Cr\$ 105.808,00

PLANO DO TRABALHO

1. - Apresentação do Pré-Plano
2. - Estruturação dos Programas
3. - Discriminação das primeiras séries de Cursos a serem irradiados
4. - Regulamentação dos Cursos
5. - Previsão Orçamentária.

## 1. - APRESENTAÇÃO DO PRÉ-PLANO

- 1.1 - O Departamento de Ensino, desejando estender o benefício de seus cursos a maior número de brasileiros, entrou em entendimento com o Diretor da Rádio Emissora do Ministério da Educação e Saúde, P.R.A.2, com o fim de sondar as possibilidades da organização de programas, que, simultaneamente, atenderiam ao desejo já expresso de divulgar conhecimentos e, ainda, serviriam de veículo adequado e valioso de propaganda da obra da F.G.V.
- 1.2 - Dêsse entendimento resultou o presente "Pré-plano de Cursos pelo Rádio," o qual seria viável mediante uma troca equitativa de serviços.
- 1.21 - A P.R.A.2 cederia quatro meias horas por semana à F.G.V. e esta entidade incluiria, em dois de seus programas semanais, séries de aulas, ou pequenos cursos, que versariam sobre assuntos técnicos relacionados com as atividades radiofônicas.
- 1.3 - Com fundamento no estabelecido acima, o Departamento de Ensino propõe os seguintes programas para o primeiro ano de execução.

## 2. - ESTRUTURA DOS PROGRAMAS

### 2.1 - Programa A - (2 vezes por semana):

2.11 - Leitura de um pensamento de cunho educativo, selecionado por um técnico do Dp.E.

2.111 - Duração aproximada ..... 2m

2.12 - Comentário sucinto e acessível de um fato econômico da atualidade.

2.121 - Este comentário seria redigido por estudiosos integrantes do Núcleo de Economia ou por colaboradores da "Conjuntura Econômica" e seria mais uma forma de entrosamento do trabalho dos diversos auxiliares da F.G.V.

2.122 - Duração aproximada ..... 8m

2.13 - Aula da série de cursos radiofônicos.

2.131 - Duração ..... 15m

2.14 - Informações sobre os cursos e demais atividades da F.G.V., organizadas por técnicos dos respectivos setores.

2.141 - Duração ..... 5m.

2.15 - Duração total ..... 30m.

### 2.2 - Programa B - (2 vezes por semana)

2.21 - Leitura de um pensamento de cunho educativo, selecionado por um técnico do Dp.E.

2.211 - Duração aproximada ..... 2m.

2.22 - Comentário sucinto e acessível de um fato educacional, redigido por um técnico do Dp.E.

2.221 - Duração aproximada ..... 8m

2.23 - Aula da primeira série de cursos da F.G.V. a ser irradiada.

2.231 - Duração ..... 15m.

2.24 - Informações sobre os cursos e demais atividades da F.G.V., organizadas por técnicos dos respectivos setores.

2.241 - Duração ..... 5m.

2.25 - Duração Total ..... 30m.

### 3. - DISCRIMINAÇÃO DAS PRIMEIRAS SÉRIES DE CURSOS A SEREM IRRA - DIADAS

3.1 - A primeira série dos cursos radiofônicos seria organizada pela F.G.V. em colaboração com a Rádio Ministério da Educação e poderia, em sua primeira estruturação, apresentar a seguinte sequência:

3.11 - Curso para Locutores de Rádio;

3.12 - Curso para Redatores de Programas Radiofônicos;

3.13 - Curso para Administradores de Empresas Radiofônicas.

3.2 - A primeira série de cursos integralmente planejados e realizados pela F.G.V., poderia ser estruturada da seguinte forma:

3.21 - Curso para Administradores de Empresas Comerciais e Industriais

3.211 - Este curso constaria de 52 aulas ( 6 meses), assim distribuídas:

- 12 aulas sobre "Princípios e Problemas de Organização de Empresas Comerciais e Industriais";
- 10 aulas sobre "Problemas de Contabilidade Administrativa e do Custo";
- 10 aulas sobre "Psicologia das Relações Humanas no Trabalho";
- 5 aulas sobre "Princípios de Direção das Compras e Controle do Estoque";
- 5 aulas sobre "Princípios de Direção e Promoção de Vendas";
- 5 aulas sobre "Problemas Fundamentais da Legislação sobre Comércio e Indústria";
- 5 aulas sobre "Problemas Fundamentais relacionados com os Mercados e Transportes".

3.22 - Curso de Orientação Pedagógica para Professores de Adultos e Adolescentes Analfabetos

3.221 - Este curso constaria de 36 aulas (4 meses), distribuídas da seguinte forma:

- 6 aulas sobre "Introdução à Pedagogia";
- 8 aulas sobre "Psico-pedagogia do Adolescente e do Adulto";
- 8 aulas sobre "Metodologia da Leitura e da Escrita";
- 7 aulas sobre "Metodologia da Aritmética";
- 2 aulas sobre "Metodologia da História e Geografia do Brasil";
- 5 aulas sobre "Metodologia dos Conhecimentos Gerais".

3.23 - Curso de Observação Psicológica dos Escolares.

3.231 - Este curso constaria de 18 aulas (2 meses), distribuídas da seguinte forma:

- 1 aula sobre "Finalidades e Objetivos da Observação Psicológica dos Escolares";
- 3 aulas sobre "Fases do Estudo do Caso Individual";
- 4 aulas sobre "Estudo dos Ambientes a que se ajustam os Sêres Humanos";
- 4 aulas sobre "Elementos Integrantes da Personalidade";
- 6 aulas sobre "Técnicas de Observação ao alcance do Professor".



#### 4. - REGULAMENTAÇÃO DOS CURSOS

4.1 - Todos os cursos que forem irradiados, integrando os programas propostos, obedecerão à seguinte regulamentação.

##### 4.2 - Matrícula -

Os cursos serão anunciados durante um mês e os alunos se poderão matricular durante esse período e no decorrer do primeiro mês de aulas.

4.21 - A matrícula será gratuita e estará aberta a todos os interessados;

4.22 - será efetuada, pessoalmente, na Secretaria Geral dos Cursos da F.G.V. ou por correspondência endereçada à mesma Secretaria.

##### 4.3 - Duração -

Variável, estabelecida em cada caso em função dos objetivos e da estrutura do curso.

##### 4.4 - Orientação Didática -

Além da audição da aula irradiada, os alunos matriculados receberão, mensalmente, as apostilhas correspondentes às aulas dadas, as quais, além do desenvolvimento do tema, conterão exercícios e problemas a serem resolvidos pelos alunos.

##### 4.5 - Verificação do aproveitamento

Os alunos que desejarem o certificado correspondente ao curso deverão prestar uma prova no auditório da P.R.A.2, no término do curso.

4.51 - A prova acima prevista constará de uma ou mais questões ou problemas correspondentes a cada cadeira que integrar o curso.

4.52 - Os alunos que conseguirem nota igual ou superior a 50 nessa prova, numa escala de 0 a 100, serão considerados aprovados e receberão o certificado de conclusão do curso.

##### 4.6 - Contribuições dos Alunos -

Os alunos matriculados receberão, mensalmente, as apostilhas

correspondentes às aulas do mês, mediante o pagamento antecipado de Cr\$ 15,00 (quinze cruzeiros), estabelecido para cobrir apenas as despesas relativas à confecção e expedição das súmulas de aula.

5.- PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA PARA 1 948

5.1 - 70 aulas redigidas, a Cr\$ 100,00

(cem cruzeiros) por aula ..... Cr\$ 7.000,00

5.2 - As despesas relativas à confecção material das apostilhas e à sua expedição postal serão, quase que totalmente, cobertas pela taxa mensal estabelecida.

5.3 - A organização e a leitura dos programas, assim como os comentários programados não implicam em despesa, porque serão efetuados por técnicos desta F.G.V.

Em 5 de agosto de 1 948

a) Irene da Silva Mello Carvalho  
Técnico de Ensino  
Assistente do Diretor

Visto e aprovado a) Luiz Alves de Mattos  
Diretor do D.P.E.

PLANO DO CURSO DA  
ARTE DE FALAR EM PÚBLICO

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS  
DEPARTAMENTO DE ENSINO

## PLANO DO TRABALHO

- 1 - Exposição de Motivos.
- 2 - Finalidade e Objetivos do Curso.
- 3 - Do Currículo e da Distribuição das Atividades Curriculares.
- 4 - Regulamentação do Curso.
- 5 - Previsão Orçamentária.

## 1. EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

- 1.1 - A Fundação Getúlio Vargas, dando cumprimento a seu programa de oferecer ao público cursos de interesse imediato, ainda não previstos pelos diversos sistemas oficiais de ensino, poderia incluir entre eles o da "Arte de Falar em Público."
- 1.2 - Uma realização de tal tipo, devidamente planejada e orientada, seria valiosa dentro das nossas atuais condições de vida. Hoje inúmeras são as ocasiões em que uma pessoa necessita utilizar a linguagem oral, quer para apresentar seus próprios pontos de vista, quer, ainda, para discutir ou refutar asseverações de outrem; e isto, tanto na defesa dos próprios interesses, como em prol dos interesses da coletividade e da cultura.
- 1.3 - É óbvio que o curso ora proposto, não tem por objetivos formar "oradores", mesmo porque não há possibilidades de se "formar" "artistas" ou "virtuosos" em qualquer setor artístico. Estes são, antes de tudo, portadores de potencialidades e tendências, às quais o estudo apenas oferece os meios e recursos de se efetivarem.
- 1.4 - Assim sendo, o que se pretende é organizar um curso que dê a orientação necessária para a correta e estruturada expressão oral e permita desenvolver as atitudes adequadas para a sua apresentação em público.
- 1.5 - Dentro dessa diretriz, seria um curso de número reduzido de cadeiras e de acentuado cunho prático, acessível e apropriado a pessoas da mais diversificada formação e aplicável a qualquer finalidade.

## 2. FINALIDADE E OBJETIVOS DO CURSO

- 2.1 - Como já foi salientada, a finalidade do curso da "Arte de Falar em Público" é desenvolver a habilidade de bem se expressar publicamente a todos os que queiram conhecer os princípios e a técnica de tal forma de linguagem falada.

2.2 - Para atingir essa finalidade, o curso visa os seguintes objetivos:

- 2.21 - rever e ampliar os conhecimentos relativos ao vernáculo, a fim de garantir um dos principais imperativos do uso da linguagem - a correção;
- 2.22 - orientar os alunos no sentido de usar lógica e estêticamente os recursos da linguagem como meio de inter-comunicação do pensamento;
- 2.23 - fornecer o conhecimento das condicionantes psicológicas que tornam eficaz e interessante a apresentação dos assuntos abordados, em função do público a que se destinam;
- 2.24 - proporcionar aos alunos o treino sistemático das habilidades e das atitudes externas, imprescindíveis e apropriadas à arte de falar em público.

### 3. - Do Currículo e da Distribuição das Atividades Curriculares

3.1 - O curso compreenderá o ensino das seguintes disciplinas:

3.11 - Português - cadeira 1.00,00

3.12 - Dicção - cadeira 2.00,00

3.13 - Oratória - cadeira 3.00,00

3.14 - Psicologia Aplicada - cadeira 4.00,00

3.11 - Português - Terá por objetivo fundamental fornecer a teoria e a prática da composição literária, revendo e ampliando os conhecimentos gramaticais e estilísticos, através do estudo comparativo de autores vernáculos.

3.12 - Dicção - Visará garantir adequada empostação da voz, perfeita modulação e clara elocução, elementos indispensáveis a uma boa apresentação do discurso.

3.13 - Oratória - Visará desenvolver nos alunos a técnica de construir qualquer tipo de discurso e, ainda, orientá-los quanto à forma de os apresentar em público.

3.14 - Psicologia Aplicada - Focalizará as condições psicológicas típicas dos principais auditórios e fará, também, o estudo das atitudes do orador em função dessa diversidade de público e de sua própria personalidade.

### 4. REGULAMENTAÇÃO DO CURSO

#### 4.1 - Duração do Curso

4.11 - O presente curso constará de um único período de 3 meses.

#### 4.2 - Calendário

4.21 - O calendário será organizado dentro das seguintes diretrizes:

4.211 - Período de inscrição - de 15 dias a 1 mês.



4.212 - Período de aulas - 3 meses.

4.213 - Período de provas - 1 ou 2 semanas.

4.3 - Distribuição das horas de trabalho

4.31 - Haverá 9 horas de trabalho semanal obrigatório, distribuídas por 3 dias na semana.

4.311 - As aulas realizar-se-ão às segundas, quartas e sextas-feiras, na parte da manhã ou à noite.

4.32 - O quadro relativo ao número de horas de trabalho em cada disciplina figura em anexo.

4.4 - Condições de inscrição e matrícula - O candidato deve apresentar:

4.41 - Compravantes de:

4.411 - ter idade mínima de 21 anos;

4.412 - ter preparo mínimo indispensável (curso secundário oficial ou equivalente).

4.42 - atestados de:

4.421 - vacina;

4.422 - não ser portador de doença infecto contagiosa;

4.423 - sanidade física e mental.

4.43 - Para efetuar a matrícula deverá, ainda, o candidato ter conseguido aprovação no exame vestibular realizado, que constará de 1 prova escrita de Português.

4.44 - Ficam isentos de prestar esse exame, os candidatos que apresentarem certificados de aprovação em vestibulares de escolas superiores ou de conclusão de curso superior.

4.5 - Orientação Didática

4.51 - Deverão ser evitadas, ao máximo, as aulas exclusivamente teóricas, orientando-se os professô-

res no sentido do maior número possível de atividades e exercícios práticos.

4.52 - As aulas de caráter predominantemente teórico serão acompanhadas de apostilhas, contendo: a súmula dos assuntos dados; material documentário suplementar; gráficos; esquemas; sumários, etc., em função do tema de cada aula.

4.53 - Os seminários e aulas práticas também serão acompanhados de apostilhas, desde que se faça necessário fornecer aos alunos dados informativos ou normas de trabalho.

4.54 - Haverá, durante o período letivo, práticas de oratória, devendo cada aluno ocupar-se de certo número de assuntos e dêles tratar em tempo preestabelecido pelo professor. Tais palestras deverão ser feitas em rodízio, de modo a permitir que todos os alunos pratiquem e abordem diferentes temas.

#### 4.55 - Frequência

4.551 - A frequência será obrigatória, quer nas aulas teóricas, quer nas práticas, exigindo-se um mínimo de presenças equivalente a  $2/3$  das aulas dadas.

#### 4.56 - Provas e médias de aprovação

##### 4.561 - Graduação das notas

4.561,1 - As notas atribuídas a quaisquer atividades discentes oscilarão de 0 a 100.

##### 4.562 - Verificação mensal de aproveitamento

4.562,1 - No fim de cada mês, será dado ao aluno, pelo professor de cada disciplina, uma nota resultante da avaliação do aproveitamento discente naquela disciplina.

4.562,11 - As notas mensais entrarão no cômputo da média final, com o peso 4.

4.563 - Provas finais

4.563,1 - No fim do período letivo serão realizadas as provas finais, que serão escritas, orais ou práticas, consoante a natureza de cada disciplina.

4.6 - Critérios e graus de aprovação

4.61 - Serão considerados aprovados todos os alunos que preencherem as seguintes exigências:

4.611 - ter frequência em  $2/3$  das aulas dadas em cada disciplina;

4.612 - ter obtido média final, por disciplina, igual ou superior a 50 e média final, global, igual ou superior a 60.

4.612,1 - A média final por disciplina, será a média aritmética ponderada dos seguintes valores:

4.612,11 - média mensal (peso 6);

4.612,12 - nota da prova final (peso 6).

4.612,2 - A média final global será a média aritmética das médias finais da cada disciplina do curso.

Em 8 de agosto de 1948

a) Irene da S. Mello Carvalho  
Técnico de Ensino  
Assistente do Diretor

Visto e aprovado

a) Luiz Alves de Mattos  
Diretor do D.P.E.

DISTRIBUIÇÃO DAS AULAS

Disciplina		Número de aulas		
Prefixo	Nome	Semanais	Mensais	Totais
1.00,00	Português	2	9	27
2.00,00	Dicção	1	4	12
3.00,00	Psicologia Aplicada	2	9	27
4.00,00	aulas teóricas	2	9	27
	Oratória aulas práticas	2	9	27
		9	40	120

CURSO DA "ARTE DE FALAR EM PÚBLICO"4. PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

Duração do Curso: 3 meses; Nº de aulas: 130; Apostilhas: 130 (100 exemplares).

## VERBA - PESSOAL

Gratificações

- Pagamento de aulas aos Professores a Cr\$ 100,00 por aula .....	13.000,00		
- Idem a 1 Orientador, a Cr\$ 1.000,00 mensais....	<u>3.000,00</u>	16.000,00	

Tarefas

- Pagamento de originais de apostilhas aos Professores, a Cr\$ 50,00 por original .....		<u>6.500,00</u>	22.500,00
---	--	-----------------	-----------

## VERBA - MATERIAL

Consumo

- Stencil - 585 a Cr\$ -- 2,04 .....	1.193,40		
- Papel absorvente 58.500 a Cr\$ 0,0667 .....	<u>3.902,00</u>	5.095,40	5.095,40

## VERBA - DESPESAS GERAIS

Contribuições

- 9% s/ Cr\$ 16.000,00...			<u>1.440,00</u>
---------------------------	--	--	-----------------

T O T A L .....			29.035,40
-----------------	--	--	-----------

## PLANO DA SEÇÃO DE PESQUISAS E PUBLICAÇÕES PEDAGÓGICAS

### 1 - INTRODUÇÃO

- 1.1 - O Departamento de Ensino da F.G.V., na primeira fase de sua reorganização, dedicou-se a atividades docentes propriamente ditas, já planejando e organizando tecnicamente um grande número de cursos, já dirigindo-os coordenando-os e controlando-os, de acordo com as modernas normas administrativas e didáticas.
- 1.2 - A fim de completar sua atuação no campo da educação nacional, o Departamento de Ensino pretende iniciar agora outras atividades, no setor das pesquisas e publicações pedagógicas, não só aproveitando as oportunidades que os próprios cursos oferecem, como promovendo novas realizações que contribuam para uma consecução mais ampla e mais perfeita dos objetivos educacionais que norteiam a F.G.V.
- 1.3 - Como ponto de partida, achamos conveniente reunir numa só seção, pesquisas e publicações. Contudo, conforme o incremento que venha a tomar um desses aspectos, poderão ser os mesmos separados, em função da necessidade de serviço e do plano que sugerimos a seguir.

## 2 - PESQUISAS

### 2.1 - Exposição de Motivos

- 2.11 - Toda e qualquer realização, para que seja bem sucedida, pressupõe um plano de ação objetivamente considerado e elaborado.
- 2.12 - Ora, para que tal plano possa ser objetivo, torna-se necessário fundamentá-lo em documentação prévia, correspondente aos dados da realidade focalizada.
- 2.13 - Tais dados, entretanto, nem sempre podem ser obtidos, já que, em inúmeros setores da vida nacional, não existem estudos e levantamentos que os compreendam.
- 2.14 - Observações esporádicas, assistemáticas; informações incompletas, quando não vagas conjecturas, constituem, as mais das vezes, os elementos que se oferecem aos técnicos, como base de realização de qualquer trabalho.
- 2.15 - Esse fato obriga-os a investigações prévias, imprescindíveis ao desenvolvimento da tarefa que se lhes incumbe, não só tornando-a mais complexa, como mais onerosa e demorada.
- 2.151 - A experiência do planejamento de cursos do Dp.E provou, sobejamente, esse fato.
- 2.16 - Essa falha lamentável de inquéritos e investigações entre nós, assume, no que diz respeito aos problemas educacionais, proporções assustadoras. Uma simples análise de nossa legislação de ensino prova-o à saciedade. Não só sua elaboração, como as modificações posteriores que as mesmas têm sofrido, derivam, ou de cópias de similares estrangeiros, ou são fruto de experiências empíricas pessoais, isoladas, penosamente acumuladas. Em qualquer caso, não se estribam em dados objetivos, que retratem a realidade brasileira tal qual se apresenta, una ou diversificada, conforme o caso, mas incontestavelmente objetiva, verdadeira.

- 2.17 - Ora, tudo isso é reflexo, apenas, da falta de pesquisas pedagógicas e correlatos, cujas conclusões indiquem o roteiro a ser seguido, as condições específicas em que este se enquadra, enfim, a solução ou soluções mais adequadas, porque cientificamente tratadas e avaliadas.
- 2.18 - Reunindo a F.G.V. uma série de condições que permitem a realização de pesquisas, que podem contribuir valiosamente para o progresso da educação no Brasil, achamos de todo desejável que o Departamento de Ensino possa ser incumbido de seu planejamento e efetivação.
- 2.19 - Os resultados das pesquisas programadas, sendo objeto de divulgação, oferecerão aos demais núcleos de estudos pedagógicos e aos educadores, em geral, mais essa contribuição da F.G.V.



## 2.2 - Diretrizes Gerais

- 2.21 - A título experimental, serão efetuadas 4 pesquisas por ano, sobre assuntos educacionais.
- 2.22 - As pesquisas acima serão escolhidas dentre uma lista de temas apresentados ao Diretor do Dp.E.
- 2.23 - O plano de cada pesquisa será elaborado pelo técnico indicado para dirigi-la.
- 2.24 - De acordo com a natureza e extensão das pesquisas, será contratado pessoal auxiliar, diarista (25 dias úteis), nas bases seguintes:
- 1 a Cr\$80,00 por dia
  - 1 a Cr\$50,00 por dia
  - 2 a Cr\$30,00 por dia
  - 2 a Cr\$20,00 por dia
- 2.241 - O pessoal fixo dirigente-coordenador da pesquisa, etc., não terá remuneração especial, por fazer parte do corpo técnico do Dp.E.
- 2.25 - Para atender à necessidade de reunir educadores competentes, em função das pesquisas programadas ou em andamento, serão previstas sessões de seminário, com 3 a 5 membros, percebendo o "jetom" de Cr\$200,00 por sessão; média de 6 sessões por pesquisa.
- 2.26 - As pesquisas, uma vez ultimadas, serão divulgadas por meio de uma publicação no gênero do "Boletim da Conjuntura Econômica". (Custo médio de cada boletim: Cr\$12.000,00).
- 2.27 - O material de consumo, específico, será calculado na base de 10% sobre o total das despesas mencionadas nos itens de 2.25 a 2.27.
- 2.28 - O material de consumo relativo a expediente, etc., correrá por conta da verba prevista, para esse fim, para o Dp.E.

### 2.3 - Previsão da Despesa

#### 2.31 - Pessoal

2.311 - Diaristas (25 dias úteis, durante 12 meses)

2.311,1 - 1 a Cr\$80,00 por dia	-	24.000,00	
2.311,2 - 1 a Cr\$50,00 por dia	-	15.000,00	
2.311,3 - 2 a Cr\$30,00 por dia	-	18.000,00	
2.311,4 - 2 a Cr\$20,00 por dia	-	<u>12.000,00</u>	69.000,00

#### 2.32 - Sessões de Seminário

2.321 - "Jeton": base Cr\$200,00 por pes

soa. Máximo - 5 pessoas. Número

de sessões por pesquisa - 6 (4

pesquisas) ..... - 24.000,00 24.000,00

#### 2.33 - Divulgação das pesquisas

2.331 - Boletins de divulgação das pesquisas

Base: Cr\$12.000,00

Preço unitário ..... 48.000,00 48.000,00

#### 2.34 - Material

2.341 - Material específico: fichas, fô

lhas de inquérito, mapas, etc.

10% sobre as despesas acima

(2.31 e 2.32)..... 14.100,00 14.100,00

T O T A L .....Cr\$155.100,00

### 2.4 - Previsão da Receita

2.41 - Dado que os boletins de divulgação das pesquisas serão postos à venda, é lícito supor que a F.G.V. seja reembolsada em, pelo menos, parte das despesas.

### 3. PUBLICAÇÕES PEDAGÓGICAS

#### 3.1 - Exposição de Motivos

- 3.11 - No Brasil, o número de publicações valiosas, de natureza filosófica, científica ou técnica, é ainda insignificante. Assim sendo, professores, estudantes e demais interessados ~~vêm-se~~ na contingência de recorrer a obras estrangeiras, na maioria dos casos de difícil acesso.
- 3.12 - Infelizmente, nossas bibliotecas não se encontram devidamente equipadas, e, assim, a necessidade de consultar obras sobre determinados assuntos obriga à aquisição de livros, dos quais, muitas vezes, apenas certos tópicos são aproveitados. Ora, os livros estrangeiros chegam-nos, quase sempre, a preços exorbitantes e, nessas condições, somente um público reduzidíssimo os pode adquirir.
- 3.13 - As editoras nacionais, embora muito se tenham desenvolvido na última década, lutam com falta de capital, de pessoal técnico, de material, e não conseguem atender às necessidades do meio.
- 3.14 - Acresce que, visando essas empresas fins puramente lucrativos, deixam de publicar certas obras de mérito, que lhes são oferecidas, por considerar que o teor das mesmas, a seu ver, não oferece perspectivas de proventos compensadores. De fato, no caso, pesa muito menos o valor intrínseco da obra do que o renome do autor, pois este conta com um mercado certo. Daí, não conseguirem os autores novos, em regra, ver publicados seus trabalhos.
- 3.15 - No setor educacional, a produção literária brasileira tem sido precaríssima, já por falta de interesse dos editores, já por falta do estímulo que esse desinteresse representa e que o meio, culturalmente pouco desenvolvido, não pode deixar de refletir. No caso em apêço, apenas as obras didáticas (livro-texto), destinadas aos alunos dos cursos primário e secundário, têm sido editados normalmente, dada a

larga margem de lucros que proporcionam.

3.16 - A F.G.V., que sempre tem procurado, por suas múltiplas realizações no campo da educação, prestar valiosa contribuição ao progresso do País, poderia oferecer, de agora em diante, mais êsse serviço à cultura nacional e à coletividade brasileira, promovendo publicações tais como: monografias, versando sôbre estudos ou pesquisas educacionais e folhetos de divulgação pedagógica, de caráter objetivo e prático.

3.17 - Não visando lucros, a F.G.V. poderia proporcionar aos estudiosos dos problemas da educação no Brasil, a preço de custo, uma série de publicações de valor comprovado, incentivando, dessa forma, a produção intelectual, num setor da cultura infelizmente ainda tão malcompreendido entre nós, embora seja, de fato, a base de tôda civilização e de nosso progresso.

### 3.2 - Diretrizes Gerais

3.21 - As publicações pedagógicas do Departamento de Ensino compreenderão:

3.211 - monografias

3.212 - boletins de divulgação de assuntos educacionais.

3.22 - Monografias

3.221 - Serão publicadas, anualmente, 4 monografias selecionadas dentre os trabalhos apresentados em concurso público e classificados, respectivamente, em 1º e 2º lugar.

3.222 - No edital de concurso serão indicados os assuntos sobre os quais deverão versar as monografias

3.223 - A regulamentação do concurso será elaborada depois da aprovação do presente plano e obedecerá, em suas linhas gerais, às disposições constantes dos regulamentos de certames congêneres.

3.224 - As monografias colocadas em 1º e 2º lugar serão premiadas, respectivamente, com Cr\$8.000,00 (oito mil cruzeiros) e Cr\$4.000,00 (quatro mil cruzeiros), pertencendo seus direitos autorais à F.G.V., até o limite de publicação de 3 000 (três mil) exemplares.

3.224,1 - Para uma edição em número superior ao indicado acima, a F.G.V. entrará em entendimentos com o autor. De qualquer forma, este não poderá entrar em negociações com outra editora, mesmo depois de exgotada a edição de 3 000 exemplares mencionada no item anterior, sem expressa autorização da F.G.V.

3.225 - O preço de venda das monografias será calculado, exclusivamente, à base das despesas relativas à sua publicação.

3.226 - O custo médio de cada monografia foi calculado à base de publicações congêneres, editadas pela F.G.V., a sa

ber: Cr\$22.000,00 (vinte e dois mil cruzeiros) cada monografia.

3.23 - Boletins de divulgação de assuntos educacionais.

3.231 - Serão, também, publicados, anualmente, até 12 boletins de divulgação pedagógica, versando sobre temas objetivos, de preferência, de natureza prática.

3.232 - Os boletins poderão ser encomendados a educadores brasileiros de reconhecida competência; reproduzir estudos publicados em revistas pedagógicas credenciadas, uma vez que constituam objeto de interesse geral e mereçam grande divulgação; ou, ainda, reproduzir trabalhos de professores ou educadores, oferecidos, para esse fim, ao exame do Dp.E. e julgados de real valor.

3.233 - A remuneração máxima por boletim será de Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros) e será regulamentada depois de aprovado o plano geral aqui apresentado.

3.234 - Os direitos autorais relativos aos boletins acima serão inteiramente cedidos à F.G.V., para qualquer número de exemplares.

3.235 - O preço de venda dos boletins de divulgação pedagógica não poderá exceder, em caso algum, a seu preço de custo.

3.236 - A impressão dos boletins de divulgação pedagógica foi calculada à base do Boletim da Conjuntura Econômica, a saber: Cr\$12.000,00 (doze mil cruzeiros)

### 3.3 - Previsão da Despesa

#### Publicações - Verba: Serviços de Terceiros

3.31 - Prêmios aos autores das monografias - 4 prêmios (2 prêmios de Cr\$8.000,00 e 2 prêmios de ..... Cr\$4.000,00).....	24.000,00
3.311 - Impressão das 4 monografias acima ..... (Cr\$22.000,00 por monografia).....	88.000,00
3.32 - Remuneração por publicações de divulgação peda- gógica - 12 publicações. (Cr\$3.000,00 por publi- cação).....	36.000,00
3.321 - Impressão das 12 publicações acima ..... (Cr\$12.000,00 por unidade) .....	142.000,00
<hr/>	
T O T A L .....	Cr\$ 290.000,00

### 3.4 - Previsão da Receita

3.41 - Tanto as monografias como as publicações de divulgação pedagógica, deverão ser vendidas a preço de custo. Deduzindo-se 25% para distribuição gratuita, é presumível que parte da despesa feita seja compensada pelas vendas efetuadas, embora seja difícil precisar em quanto tempo isso se fará.

Em 11 de novembro de 1948

a) Dora Alves de Mattos  
Técnico de Ensino  
Assistente do Diretor

a) Luiz Alves de Mattos  
Diretor do Dp.E.



FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS		
BIBLIOTECA MARIO HENRIQUE SIMONSEN		
Este volume deve ser devolvido à Biblioteca na última data marcada		
Explore os livros sem deixar marcas pelo caminho.		
24 JAN 2014		